

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos**  
**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

**Frederico Rios Cury dos Santos**

**A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL E O PARLAMENTO BRASILEIRO: a  
argumentação no *impeachment* de Dilma Rousseff**

**Belo Horizonte**

**2019**



**Frederico Rios Cury dos Santos**

**A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL E O PARLAMENTO BRASILEIRO: a  
argumentação no *impeachment* de Dilma Rousseff**

**Versão final**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Estudos Linguísticos da  
Universidade Federal de Minas Gerais como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
doutor.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helcira Maria  
Rodrigues de Lima (UFMG)**

**Supervisor de estágio sanduíche: Prof. Dr.  
Dominique Maingueneau (SORBONNE)**

**Belo Horizonte**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S237r

Santos, Frederico Rios Cury dos.

A retórica da guerra cultural e o parlamento brasileiro [manuscrito] : a argumentação no *impeachment* de Dilma Rousseff / Frederico Rios Cury dos Santos. – 2019.

314 f., enc. : il., tabs., grafs., p&b., color.

Orientadora: Helcira Maria Rodrigues de Lima

Coorientador: Dominique Maingueneau.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 267-290.

Apêndices: f. 291-314.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso político – Teses. 3. Retórica – Teses. 4. Brasil – História – Golpe, 2016 – Teses. 5. Processos (Impedimentos) – Brasil – Teses. I. Lima, Helcira Maria Rodrigues de. II. Maingueneau, Dominique. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL E O PARLAMENTO  
BRASILEIRO: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff**

**FREDERICO RIOS CURY DOS SANTOS**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 09 de dezembro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima - Orientadora  
UFMG

Prof(a). Maria Lucia da Cunha Victório de Oliveira Andrade  
USP

Prof(a). Rosalice Espelho Wakim Souza Pinto  
Universidade Nova de Lisboa

Prof(a). Wander Emediato de Souza  
UFMG

Prof(a). Elisa Maria Amorim Vieira  
UFMG

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2019.

Prof. Amândeo Ines Rosetti de Olinas  
Diretor da Faculdade  
de Letras/UFMG.  
Portaria nº 3000, de 28/04/2018.

## AGRADECIMENTOS<sup>1</sup>

Ao prof. Alexandre Rui Grácio, da Universidade Coimbra, pelos ensinamentos em curso na UFMG sobre Argumentação.

Ao prof. Christian Plantin, pelo curso sobre Argumentação, em Buenos Aires, e pelas ricas conversas durante evento de Retórica em Belo Horizonte e Ouro Preto.

Ao prof. Dominique Maingueneau, por ter me supervisionado em estágio doutoral na Sorbonne e pelas dicas valiosas.

À prof.<sup>a</sup> Elisa Amorim, da UFMG, pelos comentários em banca de defesa de tese

À prof.<sup>a</sup> Gláucia Muniz Proença Lara, por ter me introduzido nos estudos discursivos na UFMG, na graduação.

À prof.<sup>a</sup> Helcira Maria Rodrigues de Lima, pela orientação, na UFMG, na iniciação científica e no doutorado; pelos ensinamentos de sempre e pela leitura atenta do trabalho.

À prof.<sup>a</sup> Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, pela disciplina cursada na USP sobre teorias do Discurso, por ter me supervisionado em estágio docência e pelos enriquecedores comentários em banca de defesa de tese.

À prof.<sup>a</sup> Marianne Doury, pelas lições na Université Paris-Descartes e pela oportunidade que me concedeu de proferir uma palestra na instituição.

À prof.<sup>a</sup> Marie-Anne Paveau, pelos ensinamentos na Université Paris XIII.

Ao prof. Otávio Soares Dulci (*in memoriam*), pela acolhida, confiança, gentileza e orientação no mestrado.

---

<sup>1</sup> Em ordem alfabética. Parte a ser completada na versão final para publicação.

Ao prof. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, pela disciplina cursada sobre categorias de análise para o estudo do Texto e do Discurso, na USP.

À prof.<sup>a</sup> Rosalice Pinto, da Universidade Nova de Lisboa, pelos comentários em banca de defesa.

À prof.<sup>a</sup> Rossana Rocha Reis, pela orientação na USP.

À prof.<sup>a</sup> Virginie Guiraudon, pela supervisão de pesquisa na Sciences Po Paris.

Ao prof. Wander Emediato, da UFMG, pelas importantes orientações durante exame de qualificação e durante a defesa de tese

E também:

À CAPES, pela oportunidade de ter realizado estágio sanduíche na França.

Aos colegas pesquisadores da *Associação de Pesquisadores Brasileiros na França*; do *Grupo Retórica e Argumentação* da UFMG; e do *Núcleo de Estudos de Análise Crítica do Discurso* da USP, pelas ricas discussões.

Aos que me são próximos, pelo apoio de sempre.

*“L’enfer, c’est les autres” (Jean-Paul Sartre, Huis Clos, 1944).*

## Resumo

A origem do termo “guerra cultural” é controversa. Foi nos Estados Unidos, no entanto, que a expressão se tornou popularizada, através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. Tratava-se da descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora, associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas.

Do ponto de vista da linguagem, pergunta-se: tendo em vista esses embates culturais na sociedade, existiria uma retórica que lhe seja peculiar? Seria possível pensar em algumas regularidades, ainda que essa guerra assuma contornos próprios em diferentes países e períodos históricos?

Pergunta-se, também, no que diz respeito à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados: pode esse debate público conduzido no Parlamento ser considerado como imbuído de uma Retórica da Guerra Cultural? Em que medida os deputados levaram em consideração o auditório, aquilo que Charaudeau denomina de “instância cidadã”, para a consecução de suas estratégias argumentativas? Seria possível dizer que a retórica presenciada durante o rito é um reflexo de uma cultura política arraigada entre os brasileiros? Em que sentido se pode afirmar que a argumentação observada no *impeachment* contribuiu ou não para a manutenção das instituições democráticas? De que recursos argumentativos se valeram os atores políticos na defesa de seus pontos de vista?

Para tentar responder a essas questões, esta pesquisa se utiliza, como *corpus* de apoio, dos pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados do Brasil, quando da votação sobre a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016, através de algumas categorias da Retórica, entendida no âmbito do discurso, da noção de gênero do discurso em Dominique Maingueneau, da ideia de contrato de comunicação do discurso político proposta por Patrick Charaudeau, bem como de noções de regras do debate e da argumentação no espaço democrático, propostas, por exemplo, por Angenot e Danblon.

Tendo em vista os cerca de 500 pronunciamentos da Câmara dos Deputados, procurou-se, em um primeiro momento, categorizar os discursos de acordo, por exemplo, com a decisão (se “sim” ou “não” ao *impeachment*); com a menção ou não ao mérito do processo (o crime de responsabilidade); com a referência ou não à palavra “Deus” ou à própria religião; com a citação ou não da própria família, do cural eleitoral, da palavra “democracia”; com a expressão ou não do valor do igualitarismo; com o uso ou não da palavra “golpe”, entre outras constantes.

Em seguida, são selecionados discursos representativos de cada uma dessas constantes, para, à luz dos referenciais teórico-metodológicos expostos acima, proceder-se ao tratamento do *corpus*.

Chegou-se a uma tipificação de constantes que comporiam a chamada “Retórica da Guerra Cultural”. Do ponto de vista da importância do auditório, observou-se que ele, na figura do eleitorado, foi pedra angular na construção discursiva dos parlamentares, através da manifestação cada vez mais direta de um conservadorismo que seria próprio à cultura brasileira. Quanto às instituições democráticas, verificou-se que a forma como a argumentação foi empreendida no espaço público contribuiu para a corrosão das mesmas.

Palavras-chave: Retórica. Guerra Cultural. Discurso. Democracia. Parlamento.

## Abstract

The origin of the term "culture war" is controversial. It was in the United States, however, that the expression became popular through the publication of James Davison Hunter's *Culture Wars* in 1991. It was a description of the clash between two antagonistic worldviews, one conservative, associated with the right politics, and a progressive one, predominantly related to the left, but not only. The concept of culture wars bring with it social and moral problems that concern, for example, sexuality, behavior, race, religiosity, etc., as well as political and economic issues.

From the point of view of language, one questions: given these cultural clashes in society, would there be a rhetoric peculiar to it? Would it be possible to think of some regularities, even if this war has its own contours in different countries and historical periods?

One also questions, regarding the impeachment voting in the House of Deputies, if public debate conducted in Parliament can be seen as imbued with a Rhetoric of the Culture Wars. How did the deputies take into consideration the auditorium, what Charaudeau calls the "citizen instance", to achieve their argumentative strategies? Could it be said that the rhetoric witnessed during the rite is a reflection of an entrenched political culture among Brazilians? In what sense can it be said that the argumentation observed in impeachment contributed or not to the maintenance of democratic institutions? What argumentative resources did the political actors use to defend their views?

To try to answer these questions, this research uses, as a supporting *corpus*, the pronouncements adopted in the Brazilian Chamber of Deputies, when voting on the admissibility of Dilma Rousseff's impeachment, on April 17, 2016. One takes into consideration some categories of Rhetoric, understood in the context of discourse; categories of the notion of gender of discourse in Dominique Maingueneau; categories presumed from the idea of communication contract of political discourse proposed by Patrick Charaudeau, as well as notions of rules of debate and argumentation in the democratic space, proposed, for example, by Angenot and Danblon.

In view of the approximate 500 pronouncements of the House of Deputies, it was firstly sought to categorize speeches according to, for example, the decision (whether "yes" or "no" to impeachment); according to mentioning or not the merits of the case (the crime of responsibility); according to the use of not of the word "God" or to religion itself; according to mentioning or not one's family, the electoral corral, and the word "democracy"; according to mentioning or not the value of egalitarianism; according to mentioning or not the word "coup", among other constants.

Then, representative speeches of each of these constants are selected, so that, in the light of the theoretical-methodological references exposed above, the *corpus* can be treated.

One came to a typification of constants that would make up the so-called "Rhetoric of the Culture Wars". From the point of view of the importance of the audience, it was observed that it, in the figure of the electorate, was a cornerstone in the discursive construction of parliamentarians, mainly due to the increasingly direct manifestation of a conservatism that would be proper to Brazilian culture. Regarding democratic institutions, one found that the way argumentation was undertaken in the public space contributed to their corrosion.

Keywords: Rhetoric. Culture Wars. Discourse. Democracy. Parliament.

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	10
ÍNDICE DE TABELAS.....	12
ÍNDICE DE QUADROS .....	13
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	14
ÍNDICE DE IMAGENS .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
<b>PARTE I A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL E A SITUAÇÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1 A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL NO CONTEXTO DA CRISE POLÍTICA NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 O contexto sócio-histórico: a crise política no Brasil e o <i>impeachment</i>.....</b>	<b>21</b>
1.1.1 <i>Precedentes da crise política no Brasil</i> .....	21
1.1.2 <i>O rito do impeachment</i> .....	27
1.1.3 <i>A polarização em torno do impeachment</i> .....	31
<b>1.2 A Retórica da Guerra Cultural .....</b>	<b>46</b>
1.2.1 <i>Origens do conceito de “Guerra Cultural”</i> .....	46
1.2.2 <i>A linguagem da Retórica da Guerra Cultural</i> .....	51
<b>CAPÍTULO 2 GENEALOGIA DAS MATRIZES IDEOLÓGICAS DA GUERRA CULTURAL.....</b>	<b>72</b>
<b>2.1 A dialética entre o discurso progressista e o discurso conservador.....</b>	<b>75</b>
<b>2.2 O Discurso liberal.....</b>	<b>83</b>
<b>2.3 O Discurso socialista .....</b>	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO 3 A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF .....</b>	<b>110</b>
<b>3.1 O lugar da enunciação: o Parlamento brasileiro .....</b>	<b>112</b>
3.1.1 <i>A formação do poder Legislativo na Modernidade</i> .....	112
3.1.2 <i>O gênero “votação de admissibilidade de impeachment” na Câmara dos Deputados</i> .....	118
<b>3.2 A instância política: composição ideológico-partidária dos parlamentares .....</b>	<b>124</b>
<b>3.3 A instância cidadã: caracterização do eleitorado brasileiro .....</b>	<b>138</b>

<b>PARTE II ANÁLISE DOS DISCURSOS DO <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF</b>	<b>170</b>
<b>CAPÍTULO 4 O PAPEL DA <i>DOXA</i> NO <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF</b>	<b>173</b>
4.1 Deus no céu e meu voto na terra	175
4.2 Segregacionismo chauvinista	188
4.3 Percursos do patrimonialismo	196
4.4 A matriz ideológica dos defensores de Dilma Rousseff	209
<b>CAPÍTULO 5 A ARGUMENTAÇÃO NO <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF E O DEBATE DEMOCRÁTICO</b>	<b>220</b>
5.1 As condições do suporte	221
5.2 O estilo da argumentação	241
5.3 As regras do debate	249
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>262</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>267</b>
<b>APÊNDICES – BANCO DE DADOS SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>291</b>
<b>APÊNDICE 1</b>	<b>291</b>
<b>APÊNDICE 2</b>	<b>303</b>

## LISTA DE SIGLAS

AD: Análise do Discurso francesa  
ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
ARENA: Aliança Renovadora Nacional  
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CNBB: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CNJ: Conselho Nacional de Justiça  
CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs  
Contag: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CP: Código Penal  
CUT: Central Única dos Trabalhadores  
DEM: Democratas  
DSE: Dialética do Senhor e do Escravo  
ECPAT: *End Child Prostitution and Trafficking*  
ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro  
EUA: Estados Unidos da América  
FPE: Frente Parlamentar Evangélica  
ICAR: Igreja Católica Apostólica Romana  
IEAB: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil  
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
IPU: Igreja Presbiteriana Unida  
ISOA: Igreja Síria Ortodoxa de Antióquia  
LC: Lei Complementar  
LGBT(Q)(I)(A)(+): Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais e outras possibilidades.  
LOA: Lei Orçamentária Anual  
MBL: Movimento Brasil Livre  
MDB: Movimento Democrático Brasileiro  
MESP: Movimento Escola Sem Partido  
MMM: Marcha Mundial das Mulheres  
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil  
OEA: Organização dos Estados Americanos  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PCB: Partido Comunista Brasileiro  
PCO: Partido da Causa Operária  
PCdoB: Partido Comunista do Brasil  
PDS: Partido Democrático Social  
PDT: Partido Democrático Trabalhista  
PEN: Partido Ecológico Nacional  
PFL: Partido da Frente Liberal  
PEC: Proposta de Emenda à Constituição  
PGR: Procuradoria Geral da República  
PHS: Partido Humanista da Solidariedade  
PIB: Produto Interno Bruto  
PL: Projeto de Lei  
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP: Partido Progressista

PPB: Partido do Povo Brasileiro  
PPS: Partido Popular Socialista  
PR: Partido da República  
PRB: Partido Republicano Brasileiro  
PROS: Partido Republicano da Ordem Social  
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB: Partido Socialista Brasileiro  
PSC: Partido Social Cristão  
PSD: Partido Social Democrático  
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL: Partido Social Liberal  
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT: Partido dos Trabalhadores  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil  
PTN: Partido Trabalhista Nacional  
PV: Partido Verde  
Rede: Rede Sustentabilidade  
RGC: Retórica da Guerra Cultural  
SD: Solidariedade  
STF: Supremo Tribunal Federal  
TCU: Tribunal de Contas da União  
TRE: Tribunal Regional Eleitoral  
TRF: Tribunal Regional Federal  
UNE: União Nacional dos Estudantes  
USP: Universidade de São Paulo

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Posição ideológica dos partidos conforme três deputados federais .....	128
Tabela 2 - O poder público na percepção dos brasileiros.....	153
Tabela 3 - Opinião dos brasileiros sobre os homossexuais .....	156
Tabela 4 - Opinião sobre proibição a programas de TV homoeróticos.....	156
Tabela 5 - Opinião dos brasileiros sobre o aborto .....	157

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Os regimes conversacionais e instituídos.....	120
Quadro 2 - O gênero "votação de <i>impeachment</i> " .....	124
Quadro 3 - Discursos com menção a Deus ou religião a favor do <i>impeachment</i> .....	186
Quadro 4 - Deputados citam a família.....	207
Quadro 5 - Retórica da Guerra Cultural .....	266

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação do PIB do Brasil (2010-2016) .....	24
Gráfico 2 - Desemprego no Brasil (%).....	25
Gráfico 3 - Posição ideológica dos partidos .....	127
Gráfico 4 - Evolução da bancada evangélica.....	132
Gráfico 5 - Confiança dos brasileiros nas instituições em % (2011 e 2013).....	142
Gráfico 6 - Confiança dos brasileiros nas instituições em % (2013-2017).....	143
Gráfico 7 - Confiança nas Forças Armadas na América Latina (1996-2018).....	144
Gráfico 8 - Confiança na Igreja na América Latina (1996-2018) .....	145
Gráfico 9 - Confiança no Parlamento na América Latina (1996-2018) .....	146
Gráfico 10 - Confiança nos partidos políticos na América Latina (1996-2018) .....	147
Gráfico 11 - Apoio à democracia no Brasil e na América Latina .....	148
Gráfico 12 - Apoio à democracia na América Latina (2018).....	149
Gráfico 13 - Satisfação com a democracia na América Latina (2018).....	150
Gráfico 14 - Satisfação com a democracia no Brasil (1995-2018).....	151
Gráfico 15 - Confiança interpessoal na América Latina (1996-2018) .....	152
Gráfico 16 - Criminalização do aborto no mundo .....	158
Gráfico 17 - Votação por partido.....	176
Gráfico 18 - Menção a Deus por partido .....	177
Gráfico 19 - Menção a Deus por voto .....	177
Gráfico 20 - Nacionalismo/regionalismo por partido.....	190
Gráfico 21 - Nacionalismo/regionalismo por voto .....	190
Gráfico 22 - Menção à família por partido .....	197
Gráfico 23 - Menção à família por voto .....	198
Gráfico 24 - Menção à democracia por partido.....	211
Gráfico 25 - Menção à democracia por voto .....	211
Gráfico 26 - Valor do igualitarismo por partido.....	214
Gráfico 27 - Valor do igualitarismo por voto .....	214
Gráfico 28 - Menção ao mérito por partido.....	228
Gráfico 29 - Menção ao mérito por voto .....	229

## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Manifestantes protestam no Congresso Nacional em 17 de junho de 2013.....	23
Imagem 2 - O procurador Dallagnol apresenta denúncia contra Lula.....	26
Imagem 3 - Manifestações contra Dilma Rousseff em 15 de março de 2015.....	40
Imagem 4 - Grupos pró e contra Dilma são separados por um muro em Brasília.....	46
Imagem 5 - Guerra cultural no <i>Twitter</i> .....	56
Imagem 6 - Guerra cultural no <i>Twitter</i> .....	60
Imagem 7 - Guerra cultural no <i>Twitter</i> .....	61
Imagem 8 - Maniqueísmo na guerra cultural.....	63
Imagem 9 - Conspiração na guerra cultural.....	65
Imagem 10 - Conspiração na guerra cultural.....	66
Imagem 11 - <i>Ethos</i> de <i>expert</i> e de credibilidade.....	69
Imagem 12 - O contrato de comunicação do discurso político.....	110
Imagem 13 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	160
Imagem 14 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	160
Imagem 15 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	161
Imagem 16 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	161
Imagem 17 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	162
Imagem 18 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	162
Imagem 19 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	163
Imagem 20 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	163
Imagem 21 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	164
Imagem 22 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	164
Imagem 23 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	165
Imagem 24 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	165
Imagem 25 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	166
Imagem 26 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	166
Imagem 27 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	167
Imagem 28 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	167
Imagem 29 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff.....	168
Imagem 30 - Cena de apoio a Jair Bolsonaro.....	168
Imagem 31 - Cena de apoio a Jair Bolsonaro.....	169
Imagem 32 - O emprego da palavra "vagabundo".....	233
Imagem 33 - O emprego da palavra "vagabundo".....	234
Imagem 34 - Manifestação do valor "trabalho".....	234
Imagem 35 - Manifestação do valor "trabalho".....	235
Imagem 36 - Manifestação do valor "trabalho".....	235

## INTRODUÇÃO

A origem do termo “guerra cultural” é controversa. Foi nos Estados Unidos, no entanto, que a expressão se tornou popularizada, através da publicação de *Culture Wars*, de James Davison Hunter, em 1991. Tratava-se da descrição do embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só. A guerra cultural traz em seu bojo problemas de ordem social e moral que dizem respeito, por exemplo, à sexualidade, ao comportamento, à raça, à religiosidade etc., implicando ainda questões políticas e econômicas.

A alcunha “guerra cultural” ganhou igualmente destaque através do político conservador Patrick Buchanan, do Partido Republicano, dos Estados Unidos, na mesma época da publicação de *Culture Wars*. Durante as eleições presidenciais de 1992, Buchanan incitou seus compatriotas conservadores à “guerra cultural pela alma americana”, uma cruzada moral que oporia conservadores/religiosos, de um lado, e liberais políticos/seculares, de outro.

Buchanan empreendia um discurso conservador muito próximo ao que se observa hoje entre a direita em alguns países, inclusive no Brasil. O político estadunidense costumava empregar o termo “globalismo”, bastante apropriado pelo atual ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro, Ernesto Araújo, não para condenar a globalização de capitais, mas a comunidade de valores internacional consolidada, por exemplo, em cartas de Direitos Humanos.

Além do mais, Buchanan era contra as cotas raciais, defendendo o princípio de “igualdade de todos perante lei”; oferecia forte oposição à entrada de imigrantes nos Estados Unidos, para ele uma forma de defender a cultura americana e ocidental; era contra a proteção de *habitats* naturais, em prol do direito de propriedade privada de fazendeiros; opunha-se ao que chamava de “doutrinação ideológica nas escolas”, uma retórica muito semelhante à do atual *Movimento Escola Sem Partido*, no Brasil; condenava o aborto, sob quaisquer circunstâncias; e dizia que os homossexuais declaravam uma “guerra contra a natureza”.

Do ponto de vista da linguagem, pergunta-se: tendo em vista esses embates culturais na sociedade, existiria uma retórica que lhe seja peculiar? Seria possível pensar em algumas regularidades, ainda que essa guerra assuma contornos próprios em diferentes países e períodos históricos?

Para tentar responder a essas questões, esta pesquisa se utiliza, como *corpus* de apoio, dos pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados do Brasil, quando da votação sobre

a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016, com o auxílio de cientistas da linguagem, como Amossy, Angenot, Charaudeau, Danblon, Lima, Maingueneau, entre outros. De uma certa forma, o trabalho constitui-se como desdobramento de nossa dissertação de mestrado, em que se buscou analisar a batalha entre o discurso socialista e o discurso liberal, nos Estados Unidos, em produções cinematográficas da época da Guerra Fria de Elia Kazan.

Em relação ao tema aqui em análise, o *impeachment* de Dilma Rousseff, este pode ser considerado tributário, em grande parte, da crise política no Brasil que lhe era contemporânea, muito em função dos grandes protestos ocorridos no país em 2013, que começaram com uma contestação de esquerda sobre aumento do preço dos transportes, mas assumindo, pouco a pouco, outras pautas. Outros fatores que podem ser atribuídos a essa crise política foram a crise econômica observada no país a partir de 2014 e os escândalos de corrupção decorrentes das investigações da operação da Polícia Federal denominada *Lava-Jato*.

O processo de *impeachment* suscitou uma polarização exacerbada na sociedade, ao opor uma direita que defendia a saída de Dilma Rousseff do poder e uma esquerda que encampava a tese do golpe de Estado. Instalou-se uma polêmica pública que se fez observar no meio jurídico, na imprensa, na academia e nos movimentos sociais dos diferentes espectros ideológicos.

Pergunta-se, também, no que diz respeito à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados: pode esse debate público conduzido no Parlamento ser considerado como imbuído de uma Retórica da Guerra Cultural? Em que medida os deputados levaram em consideração o auditório, aquilo que Charaudeau denomina de “instância cidadã”, para a consecução de suas estratégias argumentativas? Seria possível dizer que a retórica presenciada durante o rito é um reflexo de uma cultura política arraigada entre os brasileiros? Em que sentido se pode afirmar que a argumentação observada no *impeachment* contribuiu ou não para a manutenção das instituições democráticas? De que recursos argumentativos se valeram os atores políticos na defesa de seus pontos de vista?

Busca-se responder a essas outras questões através de algumas categorias da Retórica, entendida no âmbito do discurso, da noção de gênero do discurso em Dominique Maingueneau, da ideia de contrato de comunicação do discurso político proposta por Patrick Charaudeau, bem como de noções de regras do debate e da argumentação no espaço democrático, propostas, por exemplo, por Angenot e Danblon.

A tese está dividida em duas partes. Na primeira, faz-se um estudo da Retórica da Guerra Cultural no contexto da crise política do Brasil. No primeiro Capítulo, procura-se entender o

contexto sócio-histórico dessa crise e sua relação com o *impeachment*, além de levantar algumas hipóteses sobre possíveis características gerais da Retórica da Guerra Cultural. Esse é o momento em que serão expostas algumas questões factuais relacionadas ao *impeachment*, daí porque, em se tratando de um fenômeno recente, as fontes terão sido, nesta parte, predominantemente provindas do meio jornalístico.

No Capítulo 2, busca-se aprofundar as chamadas matrizes ideológicas que estariam por trás dos embates culturais, procedendo-se a um estudo sobre a relação entre o discurso conservador e o discurso progressista; sobre o discurso liberal que, depois da consolidação da burguesia no poder, principalmente após a Revolução Francesa, tornou-se o *locus* do discurso de direita conservador em alguns países, inclusive no Brasil, sobretudo em seus aspectos econômicos; e, por fim, sobre o discurso socialista, entendido em sentido amplo, abrangendo as variantes comunista e anarquista, associado comumente às esquerdas progressistas.

O terceiro Capítulo é composto pelo estudo da situação de comunicação do *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo em vista a ideia de contrato de comunicação do discurso político proposta por Charaudeau. É nesse Capítulo que se faz uma apreciação das chamadas instâncias política/adversária e cidadã, bem como do lugar de acontecimento dos discursos objeto deste trabalho: o Parlamento brasileiro. A instância cidadã, de certo modo, é também analisada brevemente no Capítulo 1, quando da exposição das repercussões imediatas do *impeachment*, na imprensa, entre os juristas e no interior de movimentos sociais. Entretanto, os aspectos a que se faz referência no terceiro Capítulo são de ordem cultural, sobre as crenças compartilhadas pelos brasileiros, sua cultura política, que não vem de agora. Tratando-se de um tema amplo, serão feitos recortes, com foco no problema da relação entre conservadorismo/progressismo na cultura brasileira.

A segunda parte do trabalho consiste na análise dos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff através de algumas categorias da Retórica. No Capítulo 4, procura-se entender o papel da *doxa* no *impeachment*, seja dos votantes que se opuseram à saída da presidente, seja dos que o apoiaram. Crucial na análise de aspectos dóxicos é também a apreciação dos valores mobilizados nos proferimentos, uma vez que, como se verá, as opiniões comuns, os imaginários sociodiscursivos estão relacionados com valores compartilhados pelos falantes.

Por último, no Capítulo 5, é feita uma análise dos argumentos do *impeachment*, tendo em vista alguns pressupostos da argumentação crítica em espaço público, como o Parlamento das sociedades abertas, por meio de uma análise das condições do suporte da comunicação dos votantes (entendidas aqui, no vocabulário de Angenot, não como o meio material, mas as

condições do contrato de comunicação, como se verá), do estilo da argumentação e das regras do debate.

Espera-se que o trabalho possa contribuir não só para os cientistas da linguagem que procurem pensar a Retórica da Guerra Cultural, mas também para cientistas políticos e cientistas sociais, em geral, desejosos de compreender o fenômeno e as circunstâncias do *impeachment* de Dilma Rousseff. Almeja-se, ainda, apesar de não ser o foco da pesquisa, poder inspirar indiretamente educadores para pensarem em modelos educativos voltados para a argumentação em democracias, que pressupõe a crítica responsável, a tolerância e o pluralismo, necessários para a permanência de suas instituições.

## **PARTE I A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL E A SITUAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Nesta parte do trabalho, procuram-se desenvolver alguns elementos que possam subsidiar o tratamento do *corpus* na segunda parte. Começa-se com o entendimento do que se denomina aqui de Retórica da Guerra Cultural (RGC), inserida no contexto da crise política no Brasil que teria desencadeado o *impeachment* de Dilma Rousseff. Posteriormente, o foco repousa nas matrizes ideológicas que comporiam a dita RGC, procedendo-se a um estudo da construção histórico-discursiva da direita conservadora e da esquerda progressista. Por último, as atenções se concentram nas chamadas instâncias do contrato de comunicação do discurso político que interessam para os propósitos desta pesquisa: a instância política/adversária e a Instância Cidadã.

### **CAPÍTULO 1 A RETÓRICA DA GUERRA CULTURAL NO CONTEXTO DA CRISE POLÍTICA NO BRASIL**

Para falar da Retórica da Guerra Cultural (RGC) no contexto do *impeachment*, será dedicado um tópico em que se analisem os precedentes da crise política no Brasil, outro com a explicação do rito do *impeachment*, instalada a crise política e, por fim, uma descrição da polarização que se formou no Brasil, após esse rito, entre juristas, movimentos sociais e entre veículos da imprensa nacional e internacional.

#### **1.1 O contexto sócio-histórico: a crise política no Brasil e o *impeachment***

##### *1.1.1 Precedentes da crise política no Brasil*

O *impeachment* de Dilma Rousseff é tributário em grande parte da crise política no Brasil às vésperas do rito de destituição, que talvez não seria possível sem os grandes protestos de uma parcela da população; sem a crise econômica no Brasil desde 2014; e sem os escândalos de corrupção decorrentes das investigações da operação da Polícia Federal denominada *Lava-jato*.

No que diz respeito aos protestos, os movimentos contestatórios já começaram a mostrar fôlego em 2013, antes da eleição de Dilma Rousseff em 2014. As reivindicações, também chamadas de “Manifestações dos 20 centavos”, “Jornadas de Junho” ou “Manifestações de Junho” (ALHANATI, 2013; HAILER, 2014; MAGNOLI, 2014; TOLEDO, 2013) consistiram

em movimentações populares que, no início, tinham somente por escopo o aumento de tarifas de transporte público (MONTEIRO FILHO, 2013). Foram as maiores mobilizações da população desde os atos *pró-impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992 (KAWAGUTI, 2013; PROTESTO EM SÃO PAULO, 2013), contando com cerca de 85% de empatia da sociedade (MANIFESTAÇÕES AGRADAM, 2013).

O evento que contribuiu para a forte adesão popular foi a repressão desmesurada de policiais contra os manifestantes (BRITO, 2013; MARIE, 2013). A insatisfação com a pauta específica dos transportes serviu como catalizador para a exacerbação de vários problemas e anseios recalcados, abrindo-se a pauta para outras questões, como o protesto contra a chamada PEC, Proposta de Emenda à Constituição que buscava proibir investigações conduzidas pelo Ministério Público; protestos contra repressão policial; contra gastos com a Copa do Mundo e das Confederações etc. (CONQUISTAS NO CONGRESSO, 2013; RESULTADO DAS MANIFESTAÇÕES, 2013).

Segundo alguns analistas, como Leonardo Sakamoto, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ativista de Direitos Humanos, as manifestações, que antes se restringiam a pautas progressistas, teriam se generalizado a tal ponto de abarcar igualmente reivindicações da extrema-direita. Nas palavras de Sakamoto,

[...] nem todos os que foram às ruas são exatamente progressistas. Aliás, o Brasil é bem conservador – da "elite branca" paulistana à chamada "nova classe média" que ascendeu socialmente tendo como referências símbolos de consumo (e a ausência deles como depressão). É uma população com 93% a favor da redução da maioria penal. Que acha que a mulher não é dona de seu corpo. Que é contra o casamento gay. Que tem nojo dos imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades. Ou seja, não é porque centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que a realidade mudou e vivemos agora em uma comunidade de Ursinhos Carinhosos (SAKAMOTO, 2013, § 3).

### Imagem 1 - Manifestantes protestam no Congresso Nacional em 17 de junho de 2013



Fonte: Valter Campanato/Agência Brasil, 2013<sup>2</sup>.

Já o jornalista Monteiro Filho, em uma visão mais otimista, lembra que a diversidade de pautas e a ausência de lideranças partidárias no movimento podem ser um sintoma de fortalecimento da democracia e de renovação das instituições:

Essa diversidade de correntes tomando as ruas – e de visões sobre aquelas que as tomaram – já é, em si, uma conquista do movimento. É a partir da conflagração de debates que surgirão os próximos caminhos dos protestos. Consequentemente, quanto mais forças estiverem em jogo, mais sólidos serão esses caminhos (MONTEIRO FILHO, 2013, § 12).

Além das manifestações de 2013, um segundo fator que teria desencadeado a crise política no Brasil pré-*impeachment* de 2016 foi a crise econômica, cujo início remonta a 2014, logo após a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República. Observou-se uma contração da economia, provocando queda no produto interno bruto (PIB) por dois anos consecutivos (- 3,8% em 2015 e - 3,6% em 2016), e ocasionando uma crise de desemprego cuja taxa em março de 2017 alcançou 13,7%. Essa depressão econômica resultou em um cenário de mais 14 milhões de brasileiros à procura de emprego (CASTRO, 2017; MÁXIMO, 2014). A população brasileira, então, viu-se constrangida a mudar seus hábitos. Alguns setores da classe média precisaram de retirar seus filhos das escolas particulares, dispensar a empregada doméstica, usar mais transporte público e/ou abandonar o plano de saúde (OLIVEIRA, 2016).

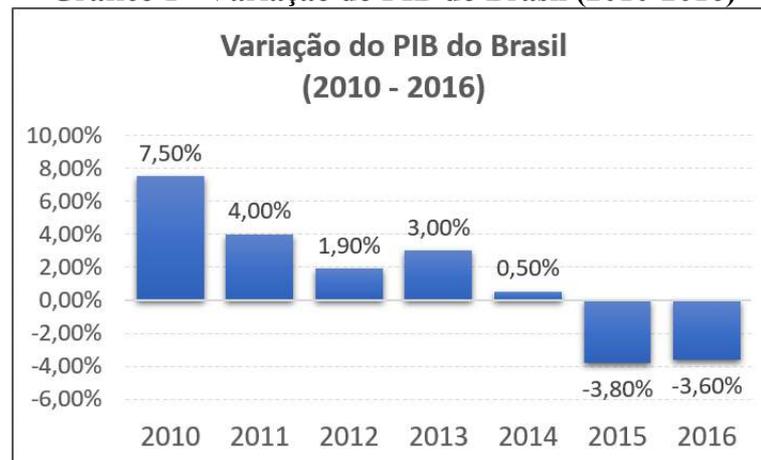
Inserido o Brasil em uma economia globalizada e interdependente, muitos fatores que contribuíram para essa derrocada econômica vieram de fora. Durante o governo Lula, o país se

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-06-17/manifestantes-protestam-no-congresso-nacional> >. Acesso em 15 de mai 2019.

beneficiou dos altos preços das *commodities*, matérias-primas e produtos agrícolas (GARCIA, 2016). Entretanto, em 2008, aconteceu uma crise econômica mundial, cujo epicentro foi os EUA, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil. O consumo brasileiro continuou a ser estimulado pelo governo Lula, desacompanhado de um crescimento na produtividade. A crise econômica não se fez por tardar, atingindo um nível crítico em 2013. A revista *The Economist* teceu várias críticas à política econômica brasileira, que não teria buscado aproveitar os anos de bonança para fazer reformas importantes e, assim, via-se agora sem grandes condições de se recuperar do sobressalto:

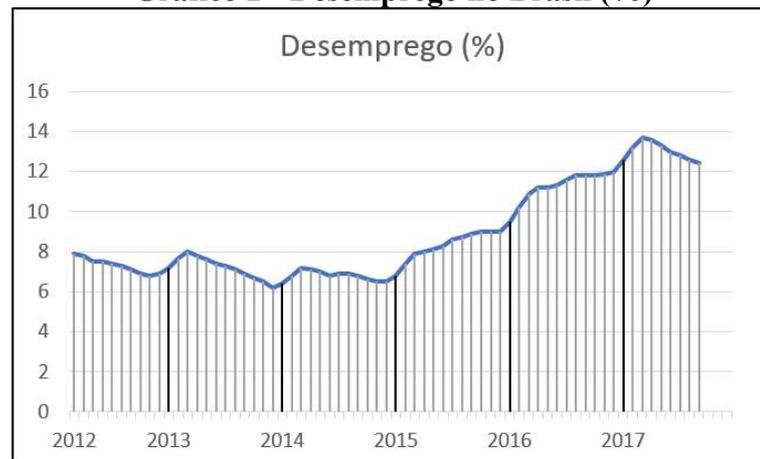
[...] O Brasil fez pouquíssimo para reformar o seu governo durante o *boom* econômico. Ele não está sozinho nessa questão: a Índia teve uma chance similar, e a perdeu. Mas o setor público brasileiro impõe uma particularmente pesada carga em seu setor privado, como nossa reportagem especial explica. As empresas enfrentam uma das mais pesadas cargas tributárias, impostos sobre pagamentos aumentam 58% os salários e o governo teve suas despesas prioritárias invertidas (HAS BRAZIL, 2013, § 4, tradução nossa<sup>3</sup>).

**Gráfico 1 - Variação do PIB do Brasil (2010-2016)**



Fonte: IBGE, *apud* COSTA, 2017.

<sup>3</sup> But Brazil has done far too little to reform its government in the boom years. It is not alone in this: India had a similar chance and missed it. But Brazil's public sector imposes a particularly heavy burden on its private sector, as our special report explains. Companies face the world's most burdensome tax code, payroll taxes add 58% to salaries and the government has got its spending priorities upside down.

**Gráfico 2 - Desemprego no Brasil (%)**

Fonte: IBGE, *apud* ADVFN<sup>4</sup>.

Um outro fator a não ser desprezado como desencadeador da crise política no Brasil é o conjunto de investigações então em andamento pela Polícia Federal, denominado *Operação Lava-Jato*. Trata-se de uma empreitada que culminou em mais de mil mandados de prisão temporária, de busca e apreensão, de condução coercitiva, de prisão preventiva, no intuito de desconstruir um esquema de lavagem de dinheiro da ordem dos bilhões de reais em propina (PF APRESENTA, 2014). Com início em março de 2014, às vésperas das campanhas para as eleições presidenciais, a operação foi liderada, entre outros, pelo juiz Sérgio Moro (posteriormente ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, em 2019). O magistrado, dessa forma, conseguiu incrustar-se nos imaginários da direita, que via nele uma figura salvífica de purificação da coisa pública, diante do descrédito nas instituições e no sistema político tradicional (CANCELLEA, 2015).

Após a deflagração pela Polícia Federal em março de 2014, o Ministério Público Federal em Curitiba constituiu um time de procuradores para acompanhar o caso, formado, entres outros, inicialmente, por Carlos Fernando dos Santos Lima, Roberson Henrique Pozzobon e Deltan Dallagnol. Este último ficou conhecido por ter elaborado um *PowerPoint* considerado pelos partidários de Lula como conspiratório ao culpabilizar o ex-presidente por todo o esquema de lavagem de dinheiro, sem oferecer um lastro empírico forte. Dallagnol, assim como Moro, também entrou para o imaginário dos discursos de direita como uma espécie de salvador da pátria (FORÇA TAREFA, 2016).

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20171106064226/https://br.advfn.com/indicadores/pnad> >. Acesso em 15 de mai. 2019.

## Imagem 2 - O procurador Dallagnol apresenta denúncia contra Lula



Fonte: BUHRER/Folhapress<sup>5</sup>.

O ministro do STF, Teori Zavascki, morto em 19 de janeiro de 2017 em um acidente de avião, criticou o que ele chamou de “espetacularização” da denúncia contra Lula, e, em geral, de algumas ações da *Lava-Jato*:

Nós todos tivemos a oportunidade de verificar um espetáculo midiático com forte divulgação que se fez lá em Curitiba, não com a participação do juiz, mas do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Se deu notícia sobre organização criminosa colocando o presidente Lula como o líder dessa organização criminosa dando a impressão, sim, de que se estaria investigando essa organização criminosa. Mas aquilo que foi objeto do oferecimento da denúncia, efetivamente, não foi nada disso (ZAVASCKI, *apud* CANES, 2016, § 2).

Em 16 de março de 2016, Moro quebrou o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente Lula, no mesmo dia em que este havia sido nomeado por Dilma Rousseff para ser ministro (OUÇA A ÍNTEGRA, 2016). A conversa vazada referia-se exatamente a essa oferta de cargo de ministro, o que, em horário nobre da Rede Globo, causou comoção social, tendo-se percebido em várias cidades do país buzinaços de protesto (ÁUDIOS COMPLICAM, 2016).

O ministro do STF Teori Zavascki mais uma vez criticou a postura ativa de Moro diante do processo, ferindo o princípio jurídico segundo o qual a justiça deve ser provocada, e não o contrário, já que, no Brasil, não existe a fase do juízo de instrução, como na França, por exemplo. O ministro também verificou infração, por parte de Moro, do direito ao sigilo, uma garantia constitucional, bem como a falta de “contraditório”, isto é, condições para que a outra parte se defenda antes da execração pública:

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/04/1878941-em-livro-deltan-diz-que-repercussao-de-power-point-o-pegou-de-surpresa.shtml> >. Acesso em 15 de mai. 2019.

[...] a divulgação pública das conversações telefônicas interceptadas, nas circunstâncias em que ocorreu, comprometeu o direito fundamental à garantia de sigilo, que tem assento constitucional [...]. Contra essa ordenação expressa, que – repita-se, tem fundamento de validade constitucional – é descabida a invocação do interesse público da divulgação ou a condição de pessoas públicas dos interlocutores atingidos, como se essas autoridades, ou seus interlocutores, estivessem plenamente desprotegidas em sua intimidade e privacidade [...]. O que se infirma é a divulgação pública das conversas interceptadas da forma como ocorreu, imediata, sem levar em consideração que a prova sequer fora apropriada à sua única finalidade constitucional legítima (“para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”), muito menos submetida a um contraditório mínimo (ZAVASCKI, *apud* COSTA, 2016, §§ 2-6)

Sérgio Moro se defendeu alegando que “o interesse público e a previsão constitucional de publicidade aos processos impedem [impediam] a imposição da continuidade de sigilo sobre os autos” (MORO, *apud* COSTA, 2016a, § 3). Mais tarde, já com Moro figurando como ministro da Justiça do governo Bolsonaro, o jornal *The Intercept Brasil* (posteriormente em parceria com outros veículos de comunicação, como a *Folha de S. Paulo*), publicou uma série de conversas pessoais entre o ex-juiz da *Lava-Jato* e a acusação, encabeçada por Deltan Dallagnol, sugerindo acordos para antecipação de sentenças, conselhos para a acusação por parte do juiz, mudança da ordem processual para acelerar o rito, produção conjunta de provas entre juiz e procurador etc., o que, em princípio, feriria preceitos constitucionais de observância do devido processo legal típico de um Estado democrático de Direito<sup>6</sup>.

Esses três elementos (manifestações, crise econômica e *Lava-Jato*) parecem ter sido decisivos para desencadear a crise política no Brasil e, por conseguinte, o processo de *impeachment* para a destituição de Dilma Rousseff do mandato de Presidente da República. Seguem alguns esclarecimentos sobre esse rito.

### 1.1.2 O rito do *impeachment*

O processo do *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, com a aceitação da denúncia oferecida pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale e Janaína Paschoal (AMORIM, 2015) ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, posteriormente condenado a 15 anos e quatro meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> A série, até o momento de 16 reportagens, pode ser conferida através do seguinte *link*: < <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/> >. Acesso em 24 de ago. 2019.

<sup>7</sup> Sentença disponível em: < [http://estaticog1.globo.com/2017/03/30/sentenca\\_cunha.pdf](http://estaticog1.globo.com/2017/03/30/sentenca_cunha.pdf) >. Acesso em 16 de mai. 2019.

As acusações a Dilma Rousseff diziam respeito a supostas infrações à lei orçamentária (Lei 1.079/1950) e à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992), bem como a suspeitas de envolvimento em atos de corrupção da Petrobrás investigados pela *Lava-Jato* (AMORIM, 2015b).

Aceito o pedido, constituiu-se uma comissão especial na Câmara dos Deputados para deliberar sobre a admissibilidade do rito. A comissão emitiu parecer favorável ao *impeachment*, com 38 votos a favor e 27 contra (MARANHÃO, 2016).

O plenário da Câmara, em 17 de abril do mesmo ano, aprovou o relatório com 367 votos favoráveis ao *impeachment* e 137 contrários, decisão objeto de análise neste trabalho. O parecer da Câmara foi então enviado ao Senado Federal que, por sua vez, também formou uma comissão especial de admissibilidade. O relatório, nessa instância, foi da mesma forma aprovado, com 15 votos a favor e 5 contra (MARCHESAN, 2016).

Em 12 de maio, o Senado aprovou por 55 votos a 22 a abertura do *impeachment*. Dilma Rousseff teve então de se afastar do cargo até que o processo fosse concluído, assumindo interinamente o vice-presidente Michel Temer (O PROCESSO, 2016). A presidente veio a perder em definitivo o cargo em 31 de agosto de 2016, após três meses de tramitação do processo, por uma votação no Senado de 61 votos favoráveis e 20 contrários.

No entanto, o Senado rejeitou, por 42 votos a 36, a inabilitação de Dilma para ocupar cargos públicos por oitos anos, conforme previa a Constituição (PRAZERES, 2016). Curioso notar que Michel Temer, que assumiu a presidência, estava com seus Direitos Políticos restritos, uma vez que, conforme a “Lei da Ficha Limpa” (LC 135), tinha sido condenado em segunda instância por um órgão colegiado (no caso, o TRE, por Temer ter doado mais do que o permitido às campanhas de dois deputados gaúchos do PMDB). Dilma, por outro lado, que deixou o cargo por crime de responsabilidade, não teve seus Direitos Políticos cassados. Paradoxalmente, saiu então uma presidente com amplos Direitos Políticos e entrou outro com esses direitos restritos.

Segundo o professor de Direito da Universidade de Brasília, Bruno Rangel, perder o cargo não significa, necessariamente, perder os Direitos Políticos, já que, pelo artigo 33 da Lei do *Impeachment* (Lei 1.079/1950), o Senado “fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública”. Nas palavras do professor:

[...] a perda de mandato gera efeitos exclusivamente sobre o cargo. Já a cassação de direitos políticos é muito mais ampla: o cidadão que tem seus direitos políticos suspensos não pode, por exemplo, exercer cargos públicos de qualquer natureza (A PERDA, 2017, § 6).

Entretanto, o parágrafo único do artigo 52 da Constituição Federal sugere que ambas, a condenação por crime de responsabilidade e a perda dos Direitos Políticos, andam juntas ao afirmar que a condenação se restringirá “à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício da função pública”. Na hierarquia do ordenamento jurídico, normas constitucionais possuem precedência sobre leis ordinárias, como a Lei do *Impeachment* (A PERDA, 2017).

No que diz respeito ao mérito da questão, Dilma foi acusada, em primeiro lugar, por não ter agido como deveria para evitar as irregularidades na Petrobrás, de acordo com a denúncia:

A Presidente agiu como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, mantendo seus assistentes intocáveis e operantes na máquina de poder instituída, à revelia da lei e da Constituição Federal [...]. [Houve] uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis [...]. A máscara da competência fora primeiramente arranhada no episódio envolvendo a compra da Refinaria em Pasadena pela Petrobras. A presidente da República era presidente do Conselho da Estatal e deu como desculpa um equívoco relativo a uma cláusula contratual (BICUDO, 2015, *apud* D’AGOSTINHO, 2015, §§ 7-9).

Dilma se defendia dessa acusação dizendo que sempre advogou pelas investigações da *Operação Lava-Jato* e que não se poderia condenar uma empresa inteira como a Petrobras. O que teria de ser feito seria condenar pessoas, os corruptos e os corruptores, e não a Petrobrás, por ser simbólica para o país (D’AGOSTINHO, 2015).

Ainda de acordo com o pedido de *impeachment*, Lula estaria no poder no governo Dilma, já que a *Lava-Jato* mostrou a relação de cumplicidade do ex-presidente com o diretor da *Odebrecht*, empreiteira envolvida em escândalo de propina e cujo diretor já se encontrava preso. Além do mais, havia uma investigação do Ministério Público e notícias na imprensa apontando para o fato de Lula ter recebido recursos para defender no exterior empresas que então eram investigadas:

[A *Lava-Jato*] jogou luz sobre a promíscua relação havida entre o ex-presidente Lula e a maior empreiteira envolvida no escândalo, cujo presidente já está preso, há um bom tempo. Não há mais como negar que o ex-presidente se transformou em verdadeiro operador da empreiteira, intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas. Os contornos de crime de responsabilidade ficam mais salientes quando se verifica que Lula é muito mais do que um ex-Presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, lhe é indissociável e nunca saiu do poder (BICUDO, 2015, *apud* D’AGOSTINHO, 2015, §§ 11-12).

Da acusação de que Lula ainda estaria em poder no seu governo, Dilma se defendia na imprensa dizendo, em reunião de coordenação política, que “em todo o mundo, reis, príncipes,

presidentes e ex-presidentes sempre viajaram para defender no exterior os interesses de seu país” (D’AGOSTINHO, 2015, § 13).

Essas acusações não passaram pela comissão da Câmara dos Deputados, por terem sido consideradas por Eduardo Cunha como meramente “ilações e suposições” (BRESCIANI, 2015). O objeto do *impeachment* ficou restrito, assim, às chamadas pedaladas fiscais e aos supostos decretos presidenciais não autorizados.

No que diz respeito às pedaladas, a acusação foi de que o governo teria atrasado, entre janeiro e novembro de 2015, o pagamento para o Banco do Brasil parcelas da ordem de 3,5 bilhões de reais referentes ao Plano Safra, um programa de auxílio para agricultores familiares tomarem empréstimos a juros baixos. O governo, dessa forma, paga ao banco o valor da diferença dos juros.

Segundo a acusação, o atraso no repasse aos bancos dessa diferença dos juros teria configurado verdadeira operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não pagar, assim, significaria, de fato, tomar emprestado, pois esse atraso constitui maquiagem das contas públicas, apresentando uma situação econômica falsa do país a investidores. O artigo 11, item 3, da Lei do *Impeachment* (Lei 1.079) dispõe que é vedado “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.

A defesa alegou que atrasar pagamento não significa realizar operação de crédito, o que é definido na lei como:

[...] compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros (art. 29, III, LC 101).

Por conseguinte, não havendo transferência de dinheiro do banco para o governo, não há que se falar em operação de crédito. É como se deixar de pagar uma conta de telefone fosse sinônimo de receber empréstimo da operadora de telefonia. A defesa também citou uma perícia realizada no Senado, que concluiu que Dilma não havia realizado as referidas “pedaladas fiscais” (BEDINELLI, 2016). Entretanto, a mesma perícia endossou a segunda acusação contra Dilma, a de que teria editado decretos não autorizados.

De fato, Dilma assinou três decretos de abertura de créditos suplementares: em 27 de julho de 2015, de 1,7 bilhão de reais, para projetos em Educação, Previdência, Trabalho e

Cultura; outro, na mesma data, de 29 milhões de reais, para diversos órgãos do Executivo; e o terceiro, em 20 de agosto de 2015, de 600 milhões de reais, para despesas com o Judiciário.

Segundo a acusação, os decretos teriam impactado a meta fiscal primária de 2015, o que contrariaria o artigo 4 da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Para a sua edição, seria necessária a aprovação do Congresso, como dispõe o artigo 167, V, da Constituição Federal. Afirmou-se também que tais decretos foram editados quando já se sabia que a meta fiscal não seria atingida, uma vez que o governo tinha até pedido revisão da mesma. Por Dilma Rousseff ter tido conhecimento e autorizado tais decretos, ela seria responsável por eles. A acusação acrescentou o fato de o Tribunal de Contas da União ter considerado a prática irregular. Assim, em um ano de crise econômica, o governo deveria ter promovido cortes no Orçamento, e não gastos (BEDINELLI, 2016; D'AGOSTINHO, 2015).

Tais práticas teriam infringido o artigo 10, item 4, da Lei do *Impeachment*, que dispõe que é crime de responsabilidade “infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária”; bem como o art. 11, da mesma lei, segundo o qual é crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos “abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais”.

Segundo a defesa, entretanto, os referidos decretos não autorizaram um aumento de gastos. Apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas. Dessa forma, não houve impacto expressivo na meta fiscal. Posteriormente, em função da crise econômica, a meta teria sido revista e cumprida. O pedido de abertura de decretos é feito por funcionários técnicos dos ministérios, por meio de um sistema eletrônico. Trata-se de um trâmite que envolve vários agentes antes de chegar para a assinatura de Dilma Rousseff, que assinou por orientação de especialistas. Dessa forma, a então presidente não poderia ser responsabilizada.

Alegou-se também que o TCU jamais tinha questionado tal tipo de prática de edição de decretos. Quando o Tribunal finalmente se manifestou pela primeira vez, em outubro de 2015, o governo, continua a defesa, teria parado de realizar esse tipo de decreto.

Além do mais, defendeu-se que um contingenciamento maior no orçamento traria muitos danos para a população e para a economia (BEDINELLI, 2016; D'AGOSTINHO, 2015).

As reações no Brasil e no exterior a esse processo de *impeachment* foram bastante polarizadas. Como se verá a seguir.

### 1.1.3 A polarização em torno do *impeachment*

A polêmica do *impeachment* se fez perceber no meio jurídico, na imprensa, na academia e na sociedade civil. Quanto aos juristas, Ives Gandra Martins, por exemplo, julgou que existia base jurídica para a destituição de Dilma Rousseff. Considerado conservador, Gandra é filiado à prelazia católica *Opus Dei* e membro do Conselho Editorial do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista<sup>8</sup>, um *think tank* neoliberal da rede *Atlas Network*, organização estadunidense propagadora do liberalismo (CHAER, 2007). Nas palavras do jurista,

De lá para cá, as evidências que apareceram são inúmeras. Quando dei o parecer sobre a culpa da presidente nos escândalos da Petrobras, o ex-tesoureiro do PT (João Vaccari Neto) ainda não tinha sido preso, Delcídio Amaral (senador e então líder do governo no Senado) também não (MARTINS, *apud* MENDONÇA, 2015, § 14).

De acordo com Ives Gandra, apesar de não ficar provado que Dilma é responsável dolosamente (isto é, intencionalmente) pelos crimes de corrupção, ficou claro que ela seria culpada por negligência e imprudência ao permitir que ocorressem sob sua gestão. Prefeitos já tinham sido afastados por crimes de culpa, sem que ficasse provado o dolo. Como se trata de mandatos executivos, o precedente valeria também para o cargo de presidente da República:

Pedaladas fiscais são gravíssimas e tiveram consequências no segundo mandato. Elas foram julgadas no segundo mandato. E toda hora aparecem escândalos. Não estou dizendo que a presidente Dilma é responsável dolosamente por esses crimes, mas culposamente, por negligência, imprudência. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu pelo afastamento de prefeitos por crimes de culpa. São mandatos executivos também. Qual é a diferença entre prefeito e presidente? O crime dela é ter permitido a corrupção que houve (MARTINS, *apud* MENDONÇA, 2015, § 16-18).

Mesmo com base jurídica forte, o jurista reconhece que os argumentos jurídicos só dão respaldo a uma decisão que é plenamente política, como a do *impeachment*. Isso significa dizer que o Congresso Nacional é soberano para decidir se Dilma é culpada ou não por crimes de responsabilidade (MENDONÇA, 2015).

Posição contrária possuía o também jurista e professor emérito da Faculdade Largo de São Francisco, da USP, Dalmo Dallari, para o qual o pedido de *impeachment* não possuía consistência jurídica:

De fato, não há consistência jurídica. Eu examinei todas as hipóteses, todos os pareceres e argumentos do pedido de *impeachment*. Estou absolutamente convencido

---

<sup>8</sup> Site da instituição disponível em: < [http://www.thinktanknetworkresearch.net/wiki/ttni/en/index.php/Centro\\_Interdisciplinar\\_de\\_Etica\\_e\\_Economia\\_Personalista](http://www.thinktanknetworkresearch.net/wiki/ttni/en/index.php/Centro_Interdisciplinar_de_Etica_e_Economia_Personalista) >. Acesso em 17 de mai 2019.

de que não existe nada de consistente neste pedido (DALLARI, *apud* MENDONÇA, 2015, § 4).

Questionado sobre as hipóteses das pedaladas fiscais, Dallari argumenta que elas não caracterizam o crime de responsabilidade fiscal, já que não teria havido prejuízo ao erário. O dinheiro não sai dos cofres públicos. Trata-se de uma estratégia contábil para alocação das despesas. Não há apropriação de recursos por parte dos agentes públicos:

As pedaladas não caracterizam o crime de responsabilidade fiscal porque não houve qualquer prejuízo para o erário. As pedaladas configuram um artifício contábil, mas o dinheiro não sai dos cofres públicos, então não ficam caracterizados os crimes de apropriação indébita ou desvio de recursos (DALLARI, *apud* MENDONÇA, 2015, § 6).

Para Dallari, aceitar o pedido de *impeachment* seria a última carta na manga do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, pressionado que estava para a perda do seu mandato, devido a inúmeras investigações de corrupção – que posteriormente foram confirmadas com condenação na justiça:

Ele [Eduardo Cunha] está muito pressionado pelo risco de perda de seu próprio mandato, porque há muitos elementos contra ele. Com este artifício ele vai tentar coagir o PT e outros partidos que apoiam a presidente para que deem apoio a ele. Uma é a antecipação da campanha eleitoral, e a outra é essa busca de artifícios por pessoas que praticaram a corrupção e agora querem agir de qualquer modo (DALLARI, *apud* MENDONÇA, 2015, §§ 7-9).

Ainda no mundo jurídico, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se posicionou em geral a favor do *impeachment*. Erick Venâncio, o relator de uma comissão que investigou o *impeachment* de Dilma na OAB, apresentou um relatório no dia 18 de março de 2016, cuja conclusão é a de que a presidente teria incorrido em crimes de responsabilidade, por ter supostamente interferido na *Operação Lava-Jato*, desde a delação premiada do senador Delcídio do Amaral; por ter autorizado as “pedaladas fiscais”; e por ter realizado renúncia fiscal para favorecer as obras da Copa do Mundo de 2014 (RAMALHO, 2016). Esse relatório foi aprovado na OAB por 26 votos a 2 (ROLLSING, 2016).

Ministros e ex-ministros do STF, por sua vez, manifestaram-se de forma dividida em relação ao *impeachment*. É o caso do ministro Dias Toffoli, à época também presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo o magistrado, em entrevista ao *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, “não se trata de um golpe. Todas as democracias têm mecanismos de controle e o processo de *impeachment* é um tipo de controle” (MINISTRO DIAS TOFFOLI, 2016).

Na mesma linha, Carmen Lúcia disse que o *impeachment* não fora um golpe e que a Constituição teria sido respeitada:

Tenho certeza que a presidente deve ter dito que, se não se cumprir a Constituição é que poderia haver algum desbordamento. Não acredito que ela tenha falado que *impeachment* é golpe. Acho que deve ter sido essa a fala dela, não vi. O *impeachment* é um instituto previsto constitucionalmente (MINISTRA CÁRMEN LÚCIA, § 2, 2016).

Seguiram a mesma argumentação os ministros Celso de Mello (EM DEPOIMENTO, 2016), Eros Grau (CHADE, 2016), Ricardo Lewandowski (COSTA, 2016b) e Luís Roberto Barroso (BARROSO, 2016).

Também para o ex-ministro Ayres Britto, o *impeachment* é um instrumento constitucional e, por isso, obedecido o rito, e assegurada ampla defesa, não haveria que se falar em golpe. No entanto, o jurista fez uma ressalva no sentido de que, na época na Constituinte de 1988, não havia previsão de um presidente se reeleger. Assim, os crimes de responsabilidade a que se refere a carta constitucional são os crimes praticados durante o mandato, e não antes dele.

Sem o dizer explicitamente, Ayres Britto deixa subentendido que Dilma poderia ser destituída apenas por fatos relacionados ao segundo mandato, e não ao seu mandato anterior, quando teriam ocorrido as supostas pedaladas. Eis as palavras do ex-ministro, perguntado pela *Folha de S. Paulo* se o processo de *impeachment* seria uma forma de golpe:

Toda previsão constitucional pré-exclui a possibilidade de golpe. Golpe é fratura da Constituição, é querer empurrar uma solução goela abaixo da população. A democracia brasileira não conhece o *recall*, que é o arrependimento eficaz do eleitor, também não temos o parlamentarismo, que permite a substituição de governo, então é preciso prever casos de destituição do chefe de Estado. A presidente pode perder o cargo, por exemplo, em processo de *impeachment*, em ação penal comum, em ação de improbidade administrativa. Nada disso é golpe. Segundo a Constituição, a legitimidade de um presidente depende de dois fatores: da sua investidura e do exercício do cargo. A investidura é a voz das urnas, mas ela não é suficiente. Há também o exercício, a presidente tem que se legitimar o tempo todo. Se se deslegitima, perde o cargo, nos casos dos artigos 85 e 86 da Constituição. Mas é fundamental não preterir o contraditório, a ampla defesa – que não é curta –, o devido processo legal. A pureza dos fins e a pureza dos meios estão enlaçados umbilicalmente, não se pode romper o cordão umbilical nesses casos [...]. [No entanto], quando a Constituição Federal foi escrita, não havia reeleição. Seu pressuposto é um crime de responsabilidade, o artigo 85 tem o verbo no presente: "que atentem contra", não que atentaram. Ele visa a destituição do cargo. Se Dilma não fosse reeleita, seria processada por crime de responsabilidade? Não, ele se refere ao mandato atual, fluente, corrente (RUSSO, 2016, §§ 9-14).

Já o ministro Marco Aurélio se mostrou mais assertivo em sua oposição ao *impeachment* se não há uma prova de cometimento de crime de responsabilidade, contrariando a tese de alguns juristas segundo a qual o processo de *impeachment* seria um processo eminente político:

Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe [...]. O Judiciário é a última trincheira da cidadania. E pode ter um questionamento para demonstrar que não há fato jurídico, muito embora haja fato político suficiente ao impedimento. E não interessa de início ao Brasil apelar esse ou aquele chefe do Executivo nacional ou estadual. Porque a meu ver isso gera até mesmo muita insegurança (*IMPEACHMENT DE DILMA*, 2016, §§ 4-6).

O ex-ministro Joaquim Barbosa foi ainda mais longe ao afirmar que as motivações apontadas no pedido do *impeachment* não justificavam o afastamento da presidente. Tratou-se de um teatro das forças conservadoras para tomar o poder:

Não acompanhei nada desse patético espetáculo que foi o ‘*impeachment* tabajara’ de Dilma Rousseff. Não quis perder tempo. É tão embaraçoso! De repente, forças políticas altamente conservadoras tomaram o Brasil. Tomaram tudo! Dominam o Congresso. Cercam o novo presidente (um político que pode ser comparado aos velhos ‘caudilhos’ latino-americanos). Eles conduzem a mídia, incluindo as emissoras de TV. Mas sabem de uma coisa? Eles não têm votos. Esperem um par de anos! (*JOAQUIM BARBOSA*, 2016, § 4).

Do ponto de vista da imprensa internacional, veículos estrangeiros, salvo algumas exceções, tenderam a condenar o *impeachment* (BUARQUE, 2015). Por exemplo, o *Financial Times*, o cotidiano britânico especializado em negócios e economia, de tendência liberal na economia e apoiando políticos conservadores – com algumas ressalvas, por sua linha editorial defender a União Europeia e a Globalização (FINANCIAL TIMES, 2010) – afirmou que, se Dilma fosse destituída, provavelmente entraria outro “político medíocre”. Assim, seria melhor que ela permanecesse no cargo (BUARQUE, 2015).

Para o cotidiano estadunidense *The New York Times*, considerado progressista (NEW YORK TIMES CEO, 2017), as instituições brasileiras democráticas estavam sólidas no governo Dilma, porque ela não teria feito nenhum esforço para obstaculizar as investigações da *Lava-jato*. Ao contrário, deu suporte para o procurador geral da República, Rodrigo Janot. Além do mais, nenhuma evidência contra Dilma teria sido encontrada. Em editorial, o veículo afirmou que políticas macroeconômicas desastrosas não poderiam ser objeto de *impeachment*:

Apesar de as investigações [da *Lava-Jato*] terem criado sérios problemas políticos para a Sr.<sup>a</sup> Rousseff e levantado questionamentos sobre os seus sete anos na chefia da Petrobrás, antes de se tornar presidente, ela admiravelmente não fez esforço algum

para constranger ou influenciar as investigações. Ao contrário, ela enfatizou consistentemente que ninguém estaria acima da lei, e apoiou um novo termo para procurador geral encarregado do inquérito da *Petrobrás*, Rodrigo Janot. Além do mais, se ela é sem dúvida responsável pelas políticas e por muito dos desacertos que levou à estagnação econômica brasileira, esses fatos não são ofensas objeto de *impeachment*. Forçar a Sr.<sup>a</sup> Rousseff a sair de seu posto sem nenhuma evidência concreta de crime de responsabilidade traria um sério risco para a democracia brasileira, que tem ganhado envergadura por 30 anos sem alguma ameaça grave (BRAZIL'S RISING TURBULENCE, 2015, §§ 3-4, tradução nossa<sup>9</sup>).

Na mesma linha, para o jornal francês conservador *Le Figaro* (KUHN, 1995; THE PRESS IN FRANCE, 2006), o *impeachment* poderia significar um

[...] risco de mergulhar o Brasil em uma gravíssima crise política suscetível de paralisar longos meses do gigante da América Latina, já comprometido por uma profunda crise econômica e desestabilizado por um gigantesco escândalo de corrupção [...]" (BRÉSIL, 2015, § 4, tradução nossa<sup>10</sup>).

O jornal *Le Monde*, de centro-esquerda progressista (THE PRESS IN FRANCE, 2006), foi mais enfático ao afirmar que o processo de *impeachment* seria um ato de vingança pessoal de Eduardo Cunha para com o governo Dilma:

Eduardo Cunha não agiu em nome de seus cidadãos descontentes, mas sobretudo por vingança pessoal. Membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, centro), principal aliado do PT no seio da coalisão governamental, o homem está em sursis político. Ele está implicado em um escândalo de corrupção em torno da empresa petrolífera nacional *Petrobrás* [...]. A justiça descobriu diversas contas na Suíça dotadas de milhões de dólares das quais ele e sua família seriam beneficiários. Uma comissão de ética deverá julgar esse político que é próximo dos meios evangélicos. Sua última esperança residia no apoio ao PT, que ele chantageava com a ameaça do *impeachment*. Conhecendo seu poder de perturbação, Luiz Inácio Lula da Silva, o antigo presidente (2003-2010) e mentor de Dilma Rousseff, teria pedido proteção para Cunha, mas numerosas vozes do PT se insurgiram contra esse cinismo político julgando essa tática suicida (GATINOIS, 2015, § 4, tradução nossa<sup>11</sup>).

---

<sup>9</sup> Though the investigations have created huge political problems for Ms. Rousseff and have raised questions about her seven-year tenure as the chairwoman of Petrobras, before she became president, she has admirably made no effort to constrain or influence the investigations. On the contrary, she has consistently emphasized that no one is above the law, and has supported a new term for the prosecutor general in charge of the Petrobras probe, Rodrigo Janot. So far, the investigations have found no evidence of illegal actions on her part. And while she is no doubt responsible for policies and much of the mismanagement that have laid Brazil's economy low, these are not impeachable offenses. Forcing Ms. Rousseff out of office without any concrete evidence of wrongdoing would do serious damage to a democracy that has been gaining strength for 30 years without any balancing benefit.

<sup>10</sup> Cette décision risque de plonger le Brésil dans une gravissime crise politique susceptible de paralyser de longs mois le géant d'Amérique latine, déjà embourbé dans une profonde récession économique et ébranlée par le gigantesque scandale de corruption [...].

<sup>11</sup> Eduardo Cunha n'a pas agi au nom de ces citoyens mécontents, mais plutôt par vengeance personnelle. Membre du Parti du mouvement démocratique brésilien (PMDB, centre), principal allié du PT au sein de la coalition gouvernementale, l'homme est en sursis politique. Il est impliqué dans le scandale de corruption autour de l'entreprise pétrolière nationale Petrobras [...]. La justice a découvert plusieurs comptes en Suisse dotés de millions

Prosseguem em críticas semelhantes o jornal italiano de centro-esquerda *La Repubblica* (BERLUSCONI, 2009; BRASILE, 2015); o cotidiano espanhol de centro-esquerda progressista *El País* (BRISBANE, 2014; MARTÍN, 2016); e o centrista argentino *Clarín* (CRETZAZ, 2017; *IMPEACHMENT DE DILMA*, 2016b).

Uma das poucas exceções a considerar o lado positivo do *impeachment* (BUARQUE, 2015) foi a revista hebdomadária britânica *The Economist*, que já se autoproclamou em editorial como sendo “radicalmente de centro”, liberal do ponto de vista econômico, mas progressista do ponto de vista social (IS THE ECONOMIST, 2013). A revista consagrou a capa da edição de 26 de maio de 2016 ao *impeachment* de Dilma Rousseff com o título “Hora de ir embora” (*Time to go*, em inglês). Para o veículo britânico, o desgaste com a crise econômica (muito em função dos erros do governo), com os escândalos de corrupção envolvendo o PT e o baixíssimo índice de aprovação do governo Dilma seriam, como em um sistema parlamentarista do tipo britânico, justificativas para o *impeachment* da presidente (TIME TO GO, 2016).

Do ponto de vista das entidades internacionais e dos líderes estrangeiros, a secretária da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, Alicia Bárcena, manifestou preocupação com a estabilidade democrática do país após o episódio do *impeachment*. Segundo a secretária, o governo Lula e, posteriormente, o de Dilma eram comprometidos com a justiça e com a igualdade, sendo que nunca na história do Brasil houve um contingente tão grande de população saída da pobreza extrema. Igualmente não houve outro governo que tivesse reforçado tanto a arquitetura da integração regional no âmbito da CEPAL (CEPAL, 2016).

No mesmo sentido, pronunciaram-se os presidentes Evo Morales, da Bolívia; o presidente Uruguaio Tabaré Vázquez; e Nicolás Maduro, da Venezuela, alertando para o risco de “golpe de Estado” contra Dilma Rousseff (CARNEIRO, 2015).

Ravina Shamdasani, porta-voz do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, por sua vez, em uma conferência de imprensa em Genebra, na Suíça, disse esperar que o Poder Judiciário no Brasil seja respeitado, para que a democracia brasileira não fosse minada com o processo de *impeachment* (ONU SE DIZ, 2016).

Na Organização dos Estados Americanos (OEA), contudo, representantes dos Estados Unidos e da Argentina rejeitaram a tese de que o *impeachment* de Dilma seria uma espécie de

---

de dollars dont lui et sa famille seraient bénéficiaires. Une commission d'éthique devait juger ce proche des milieux évangéliques. Son dernier espoir résidait dans le soutien du PT, qu'il tenait en otage en brandissant la menace de l'impeachment. Connaissant son pouvoir de nuisance, Luiz Inacio Lula da Silva, l'ancien président (2003-2010) et mentor de Dilma Rousseff, aurait plaidé pour le défendre, mais nombre de voix au PT se sont élevées contre ce cynisme politique jugeant la tactique suicidaire.

golpe brando, aquele que se dá sem violência, mas desestabilizando governos com respeito parcial ou integral à legalidade (BATISTA, 2016).

No que diz respeito aos discursos entre os cidadãos brasileiros, o que se observou foi uma exacerbada polarização da sociedade nesse contexto de *impeachment*. De um lado, existiram aqueles que apoiaram a saída de Dilma, aderindo a grandes manifestações (PROTESTOS, 2015). A maior delas se deu no dia 13 de março de 2016, considerado o maior ato político da história do Brasil, tendo superado o das *Diretas Já*, em 1984, quando a população saiu às ruas, durante a transição do regime militar para uma ordem democrática, exigindo eleições por voto direto (PROTESTO, 2013).

O chamado *Movimento Brasil Livre* (MBL) é apontado como o principal responsável por ter articulado essas manifestações. Trata-se, segundo a revista *The Economist*, de um grupo partidário das ideias do thatcherismo, por referência à primeira-ministra britânica entre 1979-1990, Margareth Thatcher, entusiasta do liberalismo econômico (NICHE, 2015).

Já para o jornal *El País*, o MBL seria essencialmente antipetista, apontando também seu aspecto conservador, e não só liberal economicamente:

Kataguirí, com outros quatro jovens vestidos com calças justas, sapatos de couro e camurça, camisas jeans e óculos Ray-Ban, assumiu a liderança em São Paulo do MBL, que, desde 1.º de novembro, promove, organiza e financia, através de doações, o discurso de oposição ao PT nas ruas (MARTÍN, 2014, § 2).

O objetivo do MBL, continua a reportagem, é o de gerar conteúdo cultural para mudar uma suposta linguagem associada à direita porque, segundo os integrantes do movimento, a esquerda teria se apropriado do imaginário daquilo que é considerado “cool”, “moderno” ou “politicamente correto” (MARTÍN, 2014). A estratégia do movimento, portanto, é a evangelização da opinião pública em favor do livre mercado e da liberdade individual.

Autoproclamando-se como ativistas, os integrantes do MBL, antes de fundarem o movimento, jamais haviam participado de um protesto (MARTÍN, 2014). O primeiro deles foi contra a chamada PEC-37, proposta de emenda constitucional do PT, em 2013, que visava retirar do Ministério Público o poder de investigação, deixando unicamente nas mãos da polícia. A emenda terminou por ser derrubada no Congresso, após pressão popular.

Em cima de um carro de som, os meninos do MBL, como são às vezes chamados, costumam animar sua plateia como em um programa de auditório. Recorrem a *slogans* com vocabulário chulo, como “Lula cachaceiro” ou, “Ei, Dilma, vai tomar no cu”, para mobilizarem as massas, intercalando com discursos pró-mercado, redução de impostos e privatização, por exemplo (MARTÍN, 2014).

No campo da Educação, o MBL apoia o chamado *Movimento Escola sem Partido* (MESP), um movimento político criado em 2004 no Brasil pelo advogado Miguel Nagib, conhecido por suas declarações conspiratórias em relação a um suposto “marxismo cultural” vigente nas escolas (MIGUEL, 2016; MONTEIRO, 2017).

De acordo com a autodescrição do site do MESP, a iniciativa surgiu do desconforto diante da “contaminação” – para usar da metáfora da moléstia proposta pelos seus integrantes – político-ideológica nas escolas brasileiras. Já que, pelas vias legais, seria difícil para os integrantes do MESP alcançarem seus objetivos, far-se-ia necessário que alunos “flagrassem” professores em seu suposto ato de “corrupção” moral:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação. Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema. Ocorreu-nos, então, a ideia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, “*a little sunlight is the best disinfectant*” [em português, “um pouco de luz solar é o melhor desinfetante”]<sup>12</sup>.

Segundo o professor de Ciência Política da UnB, Luís Felipe Miguel, Nagib procede a uma leitura distorcida de Antonio Gramsci, apontado pelo MESP como grande ideólogo do suposto “marxismo cultural”.

A ameaça da “doutrinação marxista” nas escolas é alimentada por uma leitura fantasiosa da obra do revolucionário sardo Antonio Gramsci. Entendendo que a luta pela transformação social, nas sociedades capitalistas ocidentais, não pode ser restrita à conquista do Estado, Gramsci formulou a ideia de um combate pela hegemonia que inclui a disputa por projetos e visões de mundo, em diferentes espaços da sociedade civil (Gramsci, 2000 [1932-4]). Essa sofisticada percepção da luta política se torna, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes (a noção de “lavagem cerebral” é invocada com frequência). Gramsci é apresentado como alguém que bolou um “plano infalível” para a vitória do comunismo: é o Cebolinha do pensamento marxista. É essa leitura bizarra que é evocada pelo nome de “marxismo cultural” (MIGUEL, 2016, p. 600-601).

No campo específico da Educação, a conta do “marxismo cultural” recai sobre o reconhecido internacionalmente (SALDANA, 2019) filósofo pernambucano Paulo Freire, cujos

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> >. Acesso em 21 de mai 2019.

pressupostos pedagógicos residem em instrumentalizar o aluno de uma consciência de mundo libertadora, para que os oprimidos tenham a percepção de seus condicionamentos sociais. Em frases de panfletos de manifestações convocadas pelo MBL em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, era possível ler inscrições como “Basta de Paulo Freire” (MIGUEL, 2016):

**Imagem 3 - Manifestações contra Dilma Rousseff em 15 de março de 2015**



Fonte: ONU RESPONDE, 2015.

Para o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o MESP, consubstanciado em projeto de lei pelo senador Magno Malta, seria ilegal, por usurpar da União a função de legislar sobre Educação, além de ser carregado de vícios:

O propósito perseguido pelo legislador alagoano, de limitar o conteúdo da manifestação docente no ambiente escolar, não se compatibiliza com os princípios constitucionais e legais atinentes à educação nacional, os quais determinam gestão democrática e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, não a proscrição de manifestações que possam vir a ser consideradas por parte de pais como contrárias às suas convicções morais, religiosas, políticas ou ideológica [...]. A atividade educacional serve não apenas ao fomento do desenvolvimento intelectual e cognitivo do alunado ou à ministração de conteúdos básicos para viabilizar a qualificação profissional, mas também à integração do estudante à vida em sociedade e ao exercício da cidadania (JANOT, *apud* MADEIRO, 2016, §§ 2 e 11).

Por meio de denúncias da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, relatorias do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU apresentaram severas críticas ao MESP no Brasil<sup>13</sup>. Os relatores Koumbou

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazilEducation.pdf> >. Acesso em 22 de mai 2019.

Boly Barry, relatora especial para o Direito Humano à Educação; Kavid Kaye, relator especial para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; e Ahmed Shaheed, relatora especial para liberdade de religião e de crença lembraram o artigo 19 da Carta dos Direitos Civis e Políticos, que protege o direito de opinião e de receber, procurar e compartilhar ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras e por quaisquer mídias. As restrições à liberdade de expressão, nesse sentido, devem ser expressas pela lei, quando se justifica a proteção da reputação de terceiros, ou por questões de segurança nacional e de ordem pública (HAUT-COMISSARIAT, 2017).

A conclusão do Alto Comissariado foi no sentido de que os artigos do projeto de Lei de Magno Malta, inspirado no MESP, seriam vagos e dariam ensejo a arbitrariedades contra os profissionais da Educação, especialmente quando abordarem questões controversas. Se o projeto passasse, os estudantes brasileiros estariam privados de uma educação integral, com acesso a múltiplas visões de debates importantes para a sociedade:

A linguagem dos artigos 2, 3, 4 e 7 do projeto de Lei da Câmara dos Deputados (e os correspondentes adendos no Senado Federal) é abertamente vago. Essa vagueza abriria espaço para arbitrariedades na aplicação da lei. Portanto, baseando-se na linguagem do presente projeto de lei, educadores podem ser punidos por lecionarem sobre assuntos controversos – incluindo política, ciência, história, religiões do mundo e educação sexual. Se esse projeto de lei fosse legitimado, estabelecendo o programa do *Escola Sem Partido*, educadores seriam detidos por proverem seus estudantes de uma formação integral e, assim, os impediriam de ter acesso a opiniões sem interferência, como prescreve o artigo 19(1) da Carta dos Direitos Civis e Políticos [...]. Além do mais, fere-se também o artigo 19(2) da mesma Carta. Uma marca distinta da educação em uma sociedade livre é prover uma confluência diversa de fatos e perspectivas sobre assuntos de todos os tipos, mesmo que algumas opiniões venham a contrastar com as crenças do meio onde a criança foi criada [...] (HAUT-COMMISSARIAT, 2017, p. 6-7, tradução nossa<sup>14</sup>).

Além do MESP, o MBL apoiou a censura – ou boicote, como seus integrantes preferem dizer – à exposição de arte *Queermuseu: Cartografia da diferença na arte brasileira*. Tratou-se de uma exposição apresentada no *Santander Cultural* na cidade de Porto Alegre, com

---

<sup>14</sup> The language in Articles 2°, 3°, 4°, and 7° of the Chamber of Deputies bill (and the corresponding provisions of the Federal Senate bill) is overly broad. This broadness opens up for arbitrariness in the enforcement of the bills. Thus, based on the bills' current language, educators can be punished for teaching subjects that might broach controversial issues – including politics, science, history, world religion, and sex education. If these bills were to legitimize and establish the School Without Party programme, educators would be deterred from providing students a well-rounded education, and thus would hinder students from being able to hold opinions without interference in accordance with Article 19(1) of the ICCPR [...]. Additionally, the excessive broadness of the language in these bills violates Article 19(2) of the ICCPR. A hallmark of education in a free society is to provide a diverse confluence of facts and perspectives about a multitude of subjects, regardless of whether that knowledge conflicts with the beliefs with which the child was raised [...].

curadoria de Gaudêncio Fidelis. A mostra reunia 270 trabalhos de 85 artistas que discutiam questões de gênero e de diversidade sexual.

Grupos cristãos, juntamente com o MBL, acusaram essa exposição de desrespeitar símbolos religiosos católicos e de promover imagens associadas à pornografia, pedofilia e zoofilia. O *Santander* cedeu à pressão e encerrou a exposição (MENDONÇA, 2017). Adriana Varejão, artista brasileira que possui peças nas coleções do *Tate Modern*, de Londres, no Museu Guggenheim, em Nova York, na *Fundación La Caixa*, em Barcelona, e no *Instituto Inhotim*, disse que sua obra é adulta, feita para adultos, e que só queria jogar luzes sobre questões muitas vezes escondidas:

A pintura é uma compilação de práticas sexuais existentes, algumas históricas (como as Chingãs, clássicas imagens eróticas da arte popular japonesa) e outras baseadas em narrativas literárias ou coletadas em viagens pelo Brasil. O trabalho não visa julgar essas práticas (VAREJÃO, *apud* MENDONÇA, 2017, § 9).

Em julho de 2018, a rede social *Facebook* promoveu a exclusão de diversas páginas no Brasil consideradas uma “rede de desinformação”, dentre elas, várias ligadas a coordenadores do MBL, segundo comunicado do próprio movimento, já que as páginas excluídas não foram divulgadas (FACEBOOK EXLUI, 2018). Foi uma iniciativa para reprimir perfis enganosos e disseminadores de notícias falsas antes das eleições de 2018. De acordo com a rede social, foram desativadas 196 páginas e 87 contas no Brasil por participação em “uma rede coordenada que se ocultava com o uso de contas falsas no *Facebook* e escondia das pessoas a natureza e a origem de seu conteúdo com o propósito de gerar divisão e espalhar desinformação” (FACEBOOK EXCLUI, 2018, § 3).

De acordo com um comunicado oficial do MBL, alguns de seus coordenadores teriam sofrido censura do *Facebook*:

Na manhã de hoje [...] diversos coordenadores do Movimento Brasil Livre (MBL) tiveram suas contas arbitrariamente retiradas do ar pelo Facebook [...]. Já há muito o Facebook tem sido alvo de atenção internacional, por conta do viés político e ideológico da empresa, manifestado ao perseguir, coibir, manipular dados e inventar alegações esdrúxulas contra grupos, instituições e líderes de direita ao redor do mundo (FACEBOOK EXCLUI, 2018, § 7).

Além do MBL, outros grupos, em menor proporção, contribuíram para os protestos em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Dentre eles, destaca-se o *Revoltados Online*. Fundado em 2004, por Marcello Reis, o movimento tinha o objetivo inicial de rastrear pedófilos (GARCIA, 2015). Passando a ter no *impeachment* sua principal bandeira, o grupo adotou como

ícone o então deputado federal, e atualmente presidente da República, Jair Bolsonaro (ABRANTES, 2015). Além da pauta do *impeachment*, o *Revoltados Online* defende a volta do voto de papel, o regime parlamentarista e a existência de apenas cinco partidos: de centro, direita, esquerda, extrema direita e extrema esquerda. Sua fonte de recursos provinha da venda de um kit pró-*impeachment* (ABRANTES, 2015).

Do outro lado da polêmica, estavam os movimentos sociais que defendiam a manutenção de Dilma no poder. Posicionaram-se contra a destituição da presidente, por exemplo, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (LIDERANÇAS, 2015).

O CONIC abarca a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia (ISOA) e a Igreja Presbiteriana Unida (IPU)<sup>15</sup>. Em nota oficial, o CONIC se posicionou contra o que qualificou como uma forma de ataque à democracia e supremacia dos interesses materiais sobre os humanos:

Vemos com muita preocupação que o presidente da Câmara tenha acolhido um pedido de *impeachment* com argumentos frágeis, ambíguos e sem a devida sustentação fática para acusação de crime de responsabilidade contra a presidente da república [...]. Perguntamos quais seriam as consequências para a democracia brasileira diante de um processo de deposição de um governo eleito democraticamente em um processo sem a devida fundamentação. Um *impeachment* sem legitimidade nos conduziria para situações caóticas. No calendário cristão, estamos no período de advento. Tempo de renovação e reafirmação da esperança. Que este tempo contribua para refletirmos de fato um projeto para o país que leve em consideração não os interesses materiais e imediatos das elites econômicas e políticas, mas sim as necessidades das grandes maiorias, especialmente dos e das trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades. Afinal, este é o sentido maior da *res publica* - atender ao bem comum e contribuir para melhorar a vida daqueles que mais necessitam do apoio do Estado na saúde, na segurança, na educação e na proteção social em momentos de crise econômica (EM NOTA, 2015, §§ 1-5).

No mesmo sentido, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB manifestou, por meio de uma nota, “imensa apreensão” com o prosseguimento do processo de *impeachment*. Na avaliação da instituição, o processo de *impeachment* estaria vinculado a interesses outros que não ao bem comum, em uma “aventura política” que ameaça a ordem constitucional:

A ação [de *impeachment*] carece de subsídios que regulem a matéria, conduzindo a sociedade ao entendimento de que há no contexto motivação de ordem estritamente embasada no exercício da política voltada para interesses contrários ao bem comum. O País vive momentos difíceis na economia, na política e na ética, cabendo a cada um dos poderes da República o cumprimento dos preceitos republicanos. A ordem

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://conic.org.br/portal/igrejas-membro> >. Acesso em 23 de mai 2019.

constitucional democrática brasileira construiu solidez suficiente para não se deixar abalar por aventuras políticas que dividem ainda mais o País. No caso presente, o comando do legislativo apropria-se da prerrogativa legal de modo inadequado. Indaga-se: que autoridade moral fundamenta uma decisão capaz de agravar a situação nacional com consequências imprevisíveis para a vida do povo? Além do mais, o impedimento de um Presidente da República ameaça ditames democráticos, conquistados a duras penas. Auguramos que a prudência e o bem do País ultrapassem interesses espúrios (CBJP, 2015, §§ 2-6).

Essa contraposição de alguns setores religiosos a pautas conservadoras e reacionárias, no Brasil, pode ser explicada, talvez, em parte, pela peculiaridade da chamada Teologia da Libertação na América Latina. Trata-se de uma corrente teológica cristã gestada no período dos regimes autoritários do continente na década de 1970, que parte do princípio de que o Evangelho exige uma opção preferencial pelos pobres e que, para isso, é necessário incorporar saberes das ciências humanas, dentre os quais, algumas teses de orientação marxista (CARVALHAES, 2018). A metodologia de ação dessa corrente é indutiva, partindo da realidade social para se elaborarem preceitos morais, e não dedutiva, tomando dogmas cristãos para aplicar à realidade. Religiosos da América Latina, assim, que se identificam com a Teologia da Libertação, como Rubem Alves, Frei Beto e Leonardo Boff, inscrevem-se mais no campo da esquerda progressista do que no da direita reacionária. Cumpre ressaltar que o movimento não é reconhecido pelo Vaticano, e já recebeu críticas expressas, como na carta de João Paulo II aos Bispos do Brasil<sup>16</sup>.

Além dessas instituições religiosas, reitores e pró-reitores de 41 instituições federais (universidades e institutos técnicos) entregaram ao então ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, carta de repúdio à abertura do processo de *impeachment*, qualificado como um golpe que coloca em xeque as estruturas da República (MATOSO, 2015; MOVIMENTOS SOCIAIS, 2015):

Com a responsabilidade que nos é outorgada pela sociedade, temos o dever de vir a público defender um ideário que responde aos anseios da população brasileira. Nossa bandeira é a da educação e a nossa luta é pelas pessoas, pela grandeza do país! Evocamos o apoio popular para estancar esse golpe vergonhoso, que fragiliza os poderes da República e macula a imagem do povo brasileiro e de sua nação (MATOSO, 2015, § 3).

Entraram também na guerra contra o *impeachment* a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a

<sup>16</sup> Disponível em: < [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf\\_jp-ii LET\\_19860409\\_conf-episcopale-brasile.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii LET_19860409_conf-episcopale-brasile.html) >. Acesso em: 16 de jun. 2019.

Marcha Mundial das Mulheres (MMM) (MOVIMENTOS SOCIAIS, 2015). No caso da MMM, por exemplo, em nota oficial, afirmou-se que o *impeachment* seria um golpe contra os interesses das mulheres através de uma agenda reacionária e sexista cujos idealizadores não teriam aceitado a derrota nas eleições de 2014. Foi citado o fato de que as mulheres eram a maioria dos beneficiários dos programas petistas *Bolsa Família* e *Minha Casa, Minha Vida*:

Na luta contra o golpe, as mulheres têm lado porque sabem que só tem legitimidade para governar quem foi eleito com voto popular. E o que está por trás deste processo de *Impeachment*, que é golpe, é uma agenda extremamente conservadora, que foi derrotada nas eleições de 2014 [...]. Eles querem interromper o processo de valorização do salário mínimo, que é essencial para distribuir a riqueza e para a autonomia econômica das mulheres, querem ampliar de forma irrestrita a terceirização do trabalho, reduzir os programas sociais, dar maior abertura para políticas neoliberais como acordos de livre comércio que vão na contramão da integração regional e da integração dos povos. Essa agenda reacionária, na política, na economia e na vida, pretende ampliar a exploração do trabalho e a desigualdade, e isto caminha junto com o aumento da violência sexista, com a sobrecarga de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres. As mulheres são maioria entre titulares do Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida, programas relevantes que a direita coloca em risco. As mulheres estão em luta porque precisam conquistar ainda mais direitos, e garantir que os que estão previstos em lei sejam efetivados. É o caso dos direitos das trabalhadoras domésticas, por exemplo, e também de outros direitos sociais que precisam ser garantidos e efetivados, como o direito a creches públicas, tanto nas cidades como no meio rural. Nós da Marcha Mundial das Mulheres temos entendimento de que a luta contra o golpe e em defesa da democracia é uma luta prolongada, que não se encerra com o rito que vai acontecer no senado (MULHERES MOBILIZADAS, 2016, §§ 6-8).

Como se pode perceber até aqui, a batalha narrativa em torno da polêmica do *impeachment* representou o embate de duas visões de mundo, uma considerada conservadora e de direita, com seus clássicos jargões contra, por exemplo, o que se denomina de “marxismo cultural”, “ideologia de gênero”, “doutrinação ideológica”; e outra, progressista e de esquerda, com termos recorrentes como “contra o golpe”, “pela democracia”, “pelos direitos dos pobres e trabalhadores”, “contra o machismo” etc.

Talvez um dos símbolos mais emblemáticos dessa fratura social no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff tenha sido o “muro da vergonha”, como ficou conhecida a barreira que dividiu os manifestantes na esplanada dos ministérios, em Brasília, durante a tramitação do *impeachment*, entre os dois polos do embate ideológico.

#### Imagem 4 - Grupos pró e contra Dilma são separados por um muro em Brasília



Fonte: MURO, 2015.

Esse aspecto de guerra cultural observado na sociedade entre discursos conservadores de direita e discursos progressistas de esquerda se mostrou refletido também no confronto entre os parlamentares quando da admissão do processo de *impeachment*. Cabe então, antes da análise dos discursos no parlamento sobre a questão, investigar, ainda que brevemente, em que consiste e como se manifesta essa Retórica da Guerra Cultural.

### 1.2 A Retórica da Guerra Cultural

Para a caracterização da Retórica da Guerra Cultural, cabe uma explicação, primeiramente, sobre a construção sócio-histórica do conceito de “guerra cultural”.

#### 1.2.1 Origens do conceito de “Guerra Cultural”

A ideia de “guerra cultural” é controversa, seja no que diz respeito à origem do termo, seja em relação ao próprio conceito de cultura, cuja semântica” é bastante fluida. Para Gross (1997), a expressão “guerra cultural” teria raízes no *KulturKampf*, um episódio relacionado ao Segundo *Reich* alemão, no final do século XIX, quando Bismarck promoveu uma campanha cultural contra a investida do catolicismo no país recém-unificado. Em reação à ortodoxia da moral cristã, o chanceler almejava modernizar a sociedade alemã, secularizando-a, para impedir o avanço dos interesses papais nos assuntos do Estado. Travou-se, então, verdadeira guerra cultural, cujo troféu seria a conquista simbólico-psicológica da opinião pública (GROSS, 1997).

Entretanto, o conceito de guerra cultural é comumente considerado como uma importação dos EUA. Em reportagem do *Nexo*, Sayuri (2019) afirma que o termo ganhou projeção quando, em 1989, a Universidade de Stanford promoveu a inclusão de autores indígenas no curso de Cultura Ocidental, como a guatemalteca Rigoberta Menchú Tum, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1992. Republicanos conservadores, em reação, protestaram, afirmando se tratar de um sintoma da degeneração da Cultura Ocidental.

Na mesma época, uma exposição do fotógrafo americano Robert Mapplethorpe na *Corcoran Gallery of Art*, em Washington, sobre o universo *underground* gay, causou comoção em alguns setores reacionários da sociedade norte-americana e, assim como a *Queermuseu* de Porto Alegre, no Brasil, citada acima, também foi fechada por pressão. O grande debate girou em torno do financiamento público de artistas com obras de tal natureza (BAYLEY, 2016), como também acontece no Brasil, no caso da Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo à Cultura n. 8.313/199, quando se quer atacar artistas considerados de um campo oposto da batalha cultural, sob o pretexto de não serem “talentosos” ou não produzirem “arte de verdade” (GALAHARDO, 2019) .

Tal contexto norte-americano foi analisado pelo sociólogo James Davison Hunter, que lançou o livro *Culture Wars*, em 1991, para descrever o embate entre uma visão conservadora (ortodoxa ou tradicionalista também são termos empregados), associada à direita, e outra progressista, mais associada à esquerda (mas não unicamente, como se explica abaixo). A batalha cultural mobiliza problemas de ordem social e moral, relacionados a sexualidade, comportamento, raça, religiosidade etc., mas que também impacta em discussões políticas e econômicas (SAYURI, 2019). Por exemplo, defender a intervenção do Estado na economia pode não ser, necessariamente, um debate típico de um cenário de guerra cultural, mas pode sê-lo considerando que a presença do Estado na economia é importante para garantir ações afirmativas para minorias alijadas do poder (político, econômico etc.). Portanto, apesar da palavra “cultural” do termo “guerra cultural”, a batalha transcende elementos estritamente culturais.

Eduardo Wolf, por sua vez, que está para publicar um livro sobre o assunto, mas cujo texto ainda não se encontra disponível, enfatiza, em entrevista ao jornal *Nexo*, o aspecto difuso desse tipo de conflito, uma vez que não se restringe a partidos, mas remete a aspectos simbólicos e valorativos que um grupo quer impor sobre o outro, sem que as razões alheias sejam levadas em consideração no debate. O objetivo maior seria silenciar a outra parte:

“Guerra cultural” se refere a um tipo especial de tensão social e política em determinada sociedade. Como o nome diz, esse conflito ocorre na dimensão da cultura — da produção artística, pensamento e reflexão, no universo dos valores e símbolos. Não é como uma guerra civil, que representa um estágio avançado de deterioração do quadro social e institucional. Tampouco se reduz a um conflito de facções partidárias. Justamente por ser um fenômeno do campo da cultura, podemos perceber sua presença de maneira ampla e difusa na sociedade. O que torna esse tipo de tensão diferente é uma percepção, por parte de grupos majoritários ou dominantes, de que as nações e as sociedades em que vivem têm uma unidade e uma identidade que se traduzem em uma essência inalterável. Obviamente, tudo o que divergir dessa visão essencialista (pode ser do Brasil, pode ser do Ocidente), será considerado como uma ameaça radical, pois coloca em xeque a suposta identidade tradicional. Nesse contexto, os próprios indivíduos que desafiam a visão essencialista costumam ver sua missão em termos idênticos, só que com sinal trocado: a existência continuada da sociedade tradicional, com suas ortodoxias características, é um inimigo intoléravel, um impedimento à própria existência da cultura desafiante. E é isso o que define a guerra cultural: não é uma disputa entre duas concepções políticas que se alternam no poder, não é uma divergência profunda quanto a leis ou a políticas públicas, mas sim uma “luta pela alma da nação”, e cada lado só pode almejar o silêncio do outro (WOLF, *apud* SAYURI, 2019).

Já Esther Solano, professora da Unifesp, sublinha o fato de que a guerra cultural, tal como se conhece hoje, tenha surgido como reação à visibilidade de grupos minoritários do ponto de vista político, que antes não tinham expressividade no espaço público, como o movimento LGBTI, com sua campanha pelo casamento igualitário, o movimento negro e o movimento feminista, com pautas como equiparação de salários e o direito ao aborto, questão que mobiliza valores relacionados à religião:

A literatura estadunidense indica uma reação ao momento de avanço dos movimentos feministas, do movimento negro e de defesa dos direitos humanos no debate cultural, social e político, isto é, uma reação dos conservadores a tudo isso. Neste contexto, a “guerra cultural” é basicamente a moralização do debate público e, portanto, a moralização do debate político. Assim, os assuntos são abordados a partir do ponto de vista moral e religioso, desviando de questões programáticas e importantes para a vida pública (SOLANO, *apud* SAYURI, 2019).

Para Dejean (1989), teria sido também nos EUA do século XX, mas com a figura de Patrick Buchanan, um político do Partido Republicano, que o termo “guerra cultural” ganhou notoriedade. Em convenção republicana na qual almejava se lançar para a campanha presidencial de 1992, Buchanan incitou seus compatriotas conservadores à “guerra cultural pela alma americana”, uma espécie de cruzada moral que oporia conservadores/religiosos, de um lado, e liberais políticos/seculares, de outro (WILLIAMS, 1997). Como ressalta Quadros,

[...] de um lado da trincheira repousaria a ‘América profunda’, crente, comunitarista, tradicional e conservadora. De outro, a sociedade cosmopolita impregnada pela secularização, pelo individualismo e pelo relativismo moral alegadamente estimulado por determinadas esquerdas” (QUADROS, 2015, p. 165).

Os temas levantados na época por Buchanan, bem como o seu léxico empregado, constituem constantes dos embates culturais contemporâneos no Brasil e no mundo. Com a exposição de alguns pontos de seu pensamento conservador, é possível também inferir as pré-compreensões do grupo progressista adversário.

Intitulando-se “conservador tradicional”, Buchanan se insurgia contra os chamados “neoconservadores”, para ele conservadores que não poderiam ser considerados como de pleno título. Buchanan acusava esse tipo de conservador, que à sua época seria predominante no Partido Republicano, como “extraterrestres sem documento provindos da esquerda, carregando consigo o vírus do estatismo e do globalismo”, mas que romperam com a esquerda por ocasião da Guerra do Vietnã ao entrarem para a administração Reagan (PAT BUCHANAN’S, 1999).

Importante observar que esse termo “globalismo” não se confunde com “globalização”. Aliás, aquele vem a se contrapor, de certo modo, a este. O globalismo é uma palavra pejorativa e conspiratória (GLOBALISM, 2016) para designar o cosmopolitismo da Nova Ordem Mundial. A crítica não é à transnacionalização de capitais, mas à comunidade de valores internacionais incorporados, por exemplo, em declarações de Direitos Humanos, Civis e Políticos. Essa palavra “globalismo”, usada por Buchanan na década de 1990, vem sendo reapropriada por Donald Trump, nos EUA (GLOBALISM, 2016), e por Ernesto Araújo, o ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro (OLIVEIRA, 2019).

Do ponto de vista das quotas raciais, Buchanan a elas se opunha defendendo o princípio da “igualdade de todos perante a lei”. O político via nas ações afirmativas artifícios discriminatórios que dividiam a América em duas categorias de cidadãos, em uma forma de racismo às avessas contra os brancos (BUCHANAN, 2003).

No que diz respeito ao tema da imigração, Buchanan era colunista da VDARE, uma publicação estadunidense conhecida por oferecer forte oposição a imigrantes e por defender teses do supremacismo branco (FRIZELL, 2016). Como forma de defender a cultura americana e ocidental, dizia ser preciso barrar o fluxo de imigrantes, apresentando estatísticas sem citar fontes, e considerando outras “raças”, um termo vago, sem base científica, como inimigas da Civilização Ocidental:

Nos próximos 50 anos, o Terceiro Mundo terá crescido o equivalente a 30 ou 40 novos Méxicos. No final do século a população branca representará somente 3%. Isso é o que eu chamo de morte do Ocidente. Eu vejo as nações morrerem quando as

populações morrem. Eu vejo a civilização morrer. Estamos no momento sob ataque (BUCHANAN, 2002, § 7, tradução nossa<sup>17</sup>).

Quanto à pauta do meio ambiente, Buchanan afirmava ser inconstitucional proteger *habitats* naturais infringindo a propriedade privada de fazendeiros. Por meio de teorias conspiratórias, ele afirmava que era preciso defender os interesses nacionais frente à ditadura do “globalismo”, que faz uso dos tratados internacionais para regular as indústrias e violar os Direitos de Propriedade com o argumento da preservação ambiental (ENVIRONMENTALISM, 2000).

Sobre o problema da Educação Nacional, a retórica empreendida por Buchanan lembra aquela do *Movimento Escola Sem Partido* no Brasil, mencionado acima. Para o republicano, as crianças nos EUA estariam tendo suas inocências roubadas, com suas mentes “envenenadas” contra a herança judaico-cristã, contra os heróis e a história da América. Os estudantes estariam sofrendo um processo de doutrinação ideológica em proveito do relativismo moral e da propaganda antiocidente (BUCHANAN, 1995). Além do mais, para o político, o darwinismo seria uma “teoria desastrosa”, que, para ele, não seria científica, mas um dogma ideológico:

Crentes dogmáticos em evolucionismo possuem dificuldade para reivindicar a sua doutrina como uma verdade estabelecida e cientificamente provada [...]. Os pais deveriam ter o direito de não terem suas crianças doutrinadas por um sistema de crença não comprovada, com a justificativa de não terem suas crenças tradicionais destruídas. (BUCHANAN, 2005, § § 3 e 15, tradução nossa<sup>18</sup>).

Buchanan acreditava ainda que a vida começava desde a concepção e, por isso, condenava o aborto, dizendo que não importavam as circunstâncias para que fosse proibido. “Se alguém quiser executar outro por causa de um estupro, que execute o estupro e deixe a criança nascer”, afirmava (BUCHANAN, 1995b).

Sobre os homossexuais, Buchanan afirmava, referindo-se à AIDS, que os gays “declararam uma guerra contra a natureza, e agora a natureza se volta contra eles”:

---

<sup>17</sup> In the next 50 years, the Third World will grow by the equivalent of 30 to 40 new Mexicos. If you go to the end of the century, the white and European population is down to about three percent. This is what I call the death of the West. I see the nations dying when the populations die. I see the civilization dying. It is under attack in our own countries, from our own people.

<sup>18</sup> Dogmatic believers in evolution are facing challenges to the claim that their doctrine is established truth, scientifically proven [...]. Parents have a right not to have their children indoctrinated in an unproven belief system, one purpose of which is to destroy their faith.

Nossa sociedade está submersa em mentiras – a mentira de que a homossexualidade é natural, normal e com um estilo de vida saudável; a mentira de que aqueles que pensam diferente são intolerantes odiosos; a mentira de que doenças que afligem a comunidade homossexual são culpa de uma sociedade indiferente (BUCHANAN, 2006, § 18, tradução nossa<sup>19</sup>).

Acusado pela mídia de deflagrar uma guerra cultural nos EUA, Buchanan culpava a esquerda radical por querer extirpar as tradições cristãs da sociedade:

Quem está diante de você aqui? Quem começou essa história? Quem é o ofensor? Quem disparou o gatilho? A resposta é óbvia. A esquerda radical ajudada pela elite cultural, que detesta a cristandade e pensa que os defensores da moral cristã são reacionários e repressivos, está determinada a impor seus valores morais e sua ideologia em nossa nação (BUCHANAN, 2004, § 9, tradução nossa<sup>20</sup>).

Como se vê, do ponto de vista da linguagem, a Retórica da Guerra Cultural parece ser aquela que, de certo modo, procura anular a leitura de mundo adversária, apagar da sociedade os valores que ela carrega, silenciar as vozes que defendem suas razões e introduzir outros elementos relacionados à sua própria pauta ideológica. É o que será visto no tópico seguinte.

### *1.2.2 A linguagem da Retórica da Guerra Cultural*

Conceitos das ciências da linguagem que auxiliam a compreensão desse fenômeno são o de formação discursiva, interincompreensão constitutiva, de diálogo de surdos, dicotomização, entre outros. O conceito de formação discursiva, tal como concebido por Foucault e apropriado por linguistas, pode ser compreendido se investigado o contexto de surgimento dessa noção quando do advento da Análise do Discurso dita francesa (AD) nas décadas de 1960 e 1970. Tratou-se de uma época em que alguns teóricos como Pêcheux e Althusser, na França, viram a necessidade de se suprirem as deficiências de uma análise de texto meramente de conteúdo até então em voga nas ciências humanas em geral (MAINGUENEAU, 1991). A Análise de Conteúdo se baseava essencialmente na quantificação

---

<sup>19</sup> Our society is being marinated in lies – the lie that homosexuality is a natural, normal and healthy lifestyle; the lie that those who think otherwise are all hateful bigots; the lie that the diseases that afflict the homosexual community are the fault of an uncaring society.

<sup>20</sup> Who is in your face here? Who started this? Who is on the offensive? Who is pushing the envelope? The answer is obvious. A radical Left aided by a cultural elite that detests Christianity and finds Christian moral tenets reactionary and repressive is hell-bent on pushing its amoral values and imposing its ideology on our nation.

de fenômenos recorrentes contidos no *corpus*, de modo a demonstrar suas principais constantes. De acordo com Pêcheux,

Estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão de texto, e da atividade do gramático sob modalidades normativas ou descritivas (...). As questões concernentes aos usos semânticos e sintáticos colocados em evidência pelo texto ajudavam a responder às questões que diziam respeito ao sentido do texto (o que o autor quis dizer) (PÊCHEUX, 1997, p. 61).

Trata-se, portanto, a Análise de Conteúdo, de uma concepção de texto encarando-o como se fosse algo estático e transparente. A AD vem justamente contestar essa ideia de imutabilidade e transparência do texto, postulando que o interpretar significa analisar os modos de funcionamento dos discursos na sociedade. A análise deixa então de ser um simples instrumento para as ciências sociais para se firmar em um ramo do conhecimento próprio à análise discursiva.

Esse rompimento da AD em relação a uma prática escolar de Análise de Conteúdo, já sedimentada, deu-se provavelmente muito em função do contexto intelectual da época, marcado que estava, na era pós-maio de 1968 (um movimento progressista), pelo neomarxismo de Althusser, bem como pela Psicanálise lacaniana.

A leitura que Althusser (1998) realizou sobre a obra de Marx em *Aparelhos Ideológicos do Estado* colocava ênfase no aspecto da **ideologia**, e não nas condições materiais de produção, invertendo, portanto, o polo de determinações do materialismo histórico da tradição marxista. Se, em Marx, seriam as condições econômicas (**infraestrutura**) que engendrariam a ideologia, para Althusser, talvez em uma síntese com a filosofia hegeliana, bem como com a incorporação de pressupostos estabelecidos por Max Weber, seria a **superestrutura** (isto é, a ideologia em sua manifestação na cultura, no Direito, na escola, nos presídios, na família etc.) que determinaria as condições materiais (ALTHUSSER, 1998).

Pêcheux, considerado o fundador da AD, teve em Althusser uma forte influência. Foi após tê-lo encontrado que teria entrado para a política (MALDIDIER, 2003). Um exemplo é o conceito de “formação ideológica” em Pêcheux, derivado da concepção de ideologia preconizada por Althusser. A ideia de “sujeito assujeitado” é tributária daquilo que Althusser chamou de “interpelação ideológica” no sujeito.

Outra influência de Pêcheux foi a Psicanálise lacaniana, com a ideia de um sujeito cindido pelo inconsciente, categoria herdada de Freud. O sujeito passou então a ser visto como influenciado por forças que não pode controlar. O consciente, representado pelo *ego* e pelo

*superego*, seria somente a ponta do iceberg do psiquismo humano, dominado que é essencialmente pelo *id*, sua parte inconsciente (REALE, 2005b).

Entretanto, foi de Foucault que Pêcheux (1975) se apropriou do termo “formação discursiva”, associando-o ao conceito de ideologia em Althusser e de assujeitamento da Psicanálise. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault aborda essa ideia de formação discursiva da seguinte forma:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puderem definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...]. [Trata-se de] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2012, p. 43-44, 136).

Nesse sentido, o conceito de discurso, em Foucault, estaria atrelado a um sistema de formação que o conforma e estabelece seus modos de funcionamento, seu tom, seu léxico, seus temas, enfim, imprime uma série de regularidades próprias de um tipo específico de discurso. Este se define, com efeito, como o conjunto de enunciados ancorados em formações discursivas. Da mesma forma que uma frase está contida em um texto, um enunciado estaria envolto por uma formação discursiva, que estipula o que deve ou não ser dito, a depender da orientação cultural do contexto enunciativo.

Essa noção de formação discursiva auxilia a pensar na Retórica da Guerra Cultural, uma vez que esta se caracteriza por uma polarização exacerbada, em que um sujeito tende a não conseguir transcender as determinações de sua bolha ideológica, repetindo bordões que lhe são típicos. Por exemplo, é pouco provável um sujeito interpelado por uma formação discursiva progressista e de esquerda falar, no contexto brasileiro, em “marxismo cultural”, “doutrinação ideológica nas escolas” ou “basta de Paulo Freire”. O contrário também seria difícil de observar, isto é, um conservador de direita fazer a defesa do aborto ou do casamento igualitário, em cenário de guerra cultural.

Não que, nesse caso, os discursos sejam absolutamente monológicos, maniqueístas e avessos ao dialogismo. Trata-se de uma questão de grau. Na Retórica da Guerra Cultural, o nível de polarização tende ao extremismo, e as formações discursivas se mostram mais unifocais. Como observa Maingueneau,

A distinção entre unifocal e plurifocal faz lembrar a oposição que Bakhtin estabelece entre textos “monológicos” e “dialogicos”, que ele exemplifica com romances de

Dostoievski: os primeiros são unificados pelo ponto de vista soberano do narrador; os outros mantêm uma irreduzível pluralidade de pontos de vista (MAINGUENEAU, 2015, p. 92).

Entretanto, ainda que o apagamento do Outro seja uma constante na Retórica da Guerra Cultural, mesmo um discurso que se pretende absoluto trará as marcas de seu adversário, levando-se em consideração que o Dialogismo é constitutivo da linguagem (BAKHTIN, 1992). Por exemplo, quando Buchanan diz que relações homoafetivas não são naturais, ele traz à lume necessariamente o discurso ao qual se contrapõe, o que afirma que o desejo homossexual está presente na natureza. O monologismo aqui, ao qual Maingueneau se refere, diz respeito mais a uma intencionalidade, a uma visada de monologismo, uma tentativa de silenciar a voz adversária, que não se confunde com a intenção psicológica do autor, mas que se pode inferir do discurso através de uma materialidade textual.

Em outra obra, Maingueneau (2008) lança mão do termo “interincompreensão constitutiva” para designar esse fenômeno, esse apagamento da alteridade, contraditoriamente, evocando-a sub-repticiamente. É a impossibilidade de um polo da disputa pela verdade enxergar o outro pelas grelhas semânticas que não sejam as suas próprias, a incapacidade de se descentrar e entender os pressupostos, as categorias epistemológicas das quais o campo adversário se utiliza:

Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói. Nesse quadro, a relação polêmica, no sentido mais amplo, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro, é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 21).

Marc Angenot (2008) qualifica essa interincompreensão típica da Retórica da Guerra Cultural como sendo um “diálogo de surdos”. Em uma visão pessimista da argumentação, o autor afirma que o que se passa mais comumente nos embates retóricos é o fato de uma parte não ser capaz de escutar as razões de seu interlocutor, não saber se colocar no lugar dele. Por ignorar uma série de regras do debate e da argumentação, com vistas à imposição da verdade, o sujeito tenderia a se fechar em seus pressupostos, fazendo com que sejam raras as hipóteses de acordo, situação que pode perdurar por gerações:

Parece-me que os diálogos de surdos são, na vida social, a regra mais do que a exceção e que os mal-entendidos de ideias e as controversas perpétuas resultam frequentemente de discordâncias entre “famílias de espíritos”, discordâncias quanto à maneira de abordar o mundo, de extrair e de produzir, a partir dele, sentidos antes de

se chegar a convicções. Alguns desses diálogos de surdos, na vida pública, notadamente nas lutas políticas, podem se sustentar por um tempo correspondente a uma geração inteira (ou de várias), o problema estando normalmente regido pela desaparecimento dos adversários em presença e pela emergência de uma nova geração que não compreende mais o sentido das questões que tanto acaloraram e dividiram, nem tampouco os jogos de enfrentamento – a questão de saber quem, afinal de contas, “tinha razão”, remetendo à insignificância, já que os jogos não menos que os termos mesmos dos quais os adversários se utilizavam para se confrontarem e se refutarem se tornaram igualmente obsoletos e desvalorizados (ANGENOT, 2008, p. 16, tradução nossa<sup>21</sup>).

Alguns traços descritos por Angenot correspondentes ao “diálogo de surdos” poderiam ser aplicados à Retórica da Guerra Cultural. Isso porque, em última instância, a postura de não escuta das razões alheias parece ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da guerra cultural.

Segundo Angenot, tudo enseja o fechamento diante do que o outro tem a dizer, a começar mesmo pelo **estilo do discurso** empregado. De fato, dependendo da abordagem que se faça ao interlocutor, este pode reagir de maneira adversa ou amigável. A Retórica aristotélica já ensinava que a arte de persuadir correspondia à arte de agradar. É o que Angenot (2008) denomina de grau superficial das divergências possíveis.

Associado a esse problema do estilo do discurso, releva a questão da **violência verbal**, que tende a aparecer nos confrontos culturais mais acalorados. Para Maingueneau, “a violência verbal é [...] uma noção intuitiva difícil de traduzir em termos linguísticos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113), apesar de percebida na materialidade textual. Segundo Amossy (2014), a violência verbal não é um traço essencial das relações polêmicas. No entanto, em situação de diálogo de surdos da guerra cultural, a violência tende a ser uma constante. Eis um exemplo extraído do *Twitter*, no contexto do debate público em torno do vazamento pelo jornal *The Intercept* (GREENWALD, 2019) de conversas entre o então juiz da *Lava-Jato* Sérgio Moro (agora Ministro da Justiça de Bolsonaro, responsável na época pela condenação do ex-presidente Lula em primeira instância) e o procurador Deltan Dallagnol.

As mensagens indicaram um suposto acordo entre o juiz e a acusação para combinar a ordem do processo, pulando etapas e acertando os meios de prova. A postagem a seguir da

---

<sup>21</sup> Il me paraît bien que les dialogues de sourds soient, dans la vie sociale, la règle plutôt que l’exception et que les malentendus d’idées et les controverses perpétuelles résultent souvent de discordances entre “familles d’esprits”, discordances quant à la façon d’aborder le monde, d’y déceler et d’y produire du sens avant d’aboutir à des convictions. Certains de ces dialogues de sourds, dans la vie publique, dans les luttes politiques notamment, peuvent se soutenir le temps d’une génération (ou de plusieurs), le problème étant ordinairement réglé par la disparition des adversaires en présence et par l’émergence d’une nouvelle génération qui ne comprend même plus le sens des questions qui ont tant passionné et divisé, ni les enjeux de l’affrontement – la question de savoir qui, au bout du compte, “avait raison” étant renvoyée à l’insignifiance puisque les enjeux non moins que les termes mêmes dont les adversaires se sont servi pour s’affronter et se réfuter sont également devenus obsolètes et dévalués.

jornalista da *Folha de S. Paulo*, Mônica Bergamo, deu-se nesse contexto do vazamento, mas não se refere ao assunto especificamente. Trata-se de notícia sobre a tramitação de um *Habeas Corpus* no STF para beneficiar Lula por ter sido preso automaticamente após decisão de segunda instância. Preferiu-se aqui reproduzir a situação real de comunicação das interações no *Twitter*, com um *print* da postagem, desfocando os nomes e os rostos nos comentários:

**Imagem 5 - Guerra cultural no *Twitter***



Fonte: *Twitter*<sup>22</sup>.

Aqui não se trata de um conflito explicitamente cultural. O debate não gira em torno de pautas específicas de campos ideológicos opostos, mas se refere a uma questão técnica jurídica, sobre a concessão de *Habeas Corpus* ao ex-presidente Lula. No entanto, a interação entre a

<sup>22</sup> Disponível em : < <https://twitter.com/monicabergamo> >. Acesso em 11 de jun. 2019.

postagem de Mônica Bergamo e o comentário faz transparecer uma guerra cultural de fundo que se estabelece no debate público, notadamente nesse período de exacerbação dos ânimos correspondente ao vazamento de conversas entre o juiz Moro e o procurador Dallagnol sobre a condenação de Lula.

O fato de a comentarista (trata-se de uma mulher) da postagem se colocar no debate com bordões manifestados por meio de *hashtags* como #AprovaPLN4 e #DeltanDallagnoPGR a circunscreve em um campo da direita conservadora. A postagem de Mônica Bergamo não faz referência ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 4 (PLN 4). A comentarista, ao introduzir esse debate, mostra que não importa o que está sendo veiculado pela jornalista, e sim a causa de seu campo cultural, que consiste em aprovar automaticamente tudo que venha da família Bolsonaro. O presidente e seus filhos (um senador, um deputado e outro vereador) estavam, no momento, provavelmente em uma tentativa de silenciar a discussão sobre a polêmica em relação ao seu ministro da Justiça, Sérgio Moro, bastante popular entre a direita, lançando uma forte campanha nas redes sociais para aprovação desse projeto de lei para concessão de crédito suplementar de 248 bilhões no orçamento do governo (BOLSONARO DIZ, 2019).

O mesmo se pode dizer sobre o apoio a Deltan Dallagnol pela comentarista. A reportagem de Mônica Bergamo não faz referência ao procurador, mas o contexto era de exacerbada polêmica pública sobre os vazamentos mencionados pelo periódico *The Intercept*. Assim, em sua mensagem, a comentarista, em situação de guerra cultural, não poderia se furtar de deixar as marcas de seu posicionamento *incontinenti* ao governo e às estruturas que permitiram a condenação do ex-presidente do Partido dos Trabalhadores Lula da Silva.

Vê-se, portanto, que, em face de uma reportagem que sugere a hipótese de algum benefício ao ex-presidente, a comentarista demarca o seu território de batalha, ensurdecida para a mensagem que Mônica Bergamo possa veicular, e adotando um estilo violento que impossibilita toda forma de conciliação, ameaçando a face da jornalista, ao conjecturar sobre sua sexualidade/intimidade/afetividade pelo simples fato de realizar uma cobertura jornalística sobre um político (“Está toda feliz né? Mas o LulaLadrão já tem namorada, pode chorar com dor de cotovelo”).

Para a *Teoria das Faces* de Brown e Levinson (1997), inspirada na obra de Goffman (1974), uma vez que a comunicação verbal se estabelece no interior de relações sociais, ela se submete a algumas leis para que haja possibilidade de debate. O mero fato de se dirigir a palavra a alguém, monopolizando a atenção, fugindo do assunto etc., já seria uma forma de intrusão na esfera subjetiva alheia. No modelo da teoria das faces, todo indivíduo possuiria: a) uma **face negativa**, correspondente ao “território” de cada um (corpo, intimidade etc.); b) uma **face**

**positiva**, a fachada social, aquilo como o sujeito quer ser visto no mundo. Na leitura de Andrade & Fávero,

[...] a face negativa é o desejo de liberdade de ação e o domínio do conjunto dos territórios do eu, e a positiva, o desejo de ser aceito pelos outros e de que estes compartilhem os mesmos desejos (ANDRADE & FÁVERO, 2015, p. 106).

No caso em questão, há ameaça, pela comentarista, à face de Mônica Bergamo, na medida em que se levanta contra a jornalista elementos relativos ao seu foro íntimo, bem como sua imagem social enquanto jornalista. O argumento implícito desse estilo violento de abordagem é aquele considerado machista, segundo o qual, para que uma mulher se interesse por apurar fatos de um político, ela precisa estar apaixonada, afetada por ele. Na mesma época, no mesmo contexto de polêmica pública sobre os vazamentos de atores da *Lava-Jato*, o radialista e apresentador da *RedeTV* Emílio Surita havia dito que Mônica Bergamo devia ter uma tatuagem de Lula na virilha (EMÍLIO SURITA, 2019).

Outras causas de discórdia, além dessas regras referentes ao estilo de abordagem, residem, para Angenot (2008), na infração de algumas **regras do debate** e de **regras da argumentação**. Estas seriam aquelas que estabelecem o que são argumentos válidos e inválidos, plausíveis ou inverossímeis, fortes ou fracos, pertinentes ou não, suficientes, necessários ou contingentes, coerentes ou absurdos, elementos que podem ser garantidos por provas que assegurariam a vitória de uma tese.

Já as regras do debate concernem ao próprio rito da interlocução, fixando restrições aos falantes para defenderem suas teses e articularem suas provas (ANGENOT, 2008). Essas regras são, para Angenot, por exemplo, o **ônus da prova** e o **momento de se poder tomar a palavra**. A infração dessas normas seria uma forma de corrupção procedimental. Nesse sentido, inculpar o adversário de algo sem oferecer prova e atribuindo-lhe a obrigação de provar sua inocência, bem como interromper o fluxo dos turnos das falas, seriam fatores suficientes para o estabelecimento do diálogo de surdos, um traço típico da Retórica da Guerra Cultural. Nas palavras de Angenot:

As regras do debate fixam, portanto, as condições procedurais requeridas dos interlocutores para que eles aceitem o debate, condições que são concebidas como indispensáveis, fora das quais haverá frustração recíproca e impossibilidade de diálogo. Essas regras fixam em quais condições um debate pode se iniciar, quais serão as obrigações recíprocas dos interlocutores, o que arbitrará o turno de falas etc. Essas “regras do jogo” são sentidas como indispensáveis, sendo que a transgressão das

mesmas indis põe os que se encontram em debate (ANGENOT, 2008, p. 133, tradução nossa<sup>23</sup>).

Poder-se-ia acrescentar a essas regras do debate propostas por Angenot as regras de cooperação ou máximas conversacionais estipuladas por Paul Grice (1979), que possuiriam a mesma função ao legislarem sobre aquilo que permitiria ao diálogo ser considerado como sério e possível. São regras que não estão no enunciado, mas nas condições para a comunicação.

Uma dessas regras, em Grice, que corresponde às regras do debate proposta por Angenot é a **regra da sinceridade**. Trata-se do princípio segundo o qual os propósitos dos interlocutores presumem-se verdadeiros. O falante, assim, deve ter condições de garantir a veracidade daquilo que profere. No exemplo citado acima, a comentarista da postagem de Mônica Bergamo infringe essa máxima da sinceridade, uma vez que responde à notícia sobre o julgamento do *Habeas Corpus* de Lula com assuntos desconexos, como a sexualidade da jornalista, sem poder garantir a sua veracidade.

Angenot acrescenta, também, como fatores para a ocorrência do “diálogo de surdos”, as infrações às “regras do suporte”, isto é, no vocabulário do autor, não o material de divulgação, mas as condições do veículo através do qual os interlocutores dialogam, as restrições do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2005) ou do gênero do discurso (PINTO, 2015), o que pode ser pensado também com o conceito de cenografia de Dominique Maingueneau (2015). Para o autor, a cenografia, como se explica mais detalhadamente no Capítulo 4, corresponderia ao gênero aparente do discurso, que pode encobrir a real função de um gênero de origem. Por exemplo, um discurso publicitário, que assume as vestes de um gênero típico de uma campanha social contra violência doméstica<sup>24</sup>, apesar de sua cenografia militante, não deixa de guardar a função essencial que é a de vender um produto. Em um contexto de guerra cultural na votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, um exemplo de rompimento com as regras do suporte seria um deputado, ao invés de discorrer sobre as razões de se admitir o processo de destituição de Dilma Rousseff, não tocar no mérito do crime de responsabilidade e empreender uma campanha eleitoral regional.

Caracteriza a Retórica da Guerra Cultural, ainda, a presença constante de **argumentos *ad personam***, aqueles que repousam nas qualidades do orador, para desqualifica-lo. Isso

<sup>23</sup> Les règles du débat fixent donc les conditions procédurales requises des interlocuteurs pour qu'ils acceptent de débattre, conditions qui sont conçues comme indispensables c'est-à-dire en dehors desquelles il ne peut y avoir que frustration réciproque et échec de la discussion. Elles fixent à quelles conditions un débat peut débiter et ce que seront les obligations réciproques des disputants, ce qui arbitrera leurs tours de parole etc. Ces « règles du jeu » sont senties comme indispensables, leur transgression indispose.

<sup>24</sup> Como acontecia com as publicidades da *United Colors of Benetton*, da década de 1990.

significa declarar, desde o início, que não se quer tocar no conteúdo ou no encadeamento lógico do discurso, mas colocar ênfase nos aspectos de quem o profere. Denunciar que o interlocutor pertence a determinado partido, que foi contra, no passado, a alguma causa em específico, que não possui autoridade/formação/experiência para discutir um assunto etc. são lugares típicos do argumento *ad personam*. No exemplo do *Twitter* acima, para se colocar em dúvida a palavra de Mônica Bergamo, a comentarista recorreu à afetividade da jornalista em relação à Lula.

Vanderford define o argumento *ad personam* como uma estratégia retórica que lança descrédito sobre o adversário, ressaltando-lhe o partidarismo ou a má-fé (VANDERFORD, 1989). Para Kerbrat-Orecchioni, o argumento *ad personam* é próprio de toda polêmica, uma vez que este é por definição um discurso desqualificador (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). Amossy, por sua vez, ressalta que toda sorte de artifícios retóricos pode ser usada para desqualificar o adversário, como a **negação**, a **reformulação orientada**, a **ironia**, a **deformação dos propósitos** etc. (AMOSSY, 2014). Na Retórica da Guerra Cultural, esse descrédito lançado sobre o adversário muitas vezes não se restringe a ele, mas a todo grupo ideológico ao qual pertence. É o caso do exemplo abaixo, ainda no mesmo contexto do vazamento de falas de autoridades da *Lava-Jato*:

**Imagem 6 - Guerra cultural no *Twitter***



Fonte: *Twitter*<sup>25</sup>.

Essa postagem, que recebeu cerca de 1.300 curtidas, compartilhada 388 vezes, recebendo 205 comentários é o exemplo extremo da recusa ao diálogo, do ensurdecimento para as razões do Outro. É a intransigência em seu ápice. Aqui, a autora, com o verbo “bloquear”, busca interromper toda fonte de comunicação que possa vir do que ela chama de “esquerda”, escrita em caixa alta (de “políticos, partidos, jornalistas”). Isso significa dizer que a

<sup>25</sup> Acesso em 10 de jun. 2019.

comentarista desqualifica *a priori* toda informação, independentemente do que possa ser veiculado. O interesse não é a procura pelo esclarecimento de fatos, em busca de sua veracidade, mas eliminar do campo do possível aqueles que possam vir a incomodar suas crenças e preconceitos.

Curioso notar que os jornalistas mencionados (Mônica Bergamo, Noblat e Reinaldo Azevedo) são representantes do que se denomina por “grande mídia” ou “mídia tradicional”, como *Folha de S. Paulo* e *Veja*, execrada igualmente muitas vezes por militantes do polo oposto da guerra cultural, a esquerda progressista:

**Imagem 7 - Guerra cultural no *Twitter***



Fonte: *Twitter*<sup>26</sup>.

Aqui um ex-deputado do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) atribui ao que chama de “imprensa comercial”, com seu antipetismo e partidarismo, a culpa pelo suposto conluio entre o juiz Moro e o procurador Dallagnol, e pela exaltação destes à categoria de heróis nacionais, no processo criminal do ex-presidente Lula.

Um outro traço da Retórica da Guerra Cultural é o **dogmatismo**, também conhecido como “espírito de ortodoxia”. É a disposição do sujeito, segundo Angenot, que leva, no interior de um sistema de crenças, a objetar *a priori* toda afirmação que possa vir a contradizer alguns pressupostos. Questionar esse sistema de crenças é ameaçá-lo, constituindo uma declaração de

<sup>26</sup> Acesso em 15 de jun. 2019.

guerra, sejam lá quais forem os argumentos e o modo de apresentação dos mesmos. Nas palavras de Angenot,

O dispositivo dogmático filtra a informação de maneira através da qual toda consideração só serve para reforçar as certezas pré-estabelecidas, o que demonstra uma resistência ilimitada ao questionamento de seus dogmas (ANGENOT, 2008, p. 307, tradução nossa<sup>27</sup>).

Trata-se de uma espécie de imunização retórica, um dispositivo de perseverança próprio da luta entre direita conservadora e esquerda progressista; uma ideologia política formando um discurso que se institui e se perpetua pela fé imposta aos militantes sem necessidade de aprofundamento das razões adversárias. A aceitação e a legitimidade de certas ideias, assim, encontram eco no próprio discurso em que foram engendrados, sem rigor quanto à objetividade das provas.

Os dois últimos exemplos (imagens 6 e 7) são casos de manifestação desse dogmatismo próprio da Retórica da Guerra Cultural. O primeiro, como se viu, busca uma objeção *a priori* de todo argumento proveniente do campo cultural oposto, além de deixar explícita a afirmação categórica segundo a qual “todos são abutres”, referindo-se aos adversários do outro lado da batalha. O segundo exemplo procura estabelecer uma relação causal e necessária entre antipetismo e partidarismo de um conjunto majoritário da chamada “imprensa comercial” e a suposta “farsa” de Moro e Dallagnol, bem como a eleição do então presidente da República Jair Bolsonaro. Esses propósitos sugerem afirmações gerais e categóricas como: “a maioria imprensa comercial é antipetista”; “a maioria da imprensa comercial é partidária”; “a imprensa comercial de modo geral é culpada pela eleição de Bolsonaro”; “a imprensa comercial é causa da ‘farsa’ de Moro e Dallagnol terem ido tão longe”; “Bolsonaro é fascista” etc.

Corolário desse dogmatismo é o **pensamento maniqueísta** próprio da Retórica da Guerra Cultural. Esse maniqueísmo baseia-se em uma lógica de raciocínio binário que tende a colocar um campo cultural no domínio do mal em si, do mal ontológico, e outro campo, o do próprio do falante, na categoria do bem absoluto. Nesse tipo de enunciação, é frequente o uso de elementos do discurso religioso para figurativizar a divisão entre dois mundos inconciliáveis. De acordo com Angenot, “toda ideologia privilegia as oposições axiológicas binárias na medida

---

<sup>27</sup> Le dispositif dogmatique filtre l’information de manière à travers laquelle tout ce qui est pris en considération renforce les certitudes premières et dispose d’une résistance illimitée à la mise en cause de ses dogmes.

em que ela tende a formar uma luta social binária narrando uma disputa entre dois princípios, um bom e outro mal [...]” (ANGENOT, 2008, p. 310, tradução nossa<sup>28</sup>). Eis um exemplo:

### Imagem 8 - Maniqueísmo na guerra cultural



Fonte: *Twitter*<sup>29</sup>.

Na postagem de *Twitter* acima, percebe-se a estrutura de pensamento maniqueísta nos dois lados da guerra cultural. Ao passo que o presidente Bolsonaro se autoproclama como um messias enviado de Deus para combater o mal na terra, o mesmo ex-deputado do PSOL mencionado no exemplo anterior questiona esse estatuto, defendendo o contrário, que a missão do presidente seria a de representar o demônio. A cena religiosa se inscreve aqui no discurso pelo léxico, com termos como “missão de Deus” e “bestas do apocalipse”, uma figura bíblica do livro *Apocalipse* do apóstolo João que representa o Anticristo.

Amossy (2014) prefere chamar esse maniqueísmo entre dois polos da guerra cultural de **dicotomização**, que ela diferencia da mera **polarização** (AMOSSY, 2014). Para a autora, é da natureza da polêmica ser conflitual, separar dois campos distintos da argumentação em torno de determinado assunto, configurando a Polarização. Mas, quando o conflito se torna extremo e insolúvel, transcendendo a simples divergência entre indivíduos em relação a um assunto qualquer e demarcando polos ideológicos opostos, aí a divergência é entre grupos, e não mais entre indivíduos, descambando para a dicotomização. Nas palavras de Amossy,

Construir as oposições como dicotomias, como pares de noções excludentes uma em relação à outra sem possibilidade de compromisso, consiste em bloquear toda possibilidade de solução e em fechar as partes em um face a face no qual elas defendem posições inconciliáveis [...]. [Já a] polarização se cria a despeito de diversas divergências [...]. De fato, os atores que endossam um papel de Propositor ou de Opositor podem se basear em argumentos diferentes; eles não participam

<sup>28</sup> Toute idéologie privilégie les oppositions et axiologies binaires dans la mesure où elle tend à former une *sociomachie*, dans la mesure où elle narre la lutte entre deux principes, un bon et un mauvais.

<sup>29</sup> Acesso em 10 de jun. 2019.

necessariamente de um mesmo grupo social, e podem até se pronunciar em nome de ideologias diferentes (AMOSSY, 2014, p. 57-59, tradução nossa<sup>30</sup>).

Portanto, pode-se dizer que, na Retórica da Guerra Cultural, prevalece a dicotomização, mais do que a polarização, no sentido que Amossy confere a essas palavras. Isso porque a divergência em cenário de guerra cultural se estabelece *a priori*, por meio de ideologias pré-existentes ao discurso, apesar de se manifestarem nele. Essa é uma noção que se relaciona, de certa forma, ao conceito de interincompreensão constitutiva entre duas formações discursivas antitéticas proposto por Maingueneau (1983), conforme visto acima.

Repousa ainda no modo argumentativo da Retórica da Guerra Cultural o **pensamento conspiratório**, também conhecido como da “causalidade diabólica” (POLIAKOV, 1980). De acordo com Angenot, o conspiracionismo consiste em uma lógica dubitativa que procura a origem das perseguições, com a finalidade de identificar um inimigo a ser execrado pelos seus atos e suas ideias (ANGENOT, 2008). É como se todas as agruras do mundo devessem ser atribuídas a uma entidade maléfica e dissimulada, representada por um grupo que só quer fazer o mal pelo mal.

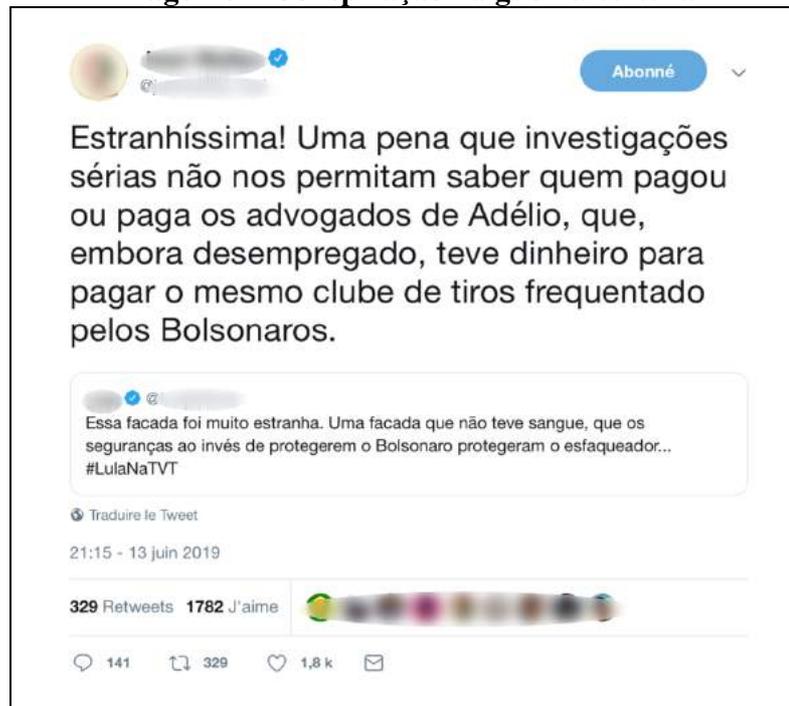
Ressalta Angenot, esse modo de raciocínio conspiratório parte da identificação de uma série de eventos desagradáveis, com a pretensão de que, descobrindo-se a causa do mal-estar, entra-se, então, no domínio do racional que, no entanto, é alimentado pelo ódio e pelo ressentimento de se ver em uma situação de inferioridade face a supostos dominadores. Tendo em vista o sentimento de ser rebaixado, lesado, humilhado, oprimido, existe a compensação que se traduz no prazer intelectual de descobrir o mecanismo desencadeador de toda decadência moral no universo, mesmo que a existência de provas cabais para tal não tenha se confirmado (ANGENOT, 2008).

Um clássico do conspiracionismo da Retórica da Guerra Cultural é a hipótese de complô da imprensa tradicional em relação aos grandes projetos de poder na sociedade. Como observado acima, esse tipo de teoria da conspiração pode ser encontrado tanto em um discurso conservador, quanto progressista. Os dois exemplos abaixo ilustram que, a partir de um mesmo fato, o atentado a Jair Bolsonaro em Juiz de Fora quando era candidato à presidência, pode inspirar conjecturas diversas:

---

<sup>30</sup> Construire les oppositions comme des dichotomies, des paires de notions exclusives l'une de l'autre sans possibilité de compromis, consiste à bloquer toute possibilité de solution, et à enfermer les parties dans un face à face où elles campent sur de positions inconciliables [...]. [De son côté,] la polarisation se crée au-delà, et en dépit, de nombreuses divergences [...]. En effet, les acteurs qui endossent le rôle de Proposant ou d'Opposant peuvent se fonder sur des arguments différents ; ils ne participent pas nécessairement du même groupe social, et peuvent même se prononcer au nom d'idéologies différentes.

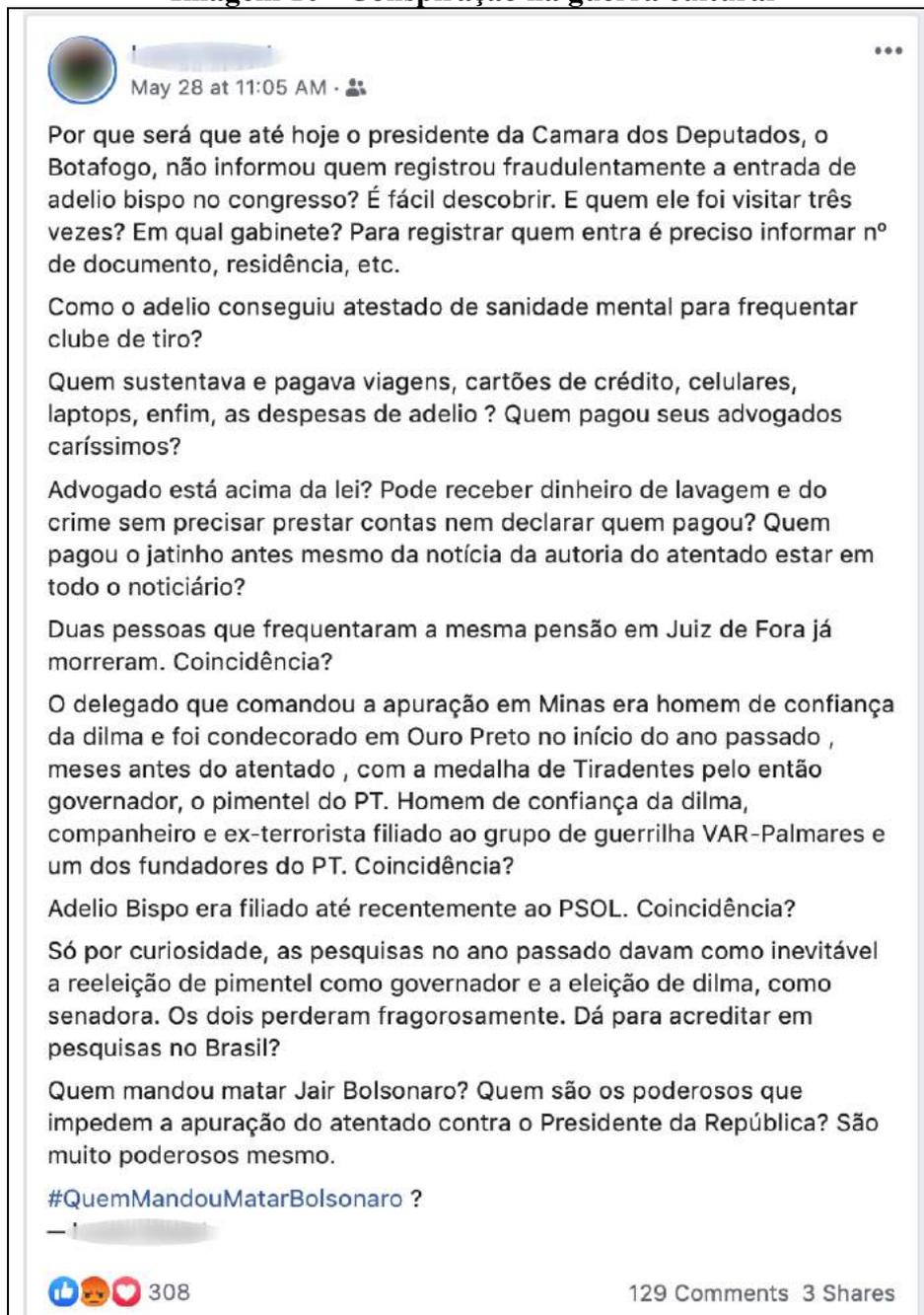
### Imagem 9 - Conspiração na guerra cultural



Fonte: *Twitter*<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Acesso em 10 de jun. 2019.

### Imagem 10 - Conspiração na guerra cultural



Fonte: *Facebook*<sup>32</sup>.

No argumento do representante da esquerda progressista, o ex-deputado do PSOL, no primeiro exemplo (imagem 9), pergunta quem estaria pagando os advogados de Adélio Bispo, autor do crime e desempregado, bem como o fato de este ter participado de um clube de tiros frequentado pelos Bolsonaro como indício de um suposto complô para ganhar as eleições pela indignação dos eleitores. No segundo exemplo, as pistas são as mesmas, mas para sugerir um

<sup>32</sup> Acesso em 10 de jun. 2019.

possível estratagema de a esquerda vencer as eleições com o assassinato de Bolsonaro. A autora da postagem se pergunta igualmente quem estaria a pagar os advogados “caríssimos” de Adélio, e questiona por que teria conseguido entrar em um clube de tiros, se não possuía sanidade mental para isso. Esse discurso demarca seu campo cultural ao buscar estabelecer a ligação entre Adélio e a esquerda, argumentando este ter sido filiado ao PSOL, bem como desqualificando o delegado de investigação, pois este teria sido “homem de confiança” da ex-presidente da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Os mesmos fatos, portanto, podem ser alegados tanto de um lado, quanto de outro, para se defenderem teses contrárias.

Desse conspiracionismo próprio da Retórica da Guerra Cultural, decorre um discurso fortemente marcado pelo *pathos do ressentimento*, que, por sua vez, traz em seu bojo outros tipos de emoções, como o **ódio**, a **inveja** ou a **indignação**. Para Angenot, o pensamento conspiratório e a lógica do ressentimento são indissociáveis, uma vez que a conspiração pressupõe a vontade de estabelecer uma relação entre a realidade e um projeto de dominação humilhante e castrador que não se pode provar (ANGENOT, 2008). O conspirador entra em uma estratégia de tentar subverter um modo de produção de sentidos, de imagens identitárias, de valores, de ideias políticas e cívicas dominantes em benefício da absolutização de outros que supostamente encontram-se sob grilhões, pertencentes a um grupo despossuído e reivindicador (ANGENOT, 2008). Todo insucesso de um grupo ou indivíduo é atribuído ao sucesso alheio:

A lógica do ressentimento postula que a superioridade adquirida no mundo como está é um indício de baixa moral; que os valores que os dominantes ou os privilegiados possuem devem ser rejeitados e desvalorizados em bloco; que eles são desprezíveis em si mesmos [...] e que toda subordinação, todo fracasso, toda memória do contencioso dão direito ao nobre *status* de vítima [...]. O ideólogo do ressentimento se coloca em face de um mundo julgado impostor e opressor cultivando queixas [...] que se tornam seu modo exclusivo de contato com o mundo [...], sua grelha hermenêutica. Ele dá uma razão de ser e um mandato social que lhe permitem jamais sair de si mesmo. A queixa determina uma espécie de privatização dos universais éticos e cívicos e formula um programa para o futuro na liquidação de um contencioso acumulado no passado (ANGENOT, 2008, p. 344, tradução nossa<sup>33</sup>).

<sup>33</sup> La logique ressentimentiste pose que la supériorité acquise dans le monde tel qu’il va, est un indice de bassesse « morale », que les valeurs que les dominants ou les privilégiés prônent doivent être rejetées et dévaluées en bloc, qu’elles sont méprisables en elles-mêmes [...], et que toute situation subordonnée, tout échec, toute mémoire de contentieux donnent droit au noble statut de victime [...]. L’idéologue du ressentiment se place face à un monde jugé imposteur et oppresseur en cultivant des griefs [qui] devient son mode exclusif de contact avec le monde [...], sa grille herméneutique. Il donne une raison d’être et un mandat social qui permettent cependant de ne jamais sortir de soi-même. Le grief détermine une sorte de privatisation des universaux éthiques et civiques et formule un programme pour l’avenir comme liquidation d’un contentieux accumulé dans le passé.

Essa axiologia do ressentimento alimenta rancores que se pretendem legítimos e reais, radicalizando e moralizando o ódio, a indignação ou a inveja em relação ao dominante (ANGENOT, 2008). Em uma inversão de valores, o sucesso é o mal em si e a derrota, virtude, já que nada pode reinar inocentemente. O dominante beneficiário do Sistema será sempre o vilão, por ser culpado de todo mal pelo simples fato de ocupar sua posição de destaque.

Do discurso do ressentimento, decorre um *ethos de expert* (DANBLON, 2010), e um *ethos credibilidade* (CHARAUDEAU, 2005; DONOT & EMEDIATO, 2015), as imagens que o orador confere ao discurso como o de possuir sempre razão e de ser credível. Observa Danblon que, paradoxalmente, apesar de o conspirador se mostrar sábio, conhecedor das causas primeiras das estruturas de dominação, revelador das relações de poder mais encobertas, ele frequentemente se proclama como um *outsider* da expertise *mainstream*:

Ele se apresenta como hipercrítico, rigoroso e preciso, mas, ao mesmo tempo, algo parece lhe dar um acesso direto às causas escondidas [...]. O *ethos* conspiracionista se dá ao mesmo tempo como aquele do livre pensante da modernidade e como o profeta arcaico capaz de identificar as razões fúgdias (DANBLON, 2010, p. 70, tradução nossa<sup>34</sup>).

Quanto ao aspecto credível de quem profere um discurso conspiratório, Charaudeau (2005) ressalta que uma das maneiras para conferir credibilidade no discurso é mostrar que o que se anuncia é seguido de algum efeito na realidade. Acontecido tal efeito, como não há hipótese de refutação, por não haver provas a serem objetadas, mas **ilações** dogmáticas e precipitadas, a imagem que fica é de que o discurso dispõe de credibilidade (CHARAUDEAU, 2005; DONOT & EMEDIATO, 2015). É o caso da postagem abaixo:

---

<sup>34</sup> Il se présente comme hypercritique, rigoureux et précis, mais, en même temps, quelque chose semble lui donner un accès direct aux causes cachées [...]. L’ethos conspirationniste se donne à la fois comme celui du libre penseur de la modernité et comme celui du prophète archaïque capable de déceler les raisons enfouies.

### Imagem 11 - *Ethos* de *expert* e de credibilidade



Fonte: *Twitter*<sup>35</sup>.

Aqui, um deputado do Partido Social Liberal (PSL), partido do presidente Bolsonaro, cria uma imagem de sapiente, nesse discurso conspiratório contra a imprensa, na medida em que enuncia uma lei causal generalizante, segundo a qual quanto mais a imprensa submete um ministro a uma apreciação crítica desfavorável, melhor seria o trabalho deste. Para conferir credibilidade ao seu discurso, mostra capas de algumas das principais revistas semanais do Brasil. É como se a imprensa tivesse como ofício trabalhar para o mal do país e, assim, todo político visado por ela, por tabela, possa ser considerado como credível. O *ethos* de *expert* fica reforçado com a expressão “tenho dito”, o que mostra se tratar de uma afirmação bem pensada há algum tempo e recorrentemente confirmada pelo enunciador.

<sup>35</sup> Acesso em 15 de jun. 2019.

É nesse sentido que a Retórica da Guerra Cultural, com sua orientação frequentemente conspiracionista e rancorosa, encontra terreno fértil no **discurso populista** que, para Charaudeau, consiste na radicalização das matrizes ideológicas de esquerda e progressistas, de um lado, e das matrizes ideológicas de direita e conservadoras, de outro. Para o autor, a cenografia do discurso populista se caracteriza essencialmente por apontar inimigos da nação causadores de todo mal que possa afligir os cidadãos, criando-se a imagem de um líder ou de um governo que seria o único capaz de pacificar o país:

Esse contrato [do discurso populista] faz com que a instância política desenvolva um discurso de acordo com uma cenografia que consiste em denunciar a desordem social das quais os cidadãos são vítimas, pois, se tudo estivesse bem, não haveria razão para se propor um projeto político alternativo; determinar a raiz dessa desordem denunciando os responsáveis; anunciar a solução para colocar fim a essa desordem e promover um estado de ordem social em benefício de todos; concomitantemente, criar uma imagem de líder que se apresente como o único capaz de conduzir um tal projeto (CHARAUDEAU, 2016, p. 34, tradução nossa<sup>36</sup>).

Do ponto de vista da Retórica da Guerra Cultural, o estado caótico do país é dado como consequência da dominação ideológico/discursiva do grupo cultural oposto. É o caso, por exemplo, do conservador de direita que atribui o analfabetismo funcional que grassa no país, ou as colocações derradeiras em *rankings* internacionais sobre Educação a uma suposta “doutrinação ideológica” nas escolas, a um “marxismo cultural” ou “ideologia de gênero”, termos frequentemente usados nos debates políticos do Brasil. Do outro lado, o campo cultural progressista e de esquerda tende, por exemplo, a culpabilizar pelos altos índices de feminicídio e de mortes de homossexuais e transexuais os partidários dos valores de uma sociedade patriarcal e obscurantista.

De fato, uma estratégia de um grupo para conquistar seu eleitorado em processo de desencantamento com o mundo, diante de uma crise econômica, de desemprego, de falta de perspectiva é encontrar um inimigo sobre o qual possa projetar suas frustrações. Um inimigo que apresente valores, modos de vida, pressupostos, regimes de crenças, cultura, história diferentes daqueles dos que se sentem inferiorizados, espoliados, por exemplo, pela ascensão de uma classe social que antes era subalterna e agora compartilha dos mesmos serviços e

---

<sup>36</sup> Ce contrat fait que l'instance politique développe un discours selon une scénographie qui consiste à dénoncer le désordre social dont les citoyens sont victimes, car si tout allait bien, il n'y aurait pas de raison de proposer un projet politique alternatif ; déterminer la source de ce désordre en en dénonçant les responsables ; annoncer ce qu'est la solution pour mettre fin à ce désordre et promouvoir un état d'ordre social au bénéfice de tous ; concomitamment, créer une image de leader qui se présente comme seul capable de porter un tel projet.

empregos oferecidos pela sociedade; ou então se sentem ameaçados pela conquista de direitos por uma minoria antes destituída de dignidade e que, alcançada a igualdade jurídica, coloca em xeque valores tradicionais. Do outro lado, essa mesma minoria pode nutrir uma memória de ressentimento de quando era alijada de condições mínimas de expressão livre de sua identidade e modo de ser.

O discurso populista, no interior da Retórica da Guerra Cultural seria, assim, a exacerbação das matrizes ideológicas mencionadas, a progressista de esquerda e a conservadora de direita. Trata-se, portanto, de uma questão de grau. A interação entre essas matrizes ideológicas não se dá necessariamente em contexto de guerra cultural, mas esta pressupõe a **radicalização** daquelas.

Poder-se-ia, com efeito, dizer que o discurso populista seria um traço da Retórica da Guerra Cultural, quando enunciado por um representante político, como o deputado do PSL do exemplo acima (imagem 11), quando reproduzido por militantes, ou pela instância midiática que se identifica com eles.

Resta, contudo, para melhor compreensão desses embates culturais, investigar em que consistem essas matrizes ideológicas apontadas por Charaudeau (2016), quais os seus contextos de gestação e em que condições chegaram à contemporaneidade no Ocidente. É o que se procurará realizar no próximo Capítulo.

## CAPÍTULO 2 GENEALOGIA DAS MATRIZES IDEOLÓGICAS DA GUERRA CULTURAL

Na visão de Norberto Bobbio (2011), a díade “esquerda-direita” ainda é relevante para tratar do discurso político, mesmo depois da queda do Muro de Berlim e do final da Guerra Fria, que opunha, de um lado, com os EUA, os países alinhados ao sistema capitalista e, de outro, junto com a ex-URSS, aqueles identificados com o socialismo:

Não obstante a díade ser seguida e diversificadamente contestada – e de modo mais frequente, mas sempre com os mesmos argumentos, nestes tempos de confusão geral –, as expressões “direita” e “esquerda” continuam a ter pleno uso na linguagem política. Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si (BOBBIO, 2011, p. 79).

De acordo ainda com Bobbio, a despeito do discurso de esquerda e o de direita poderem apresentar variações no tempo e no espaço – o que explica porque um democrata estadunidense, por exemplo, não adote necessariamente o mesmo discurso de um integrante do Partido Socialista francês –, existiriam certas constantes universais que unificariam os discursos de direita, de um lado, e os de esquerda, de outro:

Partindo do pressuposto [...] de que a pessoa de esquerda é aquela que considera mais o que os homens têm em comum do que o que os divide, e de que a pessoa de direita, ao contrário, dá maior relevância política ao que diferencia um homem do outro do que ao que os une, a diferença entre direita e esquerda revela-se no fato de que, para a pessoa de esquerda, a igualdade é a regra e a desigualdade, a exceção [...], ao passo que, para o indivíduo de direita [...] a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada [...]. [Assim, a esquerda tende a dar] preferência aos direitos humanos fundamentais contra os bens de consumo e patrimoniais, [ao passo que] a direita [adota] os critérios do mérito e da posição social (BOBBIO, 2011, p. 23-24).

Portanto, para Bobbio, a ideia mais compartilhada no discurso de esquerda é a da igualdade, e, a da direita, do mérito. Isso pode ser verificável até mesmo nos discursos Extremistas. Apesar de se poderem observar, por exemplo, inúmeras diferenças entre o discurso de uma direita mais liberal do ponto de vista econômico (e mais ainda em relação à direita liberal do ponto de vista dos costumes) e um discurso de extrema direita, nacionalista e reacionário, a ideia de mérito ainda pode ser aplicada a ambos. Enquanto o menos extremista reivindica o mérito de ser mais poderoso economicamente e, portanto, seu *status quo* é legítimo politicamente, o mais extremista fala também em mérito, mas no caso, no mérito de um povo, de uma cultura, por ser o que é, uma maioria mais tradicional, antiga e legítima diante de uma minoria “invasora”.

Charaudeau (2016) também elaborou um conjunto de critérios para distinguir os dois polos do embate político, esquerda e direita. Para o autor, existiriam sistemas de crenças que poderiam ser chamados de matrizes ideológicas de direita e de esquerda. A matriz ideológica de direita se caracterizaria por portar uma visão de mundo segundo a qual a natureza se impõe ao homem, o que implica afirmar que ele é submisso e, portanto, **a desigualdade seria consubstancial à natureza humana**. Conseqüentemente, seriam naturais, da mesma forma, as relações de dominação do mais forte sobre o mais fraco (CHARAUDEAU, 2016).

Trata-se de um posicionamento que engendra a defesa de alguns valores, como o valor da **família**, que se impõe pela tradição do **patriarcado**, uma hierarquia natural de desigualdade entre os homens; o valor do **trabalho** como **atividade vertical** de relação entre superiores (empresários) e inferiores (empregados), sem contestação possível; e o valor **nação**, constituindo um patrimônio identitário e justificando a categoria do inimigo invasor (CHARAUDEAU, 2016).

Ressalta Charaudeau, esses valores podem ser configurados de forma diferente de acordo com o país, mas são uma tendência geral da matriz ideológica de direita, que tende: ao **conservadorismo**, já que, para se manterem as tradições familiares e de trabalho, repudiam-se as transformações sociais; ao **segregacionismo**, dividindo raças, etnias e religiões; ao **autoritarismo**, para se manter o *status quo* das tradições; e ao **patriarcado**, para possibilitar a educação das gerações futuras segundo o “mérito natural” dos indivíduos (CHARAUDEAU, 2016).

Por outro lado, a matriz ideológica de esquerda, para Charaudeau, caracteriza-se por apresentar a concepção de que **o homem é capaz de dominar a natureza**, o que torna pertinente a ideia progressista segundo a qual seria possível aplacar as desigualdades impostas pelo meio rumo a uma **sociedade igualitária**. Tal sistema de pensamento, para Charaudeau, possibilitaria questionar os valores da direita como: a crítica à ordem hierárquica da sociedade, defendendo a **supressão de privilégios**; questionamento da discriminação, em defesa da **solidariedade social** (entre raças, credos, etnias, gênero, orientação sexual etc.); confronto com as tradições religiosas, em prol da **laicidade**; ataque ao princípio da ordem, opondo o **princípio da contestação** e colocando em causa o poder político de diversas maneiras (pelo sindicato, pelas associações etc.), em benefício do bem comum (CHARAUDEAU, 2016).

Nota-se que, segundo essa classificação de Charaudeau, a matriz ideológica de direita possui em sua base o germen do conservadorismo e, na matriz de esquerda, do progressismo. Daí a importância, tendo em vista esses critérios, de ainda se falar em esquerda e direita quando o assunto é guerra cultural. A esquerda, em seu ímpeto por irromper com a ordem dada,

questionando a naturalização da mesma, possuiria uma tendência mais progressista, ao passo que a direita, com seu apreço pelas tradições, seria mais conservadora.

Frise-se mais uma vez que se trata de matrizes ideológicas que corresponderiam a tendências gerais, segundo o autor, o que não impede, na materialização de um discurso em específico, que essas regularidades apareçam em maior ou menor grau, misturadas ou não. Na Retórica da Guerra Cultural, essas matrizes tendem a se radicalizar rumo a uma situação de ineficácia do fluxo comunicacional entre um polo e outro do debate.

Percebe-se que essa visão de direita, associada ao mérito, e da esquerda, relacionada à igualdade, é a mesma compartilhada por Bobbio. O que chama a atenção, porém, é que a ideia de mérito em Charaudeau associa-se ao mérito de nascer de determinado modo, em algum lugar ou casta (homem, mulher, forte, fraco, burguês, proletário etc.). É o mérito da natureza, e não o mérito de se conseguir, de se emancipar pelo trabalho e, assim, vencer o círculo vicioso imposto pelas condições de nascimento e progredir na sociedade. O valor do trabalho, então, nessa visão de direita, não serviria para libertar, mas para manter as relações hierárquicas de produção.

Entretanto, como se verá adiante, as revoluções burguesas, como a Revolução Francesa, principalmente, vieram para contestar o valor das tradições do *Ancien Régime*. Assim, para a conquista do poder e para promover a crítica aos laços hereditários de sustentação da política, a burguesia se valeu de um campo discursivo hoje considerado de esquerda e progressista. Tendo se consolidado no poder, especialmente após as revoluções industriais, a visada discursiva teria se modificado, tendendo a preservar as relações de dominação, naturalizando-as no discurso de direita e reacionário. É o que se procurará investigar a seguir.

Antes disso, cabe um esclarecimento sobre a origem dessas expressões “direita” e “esquerda”. Elas surgiram no contexto da Revolução Francesa de 1789, quando, na Assembleia Legislativa, após a Constituição de 1791, sentavam-se à direita os Girondinos, liderados por Danton e Marat, representantes da alta-burguesia, mais moderados e zelando pelo cumprimento da Constituição; e, à esquerda, os Jacobinos, conduzidos por Robespierre, formados por pequenos burgueses, artesãos e demais trabalhadores, com ímpetos mais revolucionários, na defesa da instauração de um regime republicano.

A partir daí, o termo “direita”, em muitos países (uma das exceções são os EUA, como se verá abaixo), passou a se associar ao discurso liberal da burguesia, que procurava garantir o cumprimento de regras mínimas do jogo para que pudesse prosperar em seus negócios. Por sua vez, o termo “esquerda” se vinculou ao discurso socialista/comunista/anarquista, que preza por uma maior igualdade, bem como (mas não sempre, no caso, por exemplo, do anarquismo) por

uma maior intervenção do Estado na economia a fim de que se garanta a equalização de oportunidades.

Portanto, um estudo sobre a origem do discurso de direita e conservador implica a investigação sobre o Discurso Liberal, em suas variantes e reapropriações, já que, no imaginário contemporâneo de muitos países, trata-se do discurso recorrentemente associado ao polo ativo das relações de dominação (QUADROS, 2015), ainda que o discurso liberal possa assumir vieses progressistas. Por outro lado, um estudo sobre as origens dos discursos de esquerda, que, para Matteucci (1998), seria, por princípio, progressista, pressupõe uma pesquisa acerca do discurso socialista/comunista/anarquista, igualmente em suas variantes e reapropriações, o que será explicado nos próximos tópicos. Primeiramente, no entanto, será investigada um pouco mais a relação entre o discurso conservador e o discurso progressista, na tentativa não de esgotar o tema, mas de trazer alguns esclarecimentos sobre a construção histórico-discursiva das matrizes ideológicas da guerra cultural.

## **2.1 A dialética entre o discurso progressista e o discurso conservador**

As origens do conservadorismo (e, por pressuposição, do progressismo, já que a ideia de um remete à existência de outro) são objeto de muitas controvérsias acadêmicas. Para Vincent (1995), o termo teria sido cunhado, nos Estados Unidos, na década de 1800; na França, pelo jornal de Chateaubriand *Le Conservateur*, na década de 1820; e na Inglaterra, em 1835, quando a alcunha “conservador” passou a ser a designação do partido *Tóri* (VINCENT, 1995).

Entretanto, autores como Cecil (1912) acreditam que as origens da disposição conservadora (ou progressista) são mais remotas, já que profundamente enraizadas na natureza humana. Os que se regozijam de seu *status* tendem a querer cultivar permanências, ao passo que quem se encontra destituído de posses ou dignidade, geralmente procura subverter a ordem estabelecida (CECIL, 1912).

Auerbach (1959), por sua vez, afirma que um trabalho sobre o conservadorismo e sobre o progressismo deveria começar com *A República* de Platão. De fato, Platão, representante da aristocracia ateniense, elaborou sua obra no sentido de conceber um ideal de cidade-estado que não pudesse ser maculado por nenhuma espécie de vício. Até mesmo a poesia e a arte deveriam, para o filósofo, ser banidas da República (termo que, em Platão, não dispõe da semântica atual de uma forma de estado que se contrapõe à monarquia), por serem representações e, assim, estarem afastadas da verdade e, portanto, do sumo bem.

Em suas obras, Platão constantemente toma os Sofistas como seus adversários, progressistas por excelência, responsáveis pela “corrupção” da *polis* ao democratizarem o acesso à instrução, notadamente em relação aos estudos retóricos. A palavra “sofisma” possui até hoje um ranço negativo, muito provavelmente em função do obscurecimento da Sofística pelo platonismo.

De acordo com o historiador da Filosofia italiano Giovanni Reale (2005c), os Sofistas foram responsáveis por uma verdadeira revolução espiritual na Grécia Antiga, deslocando o foco da filosofia do *cosmos* para o homem. Conseqüentemente, concentraram suas atenções em temas ligados à *polis*, como a já citada Retórica, mas também a Ética, a Política, a Arte, a Educação etc., tudo o que hoje se refere às chamadas ciências humanas.

Reale (2005c) aponta como causas do surgimento da Sofística a crise da aristocracia grega, acompanhada do crescente poder do povo, ainda que a ideia de povo naquele tempo fosse bem restrita, não incluindo as mulheres, por exemplo. Uma outra explicação residiria no intenso fluxo migratório de estrangeiros, especialmente em Atenas. Além do mais, a ampliação do comércio levava cada uma das cidades-estados ao contato com o diferente, com o outro que residia extramuros, possibilitando trocas de experiências e de práticas sociais.

Essa crise do velho mundo aristocrático grego, portanto, significou também a crise da *areté*, os valores tradicionais de cujo esfacelamento Platão tanto se ressentia. Valores esses baseados na ideia de virtude pelo nascimento e excluindo-se a possibilidade de se ascender socialmente por meio da Educação (REALE, 2005c). Os Sofistas, com o seu filosofar relativista, figurando o humano como “a medida de todas as coisas”, como dizia Protágoras, colocaram em questão premissas aristocráticas que eram tidas como eternamente válidas.

Tal movimento humanista de cunho progressista também foi observado a partir do século XIV, quando uma nova visão de mundo antropocêntrica surgia em contraposição aos valores tradicionais teocêntricos dominantes durante a Idade Média, muito em função do surgimento dos Estados Nacionais e de uma nova classe que se acenava fora dos feudos, a burguesia.

Essas transformações poderiam ser observadas, por exemplo, no interior do pensamento de Guilherme de Ockham, com sua concepção de conhecimento físico da natureza, empírico, rompendo com a Metafísica Ocidental e separando a filosofia dos dogmas religiosos. De acordo com Reale, Ockham encarna os ideais de laicidade e de afirmação do princípio da dignidade humana, antecipando alguns pressupostos do movimento renascentista que se firmaria no século seguinte (REALE, 2005d).

Em 25 de setembro de 1339, o acesso às obras de Ockham foi proibido em Paris. Mesmo assim, o ockhamismo já tinha conquistado espaço nas maiores universidades, com estudiosos dispostos a mostrar, com base em seus pressupostos, a inconsistência da cosmologia hierárquica platônica e aristotélica, que adquiriu contornos teocêntricos na Escolástica e na Patrística, durante a Idade Média (REALE, 2005d).

Essa reação de Ockham às estruturas tradicionais de pensamento iria servir de substrato para o Humanismo renascentista e a concomitante revolução científica operada no século XV. No que diz respeito ao Humanismo, Garin (1981) reivindica-lhe uma valência filosófica peculiar, reflexo da realidade histórica do século XIV na Itália, mais especificamente, e na Europa, em geral. Tratava-se de uma exaltação da vida civil e dos problemas a ela ligados, como o da liberdade política (GARIN, 1981).

Reale (2005d), igualmente, interpreta o Humanismo como uma nova forma de conferir sentido à expressão humana, tomando como parâmetro os dogmas da Igreja que então se faziam impositivos. É um novo sentido que celebra a “dignidade do homem” em relação ao universo (REALE, 2005d). Defendendo que o Renascimento e o Humanismo são dois termos para descrever o mesmo fenômeno, o autor adota uma posição contrária tanto àqueles que defendem uma ruptura completa do Humanismo em relação à Idade Média, tanto à dos que postulam pela continuidade de ambas as épocas. Apesar de dialogar com alguns preceitos eclesiásticos, o Humanismo teria lançado as bases para o pensamento moderno e para a Revolução Científica.

Um exemplo dessa Revolução Científica, subvertendo a relação do homem com universo, deu-se com Copérnico, ao contrariar as teses terraplanistas e geocêntricas e defender que a Terra é redonda e gira, assim como outros corpos celestes, em volta do sol. As implicações éticas, culturais e epistemológicas dessa revolução copernicana, contrariando as escrituras bíblicas, não tardaram em atrair reações conservadoras, como a da Reforma Protestante e a da concomitante Contrarreforma, adotando-se medidas para conter o progresso das ideias, como o restabelecimento do Tribunal do Santo Ofício e do *Index*, uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica por ameaçarem suas tradições (BARONE, 1983).

Outro exemplo de rompimento com as tradições eclesiásticas se deu com Galileu, processado pelo Tribunal do Santo Ofício em Roma. Confirmando as teorias copernicanas, Galileu, para poder sobreviver, precisou adotar a tese da incomensurabilidade entre a Ciência e fé, ou seja, de que uma não interfere na outra, de que não existe uma batalha cultural entre ambas. Mesmo assim, em um segundo processo, Galileu foi obrigado a abjurar suas teses progressistas que entravam em nítido choque cultural com a ordem estabelecida. Eis a sentença do Tribunal do Santo Ofício:

Dizemos, pronunciamos, sentenciamos e declaramos que tu, o referido Galileu, pelas coisas aduzidas em processo e por ti confessadas [...] te tornaste para este Santo Ofício veementemente suspeito de heresia, isto é, de haver mantido e crido em doutrina falsa e contrária às sagradas e divinas Escrituras, que o sol seja o centro da terra e que não se mova do oriente para o ocidente, e que a terra se mova e não esteja no centro do mundo, e que se possa manter e defender como provável uma opinião depois de ela ter sido declarada e definida como contrária à sagrada Escritura. Consequentemente, incorreste em todas as censuras e penas dos cânones sagrados e outras constituições gerais e particulares impostas e promulgadas contra semelhantes delinquentes. E pelas quais nos contentaremos se, em termos absolutos, mais que antes, com coração sincero e fé não fingida, diante de nós, abjures, maldigas e detestes os referidos erros e heresias, bem como qualquer outro erro e heresia contrários à Igreja Católica e Apostólica, do modo e na forma que por nós te serão dados [...] (*apud* REALE, 2005d, p. 209).

Um outro episódio de guerra cultural de um sistema de pensamento em relação à ordem vigente aconteceu com o aparecimento da razão iluminista em face do *Ancien Régime*. O progressismo moderno, apesar de, como se viu, deitar raízes, por exemplo, no Humanismo dos Sofistas e dos pensadores da Renascença, é mais largamente tributário das contribuições do iluminismo filosófico.

Kant, em resposta à pergunta sobre o que seria o Iluminismo, assim o definiu:

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo (KANT, 1784<sup>37</sup>).

Para Kant, o cerne do Iluminismo residiria no crescimento da consciência de mundo libertada dos grilhões da servidão espiritual. Trata-se de uma confiança nas faculdades da razão humana, da qual os homens seriam capazes de fazer uso crítico e despreconceituoso. É a libertação dos dogmas da Metafísica Ocidental, das superstições, dos pré-construídos morais, das tiranias políticas e das relações degradantes entre os homens.

O Iluminismo não foi um sistema doutrinário compacto e homogêneo, mas um movimento, uma disposição espiritual de uma época pré-revoluções burguesas, de conceder à razão humana a capacidade de conduzir a humanidade rumo ao progresso através da desconstrução de alguns vínculos considerados cegos e absurdos da tradição (REALE, 2005a).

De acordo com Reale,

---

<sup>37</sup> Texto em domínio público, disponível em: < [http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_o\\_iluminismo\\_1784.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf) >. Acesso em: 24 de jul. 2019.

A "Razão" dos iluministas se explicita como defesa do conhecimento científico e da técnica enquanto instrumentos de transformação do mundo e de melhoria progressiva das condições espirituais e materiais da humanidade; como tolerância ética e religiosa; como defesa dos inalienáveis direitos naturais do homem e do cidadão; como rejeição dos dogmáticos sistemas metafísicos factualmente incontornáveis; como crítica daquelas superstições que seriam constituídas pelas religiões positivas, e como defesa do deísmo (mas também do materialismo); como luta contra os privilégios e a tirania (REALE, 2005a, p. 221).

É por ser uma filosofia que trabalha para o progresso que o Iluminismo pode ser considerado uma filosofia otimista, ancorada no uso crítico da razão. Não se trata de uma razão correspondente a verdades eternas ou a ideias inatas, mas como condição de possibilidade para se buscar o caminho para uma verdade considerada melhor ou pior, a depender do contexto, e não uma verdade absoluta. Não se fala, portanto, da posse da verdade, mas de uma tendência para ela em determinada situação.

Ressalta Cassirer (1992), os iluministas são tributários de Descartes, Spinoza e Leibniz, por exemplo, tendo em vista a confiança na razão. Entretanto, ao contrário desses filósofos, a razão iluminista é a do empirista Locke, sendo, portanto, uma razão limitada à experiência e controlada por ela. A razão dos iluministas é aquela que encontra parâmetros no paradigma da física newtoniana, não respaldada em essências inatas, não busca a natureza última das coisas e não é dependente da revelação religiosa, mas parte da experiência à procura de leis que possam ser comprovadas. É nesse sentido que o racionalismo iluminista se contrapõe à metafísica de cunho racionalista cartesiana (CASSIRER, 1992).

No entanto, diferentemente da física de Newton, a razão dos iluministas não é restrita aos fatos da natureza, pois não exclui nenhum campo de investigação, seja dos fenômenos da natureza, seja das ciências humanas. O iluminismo não se separa da ciência natural, da ciência do Direito, da História e da Política, constituindo para elas uma oxigenação revigorante, uma nova atmosfera na qual podem atuar sem as amarras do velho mundo dogmático e paralisante. A originalidade do Iluminismo não estaria, então, nos conteúdos, já que, como visto, aspirações humanistas já tinham sido manifestadas em outras épocas, mas no seu crivo crítico, na forma e no modo de investigação conceitual, bem como no *telos* de se fazer progredir a humanidade (CASSIRER, 1992).

Foi a partir desse substrato iluminista que os Direitos Humanos foram concebidos, materializando-se na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, pela então Assembleia Constituinte francesa instituída durante a Revolução Francesa. Com direitos como a liberdade, a igualdade e a resistência à opressão, buscou-se estabelecer limites ao poder

político, no intuito de se protegerem as liberdades individuais, de religião e de palavra (REALE, 2005a).

Essas ideias iluministas permaneceram circunscritas ao universo das camadas intelectuais e da burguesia avançada europeia, já que as classes populares ficaram estranhas ao movimento. Entretanto, houve um forte esforço por parte dos *Philosophes*, como eram chamados os iluministas, por difundir o conhecimento, através da multiplicação de academias; do surgimento da Maçonaria; dos salões, nos quais as mulheres puderam obter acesso ao conhecimento, sobretudo nos salões parisienses; das enciclopédias; do epistolário, transmitindo-se as informações por carta; e ainda pelo aparecimento do gênero ensaio, escrito em língua moderna, e não no latim (como se fazia nas igrejas), em estilo enxuto, breve e com construções sintáticas simples, difundido em diários e periódicos (REALE, 2005a).

A reação a esse movimento progressista do Iluminismo não se fez por tardar. Na Europa, começavam a se destacar pensadores desejosos de resgatar as tradições do passado e a dignidade da fé cristã que os *Philosophes* haviam ameaçado. Um desses tradicionalistas foi Joahann Georg Hamann (1730-1788). Nascido em Königsberg, no império prussiano, Hamann não concluiu seus estudos universitários, transferindo-se para Londres no intuito de se ocupar com comércio e finanças. Na capital inglesa, descobriu sua vocação religiosa (REALE, 2005e).

Em um complexo jogo de citações e por meio de uma escrita hermética até mesmo para seus contemporâneos, Hamann era apreciado pelos *Stümers*, movimento precursor do Romantismo na Europa (RUGGIERO, 1957), no que diz respeito ao apelo antirracionalista. De fato, Hamann procurou contrapor à razão a experiência, a vida concreta e os fatos particulares da história (RUGGIERO, 1957).

Um outro traço do pensamento de Hamann é a importância conferida ao conceito de Revelação. Para o autor, as escrituras conteriam exemplos de verdades universais reveladas por Deus por meio dos homens (RUGGIERO, 1957). Sócrates também seria, para Hamann, uma espécie de gênio profético dotado de inspiração divina. Percebe-se, portanto, que, nesse sistema de pensamento, a fé assume posição central em torno da qual tudo deve se adequar.

O mesmo caminho foi trilhado por Friedrich Heirich Jacobi (1743-1819), também próximo aos *Stürmers*. Anti-intelectualista, preconizava que a ciência sem fé seria vazia. Não haveria nenhum caminho racional para demonstrar as causas primeiras, o que somente seria possível por meio da intuição e do sentimento. A especulação intelectual só poderia vir depois da intuição, para confirmá-la, e não para demonstrá-la (REALE, 2005e).

Dentre esses filósofos que se contrapunham às ideias ilustradas da Revolução Francesa, Quadros (2015) separa os conservadores tradicionalistas dos conservadores céticos (além de

mencionar os conservadores liberais, que serão abordados no próximo tópico). Quanto ao reacionarismo tradicionalista, este pode ser entendido como aquele que visa não só frear a tendência ao progresso, à democratização do poder político, a uma maior igualdade de classe, mas quer também retornar a uma suposta época de ouro do passado.

Nas palavras de Pierucci, os tradicionalistas são “antes de mais nada uma proposta de sociabilidade, um projeto de sociabilidade antagonista do projeto da modernidade ilustrada” (PIERUCCI, 1999, p. 18). Para Huntington, o tradicionalista “é um crítico da sociedade existente que deseja recriar no futuro um ideal que ele assume ter existido no passado. É um radical” (HUNTINGTON, 1957, p. 460).

De acordo com Quadros, esses conservadores tradicionalistas, nostálgicos e idealistas, tendem ao autoritarismo, apresentando dosagens de maniqueísmo ao delimitar barreiras éticas fundamentadas na satanização do grupo opositor (QUADROS, 2015). Do ponto de vista de um governo tradicionalista, este procura deter o monopólio das decisões, menosprezando o debate e a mediação entre os diversos grupos de interesse na sociedade. Propaga o líder tradicionalista que ele promove o bem geral da nação sempre que aniquila as forças de oposição, relacionadas ao erro e ao pecado.

Esse é o caso, por exemplo, da fala do então presidente do Brasil Jair Bolsonaro em uma coletiva de imprensa a propósito da nomeação por ele de seu filho Eduardo Bolsonaro ao mais importante posto diplomático do Brasil, na embaixada de Washington: “Se está sendo criticado, é sinal de que é a pessoa adequada” (MAIA, 2019). Ainda que, até o presente momento, não se possa dizer se tratar de um governo autoritário, sua fala é típica do autoritarismo afeito aos reacionários tradicionalistas ao qual Quadros se refere. O presidente aqui pressupõe que toda crítica endereçada à nomeação de seu filho é por si só deletéria ao país, simplesmente por emanar de setores oposicionistas da sociedade.

Quanto aos expoentes do conservadorismo cético, há neles uma percepção segundo a qual os costumes possuem legitimidade independentemente de instituições ou de ideologias. Nesse sentido, a fundamentação para a resistência contra o progresso, contra a democratização do espaço público, contra maior equalização das relações sociais, residiria na experiência vivida, o que em si já exclui qualquer programa de uma dogmática de aplicação política (QUADROS, 2015).

Entretanto, ressalta Kekes, o fato de os conservadores céticos não se aferrarem a um programa de governo específico, isso não significa que não defendam princípios. Não negam a existência de uma ordem moral societária, apenas não aceitam que possa existir um conhecimento seguro acerca disso (KEKES, 2007).

Um dos principais autores desse corte conservador foi Edmundo Burke (1729-1797), um político irlandês membro do então parlamento britânico. Para Burke, as instituições que validam a ordem política só seriam benéficas se brotassem da tradição, se tivessem passado por um longo processo de maturação e se restringissem à mera gestão de conflitos sociais (BURKE, 1982).

Hirschman enquadra o pensamento de Burke no conjunto dos argumentos que aquele autor chama de “argumento da perversidade”. Trata-se aqui da suposta perversidade dos progressos sociais, pois, no futuro, o que esses “avanços” podem significar seria exatamente o contrário do que pregam. Nas palavras de Hirschman,

A estrutura do argumento [da perversidade] é admiravelmente simples [...]. Ele não defende que o movimento ou a política [progressista] se desviará de seu objetivo ou que ocasionará custos inesperados ou efeitos negativos: ao contrário, o argumento postula que a tentativa de forçar a sociedade em dada direção resultará em sua marcha rumo ao oposto desejado [...]. Tentativas de se alcançar a liberdade colocaria a sociedade rumo à escravidão; a procura por democracia produziria um regime oligárquico e tirânico; e programas de bem-estar social criariam mais, e não menos, pobreza. Tudo sai pela culatra (HIRSCHMAN, 1991, p. 12, tradução nossa<sup>38</sup>).

De fato, para Burke, a Revolução Francesa era intolerável, por trazer em seu bojo o contrário do que pregava, a tirania e a violência. Para o político irlandês, as ideias iluministas apresentavam aversão ao passado, aos costumes mais ancestrais: era a supressão da monarquia e da nobreza em benefício dos *Philosophes*; da religião pelo abstracionismo político; da ordem e da hierarquia pelo caos da ideologia igualitária antinatural; da civilização europeia pela barbárie (FURET, 2001). Nas palavras de Burke,

[...] Estávamos em perigo de sermos presos pelo exemplo da França na rede de um despotismo implacável [...]. Nosso presente perigo está no exemplo de um povo cujo caráter não conhece a ponderação; é, no que diz respeito ao governo, o perigo da anarquia [...], de uma irracional, inescrupulosa, confiscatória, saqueadora, feroz, sangrenta e tirânica democracia. Do lado da religião, o perigo [...] não é mais a intolerância, mas o ateísmo, uma falta, um vício antinatural, inimigo de toda a dignidade e consolação da humanidade [...]. Acredito que essa dominação exercida sobre a minoria se estenderá sobre um número maior de indivíduos e será conduzida com muito mais severidade do que [...] poderia ser esperado da dominação de uma só coroa (BURKE, 1982, p. 135-139).

---

<sup>38</sup> The structure of the argument [of perversity] is admirably simple [...]. It is not just asserted that a movement or a policy will fall short of its goal or will occasion unexpected costs or negative side effects: rather, so goes the argument, the attempt to push society in a certain direction will result in its moving all right, but in the opposite direction. Attempts to reach for liberty will make society sink into slavery, the quest for democracy will produce oligarchy and tyranny, and social welfare programs will create more, rather than less, poverty. Everything backfires.

Com esse rápido estudo sobre a relação entre o progressismo e o conservadorismo no pensamento Ocidental, até a Revolução Francesa e o período de sua repercussão, contexto no qual se criaram as palavras “direita” e “esquerda”, passa-se, em seguida, à exposição da guerra cultural representada pelo embate entre as formações discursivas conservadoras e progressistas após esse período. Isso no interior do confronto entre o discurso liberal como representante da direita conservadora, depois da consolidação, na contemporaneidade, da classe burguesa no polo ativo das relações de produção; e o discurso socialista/comunista/anarquista, considerado à esquerda e reivindicando-se progressista. É o que se verá a seguir.

## **2.2 O Discurso liberal**

Existem diferentes abordagens do discurso liberal. A depender do espaço ou do tempo, pode esse discurso assumir as vestes seja de um discurso conservador, seja de um discurso progressista (MATTEUCCI, 1998; QUADROS, 2015). Isso explica o motivo pelo qual diferentes partidos se reivindicando liberais adotem posições conservadoras, centristas, moderadas e até progressistas.

Em diversos países, a palavra “liberal” assume distintas conotações. Na Inglaterra e na Alemanha, por exemplo, indica geralmente um posicionamento de centro, podendo mediar progressistas e conservadores. Nos Estados Unidos, os liberais são associados aos Democratas, mais à esquerda do que os Republicanos no espectro político bipolar do país. Na Itália e na França, assim como no Brasil, os liberais incorporam a figura dos burgueses de direita que, alinhados ao capital internacional, defendem a livre iniciativa e a propriedade particular (MATTEUCCI, 1998). Tamanha variação não é percebida no que diz respeito ao discurso socialista/comunista/anarquista, associado que é às esquerdas e ao progressismo.

A despeito dessas idiossincrasias, segundo Quadros (2015), a combinação entre conservadorismo e liberalismo é viável e caracteriza muitos grupos e partidos políticos na atualidade.

Pela historiografia moderna, pode-se apontar o gérmen do discurso liberal na Revolução Liberal inglesa de 1640, que teve lugar devido a uma série de transformações ocorridas na sociedade (HOBSBAWM, 1995). Assistiu-se à ascensão da classe burguesa, cujo poder não se legitimava pela posse de terras ou pelos títulos herdados, mas pela acumulação de capital, iniciada no século XV no período conhecido como mercantilista.

O advento dessa nova classe pressupõe o fim da sociedade estamental (rei, aristocracia, clero e povo), dando lugar a uma sociedade de classes de predomínio burguês. O proletariado,

formado por aqueles que alienam sua força de trabalho, compôs-se graças ao êxodo rural. Nas cidades, os trabalhadores passaram a ganhar mais do que conseguiam no campo. Em contrapartida, viram sua qualidade de vida piorada, tendo em vista as condições insalubres e desumanas de trabalho nas fábricas (HOBSBAWM, 1962).

A nova burguesia, sentindo-se ameaçada pelo aumento dos impostos provocados pela Coroa inglesa, deu início a um levante civil que depôs o Rei Carlos I e promoveu a ascensão de Cromwell, que, no entanto, não correspondeu às aspirações libertárias da burguesia, por se mostrar tirano e cerceador das liberdades individuais. Foi somente com a Revolução Gloriosa, de 1688, com a ascensão de Guilherme III, que o absolutismo foi de fato liquidado da Inglaterra. O rei, para ser aceito, precisou de assinar uma declaração de direitos que limitava consideravelmente seus poderes, com a subordinação do poder Executivo às deliberações legislativas e às apreciações do Judiciário. Assim, sem o parlamento, o rei não podia criar ou revogar leis. Sem o poder Judiciário, dado o instituto do *habeas corpus*, o rei não tinha legitimidade para mandar prender qualquer cidadão sem instaurar o devido processo legal (HOBSBAWM, 1962).

Essa revolução liberal inglesa teve enorme repercussão internacional. No novo mundo, observaram-se os movimentos emancipacionistas, alguns bem-sucedidos, como a independência dos Estados Unidos, em 1776, outros violentamente reprimidos, como a Conjuração Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), ambas no Brasil. Na Europa, o grande espetáculo ficou com a Revolução Francesa (1789), ela também fonte de inspiração de inúmeras outras revoltas (CAMPOS, 1999).

A Revolução Francesa de 1789 pode ser considerada mais radical que a Revolução Gloriosa, porque engendrou questões da ordem do social e da democracia no debate internacional, o que serviu de inspiração para o discurso socialista, apesar de ter sido essencialmente um movimento burguês. Tratou-se da etapa final do processo de secularização das estruturas de poder, com a invenção do que hoje se conhece como a época contemporânea ocidental. Na França, não houve limitação do poder monárquico, como na Inglaterra, mas extirpação radical do antigo regime, que deu lugar a um republicanismo laico (PAZZINATO, 2002).

É do espírito da Revolução Francesa, associado às ideias ilustradas da filosofia iluminista, que nascem os Direitos Humanos, como adiantado no tópico anterior, com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789). De ideologia liberal, a carta prevê o valor da dignidade da pessoa humana, a liberdade e igualdade entre os cidadãos, o direito à

propriedade individual, o direito à resistência à opressão política e a liberdade de pensamento e de opinião.

É por isso que se pode dizer que o discurso liberal, no intuito de romper com o sistema feudal, possuía um cunho progressista, como se disse. Depois de consolidada em um plano superior das relações de poder, a burguesia começa a se valer desse mesmo discurso liberal, não para modificar o *status quo*, mas para mantê-lo. Muito do que foi estatuído na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, produto de uma revolução burguesa, constitui hoje o substrato filosófico do progressismo de esquerda na Retórica da Guerra Cultural.

Cabe ressaltar, portanto, que o discurso da igualdade hoje reivindicado pela esquerda é também de origem liberal, mas trata-se de um direito concebido de forma abstrata, que se restringe à igualdade perante lei, de direito, fundamental para eliminação de privilégios hereditários, não se referindo a igualdade de oportunidades, ou a discriminações positivas para a ascensão dos menos favorecidos. As discussões sobre o problema da distância entre a “igualdade de direito” e a “igualdade de fato” serão apropriadas futuramente pelo discurso socialista.

Como se depreende da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, o argumento liberal de fundo é aquele que se utiliza do lugar da pessoa, ou seja, vale mais o bem-estar individual que o coletivo. Dessa forma, são construídos freios e contrapesos ao poder soberano, promovendo-se uma separação efetiva entre o público e o privado, sem que aquele possa imiscuir-se neste. O Estado há que se conter em suas pretensões autoritárias, pois é emanção da vontade do povo, que, em princípio, tem pleno acesso ao poder, mesmo que a noção de povo ainda disponha de um caráter elitista no pensamento burguês do século XVIII.

Cumprido ressaltar algumas variações existentes no interior do discurso liberal. É possível pensar em três tipos de liberalismo: o liberalismo ético, o liberalismo político e o liberalismo econômico. O **liberalismo ético** refere-se àquele conjunto de valores presentes na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* vista acima, que contempla, como se disse, a liberdade de pensamento, expressão e religião, o que pressupõe um estado de direito, ou seja, regido sob o império constitucional, a fim de que sejam evitados arbítrios.

O **liberalismo político** encontra nas teorias contratualistas (HOBBS, 1978; LOCKE, 1978; ROUSSEAU, 1978), a legitimidade de um governo que se exerce pelo povo e para o povo (ainda que a ideia de povo, nessa época, possuísse um pressuposto censitário, ou seja, povo era mais quem dispunha de posses), pois foi ele quem delegou poderes ao poder soberano no contrato social. Isso significa que o poder não se fundamenta mais no direito divino ou na herança familiar, mas sim no assentimento dos cidadãos.

Já o **liberalismo econômico** refere-se à não intervenção do poder soberano na livre iniciativa e nos negócios dos indivíduos. Trata-se de uma insurgência contra o modelo político-econômico mercantilista fundamentado no monopólio estatal e na concessão de privilégios econômicos aos membros da corte. Os precursores dessa crítica foram os fisiocratas franceses, com o célebre lema “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même*”<sup>39</sup>, base para futuros desenvolvimentos de Adam Smith<sup>40</sup> e David Ricardo.

Investigando a matriz filosófica da ideologia desse discurso liberal, pode-se afirmar que um marco importante desse pensamento foi a concepção de direito natural em John Locke (1632-1704), um filósofo e médico inglês de origem burguesa. Teórico por excelência da revolução liberal inglesa, forneceu a base filosófica para as revoluções que ocorreram na Europa e nas Américas. O fundamento da filosofia de Locke é contratualista, porque, à maneira de Hobbes e, mais tarde, Rousseau, assume como premissa a existência de um contrato entre os homens e o Estado na fundação de um poder legítimo e soberano, fundando a sociedade civil, por oposição ao estado de natureza (REALE, 2005b).

No estado de natureza, todos têm liberdade plena para executar seus desígnios, mas essa liberdade é limitada, justamente porque encontra obstáculo na liberdade do outro. Não havendo um pacto social, os indivíduos estão constantemente na iminência de serem atacados. Nas palavras de Locke:

Se o homem no estado de natureza é tão livre (...), se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses (...), porque abrirá ele mão dessa liberdade (...) e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros (...) (LOCKE, 1978, p. 88).

Diferentemente de Hobbes, Locke vê na origem da fundação do Estado não o instinto selvagem, mas a razão. Fundada a sociedade civil, os Direitos Naturais não são derogados para Locke, pois são naturais à racionalidade humana. O poder é uma relação de confiança entre o povo e os governantes, que, se violarem o contrato, isto é, se abusarem de sua posição, podem ser legitimamente afastados. Se os Direitos Naturais têm por base a razão humana, são por isso universais. São eles o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à defesa desses direitos. A

---

<sup>39</sup> “Deixai fazer, deixai passar, o mundo anda por si mesmo”.

<sup>40</sup> Existe uma controvérsia acadêmica sobre se Adam Smith teria sido mesmo um dos precursores do liberalismo, motivo pelo qual sua obra não será tratada aqui. Um dos motivos da polêmica está no fato de seu livro se chamar *Riqueza das nações* (e não dos indivíduos), enquadrando-o como um teórico com foco no Estado, e não no indivíduo, ainda que tendo como base a liberdade econômica deste último.

delegação de poder a um soberano não enfraquece o direito natural. Pelo contrário, permite que sejam mais plenamente realizáveis.

Interessante observar a origem democrática do poder político em Locke. Diferentemente do que acontecia no Antigo Regime, cujo poder era monopólio de uma estirpe familiar que, juntamente com os nobres que a cortejavam, dispunham de poder sobre todos os que habitavam suas terras, aqui o poder está posto por instituições políticas criadas por pessoas livres que decidiram estabelecer o contrato social. Se o pacto é baseado na autonomia da vontade daqueles que o realizaram, então não é legítimo que os pactuantes percam sua liberdade quando da instituição do poder soberano. Impera, então, uma separação radical entre o público e o privado, restando ao poder público a garantia da realização dos Direitos Naturais do indivíduo, notadamente o da liberdade e o da propriedade privada.

Entretanto, ressalta Macpherson (1979), mesmo que, em abstrato, a concepção de Locke do poder político seja democrática, concretamente, ainda resta elitista. Ao idealizar o direito de propriedade de forma vaga, como um exercício da liberdade, Locke não averiguou que a acumulação excessiva de propriedade de alguns, o que pressupõe a desapropriação de outros, gera um desequilíbrio na sociedade, criando uma sociedade fragmentada que Locke dissimula, mesmo que talvez inconscientemente. Locke toma por universal o que concerne estritamente aos proprietários dos meios de produção (MACPHERSON, 1979).

Um outro expoente do discurso liberal, em sua gênese, foi Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu (1689-1755), que, apesar de ser nobre, teve formação iluminista junto aos padres oratorianos. Mostrou-se crítico feroz do absolutismo monárquico decadente. Em *Cartas Persas*, um livro de ficção epistolar, satiriza o rei, o papa e a sociedade francesa da época, tendo como ponto de vista dois amigos persas que desembarcam em Paris.

A contribuição de Montesquieu mais importante para o discurso liberal se deu em *Do espírito das leis*, em que elabora a teoria dos pesos e contrapesos entre os três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A teoria da separação dos três poderes tornou-se base do constitucionalismo moderno burguês. Sua premissa está em que só o poder freia o poder e, assim, cada um deles deve manter-se autônomo e vigilante para com os outros. Eis os seus termos:

Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder Legislativo está reunido ao poder Executivo, não existe liberdade, pois pode-se temer que o mesmo monarca ou o mesmo senado apenas estabeleçam leis tirânicas para executá-las tiranicamente. Não haverá liberdade se o poder de julgar não estiver separado do poder Legislativo e do Executivo. Se estivesse ligado ao poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, pois o juiz seria legislador. Se

estivesse ligado ao poder Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos (MONTESQUIEU, 1979, p. 157).

Como pondera Aranha (1993), muito embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo discurso liberal, tratava-se ainda de um filósofo da monarquia. Montesquieu era certamente crítico do poder absoluto, mas estava voltado para os interesses de sua classe, nobre que era. O máximo que idealizou foi uma espécie de aristocracia liberal, contra todo despotismo, mas cujo acesso era vedado ao povo. Com exceção de Rousseau, como se verá a seguir, o liberalismo do século XVIII ainda era censitário, sendo efetivamente considerados cidadãos somente os proprietários de terra ou dos meios de produção.

Rousseau (1712-1778) foi figura complexa e controvertida, tendo suas obras suscitado diversas interpretações, às vezes até contraditórias entre si. Genebrino, filho de um relojoeiro de origem humilde, o filósofo resta sem dúvida como um teórico do contratualismo liberal burguês. Entretanto, em seu discurso, já se percebem vozes dissonantes que antecipam o discurso socialista.

Assim como Hobbes e Locke, Rousseau também levantou a hipótese do homem natural, mas, desta vez, originalmente íntegro, biologicamente sadio e moralmente reto, no sentido de não ser de sua natureza oprimir os demais. O desequilíbrio do homem, portanto, não lhe é originário, mas produto de uma civilização nefasta e dissolutória da essência humana. A categoria do estado de natureza não é uma realidade historicamente datável, mas uma hipótese de trabalho formulada por Rousseau escavando seu universo interior, procurando nele a riqueza humana obscurecida e reprimida historicamente (REALE, 2005a).

A propriedade privada, para Rousseau, ao contrário de ser um direito natural, como queria Locke, é produto da cultura, produto da corrupção da natureza humana. Como descreve no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer 'isto é meu' e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: 'Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!' (ROUSSEAU, 1978, p. 275).

Rousseau não sugere a volta ao estado de natureza, nem que o ser humano volte a andar de quatro patas, como o acusou Voltaire ironicamente. Isso seria impossível. O que propõe,

agora em *Do contrato social* (1979), é a idealização de um pacto que restitua a riqueza humana ofuscada pelo processo civilizacional, baseada na liberdade e igualdade. Assim, é necessária grande revolução que subverta a ordem e instaure instituições totalmente novas, estabelecendo a ponte entre a riqueza interior do homem e sua experiência social. Não é sem fundamento, pois, que se afirma ser Rousseau um grande inspirador da Revolução Francesa.

No novo contrato social, os pactuantes renunciam completamente à sua liberdade natural, mas na verdade não a perdem, pois delegam essa liberdade a si mesmos: é o próprio povo o titular do poder e o responsável direto pelo seu exercício. Com efeito, obedecer ao pacto é obedecer a si mesmo e, portanto, é prática de liberdade, prática de soberania, no caso, a soberania popular, a **vontade geral**, e não a particular. Nas palavras de Rousseau:

(...) este ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade (ROUSSEAU, 1979, p. 39).

A vontade geral, conceito-chave em Rousseau, não é o somatório das vontades individuais. Uma vez que há divergência de interesses entre a vontade privada de um e a vontade privada dos outros, a vontade geral não pode ser a vontade de todos, pois a somatória dos interesses pode acarretar algo contrário ao bem comum. A vontade geral é a sublimação do interesse comum àqueles que pactuaram o contrato social. Por ser comum, não é o interesse da maioria, do contrário não haveria autonomia de vontade da minoria quando do estabelecimento do pacto. É nesse sentido que a lei deve ser suficientemente geral para favorecer a todos os cidadãos. Aquele que se recusa a obedecer à vontade geral pode ser compelido a fazê-lo, pois assim será, paradoxalmente, forçado a ser livre (ROUSSEAU, 1979).

Na lógica da vontade geral, não pode haver hierarquia no corpo social e, assim, a democracia deve ter seu exercício direto pela população. Os depositários do poder não são senhores do povo, mas seus oficiais, eleitos ou destituídos a qualquer momento, conforme as circunstâncias das decisões de assembleias frequentes de todos os cidadãos. Ressalte-se que Rousseau reconhecia que seu projeto de democracia direta só seria viável em sociedades de reduzidas proporções. O filósofo genebrino não desenvolve muito esse tópico. Pode ser que tenha concebido uma sociedade nos moldes das cidades-estados gregas. Ressaltam Aranha e Arruda (1993), isso não significa que as ideias do autor sejam desprezíveis ou utópicas, já que Rousseau apontou para a possibilidade de maior participação em democracias liberais do modelo representativo.

Já no século XIX, o que se percebe é a cisão desse pensamento liberal em duas tendências que ainda hoje se fazem presentes: a tendência do liberalismo conservador e a do liberalismo radical (ARANHA, 1993). Em poucas palavras, o **liberalismo conservador** defende a liberdade, mas não a democracia, por não ser um liberalismo de aspirações igualitárias. Por sua vez, o **liberalismo radical** é uma resposta às contradições provocadas pela Revolução Industrial, que enriqueceu pequena parcela da população, enquanto outra, a do proletariado, permaneceu na pobreza, trabalhando em jornadas de trabalho de quatorze a dezesseis horas, com mão-de-obra inclusive de crianças. O liberalismo radical também é uma resposta às críticas então eminentes à sociedade burguesa, críticas, primeiramente, dos chamados socialistas utópicos e, posteriormente, do socialismo científico, com Marx e Engels. É também por isso, além do fato de o liberalismo ter sido gestado imbuído de um espírito progressista, que não se pode afirmar que toda espécie de liberalismo corresponde ao discurso da direita conservadora.

Quanto ao discurso liberal conservador, este foi observado na França após algumas consequências nefastas da Revolução Francesa. Presenciou-se, no país, um desencantamento generalizado em função da derrocada dos ideais ilustrados da Revolução rumo ao Terror de Robespierre. Apesar de seu discurso democrático, Robespierre mostrou-se, na prática, um tirano sanguinário. Seguiram ao Terror a ascensão e queda de Napoleão Bonaparte, bem como a instituição do Segundo Império, com Napoleão III, que se distanciou ainda mais dos ideais da Revolução (TOUCHARD, 1970).

O teórico liberal francês que se destacou nesse período foi Alexis de Tocqueville (1805-1859), um nobre de tendência conservadora. Segundo Tocqueville, a democracia leva fatalmente à ditadura da maioria e, por conseguinte, ao despotismo e ao conformismo. O filósofo francês lança mão do lugar da qualidade ao valorizar mais o indivíduo que o número, este o lugar por excelência da democracia. Em um regime democrático, a riqueza da individualidade é mortificada diante da ditadura da maioria. Isso não significa que Tocqueville seja idealizador de um estado autoritário. O que acontece é que o autor associava a ideia de democracia à ideia de igualdade, que muitas vezes pode se mostrar tirânica, adversa à expressão das minorias e dos indivíduos extraordinários; um sistema que premia a mediocridade e pune o mérito. Ao mesmo tempo, Tocqueville considerava o individualismo extremado, que visa ao lucro por quaisquer meios, pernicioso para a vida em sociedade. É assim que Tocqueville se expressa:

(...) considero ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de fazer tudo e, no entanto, atribuo às vontades da maioria a origem de todos os poderes (...). O que mais reprovoo no governo democrático (...) não é (...) a sua fraqueza, mas, o contrário, a sua força irresistível (...), o pouco de garantia que se tem contra a tirania (TOCQUEVILLE, 1961, *apud* WEFFORT, 2003, p. 172-173).

Na Inglaterra, é o utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) e de John Stuart Mill (1806-1873) que se faz presente nas teorias liberais do século XIX. Bentham substituiu a teoria do direito natural dos contratualistas pelo que chamou de teoria da utilidade, para a qual o objetivo da moral é a obtenção de maior felicidade para um maior número. Nesse sentido, o cidadão só deve obedecer ao Estado se essa obediência contribuir para a felicidade geral da nação. O lugar do utilitarismo é o lugar da quantidade, que valoriza o número em detrimento do único ou do raro. Uma ação eticamente virtuosa é produto de um cálculo que se mostrou capaz de produzir maior número de prazeres e menor número de dores. Da mesma forma, devem se proceder as ações do Estado. Para tanto, são necessárias eleições periódicas, sufrágio livre e universal e liberdade de contrato (ARANHA, 1993).

Bentham também se destacou por conceber o modelo do *Panopticon*, depois associado por Foucault ao que este chamou de “sociedade disciplinar”. Tratava-se, em Bentham, de uma construção com uma torre de controle central a partir da qual se poderia observar quem precisava ser vigiado, ou seja, os loucos, os doentes, os condenados, os operários, os estudantes, as mulheres, os homossexuais etc. (FOUCAULT, 1979).

John Stuart Mill segue essa esteira do utilitarismo, mas o modifica substancialmente, acrescentando-lhe temperos socializantes e democráticos. Preocupa-se com o destino dos oprimidos e propõe participação dos operários nos lucros das empresas. Sugere também participação proporcional na política para que as minorias tenham voz no Parlamento. Foi, portanto, defensor do pluralismo político, da liberdade de expressão e do debate entre visões de mundo discordantes. Por influência de sua mulher, Harriet Taylor, feminista e socialista, marcou presença na fundação de uma sociedade defensora do sufrágio feminino, na época restrito aos homens (REALE, 2005b).

Apesar dessa incorporação de elementos democráticos nos discursos liberais do século XIX, a realidade no período ainda se mostrava atroz aos menos favorecidos. O contingente trabalhador permanecia em uma situação de subumanidade, com jornadas de trabalho extenuantes, insalubres, perigosas e com remunerações irrisórias. Quanto ao plano externo, o próprio Stuart Mill chegou a confessar que a democracia só era afeita aos povos avançados e brancos e, assim, a empresa colonialista burguesa encontrava legitimidade para cometer

atrocidades humanitárias na África e na Ásia. No Brasil oitocentista, o discurso liberal se restringia ao problema da liberação do comércio, paralisado pelos monopólios estatais. A sociedade continuava agrária, escravista, largamente analfabeta e com regime político elitista (CAMPOS, 1999).

No século XX, no início da década de 1930, presenciou-se o advento do chamado **liberalismo social**. Efetivamente, o discurso liberal, para sobreviver à crise econômica de 1929, precisou de incorporar alguns elementos do discurso socialista. Nos Estados Unidos, o capitalismo mostrou-se falido com a crise de produção que desencadeou o *crash* da bolsa de Nova York. Na Europa, assistiu-se à ascensão dos fascismos, regimes autoritários e racistas. Em contrapartida, a União Soviética prosperava em seu modelo de planificação econômica, com forte intervenção do Estado na economia (HOBSBAWM, 1995).

O discurso do liberalismo social contribuiu para a edificação discursiva do que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, cuja inspiração é o modelo econômico proposto pelo filósofo, jurista e economista John Maynard Keynes (1883-1946). Seguindo os passos de John Stuart Mill, Keynes era convicto de que à eficiência econômica deviam se juntar os imperativos de justiça social, que só poderia ser obtida com a regulação do estado nos negócios dos cidadãos, com a promoção de políticas públicas de transferência de renda, com o fornecimento de serviços públicos gratuitos como Saúde, Transporte e Educação, e com a ampliação dos Direitos Trabalhistas.

Na Itália, como resposta ao fascismo, surgiram teorias que ficaram conhecidas como pertencentes ao chamado **terceiro caminho** ou **terceira via**. Tendo o filósofo e jurista Norberto Bobbio como seu representante mais eminente, a terceira via preconizava a conjugação dos valores de liberdade do liberalismo tradicional com os de igualdade do discurso socialista. Filiado ao então recém-fundado *Partido dell'Azione*, Bobbio foi crítico ferrenho do estado de injustiça vigente no mundo capitalista, assim como da condição de não-liberdade presenciada no socialismo real.

O pensador italiano analisa os obstáculos à verdadeira democracia existentes tanto no mundo capitalista, quanto no mundo socialista, como a tecnocracia, decorrente da necessidade crescente dos governos valorizarem o discurso dos especialistas no debate público; a burocratização da máquina estatal, tornando impossível o acesso direto do cidadão aos aparelhos de estado; a consolidação de grandes conglomerados, sejam públicos ou privados, impedindo a população de participar de certos negócios; e o aparecimento da sociedade de massa, que favorece a apatia humana diante das questões públicas (ARANHA, 1993).

A proposta do discurso liberal de Bobbio é a da **policracia**, segundo a qual o Estado deve acolher a diversidade e o embate das diferentes forças na sociedade. Neocontratualista, juntamente com o americano John Rawls, defende Bobbio que o pacto social não pode se limitar à explicação da origem do Estado, como queriam os contratualistas clássicos. O contrato social deve ser a todo tempo refundado diante dos novos desafios. Antiutilitarista, Bobbio se insurgiu contra Bentham e Mill, pois, segundo o italiano, os imperativos da justiça são mais importantes que os da utilidade, porque não seria legítimo sacrificar a existência de alguns para se alcançar a felicidade do maior número (BOBBIO, 2011).

No entanto, passada a Segunda Guerra Mundial, os Estados europeus, destroçados pelo conflito, não se viam na condição de arcar com os gastos públicos de um estado providência. A esse fator, acrescenta-se o acirramento ideológico entre os discursos Liberal e Socialista no contexto da Guerra Fria. Foi, então, o período propício para o surgimento do **neoliberalismo**, um movimento que propunha o retorno do discurso liberal às ideais tradicionais do “*laissez faire*” dos fisiocratas. Friedrich von Hayek, um de seus teóricos, antikeynesiano e pertencente à Escola de Chicago, acusava o Estado de bem-estar social de ser um estado paternalista que produz uma falsa impressão de justiça (ARANHA, 1993).

O estado ideal, para os neoliberais, é o estado minimalista, que se restringe às ações de policiamento e defesa nacional para garantir a livre circulação de capital. Estado mínimo, para Hayek, não significa estado fraco, pois, com a redução dos encargos, o estado se fortaleceria. Hayek nutria uma ideia evolucionista das instituições sociais, como se elas tivessem um curso natural na história. Esse era seu argumento contra os construtivistas, que pensam poder modificar as instituições ao bel-prazer humano. Por serem naturais, para Hayek, seria inútil tentar regular as instituições e, assim, suas relações com os homens devem se ver livres da intervenção estatal para prosperarem (REALE, 2005b).

Um outro traço do neoliberalismo é a paradoxal fusão de um liberalismo econômico a um neoconservadorismo então em voga, principalmente nos Estados Unidos. Paradoxal no sentido de se defender um estado mínimo na economia interna e um estado máximo no âmbito dos costumes. O neoconservadorismo foi formado inicialmente por pensadores do liberalismo ressentidos com as políticas de assistência social nos Estados Unidos, bem como com a falta de agressividade em relação à política externa de Moscou, durante a Guerra Fria. O principal centro de difusão de suas ideias foram as revistas *National Review* e *The Public Interest* (BLOCH, 1997; KRISTOL, 1995).

Esses neoconservadores encontrariam na direita religiosa do país seu principal aliado. Os “*Neocons*”, como eram chamados os neoconservadores, recebiam, assim, apoio de entidades

como a *Moral Majority*, *The Religious Roundtable* e *Christian Voice*, além de outras expressões religiosas de tendência conservadora como as igrejas evangélicas de renascidos, os “*born again*”, como eram descritos os cristãos convertidos no país (STELZER, 2004).

O ponto em comum entre essas diversas manifestações conservadoras residia na constatação de que o *Welfare State* teria afundado o país em uma crise moral que indignava os institutos da família e da religião, promovendo a contracultura e a licenciosidade. A retórica conspiratória obteve larga adesão da sociedade americana da época, que viu, com a chegada de Ronald Reagan ao poder, em 1980, a consolidação de alguns de seus ideais, como a inibição do aborto e a introdução de orações nas escolas públicas (FINGUERUT, 2009).

Foi com George W. Bush, contudo, que os movimentos neoconservadores ganharam maior fôlego, quando o então presidente adota uma série de medidas simpáticas aos apelos dos *Neocons*. Intitulando seu programa de “conservadorismo solidário” (*compassionate conservatism*), Bush procurou neutralizar a retórica dos opositoristas democratas, que acusavam os neoconservadores de não se ocuparem com os menos favorecidos (MAGNET, 2007).

Entretanto, a política assistencialista dos *Neocons* possui uma política distinta da do *Welfare State*, introduzindo o valor do mérito nas ações afirmativas. Assim, só os pobres que merecessem deveriam receber ajuda do governo, descrita como “remédio amargo”. Os benefícios só seriam concedidos provisoriamente àqueles que se mostrassem dispostos a saírem de sua condição. Quando o cidadão consegue se libertar das amarras estatais, é porque o “remédio amargo” surtiu efeito. Para Stelzer, o objetivo desse tipo de política é aceitar o *Welfare State* parcialmente para neutralizar a crítica, mas retrocedendo-o às raízes vitorianas segundo a ideologia do mérito (STELZER, 2004).

Dentre as medidas adotadas por Bush, estão: a reforma do sistema previdenciário, com a introdução da lógica da responsabilidade individual e da ética no trabalho, no lugar de se oferecerem pensões gratuitamente ao pobres; programas de incentivo à continência sexual antes do casamento, para diminuir o número de possíveis assistidos pelo Estado e para incentivar a responsabilidade paterna; subsídio estatal para suportar as ações sociais de grupos cristãos; os “cheques-educação”, permitindo que os pais escolham a escola dos filhos, um incentivo para se esquivarem do ensino público e matriculem seus filhos em estabelecimentos confessionais, entre outras medidas (MAGNET, 2007).

Como se vê, ainda que o liberalismo tenha em sua gênese a defesa da igualdade formal, e que algumas expressões minoritárias condenem as injustiças sociais, o cerne do discurso liberal tende para a naturalização das desigualdades de fato, imbuindo-se do valor do mérito e

do direito à propriedade privada. Trata-se de pensamento que se enquadra, como se viu no início deste Capítulo, nos critérios de Charaudeau e de Bobbio para qualificar o discurso de direita.

No tópico seguinte, serão vistas algumas expressões do pensamento de esquerda, identificado com o discurso socialista e geralmente progressista, por procurar romper com a ordem estabelecida alegadamente desumanizadora de exploração do homem pelo homem.

### 2.3 O Discurso socialista

O discurso socialista, aqui tomado em sentido amplo, incluindo as tendências comunistas e anarquistas, é produto do conjunto das críticas endereçadas ao sistema capitalista e seu discurso liberal burguês, que se mostrou no século XIX excludente e explorador. O desencantamento diante da divisa da Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” tornou-se generalizado com a observância de condições subumanas de trabalho dos operários nas fábricas.

Apesar de ser um fenômeno próprio do século XIX, podem-se verificar algumas vozes que já anteciparam o discurso socialista. No século XVI, Thomas More, em sua *Utopia* e Campanella, em *Cidade do Sol*, imaginaram uma sociedade igualitária. No século XVII, os *levellers*, artesãos e pequenos proprietários que se juntaram ao exército de Cromwell, na Inglaterra, reivindicavam, além da igualdade econômica, o direito de participação legislativa por intermédio de representantes eleitos (ARANHA, 1993).

Na França do século XVIII, surge talvez a primeira expressão de uma ideologia comunista posta em prática, com Gracchus Babeuf, que liderou a Conspiração dos Iguais, movimento de caráter igualitário que propunha a comunhão de bens e trabalho. A Conspiração foi reprimida pelo Diretório, o governo da alta burguesia durante a Revolução Francesa depois da queda de Robespierre, episódio conhecido como Reação Termidoriana. A principal reclamação de Babeuf era a de que as camadas mais baixas da população não haviam participado dos benefícios da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789 (PAZZINATO, 2002).

Quanto aos discursos socialistas do século XIX, estes são classificados como socialismo utópico e socialismo científico. Dentre os teóricos enquadrados no **socialismo utópico**, podem ser citados, na França, Saint-Simon (1760-1825), Fourier (1772-1837), Proudhon (1809-1865), Louis Blanc (1811-1882) e Auguste Blanqui (1805-1881). Na Grã-Bretanha, destaca-se o trabalho de Owen (1771-1858).

Trata-se de discursos que vislumbravam uma possível reforma das instituições sem a necessidade de se recorrer a uma revolução. Proudhon, por exemplo, era crítico mordaz do comunismo, que, ao pressupor a apropriação de todos os meios de produção pelo Estado, só faz aumentar a desigualdade em favor dos integrantes da burocracia estatal. O Estado tornar-se-ia proprietário não só dos bens materiais, mas também dos cidadãos (REALE, 2005b).

Interessante notar que o termo “socialismo utópico”, contraposto ao termo “socialismo científico”, foi cunhado pelo próprio Marx a fim de sobrepor seu projeto aos dos demais. Se a palavra “utopia” pode assumir uma conotação positiva, no sentido de “lugar que está por vir”, que “ainda não existe”, em Marx, ela adquire conotação negativa, como “ingênuo”, “pueril”, “inocente”. De fato, Marx faz severas críticas ao que chama de socialismo utópico, pois neste não há nenhuma iniciativa histórica para o proletariado sair de sua condição de miséria. Os socialistas utópicos seriam, para Marx, idealistas, por não reconhecerem as condições materiais de real emancipação proletária (MARX, 2011<sup>41</sup>), como se verá a seguir.

Marx foi sobretudo um revolucionário. Opôs-se a toda tradição filosófica que o precedia, segundo ele impregnada de idealismo. Se Marx extrai de Hegel – um idealista em sua máxima expressão – as principais categorias de análise, como a ideia de dialética, da relação entre senhor e escravo e a concepção de Estado, o faz para criticá-las e repropô-las em uma chave de leitura materialista diametralmente oposta. No que diz respeito à tradição do pensamento hegeliano, Marx opôs-se tanto às tendências mais à direita (Göschel, Conradi), quanto às mais à esquerda (Friedrich Strauss, Bruno Bauer, Max Stirner, Arnold Ruge). Marx também ofereceu oposição às teorias do valor-trabalho dos economistas clássicos (Adam Smith, Ricardo, Pecqueur, David Say), sem contar sua oposição aos chamados socialistas utópicos (Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Owen) (REALE, 2005b).

É importante retomar, em seguida, ainda que brevemente, alguns conceitos hegelianos para a melhor compreensão do discurso marxista, pois é a partir das próprias categorias de Hegel que Marx tecerá suas críticas.

Hegel foi um filósofo de vasta obra, não só em filosofia, mas também em teologia. Seu filosofar mostra-se bastante complexo, sistemático e hermético. Aqui serão abordados apenas

---

<sup>41</sup> Entretanto, as diversas teorias que precederam o materialismo histórico de Karl Marx, ressalta Reale, foram fundamentais na edificação de sua própria teoria. Ao reivindicar cientificidade para seu trabalho, para excluir os demais, Marx cai em contradição ao adotar aquela ideologia positivista de matriz burguesa então em voga na Europa segundo a qual o discurso científico é o único verdadeiro e, por isso, superior. Vale ressaltar, contudo, que Marx lança mão de premissas que não são nada científicas, no sentido tradicional do termo, por não serem verificáveis ou falseáveis. Esse é o caso da lei da dialética materialista, por exemplo, da qual não se pode obter comprovação fática (REALE, 2005b).

três aspectos de sua obra: a concepção de lógica dialética, a inter-relação ontológica entre senhor e escravo e a teoria sobre a natureza do Estado.

Sobre a lógica dialética, o que Hegel faz é renomear aquilo que já tinha sido concebido por Heráclito de Éfeso, na Grécia Antiga. Heráclito via o mundo como um eterno devir, um eterno fluir. Nessa perspectiva, tudo é fluido, tudo escorre. Ninguém pisa em um rio pela segunda vez sendo o mesmo de antigamente; nem o sujeito, nem o rio são os mesmos. O eterno transcorrer do universo se dá pela interpenetração dos contrários, pelo embate de forças adversas até que finalmente encontram harmonia pacificadora<sup>42</sup>.

Da mesma forma que Heráclito, Hegel – opondo-se à tradição metafísica ocidental<sup>43</sup>, que via no ser propriedades abstratas e absolutas, de essências imutáveis – concebe a realidade como processo<sup>44</sup>. Em Hegel, assim como em Heráclito, a realidade evolui através do embate dos contrários, pois todo ser está impregnado de não-ser, todo ente guarda consigo o gérmen de sua destruição, mas que também será vida, pois propiciará o surgimento do novo. Este novo não é a soma dos contrários, mas a aglutinação de ambos, produzindo-se realidade inteiramente nova (REALE, 2005b).

A lógica dialética é então uma estrutura contraditória do real, que se apresenta em três fases: a tese, a antítese e a síntese. O movimento da realidade compreende o antagonismo entre tese e antítese, fazendo surgir a síntese<sup>45</sup>.

Em *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 1992), Hegel fala em “dialética do senhor e do escravo” (DSE), bastante explorada pelo discurso marxista. O senhor triunfa na luta por assumir riscos, ao passo que o escravo, com medo da morte e, para salvar sua existência, aceita servir o senhor. Este obriga o escravo a trabalhar para si, restringindo-se a desfrutar do produto do trabalho alheio. Entretanto, esse tipo de relação já nasce fadada à destruição, pois é o senhor

---

<sup>42</sup> Heráclito, assim, opõe-se à escola elática de Parmênides, que, por sua vez, forneceu importante substrato para a construção da metafísica platônica. Para Parmênides, o ser é estático, imutável e incorruptível, não podendo, como queria Heráclito, nascer de seu contrário, do não-ser. O ser para Parmênides é incriado, no sentido de que nasce do nada, além de ser uno e perfeito. Eis aí talvez grande fonte de inspiração para as posteriores religiões monoteístas no mundo.

<sup>43</sup> Sócrates e Aristóteles falam em dialética, mas não nesse sentido de movimento, de transformação, e sim no sentido de diálogo, deliberação.

<sup>44</sup> Isso talvez possa ser em parte explicado pelos avanços científicos do século XVIII, com a descoberta da lei da conservação e transformação da energia pelo químico francês Antoine Laurent de Lavoisier, que imortalizou a frase: “na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”. Data dessa época também a teoria de Darwin sobre a evolução das espécies, segundo a qual os seres vivos são produtos do desenvolvimento e de transformações ao longo do tempo.

<sup>45</sup> Hegel faz uma analogia com o trabalho de um escultor sobre a madeira. Ao esculpi-la, o escultor nega a matéria-prima com seu trabalho, pois a retira de seu estado de natureza. Entretanto, o trabalho aqui não significa destruição da matéria, mas transformação em outro ser qualitativamente diverso, no caso, a obra-prima.

que começa a se tornar dependente do trabalho do escravo, por não estar habituado a produzir por conta própria. Paralelamente, o escravo torna-se autônomo em sua capacidade de produção. É por isso que, para Hegel, toda relação de exploração guarda consigo seu elemento revolucionário que a leva a explodir (REALE, 2005b). Essa alegoria da DSE será a base daquilo que Marx chamará de “luta de classes”.

Outro ponto na filosofia hegeliana sobre o qual os marxistas se debruçaram diz respeito à concepção de Estado, desenvolvida em *Princípios de filosofia do direito* (HEGEL, 1997). O Estado, para Hegel, é a síntese da dialética entre o direito e a moralidade, lugar da possibilidade da coexistência da família e da sociedade. É a partir da dialética travada entre os diversos Estados que a história se efetiva. Tamanha é a importância que Hegel confere ao Estado que este é o último passo do itinerário do espírito objetivo rumo ao espírito absoluto. O filósofo alemão chega a dizer que o Estado é o ingresso de Deus no mundo dos homens. O Estado não está aí para servir ao cidadão, mas este para servir àquele. O cidadão não tem existência ontológica digna fora de um corpo estatal (REALE, 2005b). Esse também será um ponto de discórdia do discurso marxista para com o hegelianismo, como se segue.

Marx e seu companheiro Engels encontravam-se no século XIX em uma Alemanha mergulhada em problemas e contradições. A região ainda estava fragmentada, pois o processo de unificação só se efetivaria em 1871. Por outro lado, as forças conservadoras, oriundas do mundo medieval destituído pela Revolução Francesa começaram a se articular depois do Congresso de Viena de 1815. Acrescenta-se a isso o desencantamento das classes populares com relação aos ideais ilustrados da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que se mostrava como um discurso que se concretizava somente nos estratos da burguesia. O que se via eram as condições de trabalho degradantes dos operários nas fábricas e a estratificação social (REALE, 2005b).

É a partir dessa situação político-social da Alemanha que Marx contesta Hegel em sua pretensão de conferir ao Estado a qualidade de expressão máxima da razão. Para Marx, as diversas formas jurídicas, políticas e econômicas que configuram o Estado não podem ser explicadas como decorrência natural do desenvolvimento do espírito humano, como resultado da progressão das ideias, mas sim resultante das efetivas condições materiais da vida. Segundo Marx, o que Hegel faz é impedir a emancipação da sociedade civil em relação ao Estado e suas formas de poder. É por isso que Marx visa a operar inversão do hegelianismo, para o qual o sujeito é mero predicado da “razão universal” que conflui na formação dos Estados.

Como ressalta Chasin (1995), essa proposição de Marx é consoante com a do discurso liberal, só que aplicada especificamente à classe trabalhadora. Ora, a emancipação da sociedade

civil em relação aos aparelhos de controle estatal foi o núcleo das críticas burguesas ao Antigo Regime, que impedia a burguesia de realizar seus negócios, dado o monopólio estatal das atividades econômicas. Isso vem a corroborar com a tese segundo a qual a ditadura do proletariado proposta por Marx foi proposta somente como uma etapa rumo a um regime de liberdade e emancipação, o oposto do que se verificou com o stalinismo e outros socialismos reais (CHASIN, 1995).

Marx também foi crítico da concepção hegeliana de dialética. Se, para Hegel, é a ideia, é o pensamento que engendra o real, para Marx, o motor de toda transformação está nas condições materiais, nas reais determinações históricas e sociais. Eis o cerne do **materialismo** marxista. Não é a **superestrutura**, ou seja, os valores, as instituições, o Direito, a cultura etc., que condicionariam as relações materiais, mas sim estas, isto é, a **infraestrutura**, motor do devir histórico. O materialismo subverte não só a filosofia de Hegel, mas toda uma tradição metafísica que o precedeu. Basta pensar na teoria do primeiro-motor de Aristóteles, exposta na *Metafísica*. Tratava-se de uma espécie de ser primeiro, incorpóreo, incorruptível e suprassensível que teria gerado o universo<sup>46</sup>. Nas palavras de Marx, em *Contribuição à crítica da economia política*:

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência (MARX, 1966, *apud* WEFFORT, 2003, p. 276).

Ao materialismo dialético aplicado à compreensão da história, Marx chamou de **materialismo histórico**. Como o próprio nome sugere, o conceito busca explicar os processos históricos através das condições materiais de existência. No lugar de se entender a história pelos grandes feitos, ou pelos grandes homens, pelos heróis, pelas ideias, a chave de compreensão reside nos fatos materiais, na **luta de classes**. Esse é o ponto de conflito do marxismo não só

---

<sup>46</sup> Não se pode confundir o materialismo dialético de Marx com o materialismo mecanicista do empirismo ilustrado do século XVIII, de Diderot, D'Holbach e Helvetius. O materialismo dialético opõe-se ao materialismo mecanicista por este possuir uma visão estática, mecânica, a-histórica dos fenômenos humanos. O homem, para os mecanicistas, são extensão do meio e condicionados pela matéria, não possuindo assim liberdade para tomar seu próprio curso. Trata-se de uma concepção fruto da época em que só se conheciam as leis de Newton da mecânica. A descoberta da lei da transformação da energia por Lavoisier viria mais tarde. O materialismo dialético, ao contrário, entende a realidade como processo, e não subscreve a tese do determinismo filosófico dos mecanicistas, pois o homem é livre para mudar o meio e revolucionar as instituições, um ponto chave do pensamento progressista (CHASIN, 1995).

com Hegel, mas também com a esquerda hegeliana que o precedeu<sup>47</sup>, o que fica explícito em outra passagem de *Contribuição*:

As ideias da classe dominante, em todas as épocas, são também as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante na sociedade é também a força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, se bem que, estando estes contidos naqueles, as ideias dos que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam, ao mesmo tempo, subordinadas a essa classe dominante (MARX, 1966, *apud* WEFFORT, 2003, p. 262).

Isso significa que, se a matéria, se as reais relações econômicas de dominação é que fazem o mundo girar, então há que se inverter o objeto de análise antes concentrado na estrutura ideológica da sociedade (Religião, Educação, Literatura, Filosofia, Ciência, Arte etc.) e na estrutura jurídico-política (leis, instituições etc.). É a infraestrutura, isto é, as **forças produtivas** – composta pelo trabalho e pelos **meios de produção** (ferramentas, equipamentos etc.) – e as **relações de produção** (como se dá socialmente o processo produtivo) que determinam a história (MARX, 2001).

Para ilustrar a aplicação do materialismo histórico, basta comparar os valores da Idade Média com os da Modernidade. No modo de produção (ou seja, no modo de organização das forças produtivas e das relações de produção) feudal, baseado na posse de terras, considera-se não só ilegal, mas também imoral o empréstimo a juros, e valoriza-se a ociosidade da nobreza, um traço de distinção social. Com o advento da Modernidade e seu modo de produção capitalista da burguesia, é o valor trabalho que passa a ser dignificado, em detrimento da ociosidade, momento em que surgem as instituições bancárias para propiciarem o investimento em capital. O materialismo histórico interpreta essa mudança de paradigma nos costumes como sendo causa da ascensão da classe burguesa no mundo.

Todo esse transcorrer dos fatos históricos, toda a mudança das determinações materiais do homem seriam produto da luta de classes, da dialética entre explorador e explorado, entre senhor e escravo, e aqui se vê novamente a presença de Hegel. Por exemplo, o modo de produção feudal é o resultado das contradições do modo de produção escravista da Antiguidade Clássica. A luta da autoconsciência dos povos bárbaros explorados (antítese) contra o Império Romano (tese), foi a fundadora do modo de produção feudal (síntese). Posteriormente, o embate entre servos (antítese) e vassallos (tese) engendrou o modo de produção capitalista (síntese), que

---

<sup>47</sup> Marx criticava a esquerda hegeliana, pois, apesar de esta se opor ao conservadorismo da direita hegeliana (que justificava o Estado vigente), ficava na superfície dos problemas, ao nutrir uma concepção demasiado idealista da história.

por sua vez teria seus dias contados dada à realidade de usurpação existente entre burgueses e proletários.

Quando do triunfo do proletariado, Marx defende a instauração de uma ditadura provisória, a fim de que as instituições sejam reajustadas para a existência de uma sociedade livre da exploração e da propriedade privada. Conforme Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*:

Todos os movimentos anteriores foram tão-somente movimentos de minorias, ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, recuperar-se, sem estilhaçar toda a superestrutura de estratos que constituem a sociedade oficial (MARX, 2001, p. 43).

Este é o ponto de divergência entre o discurso marxista, que se autoproclama “socialismo científico”, de um lado, e o discurso socialista utópico e anárquico, de outro. O marxismo se insurge contra o socialismo utópico por este não prever um projeto de ação de mudança completa da ordem estabelecida. Os utopistas queriam apenas, para Marx, adaptar o capitalismo a imperativos de justiça social sem diagnosticar a fundo suas verdadeiras contradições (REALE, 2005b).

Sobre o discurso anarquista, não será aqui dedicado um tópico exclusivo, pois, apesar de riquíssimo e diverso, assemelha-se em muito ao discurso marxista, em seu diagnóstico e em sua estrutura de ação. O que os difere é o fato de, no anarquismo, não se conceber a passagem ao comunismo via ditadura do proletariado, já que o discurso anarquista rejeita toda forma de violência. O principal mecanismo de ação dos anarquistas é a **desobediência civil**, um conceito cunhado por Henry Thoreau (2001) para designar uma forma de protesto não armado de desobediências a algumas leis ou comandos de governos.

Retornando ao problema da luta de classes, cabe deter-se mais um pouco em como se dá a relação de exploração entre burgueses e proletariado para o discurso marxista. Em princípio, o operário se distingue do escravo por sua relação contratual com o patronato, o que pressupõe uma autonomia da vontade livre dos contratantes. Entretanto, para Marx, essa liberdade contratual é apenas aparente, pois o empregador se apropria do monopólio da produção do empregado em determinado período, dentro do qual ele pode produzir mais do que o previsto. Conforme Marx,

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, amontoados na fábrica, estão organizadas de forma militar. Tal como soldados rasos da indústria, estão colocados

sob vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não apenas são escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas, diariamente e em todos os momentos, escravos da máquina, do capataz e, sobretudo, do patrão da fábrica [...] (MARX, 2001, p. 36).

Além do mais, o fruto do trabalho que ultrapassa o valor da mão-de-obra, chamado por Marx de **mais-valia**, seria inteiramente revertido nas mãos do capitalista, que por sua vez lançará mão desse recurso para acumular mais capital. O trabalhador, ao contrário do burguês, para Marx, não avança em sua condição, pois sempre receberá o mesmo salário; não importa o quanto produza, continuará se debatendo para sobreviver. Nas palavras de Marx:

Com a extensão do maquinismo e da divisão do trabalho, o trabalho perdeu todo caráter de autonomia e, assim, todo atrativo para o operário. Este torna-se um simples acessório da máquina. Só lhe exigem o gesto mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Portanto, os custos que o operário gera limitam-se aproximadamente apenas aos meios de subsistência de que necessita para manter-se e reproduzir-se. Ora, o preço de uma mercadoria – e, portanto, também do trabalho – é igual a seus custos de produção. Por conseguinte, à medida que o trabalho se torna mais repugnante, o salário decresce. Mais ainda, à medida que o maquinismo e a divisão do trabalho aumentam, cresce também a massa do trabalho, seja pelo aumento do trabalho exigido em determinado lapso de tempo, seja pela aceleração do movimento das máquinas etc. (MARX, 2001, p. 35-36).

Soma-se a essa estrutura de exploração da mão-de-obra o fato de o operariado, para Marx, não ter condições nem mesmo de tomar consciência de sua realidade, quanto mais pensar em sair dela, dada a **alienação** provocada pelo trabalho na esteira produtiva, em que vigora a **divisão do trabalho**. O trabalhador não participa do todo da confecção do produto que manipula, pois está especializado em desempenhar funções repetitivas e mecânicas. O operário perde assim a conexão entre o pensar e o agir e aliena-se de sua autoconsciência, caminhando para um processo denominado por Marx de **reificação**, o tornar-se coisa, o desumanizar-se. O produto que o trabalhador produz assume existência separada de seus desígnios. O operário não se reconhece naquilo que fabricou, fenômeno que Marx chamou de **fetichismo da mercadoria**: enquanto a mercadoria se anima, se humaniza, adquire no modo de produção capitalista condição de realidade autônoma determinante da vida dos homens, o trabalhador se reifica, se embrutece, reduz-se à animalidade por só ter tempo e dinheiro para se alimentar, dormir e trabalhar (MARX, 2001).

O que impede o operário de adquirir consciência de classe, consciência da situação de exploração na qual está inserido, é a **ideologia**. Trata-se, para Marx, de mecanismos da superestrutura (leis, valores, representações, manifestações artísticas etc.) que estão aí para justificar e legitimar o *status quo*, disfarçando suas contradições e debilidades. A ideologia tem

forte presença nos jogos de poder e na manutenção de privilégios que conformam o pensar e o agir.

A esse pensamento marxista, Reale (2005b) tece algumas críticas. Logo no prefácio à primeira edição de *O Capital*, Marx já excluiu largamente muitos daqueles que não queria que fizessem parte de seu círculo de discussão: tanto os que lhe imprecam ofensas sem estudar e analisar criticamente suas obras, tanto os que tomam seu texto como sagrado, que se deve defender a todo custo, e não como um texto científico. Sua reserva foi premonitória, pois, ressalta Reale (2005b), o que mais se percebeu foi o fanatismo, tanto dos que lhe ofereceram oposição, tanto dos que o defenderam.

O discurso marxista seria criticável, primeiramente, porque, continua Reale, apresenta-se do modo como se queria combater. Marx se autoproclama científico, antimetafísico, lançando mão, contudo, de artifícios metafísicos ao tentar absolutizar um fato empírico. De fato, defender que, *a priori*, as condições materiais é que determinam as ideias, e que isso seria uma espécie de lógica intrínseca da história, é teorizar à maneira da Metafísica, pois essa assertiva não foi comprovada empiricamente. Afirmar que exista um *telos* que rege o universo rumo a um sentido unívoco é uma profissão de fé, no caso, uma fé laicizada. Descamba-se, assim, para o dogmatismo, infringindo as regras do método científico. Além do mais, não se prova por que a superestrutura (religião, moral, Direito etc.) também não possa ser motor das condições de produção, como defendeu Max Weber, por exemplo, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2004).

Do ponto de vista econômico, o marxismo também é criticado por ser incapaz de elaborar uma teoria do comportamento dos preços satisfatória, segundo Reale. Marx ignorou que os preços dos produtos não são criados pelo valor-trabalho, mas sim por sua demanda no mercado. É o mercado consumidor que valoriza ou desvaloriza determinado produto, segundo suas necessidades, gostos, opções individuais ou contexto cultural. Se só o trabalho fosse o fator de determinação do valor da mercadoria, então a terra ou o ouro, que não demandam trabalho para serem produzidos, não teriam valor nenhum, o que seria um absurdo (REALE, 2005b).

A despeito de todas essas críticas, Reale reconhece que Marx condicionou de forma decisiva o itinerário do discurso político em geral, e do discurso socialista, em particular, impregnando-se nos enunciados de esquerda. O marxismo fundou uma nova era na teoria social, estabelecendo novo paradigma (REALE, 2005b).

Marx foi levado a pensar que a revolução proletária se desencadearia em países de industrialização avançada, como na Inglaterra, onde as contradições sociais entre burguesia e operariado eram mais evidentes. Entretanto, o que se observou foi que a revolução socialista

ocorrera na Rússia em 1917, país de regime aristocrático semifeudal. De vocação internacional, a revolução socialista se espalhou pelo mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a formação de regimes de esquerda na Europa centro-oriental (Albânia, Bulgária, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, Hungria, Alemanha Oriental e Iugoslávia); na Ásia (Vietnã do Norte, Coreia do Norte, China, Laos e Camboja); na América (Cuba, Nicarágua e, mais tarde, Venezuela); e na África, depois dos processos de descolonização (Argélia, Guiné Bissau, Moçambique, Angola etc.) (HOBSBAWM, 1995).

Na Alemanha, o discurso de esquerda que predominou, depois da Segunda Internacional<sup>48</sup>, foi o da chamada **socialdemocracia**, cujos principais idealizadores foram Bernstein e Kautsky e, em uma ala mais radical, contestatória dos primeiros, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

O ponto de convergência dos diversos socialdemocratas reside na recusa à via revolucionária como forma de se chegar ao socialismo. A superação do capitalismo, assim, aconteceria através de mecanismos democrático-parlamentares. Esse é o cerne do que ficou conhecido como **revisonismo** idealizado por Bernstein e que se contraporia às aspirações totalitárias do marxismo original, pelo menos no período de transição entre o que Marx chamou de ditadura do proletariado e a emancipação da sociedade civil, período em que esta prevaleceria sobre o Estado (uma aspiração, como se disse, tipicamente liberal).

Cabe ressaltar que, se o revisionismo foi a pedra angular da Segunda Internacional, ele só o foi nos dois primeiros Congressos, o de Bruxelas (1891), em que se apresentaram metas sobre as jornadas de trabalho, e o de Londres (1896), quando foram expulsos os anarquistas. No Congresso de Amsterdã (1904), contudo, o revisionismo de Bernstein foi condenado pelo também socialdemocrata Kautsky, que conferiu contornos positivistas e darwinistas ao discurso marxista. Para Kautsky, o problema do método dialético era secundário, devendo-se ressaltar o aspecto orgânico ou evolucionista do corpo social, que tenderia naturalmente para o triunfo do proletariado (ARANHA, 1993).

Na Áustria, paralelamente, surgiram teóricos socialistas que se agruparam em torno do que se convencionou chamar de **austromarxismo**, com Max Adler, Otto Bauer, Karl Renner, Rudolf Hilferding. Em linhas gerais, esses teóricos propuseram trazer para o centro do debate os problemas da cientificidade do discurso marxista, bem como de sua fundamentação ética, dotando a teoria de Marx de ares neokantistas. Isso se dá porque os austromarxistas desprezam

---

<sup>48</sup> Lembrando que a Primeira Internacional (1864-1872) foi fundada pelo próprio Marx e que teve como derrocada o esfacelamento da Comuna de Paris em 1871. Lançada a Segunda Internacional (1889-1917), a social-democracia alemã assume a posição de seu guia ideológico.

o materialismo dialético e concentram-se em uma teoria dos fins éticos da revolução, que seria legitimada tendo em vista o imperativo categórico kantiano de tomar a pessoa humana como um fim, e não como um meio (como, segundo os austromarxistas, fazem-no os burgueses capitalistas com sua ética do lucro) (REALE, 2005b).

Em 1917, Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin, liderando os bolcheviques, tomou o poder e transformou a Rússia em União Soviética. Além de revolucionário, Lênin foi também um teórico do marxismo. Para o líder russo, a Segunda Internacional Comunista havia se desvirtuado dos propósitos do verdadeiro marxismo, pois integrantes alemães e francesas apoiaram o colonialismo na África e na Ásia, chancelando uma situação de exploração inconcebível no interior do marxismo. Em *Estado e Revolução* (2017), Lênin entra em polêmica com Bernstein e Kautsky, rejeitando-lhes a tese socialdemocrata da derrocada do capitalismo simplesmente pela revolução espontânea ou através do acesso ao voto pela classe oprimida. É que Lênin tinha chegado à conclusão de que, através do Estado, a burguesia tinha total controle econômico e cultural sobre o operariado, e este, por sua vez, via-se completamente destituído de qualquer associação política no poder. Assim, a revolução espontânea é uma quimera, e a emancipação do operariado só pode se efetivar por meio da militarização dos operários para o uso da violência (ARANHA, 1993).

Com Lênin no comando da União Soviética, é posto em prática o chamado **marxismo-leninismo**, doutrina oficial do país que consistia na defesa da supressão da propriedade privada dos meios de produção, na planificação econômica, na nacionalização dos bancos e fábricas, na reforma agrária etc. Chancelado na Terceira Internacional, o marxismo-leninismo sofreu abalos, dados os obstáculos econômicos que a União Soviética semifeudal oferecia, sem contar a hostilidade dos países capitalistas (ARANHA, 1993).

A Terceira Internacional, fundada em 1919, após a revolução leninista, caracterizou-se por um movimento de retomada da tradição hegeliana no interior do discurso marxista. Podem-se citar, por exemplo, György Lukács (1885-1971), inserido no contexto teórico denominado **marxismo ocidental**, juntamente com Karl Korsch e Ernst Bloch. O movimento objetivava se contrapor às interpretações marxistas da Segunda Internacional, muito ligadas ao positivismo e ao darwinismo, bem como se contrapor aos austromarxistas, que liam Marx em uma chave neokantiana. Para Lukács, o sumo do marxismo estava em seu método hegeliano da dialética, que tinha aspirações mais totalizantes, que diz respeito mais à estrutura da razão universal que a episódios esparsos. De fato, a dialética é um movimento que visa a explicar o movimento da história geral, permitindo estudar a sociedade como um todo, através de suas conexões profundas.

Para Lukács, não é somente a ciência ou a filosofia que são capazes de abarcar a totalidade do real. A arte também cumpre esse papel. E o instrumento que permite à arte captar o todo da realidade é o que chamou de **tipo**, lugar em que o particular é revelado pelo universal, e este se expressa por meio do particular. Em outros termos, os signos de uma obra de arte (literatura, pintura, música) são particulares, mas eles são meros representantes do conteúdo que querem veicular, que por sua vez é a essência do real, a realidade compreendida em seu conjunto (REALE, 2005b).

Durante o período do Entreguerras, também se destacou, na Itália, Antonio Gramsci, preso pela ditadura fascista. Principalmente em *Cadernos do cárcere* (2014), o filósofo italiano se opôs ao economicismo do discurso marxista tradicional, com sua interpretação inflexível da relação entre superestrutura e infraestrutura. Não é sempre que a segunda determina a primeira, não é sempre que as condições materiais são o motor da história, que condicionam a cultura, defendia Gramsci, pois o Estado capitalista não se impõe apenas pela coerção e pelo uso da força, mas também pelo discurso. A ideologia da classe dominante é difundida por meio das instituições da sociedade civil, como Igreja, escola, partidos políticos, imprensa etc., o que posteriormente Althusser denominará de “aparelhos ideológicos de Estado”, e Foucault, de microdiscursos ou micropoderes (ARANHA, 1993).

É com o conceito de **hegemonia** que Gramsci explica a cadeia persuasiva da classe dominante. Uma classe pode ser considerada dominante se ela se armou de aparato discursivo sedutor a ponto de convencer a classe dominada a aderir a seus projetos. A tarefa dos **intelectuais orgânicos** seria, assim, a de produzir discursos para aliciar possíveis sectários do regime e para impedir que os dominados adquiram consciência de classe. Daí a importância do **intelectual revolucionário** para promover a confluência entre saber e poder na construção do socialismo (GRAMSCI, 2014). Esse é um ponto da teoria de Gramsci bastante visado por conservadores contemporâneos, notadamente no Brasil, para eles a causa da existência de uma suposta “doutrinação nas escolas” que desvirtuaria as instituições tradicionais como a família, o patriarcado e a religião.

Muito do ranço negativo do pensamento gramsciano se deu pela degeneração das ideias socialistas no socialismo real de Stálin. Efetivamente, na Rússia do Entreguerras, com a morte de Lênin em 1924, Stálin ascendeu ao poder e instalou a barbárie. Contrariando os desígnios internacionalistas de Lênin, o stalinismo se mostrou essencialmente nacionalista, fortalecendo a polícia política, instaurando um regime de partido único, equipando o exército e alimentando o culto à personalidade. Avesso à filosofia e às abstrações teóricas, o contrário de Lênin e de Trótski, Stálin se apresentou mais preocupado com a criação de máximas de ação e, assim, o

discurso marxista se empobreceu e se degenerou no dogmatismo, fechando-se a toda hipótese de crítica (ARANHA, 1993).

A despeito do regime de terror e dos expurgos e perseguições, a União Soviética de Stálin se tornou uma potência econômica nas décadas de 1930 e 1940. Com a rígida planificação econômica, deu-se prioridade à indústria pesada, transformando o país autossuficiente em bens de produção. O crescimento econômico foi tamanho que, após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética, juntamente com os Estados Unidos, protagonizou o teatro das relações internacionais no cenário da Guerra Fria, que representou o embate ideológico entre as duas principais economias do planeta, cada uma com seu modo de produção. O Muro de Berlim foi o símbolo mais acabado da separação dos dois mundos (PAZZINATO, 2002).

Na década de 1970, depois do desencanto com o totalitarismo stalinista, surgiu na Europa um movimento parecido com a socialdemocracia da Alemanha do início do século XX. Tratava-se do **eurocomunismo**, que, basicamente, assim como os socialdemocratas, também procurava aliar os imperativos de justiça social e democracia. Na Itália, figura proeminente foi Togliatti, que liderou o Partido Comunista Italiano. Na França, o Partido Comunista foi conduzido por Althusser (cujos pensamentos serviram de substrato para o nascimento da Análise do Discurso francesa) e Garaudy (depois expulso, sob a acusação de “direitismo”), substituindo-se o conceito de “ditadura do proletariado” por “desafio democrático”. Na Espanha, Felipe González lutou pela democratização social.

Uma outra manifestação do discurso socialista no século XX foi a chamada **Escola de Frankfurt**. Os frankfurtianos, através do Instituto para Pesquisa Social, uniram-se pela primeira vez na Alemanha, em 1925. Faziam parte do grupo Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm e Jürgen Habermas (que posteriormente desenvolverá um pensamento próprio, descolado dos outros). Diversos são os objetos de estudo da Escola de Frankfurt: o totalitarismo, a cultura de massa, a ciência etc.

Os frankfurtianos preconizaram aquilo que chamaram de **teoria crítica da sociedade**, em oposição ao que concebiam como **teoria tradicional**. Em poucas linhas, a teoria crítica se opõe à teoria tradicional no sentido de que a primeira não se submete ao ideal positivista da separação dos saberes. Os frankfurtianos recusam-se a encarar a realidade como fragmentada, compartimentalizada. Concebe-se que as ações sociais são também fruto da estrutura de conhecimento, do modo de pensar e ver o mundo, dos valores, e é por isso que, em ciência social, não se pode, como queriam os positivistas, separar fato e valor, ser e dever ser. A sociedade precisa ser investigada em sua totalidade, em um conjunto para o qual convergem âmbitos não só econômicos, mas também culturais e psicológicos. Vê-se aí, pois, a aglutinação

entre marxismo, hegelianismo e freudismo, respectivamente, no interior do pensamento frankfurtiano. Nas palavras de Horkheimer:

(...) os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como veem e ouvem é inseparável do processo de vida social tal como este se desenvolveu através dos séculos (...). A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planejada e a objetivos racionais (HORKHEIMER, 1979, p. 133-138).

A Escola de Frankfurt se volta contra o marxismo de matriz leninista ou stalinista, para o qual a evolução dos fatos históricos marcha inexorável e naturalmente rumo a uma sociedade sem classes. Esse tipo de raciocínio evolucionista e determinista, para Adorno e Horkheimer, seria típico da tradição racionalista da metafísica ocidental, iniciada por Platão, passando por Descartes e culminando no Iluminismo e no ideal positivista de cientificidade do século XIX, como se houvesse impregnada na realidade um *telos*, uma finalidade intrínseca que a conduziria linearmente rumo a um suposto progresso social (ARANHA, 1993). Entretanto, como se viu *supra*, a razão, no caso dos iluministas, não é “essencializante”, não é tida como algo absoluto e “descarnado”, como em Platão e em Descartes, porque amparada pela experiência e pela comprovação.

Os frankfurtianos, assim como Gramsci, Lukács e Althusser, também concentram suas análises na superestrutura, isto é, na ideologia impregnada nos costumes, valores, crenças, instituições etc. Adorno e Horkheimer, por exemplo, em *Dialética do Esclarecimento*, veem no fenômeno da **cultura de massas** um sintoma do embrutecimento e alienação provocados pela **indústria cultural**, um instrumento burguês de dominação. A indústria cultural seria a grande responsável por moldar os olhares sobre a realidade, por condicionar as leituras de mundo. O que há de novo na indústria cultural do século XX não é o fato de se constituir em mero entretenimento, e não oferecerem visões de mundo críticas e alternativas ao consumidor. Muito antes do advento da indústria cultural já existia a separação entre “arte leve” para as camadas desfavorecidas da sociedade e “arte erudita” para a elite. O que a indústria cultural traz de novo é a falácia de apresentar uma “arte leve” sob o signo de uma pretensa “cultura erudita” (DUARTE, 2002, p. 37). Eis as palavras de Adorno e Horkheimer, no que diz respeito especificamente à indústria cinematográfica:

O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural. A velha experiência do espectador de cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção quotidiana, tornou-se norma da produção. Quanto maior a perfeição com que suas técnicas duplicam os objetos empíricos, mais fácil se torna hoje obter a ilusão de que o mundo exterior é o prolongamento sem ruptura do mundo que se descobre no filme. Desde a súbita introdução do filme sonoro, a reprodução mecânica pôs-se ao inteiro serviço desse projeto. A vida não deve mais, tendencialmente, deixar-se distinguir do filme sonoro. Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra filmica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição objetiva. São feitos (...) de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do espectador (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 104).

Adorno e Horkheimer viram nas imagens cinematográficas um mecanismo de facilitação para o espectador, impedindo que o mesmo imagine por conta própria o cenário, os personagens etc. A época dos frankfurtianos coincidiu com a mundialização dos filmes hollywoodianos, que geralmente traziam mensagens fortemente ideológicas. Muito do que teorizaram Adorno e Horkheimer ainda pode ser facilmente observável. Mas o fato é que, tratando do caso específico do cinema, os autores não presenciaram movimentos contestatórios do próprio fazer cinematográfico, que ofereceram uma visão crítica e questionadora do mundo, como os filmes da *Nouvelle Vague* francesa, do neorrealismo italiano, ou os do cinema novo no Brasil, com Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Roberto Santos, entre outros.

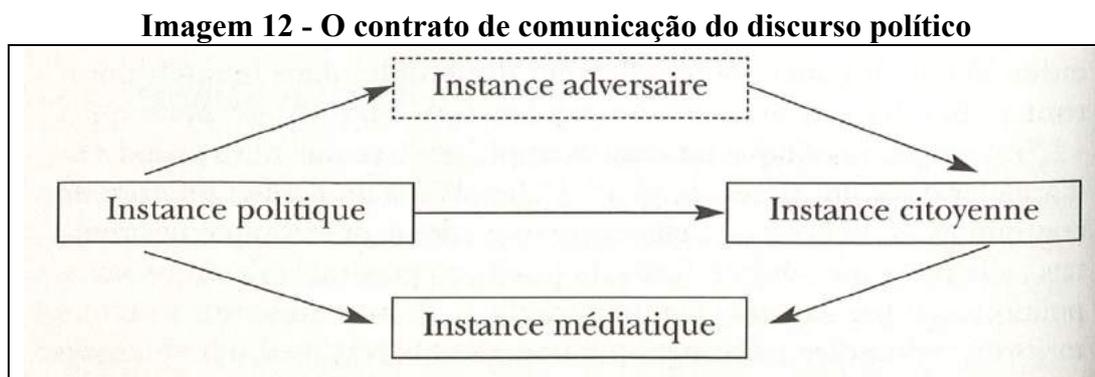
Expôs-se, sucintamente (para a compreensão dos embates ideológicos no Parlamento brasileiro quando do *impeachment*), a genealogia histórico-filosófica dos discursos de direita e de esquerda, bem como suas variantes progressistas e conservadoras, explicitando como elas se edificaram ao longo da história e foram se ressemantizando com o tempo. Passa-se, agora, ao desenvolvimento da situação de comunicação do discurso parlamentar brasileiro na época do *impeachment* de Dilma Rousseff, explicitando seus pressupostos, quais sejam, seus interlocutores, seu auditório, o gênero do discurso através do qual aqueles se comunicam, entre outros elementos.

### CAPÍTULO 3 A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

O ato de comunicar pressupõe a existência de pelo menos dois interlocutores, ou de um enunciador e um auditório, ambos regidos pelas limitações que o contexto lhes impõe (CHARAUDEAU, 2005). É por isso que se pode dizer que a emanação de um discurso é duplamente individual e coletiva. Cada sujeito possui sua singularidade, sua história de vida. No entanto, em sua relação com o outro, a palavra se estabelece a partir de uma série de especificidades e limitações impostas por um dado contrato de comunicação, composto por normas e convenções languageiras compartilhadas (CHARAUDEAU, 2005). Nas palavras de Charaudeau:

Não somos jamais livres [...]. Cada um de nós é um indivíduo com uma história singular. Mas essa individualidade e essa singularidade, nós a forjamos através de nossas relações com os outros, em comunidades mais ou menos constituídas, mais ou menos fechadas, e em ocasiões de situações de troca que são ao mesmo tempo diversas e recorrentes. Nós somos, portanto, seres duplamente coletivos e individuais [...]. Nós somos ao mesmo tempo constrangidos pelas normas e convenções languageiras que nós compartilhamos com o grupo e livres – ainda que relativamente – de adotar uma teatralização discursiva que nos caracteriza (CHARAUDEAU, 2005, p. 39, tradução nossa<sup>49</sup>).

No caso do contrato de comunicação político, segundo Charaudeau, existe uma interação entre duas instâncias: a instância política e a instância cidadã, relacionadas por meio da instância midiática e da instância adversária, como na imagem abaixo:



Fonte: CHARAUDEAU, 2005, p. 42.

<sup>49</sup> On n'est jamais totalement libre [...]. Certes, chacun d'entre nous est un individu fait d'une histoire singulière. Mais cette individualité e cette singularité, nous les forgeons à travers nos relations avec les autres, dans des communautés plus ou mains constituées, plus ou moins fermées, et à l'occasion de situations d'échanges qui sont à la fois diverses et récurrentes. Nous sommes donc des êtres à la fois collectifs et individuels [...]. Nous sommes à la fois contraints par les normes et conventions langagières que nous partageons avec le groupe, et libres – quoique relativement – de procéder à une mise en œuvre discursive qui nous caractérise.

A instância política é composta pelo chefe de Estado e de governo, pelos ministros, pelos deputados da coalisão governamental etc. A instância adversária é representada basicamente pelos deputados de partidos opositoristas (CHARAUDEAU, 2005).

A instância cidadã, por sua vez, em sociedades democráticas abertas, não se define por um pertencimento a um etnia, a uma religião ou a um espaço geográfico, segundo Charaudeau, mas pelo pertencimento simbólico dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional dentro da qual se reconhecem, delegando o poder à instância política e adversária para a representação de seus interesses. Essa instância, heterogênea, é composta por sindicatos, corporações, grupos étnicos, diversos movimentos sociais, as diversas composições do eleitorado etc. (CHARAUDEAU, 2005).

Charaudeau distingue o que chama de sociedade civil do que ele entende por sociedade cidadã. A sociedade civil é composta por pessoas físicas concretas, ao passo que a sociedade cidadã é uma construção que reúne indivíduos conscientes de exercerem um papel na organização política da vida social (CHARAUDEAU, 2005).

Por último, a instância midiática, assim como a instância cidadã, também se situa em um quadro extragovernamental. É aquela que liga a instância política à instância cidadã através dos mais diversos meios de comunicação. Os atores que compõem essa instância são legitimados na sociedade como exercendo o papel de informadores (CHARAUDEAU, 2005).

Com o advento das redes sociais, contudo, o acesso da instância política à instância cidadã tende a ficar cada vez mais direto. O então presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, possui o hábito de postar comunicados em suas redes, bem como de realizar transmissões ao vivo, diretamente aos seus seguidores, que podem reagir imediatamente através dos comentários. Mesmo nesse caso, a instância midiática ainda assume o papel de espaço público de debate e de mediação das diversas vozes que emanam, seja da instância política (e adversária), seja da cidadã.

Em um estudo sobre a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, as instâncias objeto de análise deste trabalho versam sobre a instância política e adversária, bem como da instância cidadã, no papel do auditório e a quem os deputados projetam seus discursos tendo em vista seus próprios interesses de representantes políticos.

Assim, neste Capítulo, serão aprofundados o estudo dessas duas instâncias, a política/adversária e a cidadã, para melhor entendimento das restrições e dos valores presentes no contrato de comunicação política desse episódio do *impeachment*. Antes, contudo, será feita

uma breve exposição acerca do lugar por meio do qual se desenrolaram os discursos políticos: o Parlamento brasileiro. É o que se verá no próximo tópico.

### **3.1 O lugar da enunciação: o Parlamento brasileiro**

Para a compreensão da estrutura do Parlamento brasileiro vigente durante o impeachment de Dilma Rousseff, cabe, primeiramente, um esclarecimento sobre o poder Legislativo em geral, bem como sua importância para a consolidação de algumas democracias no Ocidente.

#### *3.1.1 A formação do poder Legislativo na Modernidade*

É no poder Legislativo em geral, pedra angular nas democracias, que se confluem as mais diversas vozes da sociedade, intermediando distintos interesses. Sua existência é crucial para aliar os anseios de representatividade da população a uma forma de deliberação viável, já que, em territórios extensos e populosos, uma democracia direta, e não representativa, seria difícil de se efetivar (ARATO, 2002).

Em um regime que se diz democrático, um chefe do Executivo não governa sozinho, pois depende da participação do parlamento para efetivar suas ações. Isso explica a existência da chamada coalização governamental, obtida pelo governo através de concessões aos interesses dos parlamentares, para obter a aprovação necessária para a consecução das mais diversas medidas. A coalização seria, assim, um pressuposto de governabilidade. Uma vez perdida, como aconteceu com Dilma Rousseff em 2016, a atuação do chefe do Executivo torna-se insustentável (ABRANCHES, 1988).

No entanto, como observa Assis (2009), o presidencialismo de coalisão, da forma como se consolidou no Parlamento brasileiro, parece legitimar uma relação de subserviência do Legislativo aos interesses do Executivo, enfraquecendo o princípio caro às democracias modernas da separação dos poderes proposta por Montesquieu (1979).

Efetivamente, partidos e facções são em geral agraciados com ministérios, presidências de autarquias, secretarias, fundações ou com algum outro posto importante no governo (o que é proibido, por exemplo, na Constituição dos Estados Unidos, na sexta seção do art. 1.º). Isso faz com que muitos parlamentares cedam *incontinenti* às pressões do Executivo para a aprovação de projetos.

Outra forma de aliciamento de parlamentares por meio do Executivo é a liberação de emendas no orçamento, previstas em lei, mas escolhidas de forma discricionária pelo chefe do

Executivo, segundo seus próprios interesses. É o que aconteceu com o então presidente do Brasil Jair Bolsonaro, que liberou cerca de 1,3 bilhões de reais em emendas no orçamento só na semana que antecedeu a votação da reforma da previdência (concluída em primeiro turno no dia 12 de julho de 2019), para que fosse aprovada (GOVERNO LIBERA, 2019).

Uma vez que o chefe do Executivo não atenda aos anseios particulares de cada bancada ou partido que compõe a coalização do governo, aquele fica refém dos parlamentares, que, no Brasil, podem instituir processo de *impeachment*, ainda que não se comprove, no âmbito jurídico, a existência de crime de responsabilidade, como versa a lei do *impeachment* (Lei 1.079/50). É que o processo parlamentar de destituição de autoridade pública, como se verá adiante, prescinde de respaldo jurídico no que diz respeito ao seu conteúdo, apenas o rito devendo ser acompanhado pelo Judiciário.

Para aprofundar esse estudo do Parlamento, serão vistos brevemente o histórico do surgimento do poder Legislativo nas democracias modernas, notadamente no Brasil, bem como a estruturação básica do Parlamento brasileiro atual.

Pode-se dizer que a história do Parlamento começa na Idade Moderna, ainda que na Idade Antiga já tivessem aparecido algumas noções sobre poder Legislativo, como no caso do Senado Romano durante o período da República, de 509 a 27 a.C. Entretanto, tratava-se de um organismo voltado mais às atribuições do governo e à consulta do que propriamente à atividade de legislar e de representar os distintos interesses da sociedade (ASSIS, 2009).

Durante a Idade Média, também era inexpressivo o instituto do Parlamento. O poder político, em grande parte dos países europeus, encontrava-se concentrado nas mãos dos senhores feudais, que reuniam em si o que se chama hoje de poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ainda que sob supervisão da Igreja. Cada feudo era um corpo político à parte (ASSIS, 2009).

A ideia de Parlamento ganhou força durante a ascensão do poder de “monarcas esclarecidos”, como eram chamados os reis que não governavam de forma absolutista, mesmo que com um poder fortemente concentrado na figura do rei. Nessas sociedades, o monarca dividia seu poder político com outros setores da sociedade, normalmente nobres abastados.

A partir daí, ocorre uma transformação substancial na gerência dos negócios públicos, uma vez que o direito válido não é mais considerado como o da vontade divina e/ou do déspota, mas o que possui respaldo nas leis criadas pelos cidadãos e para os cidadãos, embora a noção de cidadania ainda fosse bastante restrita na época (NETTO, 1992).

O grande marco para a instauração de um parlamento, tal como se concebe hoje, deu-se com a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, em 1688. Ressentida, a então nascente burguesia não

se contentava, no país, em financiar a vida perdulária dos nobres da corte. A esse a fator, somou-se o descontentamento da nova classe face à imposição religiosa do Rei Jaime II que, católico, rompia com a tradição de reis anglicanos na Inglaterra. Esse fator religioso contribuiu para que os burgueses se aliassem aos nobres da classe anglicana para a impor limitações ao poder real (WELLS, 1966).

Pressionado, Jaime II tramou um golpe com Guilherme de Orange, príncipe da Holanda e genro do soberano, levando este ao poder. No entanto, o novo monarca precisou assinar o chamado *Bill of Rights*, em 1689, que obrigava o rei a agir somente sob o império da lei, e não de sua própria vontade, lei essa edificada e referendada pelo Parlamento inglês (COMPARATO, 2006).

A Revolução Gloriosa, como se vê, trouxe a ideia de limitação do poder Executivo através de leis impostas pelo Parlamento. Contudo, foi depois da Revolução Francesa que surgiu a noção de Estado moderno, tal como se conhece hoje. A corte francesa pré-revolucionária era considerada uma das mais ociosas, usurpadoras e absolutistas da Europa. A despeito da corte francesa ter sido considerada uma das mais vanguardistas da Europa, no que diz respeito ao acesso às novidades da ciência e da técnica da época, os *sans-culottes*, camponeses que pagavam impostos, encontravam-se em uma situação de miséria extrema e ausência de dignidade (HOBSBAWM, 1962).

Os ideais do iluminismo, no entanto, que traziam em seu bojo princípios como o da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da liberdade, alastraram-se no país e a situação de servidão vivida pelos *sans-culottes* passou a ficar insustentável. Esses setores da sociedade, aliados à burguesia então em crescente fortalecimento, promoveram uma subversão da ordem sem precedentes na história, configurando o Estado moderno democrático tal como se conhece hoje. Foi com a Revolução Francesa que se consolidaram as aspirações de um Estado constitucional, em que estejam presentes garantias individuais, como na Constituição de 1791.

Como ressalta Biscaretti Di Ruffia, foi com a Revolução Francesa que o processo de representação política apareceu na humanidade, promovendo um outro paradigma civilizacional através da derrubada dos pressupostos do *Ancien Régime*. Isso porque, no Parlamento francês, havia muito mais dissidências, como aquelas entre os jacobinos e girondinos (que como se viu *supra*, deu origem aos termos “direita” e “esquerda”), do que no Parlamento inglês da época da Revolução Gloriosa, muito mais homogêneo e elitista (RUFFIA, 1989).

No caso dos Estados Unidos, a situação foi diferente. Não se buscou, com a Revolução de 1787, de independência em relação à Inglaterra, uma igualdade de condições como fim

último, ainda que vigesse um regime de escravidão negra, cujo *apartheid* jurídico-racial vigorou até meados da década de 1960.

O que impulsionou a revolta norte-americana foi a situação colonial de exploração existente com a Inglaterra, principalmente depois de sua vitória sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Embora vitoriosa, a Inglaterra perdeu muitos recursos, e viu em sua colônia na América a fonte para o seu reequilíbrio econômico (WELLS, 1966; COMPARATO, 2006).

Foram, portanto, sobretudo, motivos econômicos, e não tanto por ideais ilustrados, que a burguesia estadunidense declarou independência e instituiu uma ordem soberana e democrática. O Parlamento, assim, assumiu uma função central na positivação de direitos, através de um modelo então inédito, o bicameral, conjugado com um Executivo também inovador, baseado em um sistema presidencialista. O chefe do poder político, dessa forma, seria escolhido pelo próprio povo, o que não acontecia com os regimes monárquicos então em voga na Europa (SILVA, 2007).

Na América Latina, os parlamentos também foram cruciais para a consolidação das novas nações independentes. Ainda que, após os processos revolucionários, vivia-se sob impérios ou repúblicas bastante incipientes, um parlamento foi criado em quase todos os países latino-americanos.

Na Argentina, instalou-se, após a independência, um regime confederativo em meados de 1850, instituindo um Legislativo em que participavam representantes das províncias. Criou-se também um poder Judiciário de controle dos demais poderes (LASTRA, 1995).

No Chile, foi instaurado um regime centralizado e forte após o movimento independentista. O Parlamento só veio a participar da elaboração de políticas públicas em 1871, cerca de 50 anos após a independência, através de um sistema semiparlamentar, até então desconhecido, unindo características, seja do presidencialismo, seja do parlamentarismo (LASTRA, 1995).

No Brasil, a instituição de um parlamento após a Constituinte de 1824, que marcou o Primeiro Reinado, não era novidade no território. É que, desde o período colonial, já existiam Câmaras Municipais, instituídas pela Coroa portuguesa, compostas por juízes ordinários, juízes de fora, vereadores, um procurador, um tesoureiro e um escrivão, escolhidos em processo eleitoral (obviamente censitário, restringindo-se a homens brancos portugueses detentores de propriedades). Essas câmaras surgem mais como um espaço de representação do poder da Coroa, dada a extensão do território brasileiro, do que como instância deliberativa (LEAL, 1997).

As Câmaras Municipais, portanto, eram uma mistura dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da Coroa portuguesa durante o período colonial, não podendo ser comparadas ao Legislativo dos parlamentos modernos. Tratou-se de um modelo aristocrático que perdurou durante longo período, inclusive durante o Império, após a independência, já que o Parlamento que se edificou após a Constituinte de 1824 era enfraquecido pelo poder Moderador do rei (FAUSTO, 2004).

A despeito da ingerência do Executivo sobre o Legislativo (o que, como se viu acima, permanece nos dias atuais por meio da distribuição de cargos e emendas), a Constituição de 1824 era considerada bastante liberal para a época, pelo menos no que diz respeito ao processo eleitoral, ao permitir, por exemplo, o voto dos analfabetos e por se caracterizar por um sistema, ainda que censitário e indireto, flexível. No entanto, como afirma José Murilo de Carvalho (2007), o sistema era bastante viciado, e só permitia a eleição dos que estavam alinhados às políticas do Imperador.

Com a Constituição de 1891, instaurada a República no Brasil, foram extintas as estruturas centralizadoras do período imperial. O sistema de províncias é então transformado em Estados federativos, seguindo o modelo norte-americano. Com o fim do poder Moderador, típico do Império, estabeleceu-se um sistema de separação de poderes próximo ao do que hoje se conhece no país (SANTOS, 2005).

Durante o governo de Prudente de Moraes, um ex-parlamentar, o Legislativo tinha conseguido relativamente refrear os ímpetus do Executivo. No entanto, com a subida de Campos Salles ao poder, estabelecendo a chamada “Política dos Governadores”, o chefe de Estado passou a controlar com mais facilidade o processo eleitoral de seus correligionários no Parlamento (D’ÁVILA, 2006).

Esse sistema de dependência entre os chefes do Executivo e os aliados no legislativo, na República Velha, ficou conhecido como política do coronelismo. Para obterem concessões para seus respectivos currais eleitorais, os governadores dos estados se submetiam aos interesses do poder nacional, perfazendo um regime oligárquico, antidemocrático e opressor (DALLARI, 1977).

Já a Constituição de 1934, na República Nova, mostrou-se mais inovadora, consolidando um modelo de democracia social até então impraticado no Brasil, fortalecendo o pacto federativo. Apesar de o Legislativo ter se mantido bicameral, o Senado perdeu força diante da Câmara dos Deputados (CASTRO, 1938).

Esse movimento de liberalização democrática, no entanto, durou pouco. Com a guinada autoritária de Getúlio Vargas, instaurando o Estado Novo, por meio da Constituição de 1937,

de nítida inspiração nos fascismos europeus, o Legislativo volta a se ver submisso face aos interesses do chefe de Estado (FRANCO, 1976).

O poder Legislativo só viria a se revigorar com a Constituição de 1946. Os governadores passaram a não mais serem subservientes ao poder central. A presidência de Jânio Quadros talvez seja o exemplo mais emblemático da ferrenha oposição sofrida pelo Executivo do Parlamento no período (ASSIS, 2009).

Criou-se, também, em relação à Câmara dos Deputados, um sistema de representação proporcional segundo o qual o número de representantes por partido seria equacionado de acordo com o número de votos na legenda. Dessa forma, a Câmara passou a representar mais fielmente o seu eleitorado, tornando-se mais plural e democrático (MAXIMILIANO, 1954).

Mais uma vez, a efusão democrática durou pouco, tendo seu término na Constituição de 1967, já durante o regime militar. O Ato Institucional de 1964 promoveu cassações de mandatos e suspensão de Direitos Políticos. O chefe do Executivo passou a governar por decretos-lei, sem necessidade de aprovação do Congresso. Por seu turno, este, na medida em que aprovava os projetos do Executivo, chancelava o fechamento do regime (BAAKLINI, 1993).

A Constituição de 1967, promulgada após o ato institucional n. 3, de 1966, mostrou-se parecida com a Constituição autoritária de 1937, durante o governo Vargas. Reduziu-se consideravelmente a autonomia dos Estados federados. Após os expurgos políticos, levando a exílio opositores políticos, bem como personalidades consideradas subversivas, o Legislativo figurou como mero apêndice do Executivo (CARDOSO, 1975).

A oposição encontrou-se, assim, abafada. A fidelidade partidária, prevista na Constituição, era usada como instrumento de controle do Parlamento, uma vez que o votante que fosse contrário à orientação do partido perdia seu mandato. Quando a oposição, representada pelo partido MDB, ensaiou alguma autonomia, o então presidente Geisel editou o chamado “Pacote de Abril”, uma série de medidas para controlar ainda mais o Congresso, através da edição de vários decretos-lei, colocando o Parlamento em recesso e instaurando a figura do senador biônico, com o objetivo de impedir que o MDB conquistasse maioria no Senado (FAUSTO, 2004).

Foi só em 1988, com a nova Constituição do Brasil, que se encerrou esse grande lapso autocrático de cerca de 24 anos do regime militar. O Parlamento, então, começou a assumir um papel central na condução dos rumos do país. Uma série de medidas legais de natureza infraconstitucional foram tomadas no sentido de dar cabo aos decretos-lei, dispositivo que enfraquecia em muito o Legislativo, na medida em que permitia ao chefe do Executivo editar leis sem o aval do Congresso (ASSIS, 2009).

Além do mais, o bicameralismo se consolidou, no sentido de que as duas casas legislativas, o Senado e a Câmara dos Deputados, encontram-se em equilíbrio no que diz respeito à distribuição de suas funções. O Senado, normalmente, assume a função de câmara revisora, já que o art. 64 da Constituição estabelece que os projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, bem como dos tribunais superiores têm início na Câmara dos Deputados. Isso acontece também com os projetos de iniciativa dos deputados, bem como na tramitação de medidas provisórias editadas pelo chefe do Executivo.

Entretanto, cada uma das casas legislativas possui algumas funções e características que lhe são específicas. A escolha dos membros do Senado, por exemplo, é por via majoritária, ao passo que, na Câmara, por voto proporcional no partido. Além do mais, cabe ao Senado deflagrar o processo legislativo nas emendas à Constituição e nos projetos de lei apresentados pelos seus próprios membros.

Como a tramitação das medidas provisórias entram em regime de urgência no Parlamento e se apresentam em maior número do que os projetos com urgência constitucional, argumenta-se que o Senado deixa, em geral, de exercer o seu papel de legislador inicial de projetos de lei, configurando-se, essencialmente, como uma casa revisora da Câmara dos Deputados (ASSIS, 2009).

Dentre as tarefas do Senado, existe o poder de julgar e processar o presidente, o vice-presidente, bem como outras autoridades por crime de responsabilidade. Assim, apesar de tramitar na Câmara dos Deputados a admissibilidade do *impeachment* de autoridade pública, é no Senado onde ocorre o julgamento.

Concentrando-se na tramitação da admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, objeto deste trabalho, pode-se dizer que existe um gênero do discurso próprio ao rito. No próximo tópico, procurar-se-á esclarecer essa noção de gênero discursivo, bem como caracterizar o gênero “votação de admissibilidade de *impeachment*” no Brasil.

### 3.1.2 O gênero “votação de admissibilidade de *impeachment*” na Câmara dos Deputados

A problemática sobre os estudos dos gêneros textuais e discursivos remonta pelo menos à Grécia Antiga, notadamente, com a *Retórica* de Aristóteles (2005), mas foi com Bakhtin (1992) que o conceito se efetivou no campo da Linguística (MAINGUENEAU, 2015). Bakhtin (1992) definiu gênero como sendo tipos de enunciados, relativamente estáveis e normativos, por meio dos quais torna-se possível a comunicação humana. Trata-se de um evento social que marca regularidades discursivas, fazendo com que a compreensão mútua seja viável.

Os tipos relativamente estáveis são inúmeros (carta, publicidade, telegrama, reportagem, artigo de opinião, entrevista, consulta médica, campanha eleitoral etc.). Elaborar um quadro classificatório estanque sobre as diversas manifestações genéricas é tarefa impossível, já que os gêneros estão a todo tempo se transformando, transmutando-se, aglutinando-se, nascendo e morrendo no interior da sociedade. Daí a perspicácia da definição de Bakhtin ao definir os gêneros do discurso como algo “relativamente” estável.

O caráter instável dos gêneros, dadas as suas relações com as sociedades em transformação, denuncia o fato de serem construtos humanos. Portanto, o gênero não é algo dado na natureza e, assim como as civilizações, está sujeito a se modificar.

Como ressalta Rosalice Pinto, existem aqueles gêneros, como no caso aqui da votação de admissibilidade de *impeachment* (VAI), que são dotados de caráter mais persuasivo, com uma orientação argumentativa mais explícita. Nas palavras da autora,

Estes [os gêneros persuasivos], como todos os outros, estão evidentemente integrados a atividades de linguagem/práticas sociais. Contudo, apresentam certa especificidade. O aspecto persuasivo associado à funcionalidade está sempre presente e, além disso, quando da análise dos textos que apresentam esta característica, a argumentação assume uma maior complexidade. Com isso, ela deve ser descrita a partir de aspectos linguístico/não linguísticos (no caso de gêneros plurissemióticos), retóricos, organizacionais que estão em constante interação entre si e com outros elementos contextuais. Dentre os aspectos retóricos, salientam-se as imagens do locutor (*ethos*) e do interlocutor (*pathos*), suscitando nesta certa ‘empatia’ e, provavelmente, uma adesão a certa ideia defendida textualmente [...]. Advoga-se a tese da existência, no interior de cada texto inserido num gênero textual persuasivo, de uma argumentação complexa, dinâmica e, conseqüentemente, própria e diferenciada (PINTO, 2015, p. 105).

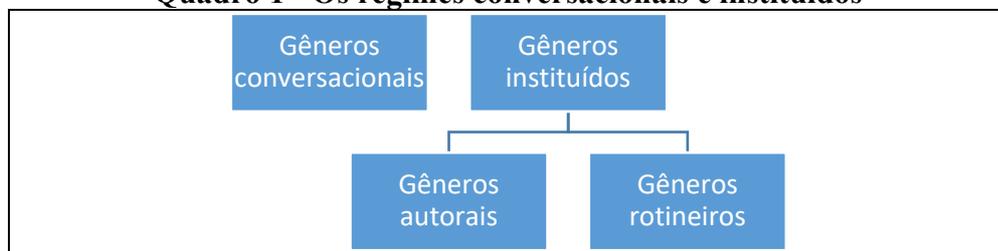
Antes de adentrar nesses aspectos argumentativos aos quais Pinto se refere (o que será feito nos dois últimos Capítulos), procede-se a uma caracterização do gênero persuasivo VAI. Uma estratégia para se identificar um gênero discursivo é através da procura por sua função. Isso porque, pelo fenômeno da transgressão intergenérica ou dialogismo intergenérico (também denominada intertextualidade intergêneros, quando se fala em textos específicos) (LARA, 2005; MARCUSCHI, 2002), um gênero do discurso pode se travestir em um outro, no intuito de persuadir através da produção de alguns efeitos de sentido. É o caso das famosas publicidades da década de 1990 da marca Benetton, que, apelando para o discurso do ativismo social, não deixavam de ser pautadas precipuamente pelos seus interesses de divulgação da marca para a comercialização de produtos.

Tratando especificamente do gênero VAI na Câmara dos Deputados no Brasil, tal como configurado pela Constituição Federal, este pode ser considerado: a) como uma espécie de gênero instituído; b) rotineiro; c) com um nível de genericidade que não permite muita variação

em sua forma de se apresentar (MAINGUENEAU, 2001). Para o melhor entendimento dessa concepção de gênero, seguem algumas explicações sobre os critérios adotados aqui para o enquadramento tipológico do referido gênero.

Maingueneau, em *Discurso e Análise do Discurso* (2015), faz uma distinção entre aquilo que chama de gêneros instituídos e gêneros conversacionais<sup>50</sup>, uma classificação bipartite, que sucede à divisão tripartite proposta anteriormente pelo autor (1999) entre gêneros autorais, rotineiros e conversacionais. É que os gêneros conversacionais se difeririam substancialmente dos autorais e rotineiros, eis porque estes dois últimos são agrupados no âmbito dos gêneros instituídos por Maingueneau.

**Quadro 1 - Os regimes conversacionais e instituídos**



Fonte: elaboração do autor, com base em Maingueneau (2015).

O regime conversacional se difere do regime instituído por ser aquele indivisível em gêneros distintos, muito pelo seu caráter espontâneo, desorganizado, informal, imediato e improvisado. As conversas se caracterizariam por disporem de um caráter imediato no espaço e no tempo; informais, espontâneas e improvisadas; gratuitas e não acabadas, já que podem surgir do nada e terminarem sem a observância de um ritual preciso. Além disso, as conversas se distinguem pela igualdade entre os parceiros, pois, mesmo dispendo de estatutos diversos, o que há é um comportamento de interação entre iguais (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990).

Sobre o regime instituído, como se viu, ele se subdivide em gêneros autorais e gêneros rotineiros. Os gêneros autorais são mais maleáveis, por assim dizer, suscetíveis que são a inúmeras “transgressões”, já que submetidos às idiossincrasias de seu criador. Estão presentes em discursos como o filosófico, o religioso, o jornalístico, mas sobretudo nos literários. Tamanha é a liberdade inerente a esses discursos que eles podem receber etiquetas, no

<sup>50</sup> Lembrando que algumas práticas podem se situar na fronteira entre ambos os gêneros instituídos e conversacionais. Nenhuma classificação é capaz de encerrar a diversidade de gêneros do discurso, pois estes são inumeráveis, nascem e morrem no interior da sociedade, daí o porquê, como se explicou acima, da definição de Bakhtin, para o qual os gêneros seriam tipos relativamente estáveis de enunciado (1992). A palavra “relativamente” denuncia esse caráter transitório do gênero, a despeito de se constituir em práticas reiteradas de comunicação.

sentido de enquadrar a interpretação, conforme a vontade do autor, através de etiquetas que ele escolhe como lhe aprouver.

É o caso das *Meditações* de Descartes, que não são propriamente meditações, mas um ensaio filosófico. A etiqueta “meditações” aqui serviria para orientar a leitura no sentido de se conceber a obra como produto da introspecção do autor. Um outro exemplo seriam as *Confissões* de Victor Hugo. Ora, sua antologia poética não são confissões, mas um apanhado de seus poemas. A etiqueta “confissões” inscreve-se em uma memória discursiva que tem como precursor Santo Agostinho, passando por Rousseau, de exacerbação do eu lírico valorizada pelo Romantismo.

Quanto aos gêneros rotineiros, para Maingueneau (2015), estes seriam os que melhor representam os gêneros entendidos como dispositivos comunicacionais sócio-historicamente orientados, pelo motivo de serem menos sujeitos à transgenericidade, isto é, à mutação na forma de um gênero outro, bem como menos sujeitos à autonomia volitiva do enunciador.

Os gêneros rotineiros se encaixariam mais perfeitamente, assim, naquela célebre definição de Bakhtin, para o qual os gêneros seriam tipos relativamente estáveis de enunciado. São também os gêneros rotineiros os que se identificam mais com a seguinte definição de gênero de Maingueneau, como:

[...] dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e elaborados, de modo geral, com a ajuda de metáforas tais como as de ‘contrato’, ‘ritual’, ou ‘jogo’ [...]. Os gêneros [...] são, assim, normalmente caracterizados por parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu *médium*, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 45).

Essa definição de Maingueneau é uma pista para se poder caracterizar o gênero VAI no Brasil, com a delimitação de sua finalidade, dos papéis dos parceiros, do lugar apropriado para o seu sucesso, da temporalidade e do léxico.

A **finalidade** do gênero VAI no Brasil é a de admitir o julgamento, em uma fase posterior do processo, dos supostos crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal e pelo Procurador Geral da República (art. 2.º, Lei n.º 1.079/1950). No caso específico de Dilma Rousseff, um dos crimes atribuídos a ela foi um crime contra a ordem orçamentária, mais concretamente, o

crime de “ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal” (art. 10, inciso VI, Lei n.º 1.079/1950<sup>51</sup>).

Os **papéis dos parceiros** desse gênero VAI consistem em cada parlamentar pronunciar seu voto em acordo ou desacordo ao prosseguimento dos trâmites no Senado Federal, tendo em vista a plausibilidade ou não de a autoridade pública, no caso, a presidente(a) da República, ter cometido crimes de responsabilidade.

O **lugar** apropriado para o acontecimento do gênero em questão é o Parlamento. Isso significa que não se admite votação por correspondência, por procuração ou por teleconferência. Os deputados, para terem seus votos contabilizados, precisam estar presentes no *locus* do rito.

A **temporalidade** da VAI é a do transcurso do tempo de votação dos cerca de 500 deputados. Assim, não se admitem votos por antecipação, ou posteriores à sessão deliberativa. No *impeachment* de Dilma Rousseff, nada do que estivesse fora do lapso temporal da 91.ª Sessão da Câmara dos Deputados, da 55.ª Legislatura, em 17 de abril de 2016, das 14 às 23h50min, seria conforme aos preceitos estabelecidos.

Sobre o **léxico** desse mesmo gênero, nele poderiam ser encontradas palavras como “crime”, “responsabilidade”, “constituição”, “lei”, “orçamento”, “probidade” etc., já que a Lei do *Impeachment* prescreve a existência de crimes de responsabilidade, como atentar-se contra o Orçamento Público ou contra a Constituição, de modo geral, para a instauração de processo de destituição de determinadas autoridades públicas. Palavras consideradas estranhas a esse universo discursivo (como as que remetem a um discurso religioso, com a palavra “Deus” ou “Jesus”, por exemplo, ou palavras que lembram a conversa familiar, com remissão às figuras dos filhos de um deputado) introduziriam uma outra teatralidade ao rito do *impeachment*, como se ele assumisse as vestes de um outro gênero discursivo, mas preservando a finalidade de destituir ou não a presidente (a) da República.

Um outro aspecto desse discurso de votação do *impeachment* é o seu **registro** oral, já que os votos não podem se realizar de forma escrita. Comumente, considera-se o enunciado oral como aquele que, transmitido por ondas sonoras, e não por signos gráficos, é passível de interação face a face, significando que a fala do enunciador está a todo tempo sob a ameaça de intervenção de seu interlocutor. Nos enunciados orais, também se observa o uso frequente de

---

<sup>51</sup> Nota-se que a redação desse inciso foi dada pela Lei n.º 10.028, de 2000. Portanto, pelo princípio da irretroatividade da Lei Penal, isto é, segundo a máxima de que a Lei Penal não retroagirá no tempo, a não ser para beneficiar o réu (art. 5.º, XL, CF), esse tipo de crime não pode ser imputável àquele que o praticou antes dos anos 2000. Em termos mais amplos, trata-se de um corolário do princípio da legalidade, do *nullum crimen, nulla poena sine lege*, “não há crime, não há pena sem prévia cominação legal” (art. 1.º CP; art. 5.º, XXXIX, CF).

dêiticos, isto é, pronomes que se referem ao tempo e ao espaço da fala, bem como repetição de palavras. Podem-se citar, ainda, como traço típico do registro oral, as hesitações, a presença de períodos simples, com orações coordenadas e justapostas, os prolongamentos vocálicos e maior velocidade.

Maingueneau (2013) alerta que, no mundo contemporâneo, o binômio estabilidade/instabilidade não serviria mais para distinguir com propriedade esse registro oral, supostamente instável, do registro escrito, dotado de estabilidade, já que é possível a gravação de discursos orais. O autor argumenta que a fala de um ministro de Estado em coletiva de imprensa provavelmente hoje teria muito mais repercussão e perenidade do que um artigo escrito em um jornal pelo mesmo ministro.

A alegada estabilidade do texto escrito também pode ser questionada tendo em vista novos formatos de textos presentes na internet, caracterizados por serem hipertextos, passíveis de manipulação e de introdução, por meio de *links*, de inúmeras outras textualidades. Da mesma forma, novas ferramentas de discussão simultânea presentes em alguns aplicativos de *smartphones* colocariam em xeque a tese de que o registro escrito não é passível de interrupção momentânea, como se passa na interação face a face do discurso oral.

Um último ponto a se destacar em relação ao gênero do *impeachment* na Câmara dos Deputados do Brasil é o decoro parlamentar, **norma** ética de conversação subjacente nas interações entre os deputados. Trata-se, entre outros aspectos, no caso dos discursos, de normas de cortesia que permitam o tratamento respeitoso entre os membros da casa legislativa. Esse é um corolário do fato de que os parlamentares foram investidos da função de representantes eleitos pelo povo e, assim, devem tratar qualquer cidadão com a hombridade que se espera de uma autoridade pública. A Constituição Federal dispõe que “perderá o mandato o Deputado ou Senador (...) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar” (art. 55, II, CF), deixando para as casas legislativas especificarem o que entendem por decoro. No foco específico da Câmara dos Deputados, o Código de Ética estabelece que atenta contra o decoro parlamentar “praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa” e “praticar ofensas físicas ou morais”, ou seja, usar de termos que suscitem ofensa à honra do interlocutor.

Assim, expressões como “vagabundo”, “maldito” ou “enviado das trevas” estariam em um universo discursivo outro que não o esperado na votação de *impeachment*, que tem no decoro parlamentar um de seus pressupostos.

Em síntese, o gênero “votação de admissibilidade de *impeachment*” no Brasil pode ser representado como se segue:

**Quadro 2 - O gênero "votação de *impeachment*"**

Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Admitir o julgamento de crime de responsabilidade de autoridades públicas listadas em lei</li> </ul>
Papéis dos parceiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada parlamentar pronuncia sim ou não ao prosseguimento do processo em outra instância, explicitando as razões para tal</li> </ul>
Lugar apropriado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parlamento</li> </ul>
Temporalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transcurso da votação no presente</li> </ul>
Léxico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "Crime"; "responsabilidade"; "orçamento", "improbidade" etc.</li> </ul>
Registro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oral</li> </ul>
Norma	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decoro parlamentar</li> </ul>

Fonte: elaboração do autor.

No próximo tópico, será feito um estudo sobre a instância política (e adversária) do processo comunicacional do *impeachment*, caracterizando os atores políticos, governistas e da oposição, quanto à distribuição ideológico-partidária no Congresso Nacional durante o rito, mas também procurando verificar a existência de permanências na história.

### 3.2 A instância política: composição ideológico-partidária dos parlamentares

Muitos estudos no campo da Ciência Política têm se debruçado sobre a composição ideológico-partidária do Congresso Nacional, através de diversas metodologias e pressupostos teóricos. No entanto, os critérios para a distinção entre esquerda e direita políticas, conservadorismo e progressismo, parecem semelhantes, na medida em que cada campo ideológico é representado por aspectos dóxicos e valores praticamente consensuais. Com efeito, esses estudos sobre a distribuição partidária no Parlamento brasileiro adotam em geral aqueles mesmos critérios expostos no Capítulo 2, notadamente de Bobbio e Charaudeau, de distinção entre os dois lados da guerra cultural.

Do ponto de vista metodológico, essas pesquisas sobre a distribuição ideológica podem ser divididas em duas tendências, conforme observam Madeira & Tarouco (2013): a) métodos

com base na autodeclaração do partido, com suas insígnias, *slogans*, programas partidários etc.; b) métodos baseados na percepção de analistas ou eleitores sobre os partidos, através de pesquisas de opinião pública. Seguem alguns resultados de ambas as tendências de pesquisa.

É preciso ressaltar, antes disso, que, no Brasil, existem mais de 30 (trinta) partidos políticos registrados, alguns de pequena expressividade. Assim, muitas pesquisas procuram negligenciá-los, com o argumento de que, além de possuírem pouca capilaridade, apresentam-se confusos ideologicamente, atuando pragmaticamente para a manutenção no poder de seus quadros. A exceção a essas regras seriam alguns partidos pequenos de esquerda, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que demarcam mais explicitamente seu posicionamento na guerra cultural.

Além do mais, muitas dessas pesquisas tomaram o Partido Social Liberal (PSL), partido do então presidente da República, Jair Bolsonaro, como inexpressivo, não captando, portanto, a sua guinada nas eleições de 2018, que o lançou como o segundo partido mais importante em número de bancadas, perdendo para PT por somente uma cadeira<sup>52</sup>. De orientação nitidamente conservadora, o PSL traz, em seu site, ao autodescrever-se, expressões como: “cidadão de bem”; “revogação do Estatuto do desarmamento”, “males provocados pelo comunismo e pelo socialismo”, “combate à censura (...) do politicamente correto”; “combate à sexualização precoce das crianças”; “combate à apologia de gênero”; “combate aos privilégios decorrentes de quotas”; “vedação de parcerias, alianças, conjugações e coligações com partidos de esquerda bolivariana” etc.<sup>53</sup> Trata-se de expressões que, levando-se em consideração somente essa autodescrição, colocam o partido em uma posição bastante à direita no espectro político-ideológico, como se viu.

Esse fenômeno da ascensão do PSL é posterior aos discursos objetos deste trabalho, proferidos em 2016 quando da votação de admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff. No entanto, pode iluminar a compreensão dos elementos dóxicos e dos valores levantados por cada campo cultural na guerra do *impeachment*.

Voltando aos estudos sobre a distribuição ideológico-partidária do Congresso Nacional, Leôncio Rodrigues, em um estudo que data de 2002, vislumbrou três blocos ideológicos no

<sup>52</sup> A distribuição das bancadas pode ser conferida no site da Câmara dos Deputados, disponível em : < <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual> >. Acesso em: 08 de ago. 2019.

<sup>53</sup> Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20181101095733/https://www.psl.org.br/pagina/em-que-acreditamos/> >. Acesso em: 08 de ago. 2019.

sistema partidário do Brasil, tendo em conta os partidos de então maior expressividade no Parlamento (RODRIGUES, 2002):

- a) o bloco da direita, representado pelo Partido do Povo Brasileiro (PPB), que se renomeou Partido Progressista<sup>54</sup> (PP) até 2017, transformando-se em Progressistas; o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), uma ramificação do Partido Democrático Social (PDS), extinto em 1993, para onde desaguaram os integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do regime militar do Brasil;
- b) o bloco do centro, representado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), retomando, pois, sua sigla de criação na década de 1980, quando era a única oposição permitida pelo regime militar; e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB);
- c) o bloco da esquerda, representado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

De modo bastante similar é a classificação de Mainwaring (1999), que considera, na esquerda, o PT, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania; na centro-esquerda, o PSDB e o PDT; no centro, o PMDB; na centro-direita, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); na direita, o PP, atual Progressistas, e o PFL, atual DEM.

Essa categorização dos analistas pode ser também observada em pesquisas de opinião pública. Como ressalta Quadros (2015), os eleitores teriam situado os partidos políticos de forma semelhante à dos analistas, com o PSDB e o PMDB, no centro; o PT, PDT, PSB, PCB e o PCdoB, à esquerda; e os atuais DEM e Progressistas, na direita.

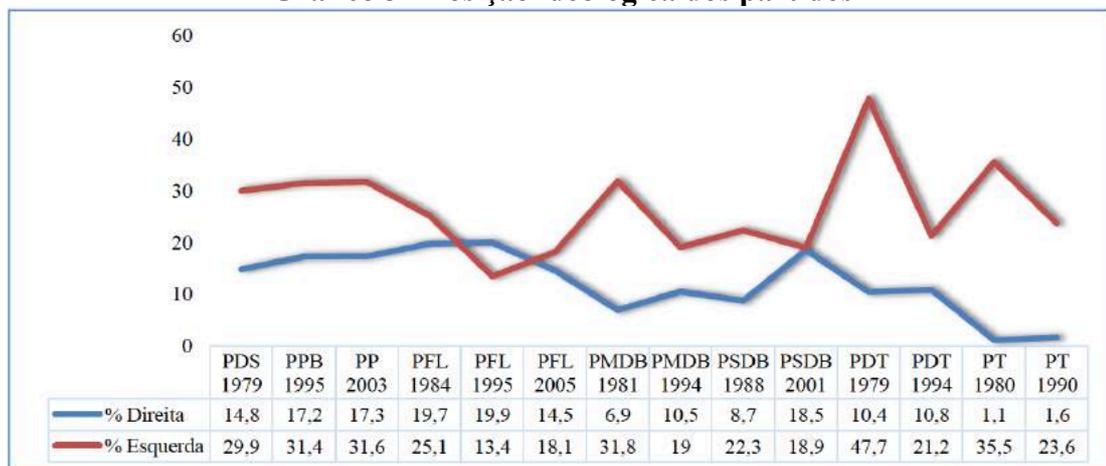
Entretanto, estudos que se concentram na análise das siglas e dos manifestos constitutivos dos partidos observavam que existia um conservadorismo recalcado no Congresso, ofuscando tendências ideológicas, devido ao ranço negativo que o conservadorismo e a direita adquiriram após o período de redemocratização do país (QUADROS, 2015). Existiria, assim, uma espécie de “consenso esquerdista”, pelo menos até a época desses estudos, nos discursos de autodefinição dos partidos.

---

<sup>54</sup> Aqui, um partido nitidamente conservador se intitula como “progressista”. Como será explicado adiante, a autodescrição dos partidos no Brasil não serve como parâmetro para qualificá-los no campo da guerra cultural.

Madeira e Tarouco (2013), por exemplo, analisaram diversos manifestos de partidos brasileiros de acordo com critérios de definição de direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, parecidos com os explicitados, com base em Charaudeau e Bobbio, no Capítulo 2. A direita – e o conservadorismo, de modo geral – é definida como aquela que preza pelo mérito, ordem, hierarquia, e pelas tradições religiosas e familiares etc.; ao passo que a esquerda e o progressismo, pelos ideais igualitários, de solidariedade social, do internacionalismo, da proteção de minorias, dos Direitos Humanos, do meio ambiente e da classe trabalhadora, bem como a intervenção do Estado na economia. O resultado foi o que se segue:

**Gráfico 3 - Posição ideológica dos partidos**



Fonte: MADEIRA & TAROUCO, *apud* QUADROS, 2015, p. 126.

Como se vê, há nítida prevalência da *doxa* e dos valores esquerdistas nos manifestos e nas siglas partidárias, o que sugere uma discrepância entre os valores anunciados e os efetivamente praticados. O exemplo talvez mais extremo seja o do PP, atual Progressistas, que, apesar do nome, representa um dos partidos mais conservadores do Congresso. Essa diferença entre prática e discurso pode ser observada, também, no manifesto do PDS de 1979, antecessor do Progressistas e herdeiro, como se disse, da ARENA, partido dos militares:

Nossa proposta é a formação de uma agremiação política que defenda a Reforma e a Transformação. Nossa doutrina é a Democracia Social [...]. Entre imobilismo conservador e a pregação revolucionária, de inspiração marxista, o PDS opta pela correção das injustiças atuais (*apud* CHACON, 1985, p. 558).

A correspondência, então, entre manifesto e atitude no Congresso seria coerente apenas nos partidos de esquerda analisados por Madeira e Tarouco, o PT e o PDT.

Essa autonegação dos imaginários de direita pode ser percebida também em outras pesquisas cuja metodologia baseia-se na entrevista aos próprios parlamentares. É o caso do

trabalho de Zucco Jr., que, em 2009, entrevistou parlamentares, perguntando como, em uma escala de 1 a 10, eles classificariam os próprios partidos e os demais, sendo que a pontuação 1 corresponde à extrema-esquerda e a 10, a extrema-direita. Os resultados de três entrevistas são os que se seguem:

**Tabela 1 - Posição ideológica dos partidos conforme três deputados federais**

	Esquerda			Centro		Direita		
Fulano PT-SP	PC do B			PSDB	PMDB	PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 10		
	PT	PCB	PDT					
Beltrano PFL-MS	PT		PDT	PSDB		PFL, PDS, PRN PTB, PL, PDC 5		
	PC do B		PSB	PMDB				
	PCB	1	2	3				
Sicrano PMDB-PE	PT, PC do B, PCB			PSDB		PTB	PFL	
	PDT, PSB			PMDB			PL	PDS
	3			4		5	PDC	8
						6		

Fonte: ZUCCO JR., 2009, p. 1079.

Nota-se que o deputado do PT de São Paulo classifica o próprio partido como de extrema-esquerda, mais à esquerda do que todos os demais. Em seguida, no espectro ideológico, coloca o PC do B, o PCB e o PSB, mais próximos ao PT, mas menos à esquerda. Curioso observar que o PDT, consensualmente, como se viu, considerado por analistas como de esquerda, ficou em uma posição de centro, com nota 5, talvez por ser o maior adversário político que ameaça o PT em sua tentativa de monopólio das aspirações esquerdistas. O PSDB figurou em uma posição de centro-esquerda, com nota 4 (menor que a do PDT) e o PMDB, com nota 6. Já os principais adversários ideológicos do PT, como o PFL e o PDS, são colocados em uma posição de máxima extrema-direita, em uma tentativa de associar algo considerado negativo aos adversários políticos.

Esse aspecto de “direita envergonhada” fica patente também na classificação do deputado do PFL, atual DEM, do Mato Grosso do Sul. Trata-se de um dos partidos mais à direita no Congresso Nacional, de acordo com os estudos de analistas mencionados *supra*. O deputado classifica o PT, o PCdoB e o PCB como de extrema-esquerda, e considera seu partido

como de centro, com nota 5, a maior nota de todos os partidos, como se não houvesse direita no Brasil.

Leôncio Rodrigues também procedeu a uma pesquisa semelhante na década de 1980, ainda na ditadura militar, mostrando que esse recalque da direita não é fenômeno recente. Do total de 428 deputados entrevistados, nenhum se declarou de extrema-direita, e apenas 6% se consideraram de centro-direita. Por outro lado, 37% se disseram de centro, 52% de centro-esquerda e 5%, de extrema-esquerda (RODRIGUES, 1987). Ainda que o contexto fosse o dos militares, o sistema, com o presidente Figueiredo, já ensaiava abertura (FAUSTO, 2004) e a direita começou a ser associada a abusos, autoritarismos, torturas e expurgos (QUADROS, 2015).

Contudo, esse quadro parece começar a mudar a partir das eleições de 2010, quando, pela primeira vez, uma mulher possuía chances reais de vencer o pleito: Dilma Rousseff. Nesse cenário, começou-se a ensaiar uma ruptura com o consenso de esquerda descrito acima. Por exemplo, Índio da Costa, candidato a vice-presidente na Chapa de José Serra, do PSDB, empreendeu críticas severas ao PT, afirmando que o partido possuiria ligações com a narcoguerrilha das FARC, além de ser simpático a regimes ditatoriais como o de Cuba. Percebe-se aí um prenúncio da guerra cultural que o Brasil experimentará, intensificada depois das grandes manifestações de 2013. Nessas eleições de 2010, temas religiosos e morais monopolizaram o debate no final da disputa.

Assim, agendas e atores que antes não dispunham de notoriedade começavam a ganhar relevância. Temas afeitos ao conservadorismo brasileiro romperam com a predominância anterior de um debate aparentemente desideologizado. De acordo com Oro e Mariano (2010), agentes ligados ao catolicismo, bem como a várias igrejas evangélico-pentecostais começaram a conduzir o debate sobre, por exemplo, a descriminalização do aborto. Dilma Rousseff, que no passado havia se declarado agnóstica e favorável à descriminalização, viu-se confrontada no segundo turno das eleições de 2010 por esses grupos, o que contribuiu para promover mudanças substantivas em seu discurso, assim como no de seu adversário, José Serra. Dilma Rousseff começou a adotar o *slogan* de “defensora da vida”, convertendo-se, rapidamente, ao cristianismo; e José Serra enfatizava identificar-se como “cristão” e “do bem”, incorporando a agenda religiosa-conservadora abruptamente.

Continuam Oro e Mariano (2010), a mudança de estratégia discursiva dos candidatos nas eleições de 2010 justifica-se não apenas pela adesão a valores religiosos (o que será trabalhado no próximo tópico), mas também pela força da chamada “bancada religiosa” no Congresso Nacional. Portanto, pode-se dizer que os então candidatos a presidência

consideraram o auditório em seus discursos não apenas para ganharem as eleições, mas igualmente para possuírem chances de governabilidade após a vitória.

Contudo, foi a pressão do eleitorado, de movimentos civis e de entidades religiosas que mais enquadrou o debate, e não tanto a conformação do Congresso. Até mesmo partidos com forte presença de integrantes da bancada religiosa, como o Partido da República (PR), o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Cristão (PSC) faziam parte da coligação da vitória de Dilma Rousseff nas eleições (QUADROS, 2015).

Nas eleições 2014, foram para o segundo os mesmos partidos das eleições de 2010, o PT, com Dilma Rousseff, e o PSDB, agora com Aécio Neves. Este último recrudescer a retórica antipetista, mas não entrou em temas da moralidade caras aos setores conservadores da sociedade, com exceção do tema da redução da maioria penal. No entanto, Aécio recuou e decidiu não mais encampar a causa, uma exigência de Marina Silva, terceira mais bem votada no primeiro turno, como condição para que ela o apoiasse no segundo turno (MATTOS, 2014).

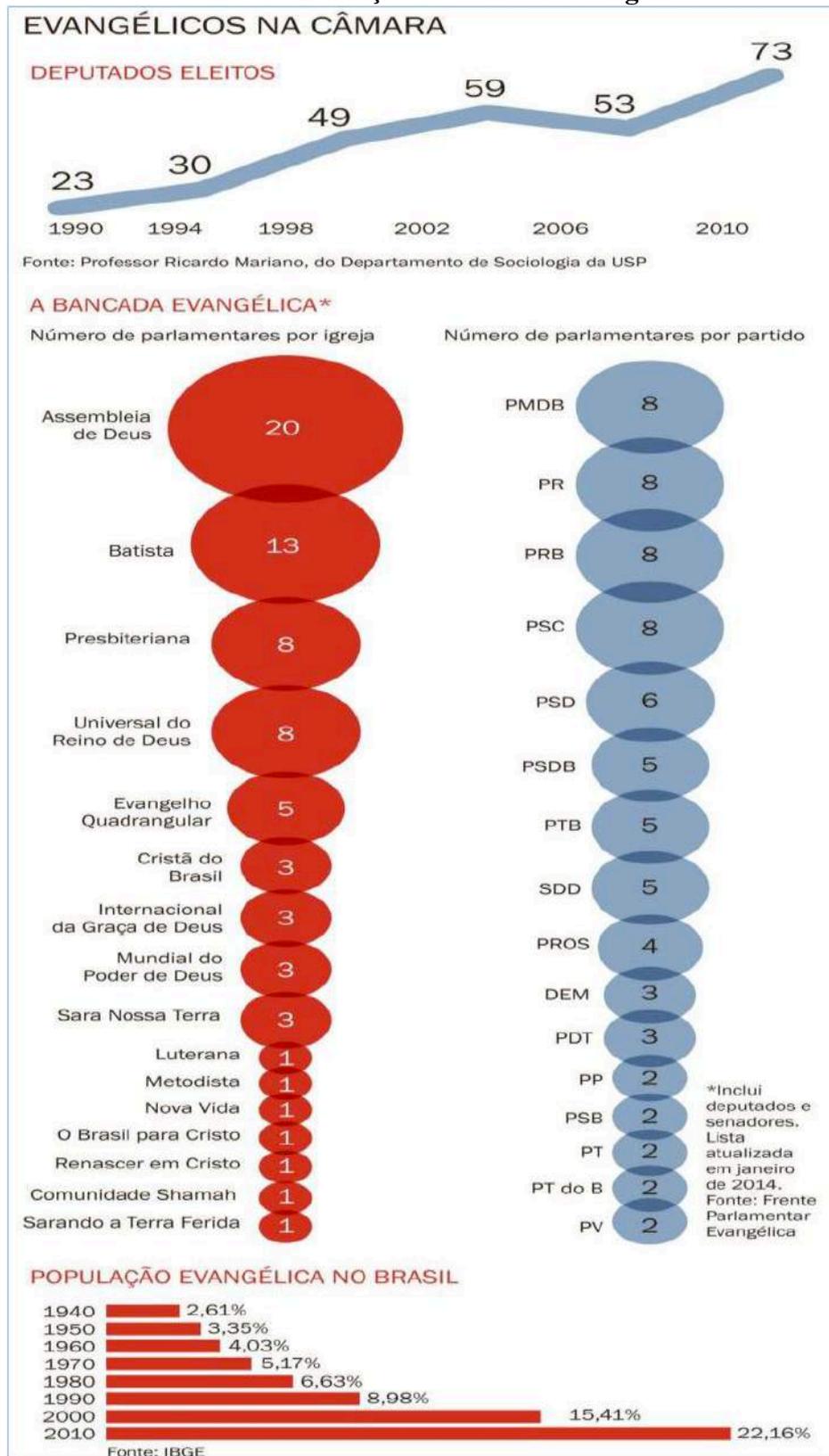
O candidato que, nas eleições de 2014, levantou a bandeira do conservadorismo, foi Levi Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Um episódio emblemático se deu durante o debate promovido pela Rede Record, na reta final do primeiro turno. Perguntado sobre sua posição sobre a homossexualidade, o candidato afirmou, entre outras coisas, que “aparelho excretor não reproduz” e conclamou a população a se insurgir contra os homossexuais: “nós somos a maioria; vamos enfrentar essa minoria” (DANTAS, 2014).

A postura de Fidelix rendeu-lhe uma popularidade que até então era inédita para os seus padrões. Sua votação aumentou em mais de sete vezes em relação a 2010, passando de 59.960 a 446.878 votos (MENDES, 2014). Essa talvez tenha sido uma das senhas, juntamente com os atos de 2013, para que os conservadores do Congresso Nacional comessem a professar suas ideologias sem recalques, ou então as mudassem, tendo em vista o aspecto conservador do eleitorado que então emergia e ganhava visibilidade, amplificado pelas redes sociais.

Soma-se a isso o fato de o Congresso Nacional ter assumido uma configuração nitidamente mais à direita. Como as eleições para presidente no Brasil se dão juntamente com as eleições para o Legislativo, o que se observou, em 2014, foi uma espécie de colonização do conservadorismo no Parlamento (QUEIROZ, 2014). De acordo com Sakamoto (2014), o Congresso Nacional teria sido, até as eleições de 2014, empurrado pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil mais progressistas, provocando um descompasso entre o Parlamento e o que ele chama de “Brasil real”. No entanto, com as eleições de 2014, o Congresso teria se tornado mais parecido com sua população.

Segundo Quadros (2015), diante de alguns avanços sociais, como o reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo, ou a autorização para o uso de células-tronco em pesquisas, o conservadorismo teria articulado uma resistência articulada e sistemática às mudanças, recorrendo, por exemplo, às bancadas parlamentares como a religiosa e da bala. Um exemplo foi o expressivo aumento da bancada evangélica, principalmente na Câmara dos Deputados, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Evolução da bancada evangélica



Fonte: Política da Salvação, 2014<sup>55</sup>.

<sup>55</sup> Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/08/Politica-da-salvacao-novas-estrategias-e-mudanca-de-perfil-marcam-o-avanco-dos-evangelicos-4571017.html> >. Acesso em: 09 de ago.

Embora não se possa afirmar que, necessariamente, o aumento do número de deputados que compõe a bancada evangélica signifique que todos agiriam em uníssono em favor de interesses conservadores, o fato é que o número de deputados com esse perfil religioso aumentou consideravelmente. Um deputado que compõe essa base, Eduardo Cunha, do PMDB-RJ, pertencente à Assembleia de Deus, conquistou, inclusive, a presidência da Câmara dos Deputados. Condutor do *impeachment* de Dilma Rousseff, o deputado hoje encontra-se preso em decorrência de condenação por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas<sup>56</sup>.

De acordo com Oro (2003), uma tática dos congressistas religiosos que tem se mostrado sofisticada é espalharem-se por diversos partidos. Assim, em primeiro lugar, não correm o risco de terem a imagem comprometida por algum ato de corrupção que afete algum partido, como aconteceu com o “mensalão” no PT. Além do mais, distribuindo-se deputados entre diferentes partidos, é possível conquistar maior poder de barganha política, já que os interesses da Igreja podem se sobrepor aos dos partidos (ORO, 2003).

Há autores, contudo, que contestam a ideia de uma suposta coesão da bancada evangélica. É o caso de Gonçalves (2011), que sugere até mesmo não existir uma bancada evangélica que oriente os parlamentares a votarem em bloco, argumentando que há inúmeros fatores que fazem com que não exista um projeto unívoco de ação dos evangélicos. Um deles seria a existência de diferentes doutrinas da Igreja, bem como a diversidade de partidos e de regiões que os parlamentares representam.

Entretanto, os indícios de que várias ações da bancada religiosa são concordantes são muitos, pelo menos no que diz respeito aos temas que lhe são mais afeitos, como os relacionados aos costumes, notadamente aos valores da chamada “família cristã” (BAPTISTA, 2009). De fato, como ressalta Campos (2003), foram criadas várias frentes parlamentares no interior da Câmara dos Deputados nesse sentido. Exemplos são a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, a Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana.

O número de deputados que compõe essas bancadas não é desprezível. A bancada evangélica possuía, à época do *impeachment*, 75 deputados federais e, depois das eleições de 2018, 85, de acordo com uma publicação da *Agência Brasil* (EM CRESCIMENTO, 2018). No

---

2019. A tendência ao aumento da bancada evangélica se confirmou depois das eleições de 2018, período não contemplado pelo gráfico, aumentando de 73 para 84 o número de cadeiras na Câmara dos Deputados.

<sup>56</sup> Sentença disponível em: < [http://estaticog1.globo.com/2017/03/30/sentenca\\_cunha.pdf](http://estaticog1.globo.com/2017/03/30/sentenca_cunha.pdf) >. Acesso em: 09 de ago. 2019.

entanto, observando-se o documento de constituição da referida frente parlamentar, vê-se que foram aprovadas, em 02 de abril de 2019, 195 assinaturas de deputados confirmadas, mais 8 senadores<sup>57</sup>. No caso da Frente Parlamentar Católica, à época do *impeachment*, contabilizavam-se 209 deputados, e hoje, segundo o documento de constituição de 16 de maio de 2019, existem 204 assinaturas confirmadas de deputados, mais 8 senadores<sup>58</sup>. Considerando que o número total de deputados na Câmara é de 513, a bancada evangélica, dispunha, durante o *impeachment*, de cerca de 17% dos deputados e, a bancada católica, próximo de 41%. Na formação atual, sob o governo Bolsonaro, a frente evangélica representa em torno de 38% dos deputados (um crescimento de 223% de uma legislatura a outra), e a frente católica, 40%. Na composição da Câmara durante o governo de Dilma Rousseff, o aumento da bancada evangélica, em relação ao exercício anterior, foi de quase 50% (SALOMON, 2010).

Como observou Eduardo Cunha, um representante da bancada evangélica e então presidente da Câmara dos Deputados quando do *impeachment* de Dilma Rousseff, a bancada evangélica tinha procurado se unir à bancada católica, uma aliança até então historicamente impensável, em defesa de um forte tradicionalismo moral, contra as pautas dos movimentos feministas e LGBTI, como direito ao aborto e ao casamento igualitário (CUNHA, 2015).

O grupo de pressão na Câmara dos Deputados que milita em prol de valores conservadores tem ganhado, portanto, significativo relevo. De acordo com o ex-deputado Eduardo Cunha, o Congresso só estaria se tornando mais conservador porque a sociedade é conservadora. A diferença é que agora a maioria estaria sendo exercida (CUNHA, 2015).

Um episódio emblemático de pressão da bancada religiosa foi o relacionado ao pejorativamente chamado “Kit Gay”. O projeto, formulado pelo governo Dilma Rousseff, em 2011, denominado *Escola sem Homofobia*, tinha o objetivo de promover os Direitos Humanos dos homossexuais no âmbito escolar (SOARES, 2015). Tratava-se de uma parceria entre o Ministério da Educação, então sob o comando de Fernando Haddad, e algumas organizações não-governamentais do Brasil e do exterior.

Elaborou-se, então, uma cartilha<sup>59</sup> com vocabulário militante e simpático às bandeiras dos homossexuais, bem como alguns vídeos com orientações para professores, entre outros materiais. Um vídeo, chamado “Probabilidade”, abordava a bissexualidade. Leonardo, o

---

<sup>57</sup> Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54010-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf) >. Acesso em: 10 de ago. 2019.

<sup>58</sup> Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54077-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54077-integra.pdf) >. Acesso em: 10 de ago. 2019.

<sup>59</sup> Disponível em: < <http://bit.ly/2yOSTIJ> >. Acesso em: 10 de ago. 2019.

protagonista, descobre-se atraído por Rafael ao se fixar em uma nova cidade. Aquele havia mantido relações heterossexuais anteriormente e, por isso, no início, ficou confuso. Posteriormente, contudo, descobriu que estava em vantagem, pois, atraído por ambos os sexos, tinha mais chances de encontrar o seu par (SOARES, 2015).

Um outro vídeo, “Torpedo”, mostrava duas mulheres que apresentavam dificuldade de aceitação social no colégio devido à relação amorosa que alimentavam. As duas decidem, então, declararem-se namoradas em pleno saguão da escola, uma forma de mostrar como enfrentar o preconceito, assumindo sua própria natureza (SOARES, 2015).

Um outro vídeo tinha como título “Encontrando Bianca”, retratando um menino que se sentia na pele de uma mulher. Estigmatizado e constrangido, o personagem demonstra sofrimento ao ser impedido de usar o banheiro feminino e ao não ser chamado de Bianca pelos professores, como gostaria (SOARES, 2015).

A articulação da bancada evangélica não tardou. Os evangélicos promoveram uma verdadeira guerra contra o denominado “Kit Gay”, mobilizando a militância em protestos, dentre os quais a “Marcha para Jesus” (KRAKOVICS, 2012).

No Congresso Nacional, para pressionar o Executivo, os deputados evangélicos ameaçaram não votar nada até que o material educativo fosse recolhido. Além do mais, sabendo-se que o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, era investigado por ocasião de um aumento considerável em seu patrimônio, os deputados da bancada evangélica usaram o fato para pressionar Dilma Rousseff, convocando o ministro para prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados. Essa manobra política foi, posteriormente, admitida pelo líder da bancada, o deputado João Campos de Araújo (CHAGAS, 2012).

José Serra, ex-candidato à presidência, perdendo no segundo turno para Dilma Rousseff, e que tinha promovido uma guinada conservadora em sua campanha, como visto acima, igualmente condenou o material de combate à homofobia. Nas palavras do ex-candidato:

[O *Kit Gay*] tem erro incrível, inclusive de matemática, quando no fundo faz apologia do bissexualismo. Diz que é bom ser bissexual porque aumenta em 50% a chance de ter programa no fim de semana. Não é 50%, é 100%. Segundo, isso não é combater homofobia, é uma espécie de doutrina. O problema do “kit gay” é, acima de tudo, pedagógico. Quer doutrinar em vez de educar (SERRA, 2012, *apud* KIT GAY QUER DOCTRINAR, 2012, § 2.º).

Segundo Fernando Haddad, então ministro da Educação, o programa *Escola Sem Homofobia* teria sofrido críticas desde sua concepção. Materiais que seriam destinados a caminhoneiros e profissionais do sexo foram apresentados por deputados como Jair Bolsonaro

como sendo o referido “Kit Gay”. Na verdade, a cartilha teria sido fruto de trabalho colaborativo com parlamentares progressistas, bem como com ONGs, e ainda não tinha sido aprovado pelo Ministério da Educação no momento da polêmica (CHAGAS, 2012).

Na mesma época, ocorreu um outro debate em torno desse mesmo tema por ocasião de um livro francês chamado *Aparelho Sexual e Cia*. O então deputado Jair Bolsonaro foi a programas de televisão, inclusive ao *Jornal Nacional*, em horário nobre, para afirmar que o livro estaria sendo distribuído pelo Ministério da Educação, como parte do projeto *Escola Sem Homofobia*.

Entretanto, a editora Companhia das Letras negou que o livro tivesse sido comprado pelo MEC e que tivesse feito parte do projeto educativo contra homofobia. O que aconteceu foi que o Ministério da Cultura tinha comprado apenas 28 exemplares, em 2011, para distribuir em bibliotecas públicas (LIVRO EXIBIDO, 2018).

Em 2018, cerca de 7 anos depois, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sentenciou no sentido de confirmar que o material não estava, de fato, associado ao MEC, e nem, tampouco, fez parte do *Programa Brasil sem Homofobia*, porque, por pressões parlamentares, Dilma Rousseff foi obrigada a recuar. Já que a polêmica foi muito explorada por Jair Bolsonaro e seus filhos Carlos, Flávio e Eduardo Bolsonaro, o Tribunal determinou a remoção de vídeos dos candidatos em que associavam o livro ao MEC e a Fernando Haddad. O ministro do TSE, Carlos Horbach, argumentou sua decisão com as seguintes palavras:

Nesse quadro, entendem comprovada a difusão de fato sabidamente inverídico, pelo candidato representado e por seus apoiadores, em diversas postagens efetuadas em redes sociais, requerendo liminarmente a remoção de conteúdo. Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC [...] gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político (HORBACH, 2018, *apud* TSE DIZ, 2018, § 3).

Um outro tema que exemplifica a ação em uníssono de deputados ligados a bancadas religiosas é o referente à descriminalização do aborto. De acordo com Quadros, de 2000 a 2015 (ano anterior à votação do *impeachment*, mas quando já pululavam pedidos de afastamento de Dilma Rousseff na Câmara), foram protocolados 78 projetos de lei, emendas constitucionais, decretos legislativos ou outros requerimentos que objetivavam coibir o aborto, restringindo ainda mais as leis vigentes. Todas as iniciativas teriam partido de bancadas religiosas (QUADROS, 2015).

No Brasil, a regra geral é que o aborto seja considerado crime, exceto se houver risco de vida para gestante, se a gravidez for decorrente de estupro (art. 128, CP<sup>60</sup>), ou se o feto for anencéfalo (ADPF<sup>61</sup> 54). Houve projetos na Câmara que, por exemplo, visavam a aumentar a pena para gestantes, bem como para aqueles que as auxiliassem, como o PL 3207/2008 de Miguel Maritini, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), de Minas Gerais. Eduardo Cunha (como se afirmou, o ex-presidente da Câmara condenado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas) do PMDB/RJ, por sua vez, procurou tornar o aborto crime hediondo, através do PL 7443/2006. Pode-se citar também do PL 5058/2005, de Osmânio Pereira, do PTB/MG, que propunha a obrigatoriedade de registro público de gravidez, na tentativa de reduzir prática ilícita de aborto (QUADROS, 2015).

Fora dos círculos religiosos, o conservadorismo no Congresso Nacional pode ser entendido, por exemplo, no âmbito da chamada bancada da bala, da qual fazia parte Jair Bolsonaro. De viés laico, os deputados pertencentes a essa bancada costumam prezar pelas instituições tradicionais e pela hierarquia, bem como por rígida punição para criminosos.

Um caso emblemático é o da Frente Parlamentar para a Segurança Pública, que contava, na legislatura do período do *impeachment*, com 287 deputados (56% de toda a Câmara), e, hoje, conta com 299 (58%)<sup>62</sup>. Suas principais reivindicações são o abrandamento das restrições ao porte de arma, modificando o Estatuto do Desarmamento, o fim das penas alternativas, modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, reduzindo a maioria penal etc. (DIAP, 2014).

Assim como acontece com os pastores e padres, que saem de seus cultos ou missas, um núcleo duro da bancada da bala, cerca de 21 deputados (DIAP, 2014), são policiais ou militares que saem da caserna para colonizar o Congresso, adotando também um *modus operandi* de grupo de pressão (GOMES, 2014).

Se, como se viu, houve um fortalecimento considerável do conservadorismo no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados, é de se imaginar que o mesmo tenha acontecido com o eleitorado brasileiro, responsável por delegar poderes aos parlamentares. Ou então que esse eleitorado tradicionalmente conservador tenha agora conseguido se fazer mais ouvir. É esse auditório, por assim dizer, dos discursos parlamentares,

---

<sup>60</sup> Código Penal. Decreto-Lei 2.848/1940.

<sup>61</sup> Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

<sup>62</sup> Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53460> >. Acesso em: 12 de ago. 2019.

ou a instância cidadã, para usar do esquema de comunicação citado acima proposto por Charaudeau, que será objeto de investigação do próximo tópico deste Capítulo.

### 3.3 A instância cidadã: caracterização do eleitorado brasileiro

Pode-se dizer que a instância cidadã, no interior do contrato de comunicação do discurso político, corresponde ao auditório dos discursos parlamentares. Não só pelo fato de os cidadãos terem delegado poder àqueles, mas também porque é ao povo que se dirigem estratégias de convencimento e persuasão para que os políticos obtenham legitimidade e permaneçam no poder.

Como observa Perelman (2009), não se menospreza o auditório quando se quer argumentar ou influenciar por meio do discurso. Na empresa persuasiva, aquele que busca adesão de espíritos necessita levar em conta condições psíquicas e sociais de seu interlocutor. É por isso que, não raro, nos tratados antigos de retórica, é possível ver menções a problemas de Psicologia Social.

É o caso de Aristóteles (2005), que, na *Retórica*, tece considerações sobre Psicologia Social ao abordar o tema dos auditórios classificados de acordo com a idade e a fortuna (ARISTÓTELES, 2005). Cícero, por seu turno, adverte sobre a necessidade de se falar diferente de acordo com o nível do auditório. Para o filósofo, homens ignorantes e grosseiros, por exemplo, prefeririam o útil ao honesto (HOLLINGWORTH, 1935).

Ressalta Perelman, assim como em Psicologia Social, os estudos sobre o auditório precisam versar também sobre Sociologia, partindo-se da premissa segundo a qual as opiniões do sujeito dependem, em menor ou maior grau, das relações que estabelece em seu círculo. Nas palavras de Perelman,

Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem que se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas (PERELMAN, 1996, p. 23).

Portanto, nesse sentido, um estudo sobre discursos parlamentares precisa passar pela análise sociocultural do auditório ao qual se quer adaptar e a quem se procura persuadir; entender seus valores, preconceitos e imaginários. Proceder-se-á a um recorte, com ênfase nos aspectos do eleitorado brasileiros relevantes para a compreensão da RGC, já que o tema “cultura

brasileira” é demasiadamente amplo. No primeiro Capítulo, já se adiantaram alguns aspectos da instância cidadã, no que diz respeito às repercussões imediatas do *impeachment* na sociedade (movimentos sociais, academia, juristas, imprensa etc.). O que se propõe aqui é fazer um estudo sobre questões culturais de fundo, que envolvem valores e pré-compreensões do brasileiro. A começar por uma breve exposição sobre estudos relacionados à identidade brasileira elaborados por teóricos clássicos, ao que se seguirá alguns *surveys* de pesquisa opinião pública, que possam, porventura, confrontar ou corroborar para as conclusões daqueles.

No que diz respeito aos teóricos, um traço comum entre muitos pensadores clássicos (notadamente sobre o tema específico do conservadorismo/progressismo brasileiro), como Oliveira Vianna (1952), Gilberto Freyre (2002), Sérgio Buarque de Holanda (1984), além de artistas do movimento antropofágico da Semana de 1922, é considerar o brasileiro, em geral, como algo *sui generis*, produto de uma mistura única, repositório de culturas múltiplas e diversas, abrangendo espaços igualmente díspares.

Alguns desses teóricos possuem teses demasiado controversas e hoje inaceitáveis. Vianna, por exemplo, foi um ideólogo da eugenia racial no Brasil. O objetivo aqui não é abordar essa tese, mas restringir-se ao aspecto de sua obra referente a estudos da cultura brasileira, muito citados por pesquisadores que se debruçam sobre o conservadorismo no país. Procurar-se-á relacionar essa parte de seu pensamento com as obras de alguns outros teóricos do brasilianismo, em uma exposição não exaustiva, uma vez que aqui será preciso fazer recortes, como se disse. Posteriormente, esses teóricos serão confrontados, como afirmado, com pesquisas de opinião mais recentes.

Em *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna ressalta o caráter idiossincrático da civilização brasileira, único país da América Latina cuja língua seja o português, além de se distinguir essencialmente de qualquer outro povo, pela estrutura e pela formação original e particular (VIANNA, 1952).

Gilberto Freyre, no mesmo sentido, afirma que a estrutura societária brasileira está baseada no princípio do que chama de “antagonismos equilibrados”. O *ethos*<sup>63</sup> do brasileiro seria aquele acometido por influxos culturais múltiplos, o que favorece um padrão híbrido de convivência social que se alimenta de uma tradição conservadora baseada no chamado “sadismo do mando”. Trata-se de um estratagema disfarçado de “defesa da ordem” ou de “princípio da autoridade”.

---

<sup>63</sup> A palavra “*ethos*”, aqui, é entendida como sendo um conjunto de costumes e hábitos sociais, não se referindo, pois, ao *ethos* do Discurso, tal como pensado por Aristóteles e tal como é tratado nos estudos retóricos.

Assim, o equilíbrio antagônico ao qual Freyre se refere se daria entre uma parte da população branca e de cultura europeia, e outra, de origens africanas e ameríndias. De um lado, estariam os senhores, os doutores e os sadistas; de outro, os escravos, os analfabetos e os masoquistas. Uma forma original de legitimar esse projeto de dominação se daria através de um método heterodoxo e original: a miscigenação (FREYRE, 2002).

Artistas e intelectuais da Semana de Arte Moderna de 1922 partilham dos mesmos pressupostos. O movimento antropofágico primária por essa busca de uma identidade nacional por meio de um exercício de retorno às origens da sociedade brasileira, caracterizada pela “deglutição” de culturas. “Só a antropofagia nos une”, proclamou Oswald de Andrade, em seu *Manifesto Antropófago* (ANDRADE, 1976).

Sérgio Buarque de Holanda, outro teórico do brasilianismo, enfatiza, em *Raízes do Brasil*, o aspecto cordial do brasileiro. Cordial aqui no sentido menos usual daquele que, metaforicamente, age com o coração, isto é, segundo pulsões instintivas e não racionais. Evidências dessa cordialidade seriam a informalidade, o desleixo e o disparate nos costumes (HOLANDA, 1984).

Para Cardoso, longe de se tratar de um elogio, a teoria do homem cordial de Holanda é uma crítica severa à sociedade brasileira, pautada, para o autor, pela irracionalidade no espaço público, pela displicência e falta de cuidado com o outro, em função de um exercício de poder pessoal (CARDOSO, 1993). Portanto, é possível dizer que, para Holanda, essa psiquê brasileira de desapego às regras configurar-se-ia em rompantes autoritários e em práticas políticas pautadas pela intolerância.

Esse autoritarismo, para Vianna, cristalizar-se-ia no poder de mando dos velhos caudilhos, muito em função da ineficácia das leis e da autoridade do Estado. Isso também tendo em vista um arcabouço legal injusto (o que Vianna chama de “justiça facciosa”) pensado para as classes dominantes, somado a uma sociedade cujos laços de solidariedade entre os cidadãos não seriam fortes como nas civilizações anglófonas, por exemplo. Essa é a explicação fornecida por Vianna para que os mais vulneráveis recorram à proteção de um senhor ou chefe de clã por meio da bajulação (VIANNA, 1952).

DaMatta (1986) e Zaverucha (2005) concordam com esse diagnóstico de Vianna, acrescentando que o aspecto de “justiça facciosa” não se restringe à herança colonial, fazendo-se reverberar ainda nos dias atuais. Trata-se de um governo pela lei, e não de um governo da lei (ou seja, de um pleno Estado de Direito). Desprotegidas juridicamente, para se auto preservarem, as classes menos favorecidas precisam burlar o ordenamento jurídico, dando azo para o chamado “jeitinho brasileiro”.

Esse estado de coisas, conforme observa DaMatta, dar-se-ia tanto no nível microfísico, das relações cotidianas de trabalho, quanto no nível político. Seria esse aspecto da desigualdade jurídica e da inexistência de laços fortes de solidariedade que comporia os ingredientes de uma sociedade profundamente hierárquica e discriminatória (DAMATTA, 1986). A famosa frase “você sabe com quem está falando?” seria, assim, a ilustração mais acabada da cultura do mandonismo de uma sociedade em que prevalece a ascendência dos poderosos sobre os mais frágeis, através de laços de fidalguia e vassalagem. O magistrado, o político, o abastado, a celebridade midiática, o caudilho que evoca o “sabe com quem está falando?” denuncia, assim, o abismo que o separa daqueles que precisam cumprir e/ou aplicar as leis. Cada um deve se colocar em seu lugar, e, para tudo, há um jeito.

O cientista político e ex-professor da UFF, Carlos Alberto Almeida (2007), contudo, faz uma ressalva a essa cultura do “jeitinho”, afirmando que não se pode generalizar, principalmente na sociedade brasileira contemporânea. Apesar de concordar com o diagnóstico de DaMatta quanto ao aspecto do “jeitinho”, alimentado por uma sociedade profundamente hierárquica, desigual e autoritária, Almeida afirma que a população brasileira atual não é monolítica, mas dividida entre o arcaico e o moderno, sendo que as novas gerações urbanas estariam rompendo pouco a pouco com os laços da cultura colonial (ALMEIDA, 2007). Essa talvez seja uma das explicações para intensa guerra cultural hoje vivenciada pelos brasileiros, atingindo provavelmente seu ápice nas grandes manifestações de 2013, levando ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e à eleição de um candidato de extrema-direita à presidência da República, em 2018.

Portanto, para Almeida, no Brasil atual, existiriam duas facetas distintas culturalmente: a moderna, composta por cidadãos afeitos a hábitos cosmopolitas; e a arcaica, constituída pelos que são mais apegados aos costumes tradicionais (ALMEIDA, 2007). Na parte dos modernos, há profunda rejeição à cultura do “jeitinho”, às punições ilegais, aos linchamentos, à mistura de religião com política e à violação dos Direitos Humanos, inclusive com relação a criminosos encarcerados. Por outro lado, os arcaicos seriam aqueles que defendem a manutenção de um poder de mando personalista, mostrando-se favoráveis aos preceitos da Lei de Talião<sup>64</sup> e defendendo a crença de que o destino está em mãos divinas (ALMEIDA, 2007).

Apesar de Almeida enfatizar que a alcunha “arcaico” não possua, em sua obra, uma conotação negativa, é difícil não associar o termo a palavras pejorativas, como “retrógrado”,

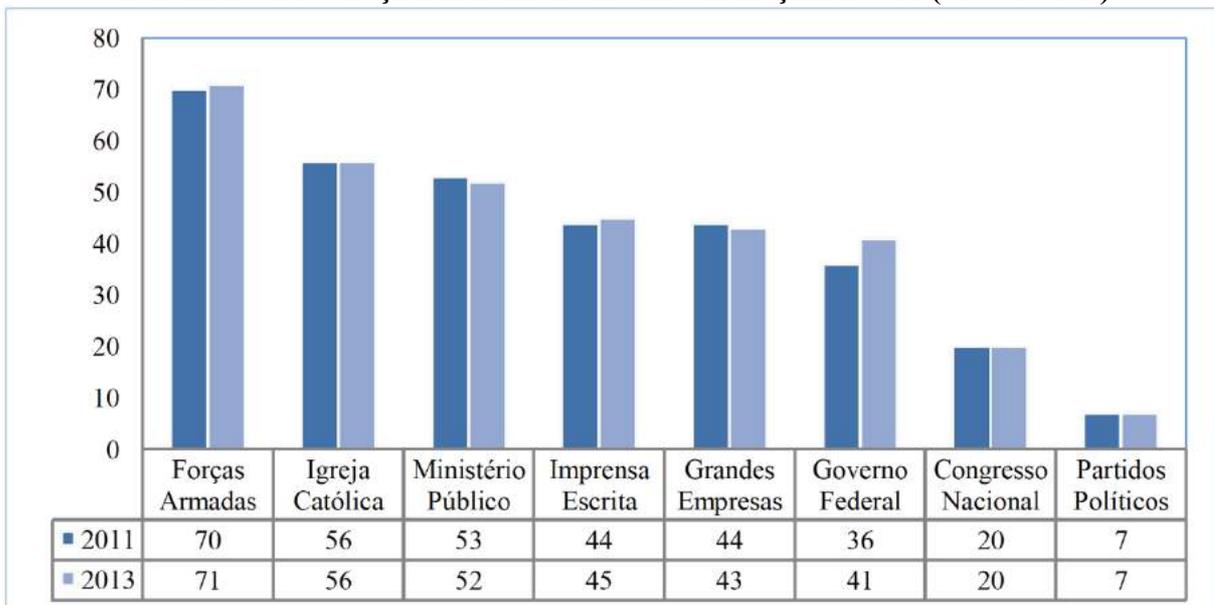
---

<sup>64</sup> A Lei de Talião consiste no princípio segundo o qual uma punição deve ser tão rigorosa quanto o crime praticado. A função da pena seria, assim, a de retribuir o mal praticado, e não a de restituir o delinquente à sociedade.

“atrasado”, “obsoleto”, “ultrapassado” etc. Assim, um termo mais neutro seria falar, por exemplo, em “conservador” ou “tradicional”. Essa fatia da população que Almeida chama de arcaica corresponderia, segundo algumas pesquisas de opinião, à maior parcela da população brasileira atual.

De fato, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, que avaliou a confiança dos brasileiros nas instituições em 2011 e em 2013 (depois das grandes manifestações), mostra que as Forças Armadas e a Igreja Católica são aquelas mais bem-conceituadas. Segundo a pesquisa, a confiança dos brasileiros nas Forças Armadas era de 70%, em 2011, e de 71%, em 2013. Quanto à Igreja Católica, a confiança se manteve intacta nos dois períodos em 56%:

**Gráfico 5 - Confiança dos brasileiros nas instituições em % (2011 e 2013)**

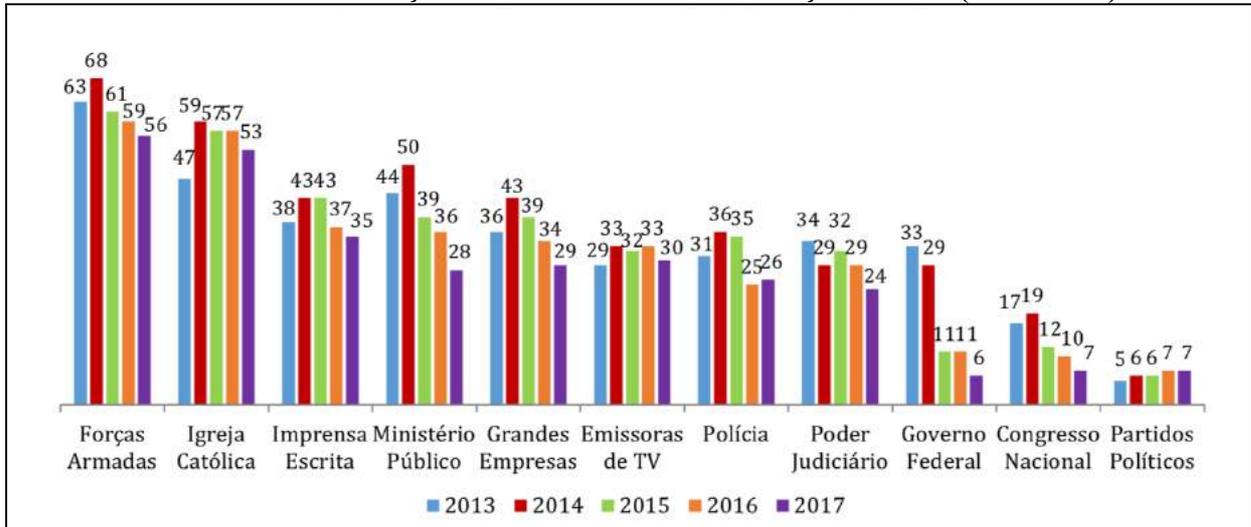


Fonte: FGV<sup>65</sup>.

Uma pesquisa mais recente, do mesmo Instituto, mostra uma queda considerável na confiança dos brasileiros nas instituições. Ainda assim, as Forças Armadas e a Igreja Católica figuram como as mais prestigiadas:

<sup>65</sup> Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6618> >. Acesso em: 16 de ago. 2019.

Gráfico 6 - Confiança dos brasileiros nas instituições em % (2013-2017)



Fonte: FGV, 2017<sup>66</sup>.

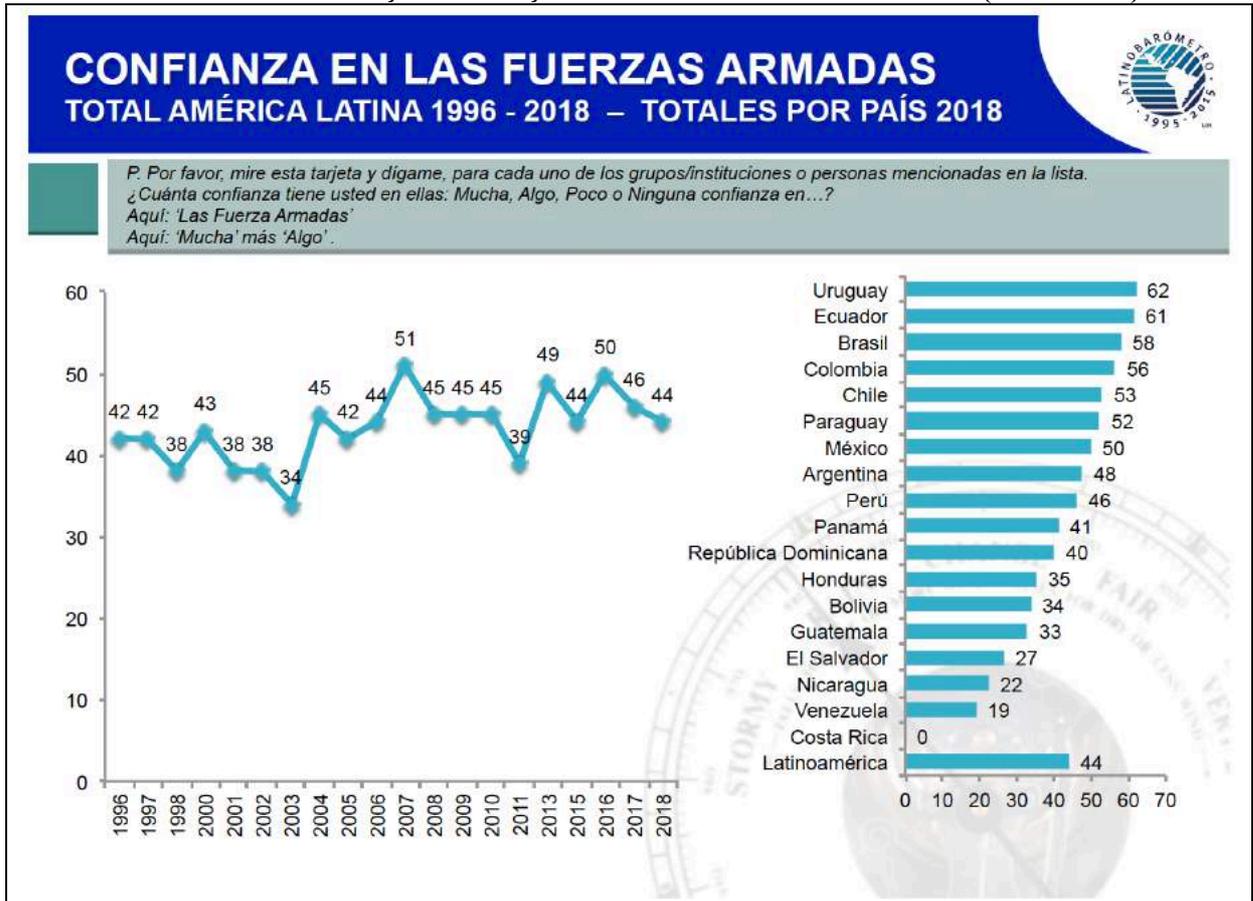
Percebe-se, portanto, uma avaliação mais positiva das instituições comumente associadas à ordem e aos valores tradicionais. Em contrapartida, instituições relacionadas à democracia são as mais descredenciadas, os partidos políticos e o Congresso Nacional. É preciso mencionar que a pesquisa não engloba as religiões em geral, o que poderia aumentar ainda mais a medida da adesão dos brasileiros às instituições religiosas, ao se incluir a parcela evangélica da população.

Essa confiança dos brasileiros em instituições mais ligadas à ordem, à hierarquia e aos valores tradicionais (em detrimento de instituições relacionadas à democracia) pode ser sintomática de um conservadorismo cultural predominante no país. De fato, no campo do discurso progressista, as Forças Armadas são aquelas que mais adquirem o rótulo de “fascistas”, e as Igrejas, de “obscurantistas”, sugerindo a pouca penetração do progressismo nos diferentes estratos da sociedade.

Um estudo de 2018 divulgado pelo *Latinobarómetro* reforça essa tese, comparando o Brasil com alguns outros países da América Latina. De 18 países pesquisados, o Brasil figura em 3.º lugar entre os que mais apoiam as Forças Armadas, com uma taxa de 58%, em face de uma média latino-americana de 44%; e 5.º lugar em relação ao apoio à Igreja, com uma taxa de 73%, 10% acima da média da América Latina:

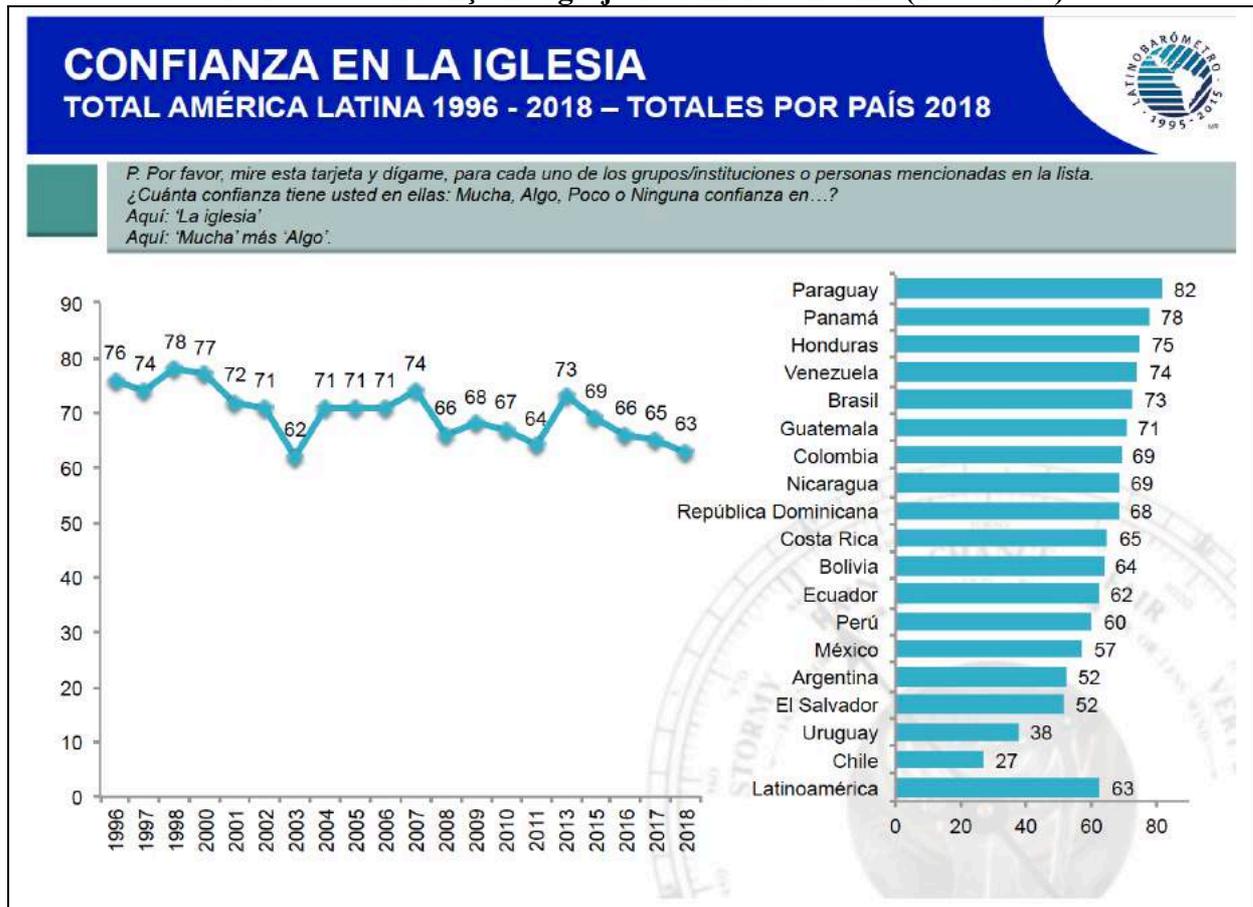
<sup>66</sup> Disponível em: < [https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio\\_icj\\_1sem2017.pdf](https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf) >. Acesso em 16 de ago. 2019.

Gráfico 7 - Confianza nas Forças Armadas na América Latina (1996-2018)



Fonte: LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 50.

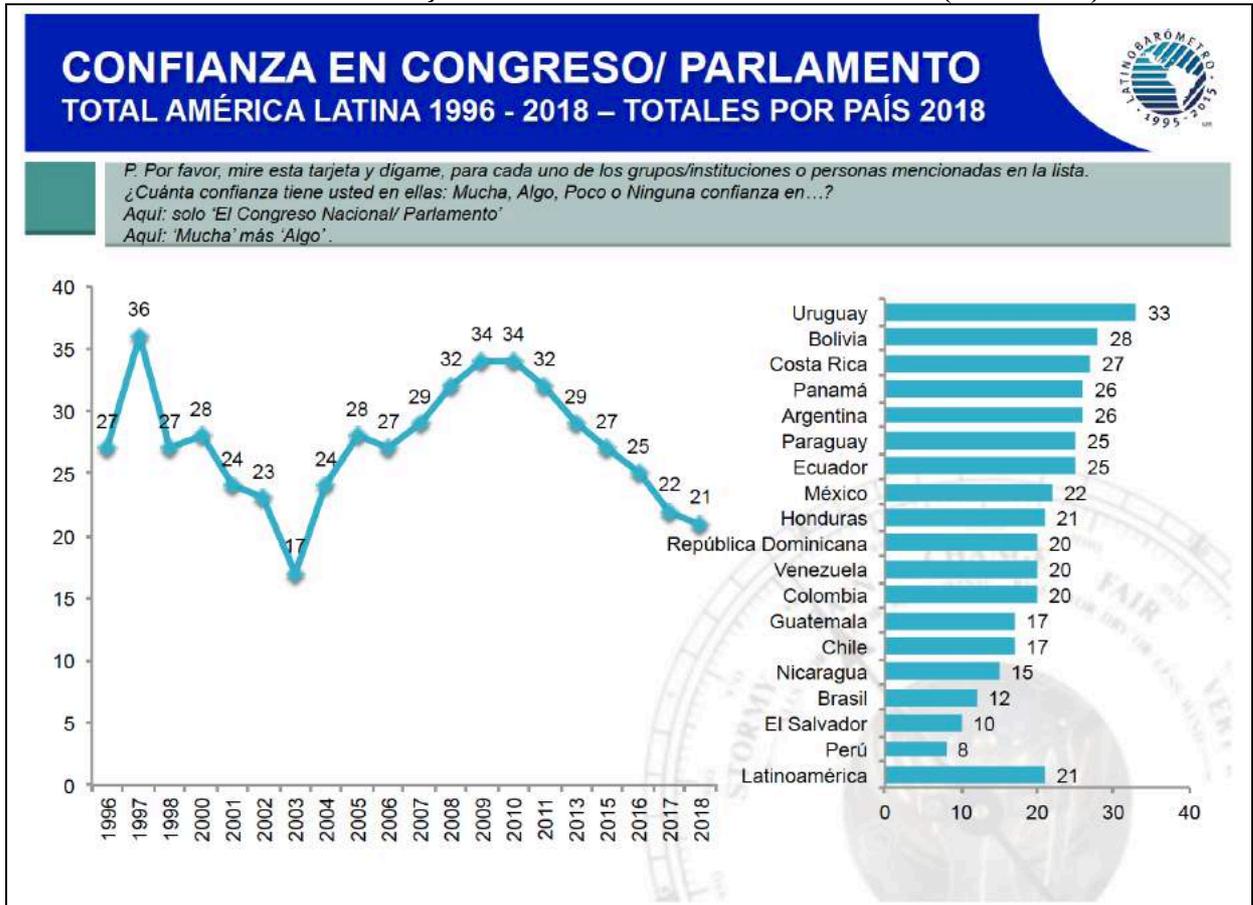
Gráfico 8 - Confiança na Igreja na América Latina (1996-2018)



Fonte: *LATINOBARÓMETRO*, 2018, p. 49.

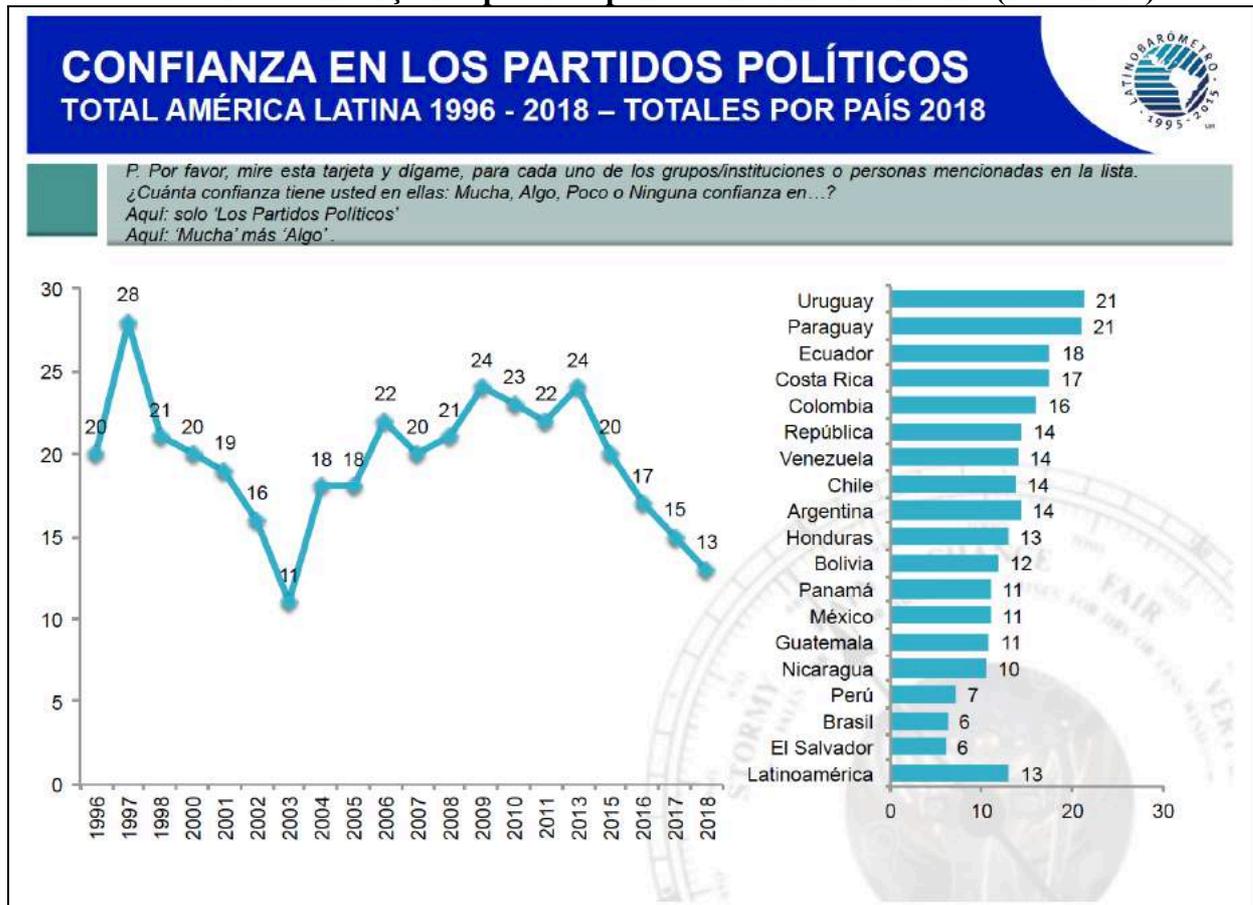
Em contrapartida, a confiança dos brasileiros em instituições ligadas à democracia, como o Parlamento e os partidos políticos, para o *Latinobarómetro*, é relativamente baixa, comparada à de outros países da América Latina:

Gráfico 9 - Confianza no Parlamento na América Latina (1996-2018)



Fonte: LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 52.

Gráfico 10 - Confiança nos partidos políticos na América Latina (1996-2018)

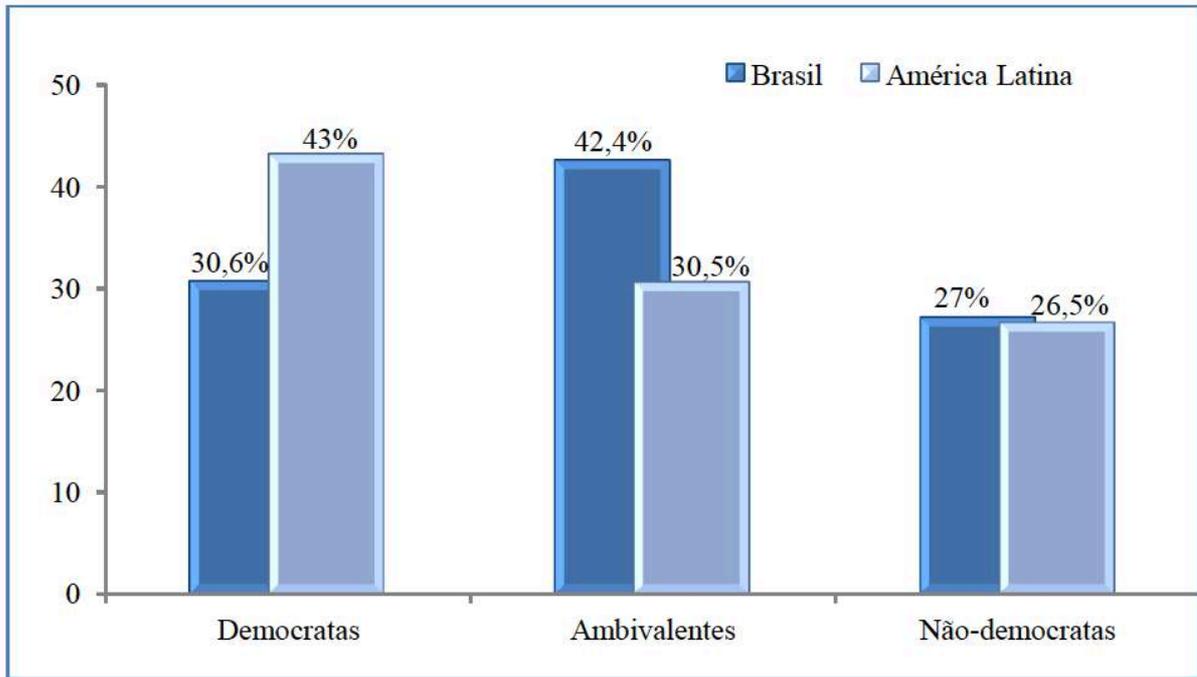


Fonte: LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 53.

Como se percebe, o Brasil ocupa o 3.º lugar entre os que menos confiam no Parlamento, com uma taxa de 12% de adesão, diante da média latino-americana de 21%; e em 1.º lugar, juntamente com El Salvador, entre os que menos confiam em partidos políticos, com uma adesão de 6%, menos da metade da média do continente.

Uma outra pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2004, reforça o diagnóstico dessa tendência cultural antidemocrática, mostrando o apego da população a práticas autoritárias de gestão. Segundo o relatório do estudo, apenas 30,6% dos brasileiros consideram-se democratas, em comparação à média de 43% da América Latina, já considerada relativamente baixa (menos da metade dos latino-americanos). Isso significa dizer que cerca de 70% dos brasileiros se dizem não democratas ou ambivalentes, como mostra o quadro abaixo:

**Gráfico 11 - Apoio à democracia no Brasil e na América Latina**



Fonte: PNUD, 2004, *apud* QUADROS, 2015, p. 82.

A pesquisa do *Latinobarómetro*, de 14 anos depois, mostra resultados semelhantes. O Brasil aparece como o 2.º país, juntamente com Honduras, entre os que menos apoiam a democracia, com apoio de 34%, atrás de Guatemala e El Salvador, empatados em 1.º lugar, com 28% de apoio da população, em uma média latino-americana de 48%. Já no quesito “satisfação com a democracia”, os brasileiros se mostram os menos satisfeitos, com uma taxa de 9%, comparados aos 24% da média no continente.

Gráfico 12 - Apoio à democracia na América Latina (2018)

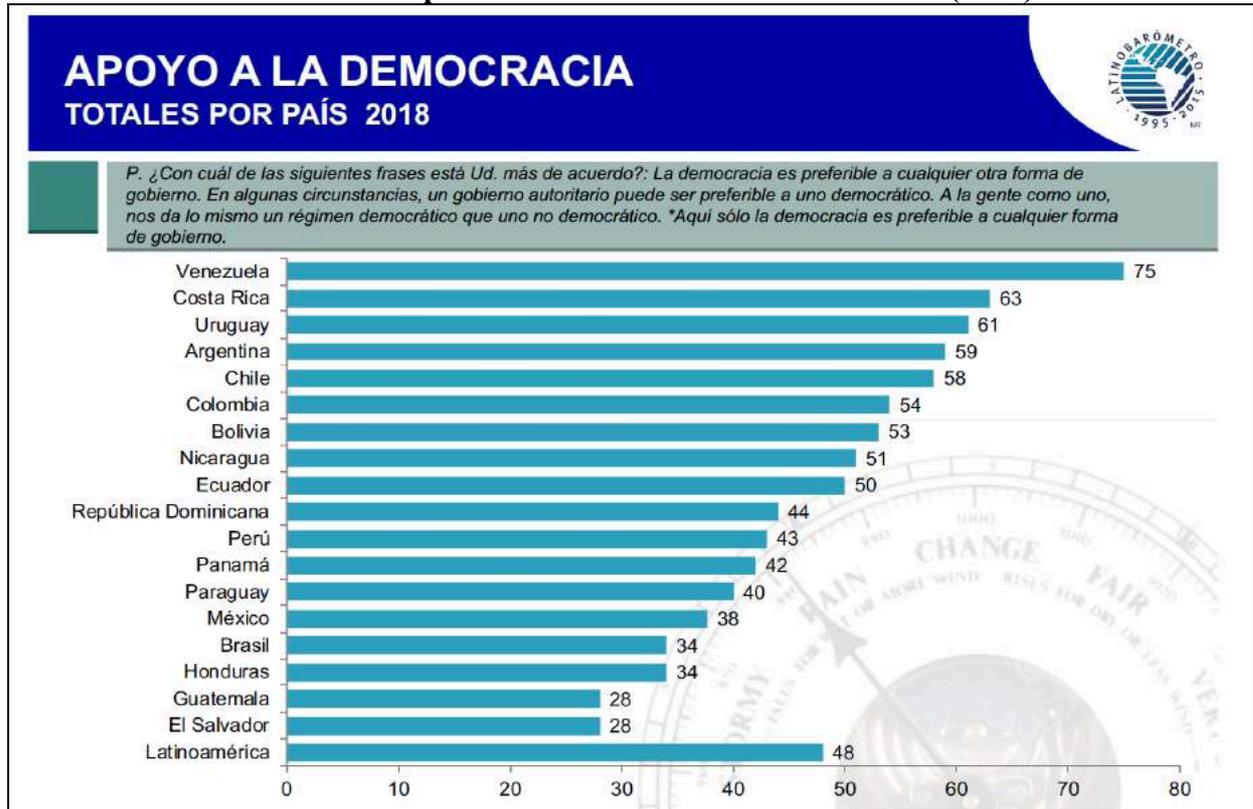


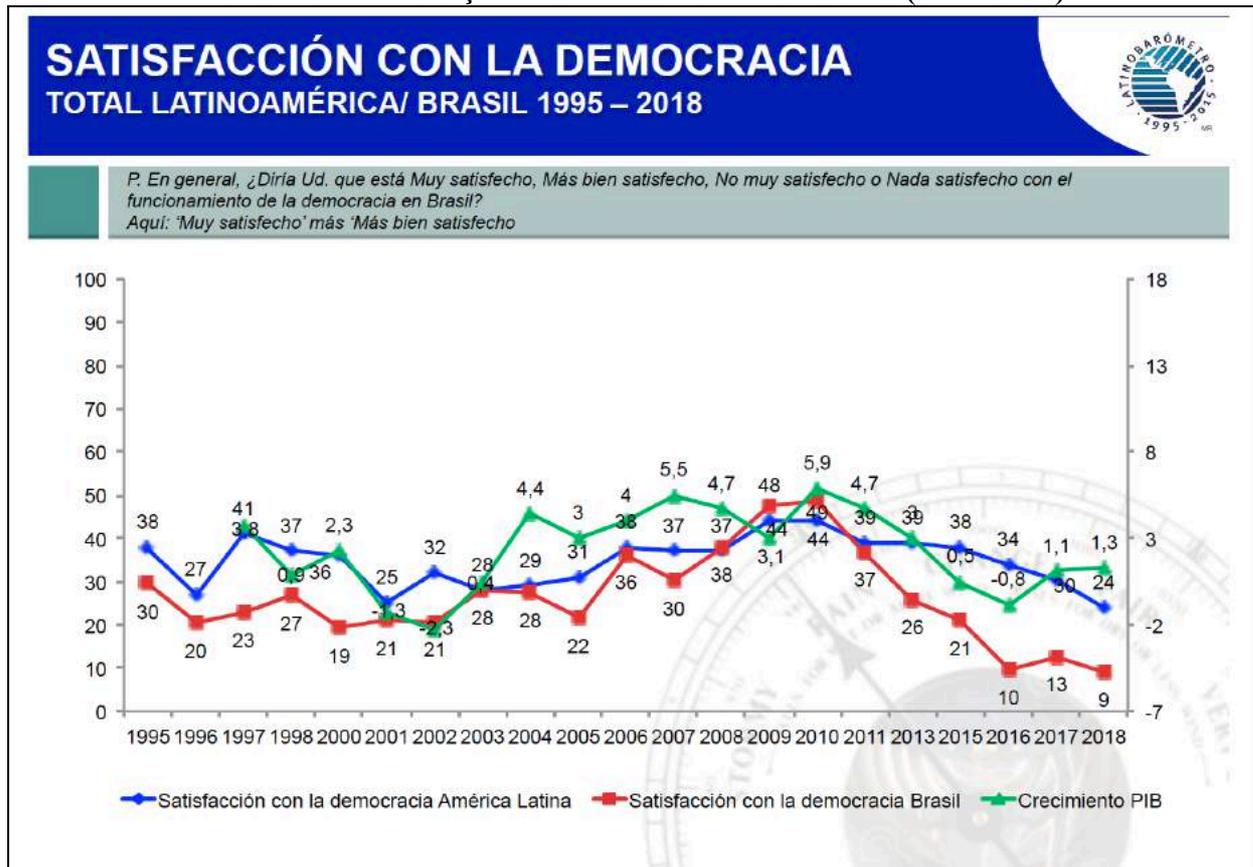
Gráfico 13 - Satisfação com a democracia na América Latina (2018)



Fonte: *LATINOBARÓMETRO*, 2018, p. 35.

Um outro gráfico do mesmo estudo mostra que o apoio à democracia no Brasil vem caindo vertiginosamente, com uma queda mais acentuada coincidindo com o mandato de Dilma Rousseff (com início em 2011) e com a crise econômica, manifestada, no gráfico, através da queda do Produto Interno Bruto (PIB).

Gráfico 14 - Satisfação com a democracia no Brasil (1995-2018)

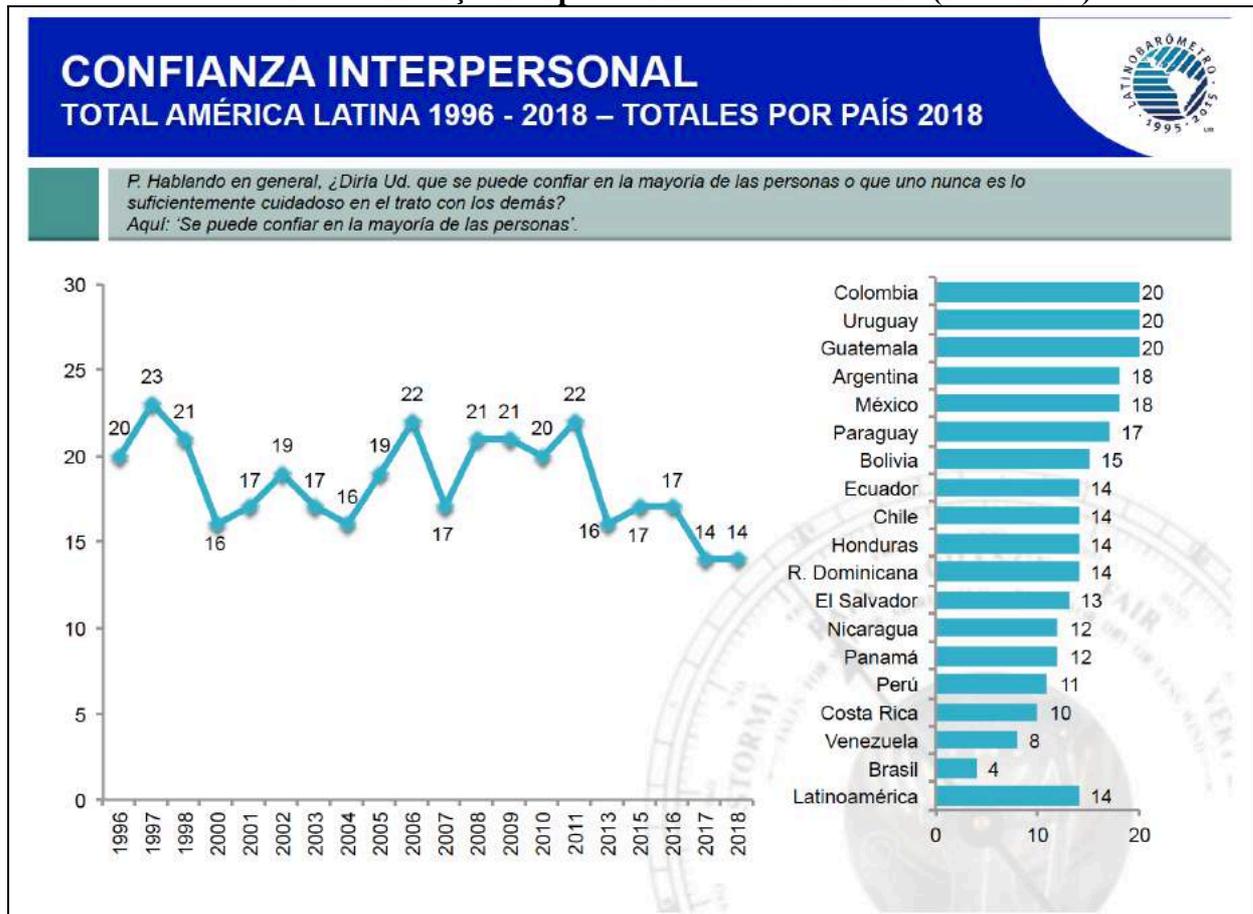


Fonte: *LATINOBARÓMETRO*, 2018, p. 37.

Esses estudos quantitativos promovidos pelo *Latinobarómetro* parecem ir ao encontro, em certa medida, de algumas teses de trabalhos qualitativos dos brasilianistas clássicos citados acima (como as de DaMatta), segundo os quais existiriam laços pouco sólidos de solidariedade entre os brasileiros, principalmente das camadas baixas da população. Somada a uma “justiça facciosa” e à desproteção do Estado, a inexistência de liames fortes entre os cidadãos favoreceria o surgimento do caudilhismo e da cultura autoritária, dada a necessidade de os mais fragilizados se aferrarem a um senhor ou chefe de clã para se autopreservarem.

Efetivamente, o gráfico abaixo do *Latinobarómetro* mostra que, entre os países latino-americanos pesquisados, o Brasil é o 1.º do *ranking* de desconfiança, ou seja, os brasileiros são os que menos confiam em seus próximos, talvez um aspecto ou sintoma da inexistência desses laços de solidariedade fortes entre os cidadãos aos quais os brasilianistas se referem:

Gráfico 15 - Confiança interpessoal na América Latina (1996-2018)



Fonte: *LATINOBARÓMETRO*, 2018, p. 47.

Um estudo publicado por Almeida (2007), além de mostrar esse aspecto da desconfiança nas relações sociais, explicita também o apego ao valor da família, caro ao conservadorismo, já que, entre os entrevistados, 85% disseram confiar na família, ao passo que apenas 15% afirmaram confiar nas demais pessoas que não sejam do círculo familiar (ALMEIDA, 2007).

Uma outra pesquisa que pode projetar luzes para a caracterização do auditório do contrato de comunicação do discurso político do *impeachment*, ou seja, o eleitorado/cidadão brasileiro, é o estudo promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), sob coordenação de Nancy Cardia. Trata-se de uma pesquisa de opinião junto a brasileiros maiores de dezesseis anos, em onze capitais, sobre o poder público na percepção dos brasileiros. Os resultados são os seguintes:

Tabela 2 - O poder público na percepção dos brasileiros

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
<b>Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo</b>							
Concorda totalmente	18,4	18,3	20,3	20,7	24,5	21,9	20,7
Concorda em parte	24,6	22,7	23,7	24,7	18,7	23,3	22,9
Discorda em parte	15,8	18,5	16,5	14,1	17,6	16,5	16,6
Discorda totalmente	38,3	38,5	37,2	38,4	35,5	32,6	36,8
<b>Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões</b>							
Concorda totalmente	12,3	12,3	12,6	10,9	13,4	11,9	12,2
Concorda em parte	18,5	17,3	17,5	19,4	20,4	20,2	18,8
Discorda em parte	20,0	18,0	16,6	17,0	14,1	15,7	16,7
Discorda totalmente	47,4	50,8	52,2	51,3	49,3	47,9	50,2
<b>Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas</b>							
Concorda totalmente	13,6	17,1	17,2	17,0	20,3	17,9	17,5
Concorda em parte	24,3	20,2	26,0	23,3	20,6	21,5	22,5
Discorda em parte	20,2	20,4	17,5	19,5	16,9	20,0	19,0
Discorda totalmente	37,9	39,9	37,4	38,5	38,9	35,0	38,1
<b>Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa se ela ameaçar a segurança do governo deste país</b>							
Concorda totalmente	16,1	20,8	20,5	18,0	21,1	22,5	20,2
Concorda em parte	22,1	20,7	19,6	21,3	17,6	20,7	20,2
Discorda em parte	19,8	20,8	19,0	19,9	19,3	15,3	19,1
Discorda totalmente	37,0	34,9	38,7	37,4	37,0	34,5	36,5
<b>Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa</b>							
Concorda totalmente	18,2	17,3	22,2	15,7	16,9	17,5	18,0
Concorda em parte	24,1	24,7	23,3	24,7	24,0	23,8	24,1
Discorda em parte	15,8	15,1	15,4	17,9	14,7	15,3	15,7
Discorda totalmente	36,1	40,5	36,8	39,3	41,3	35,4	38,5
<b>O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa</b>							
Concorda totalmente	39,2	39,0	40,6	38,6	37,4	36,5	38,6
Concorda em parte	21,8	22,5	20,7	21,1	20,8	19,4	21,1
Discorda em parte	13,2	14,0	12,8	15,2	14,9	12,0	13,7
Discorda totalmente	23,1	22,9	24,3	23,8	24,4	27,5	24,3

Fonte: CARDIA, 2012, p. 298.

Perguntados sobre se todo país deveria ter o direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo, 63,2% dos brasileiros **não discordam totalmente**. Em relação à pergunta sobre se houvesse momentos em que, para garantir a ordem social, fosse necessário prender pessoas por suas posições políticas, **não discordaram totalmente** 61,9% dos brasileiros. Quanto à possibilidade de se retirar a nacionalidade de pessoas que ameacem a segurança do governo, 63,5% **não discordam totalmente**. No quesito censura à imprensa, 61,5% **não discordam totalmente** de que tal atitude seja justificável.

A maior aceitabilidade de ingerência do governo na sociedade civil é com relação à possibilidade de se censurar a correspondência de uma pessoa, com uma taxa de 75,7% de **não discordância total**, ao passo que a menor aceitabilidade é a de que as pessoas possam ser impedidas de expressarem suas opiniões, com cerca de 49,8% dos brasileiros que **não se mostraram totalmente discordantes**. No entanto, pode-se dizer que essa taxa ainda é considerada alta para um país que se diz democrático, porque isso significa que cerca de metade da população **não repudiaria totalmente** a supressão do direito de livre expressão do pensamento.

Essa pesquisa, conduzida por Nancy Cardia, corrobora com o diagnóstico dos brasilianistas citados acima, segundo os quais existiria uma índole antidemocrática na cultura política do brasileiro, em função de vários fatores (cultura do compadrio, “jeitinho”, desapego às regras, laços de solidariedade não solidificados, cordialidade, no sentido de poucos freios às pulsões instintivas etc.).

Entretanto, essa mesma pesquisa não confirma a tese de Almeida (2007), para o qual existiria um outro Brasil moderno que tenderia a suplantar o Brasil arcaico na medida em que as gerações fossem se sucedendo e o país se tornasse mais urbanizado. Ora, a pesquisa do Núcleo da USP foi realizada somente em capitais, isto é, em tecidos urbanos. Além do mais, não houve diferença estatística significativa entre os mais jovens e os mais velhos, em todas as perguntas. Pelo contrário, os mais jovens se mostraram ligeiramente menos afeitos aos valores democráticos (como o do pluralismo político e o da legitimidade da oposição) que os mais velhos, como se percebe pelo quadro acima, demonstrando maior apego à autoridade e à ordem, além de maior distância de ideias consideradas progressistas de liberdade, igualdade e fraternidade.

Segundo Cardia, o resultado da pesquisa sugere que aqueles que nasceram após o retorno à democracia no país também apresentam traços daquilo que Guillermo O’Donnell (2011) chamou de autoritarismo socialmente implantado. Trata-se de uma assimilação coletiva

de uma *doxa* de desrespeito aos ritos democráticos e de aceitação de arbítrios cometidos em nome da ordem, do disciplinamento alheio e de uma “higienização” pública (CARDIA, 2012).

Outras pesquisas de opinião também confluem para essas conclusões sobre o aspecto do conservadorismo brasileiro de apreço pela ordem e pela hierarquia. Por exemplo, uma pesquisa do *Datafolha*, de 2014, averiguou que 47% dos brasileiros eram favoráveis à pena de morte. Na pesquisa posterior do mesmo Instituto, em 2018, a taxa havia crescido em 10%, atingindo mais da metade da população (57%) entre os favoráveis à pena capital. Esse é mais um dado que contraria os achados de Almeida (2007), para o qual, na medida em que se aumenta a escolaridade, essa cultura que ele chama de “arcaica”, pouco progressista e antidemocrática, tende a se arrefecer. No entanto, no Brasil, como mostram os dados, o que se viu foi um reforço de valores conservadores depois da expansão do ensino superior no Brasil nas eras Lula e Dilma (CARVALHO, 2018). Ressalte-se que, nesse mesmo ano de 2018, o apoio à redução da maioria penal atingiu o percentual de 87% na população brasileira (DATAFOLHA, 2018<sup>67</sup>).

Também a pesquisa empreendida por Almeida (2007) sobre justificações populares mostra a mesma tendência ao desapego de muitos brasileiros a princípios democráticos, em nome da ordem e da hierarquia. Perguntados, por exemplo, sobre se alguém condenado por estupro ser estuprado na cadeia é uma situação sempre errada, sempre certa ou nem sempre errada, 54% responderam **não ser sempre errada**. Esse mesmo percentual respondeu **não ser sempre errada** a situação de a polícia espancar presos para que confessem crimes (ALMEIDA, 2007).

Quanto ao valor da hierarquia, uma pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB<sup>68</sup>) procurou mensurar alguns aspectos das relações sociais no Brasil. Por exemplo, perguntados se o patrão deve continuar sendo chamado de “senhor”, ainda que permita ser chamado de “você”, 61% dos entrevistados disseram que sim. Uma outra questão foi sobre se, convidado pelo patrão a tomar banho na piscina do prédio, qual atitude deveria ser tomada. Cerca 65% responderam que se deve agradecer e não tomar banho na piscina. Uma terceira questão foi sobre o uso do elevador social por trabalhadores, com 56% respondendo que o elevador de serviço é o que deveria ser usado (ESEB, 2002).

Como se percebe, mesmo diante de permissões que relativizam a hierarquia das relações sociais estratificadas, a maioria dos respondentes apresentam uma disposição de espírito oposta

---

<sup>67</sup> Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e802ac9aa4689aa7d66fbc24a52e045d6de.pdf> >. Acesso em: 20 de ago. 2019.

<sup>68</sup> Disponível em: < <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb> >. Acesso em: 20 de ago. 2019.

ao igualitarismo progressista. De acordo com Nishimura (2004), os resultados podem ser explicados devido a um enraizamento cultural das noções de hierarquia e de lugares sociais presentes na sociedade brasileira (NISHIMURA, 2004).

No que diz respeito a padrões de comportamento social, uma pequena parcela da população parece apoiar expressões menos tradicionais, o que revela um outro aspecto do caráter conservador da sociedade brasileira, principalmente em temas relacionados à sexualidade e ao aborto. Esses são os resultados do ESEB 2002, no que toca a questões ligadas à sexualidade:

**Tabela 3 - Opinião dos brasileiros sobre os homossexuais**

	%	n
Pessoas como quaisquer outras	29,3	342
<b>Pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas</b>	<b>37,3</b>	<b>437</b>
Pessoas com comportamento errado	33,4	391
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>1170</b>

Fonte: ESEB, 2002, *apud* NISHIMURA, 2004, p. 342.

**Tabela 4 - Opinião sobre proibição a programas de TV homoeróticos**

	%	n
Discorda Muito	23,8	587
Discorda um Pouco	11,8	292
Nem concorda nem discorda	0,9	23
Concorda um Pouco	8,6	212
<b>Concorda Muito</b>	<b>54,9</b>	<b>1353</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>2467</b>

Fonte: ESEB, 2002, *apud* NISHIMURA, 2004, p. 342.

Os resultados da pesquisa do ESEB mostram, como se percebe nas tabelas acima, que 70,7% da amostra de brasileiros **não consideram os homossexuais como pessoas como quaisquer outras**, e que 76.2% **não discordam muito de que programas homoeróticos devam ser censurados**.

Um outro tema ligado a questões comportamentais, e uma constante nas guerras culturais, é a polêmica do aborto. De acordo com dados do ESEB, a população brasileira, estatisticamente, apresenta-se bastante conservadora também nessa discussão. De fato, 88,5% dos entrevistados disseram que o aborto **não deve ser permitido em qualquer situação**, e 37,4% responderam que o **aborto deve ser proibido em qualquer situação** (incluindo-se casos de estupro ou risco de morte da gestante):

**Tabela 5 - Opinião dos brasileiros sobre o aborto**

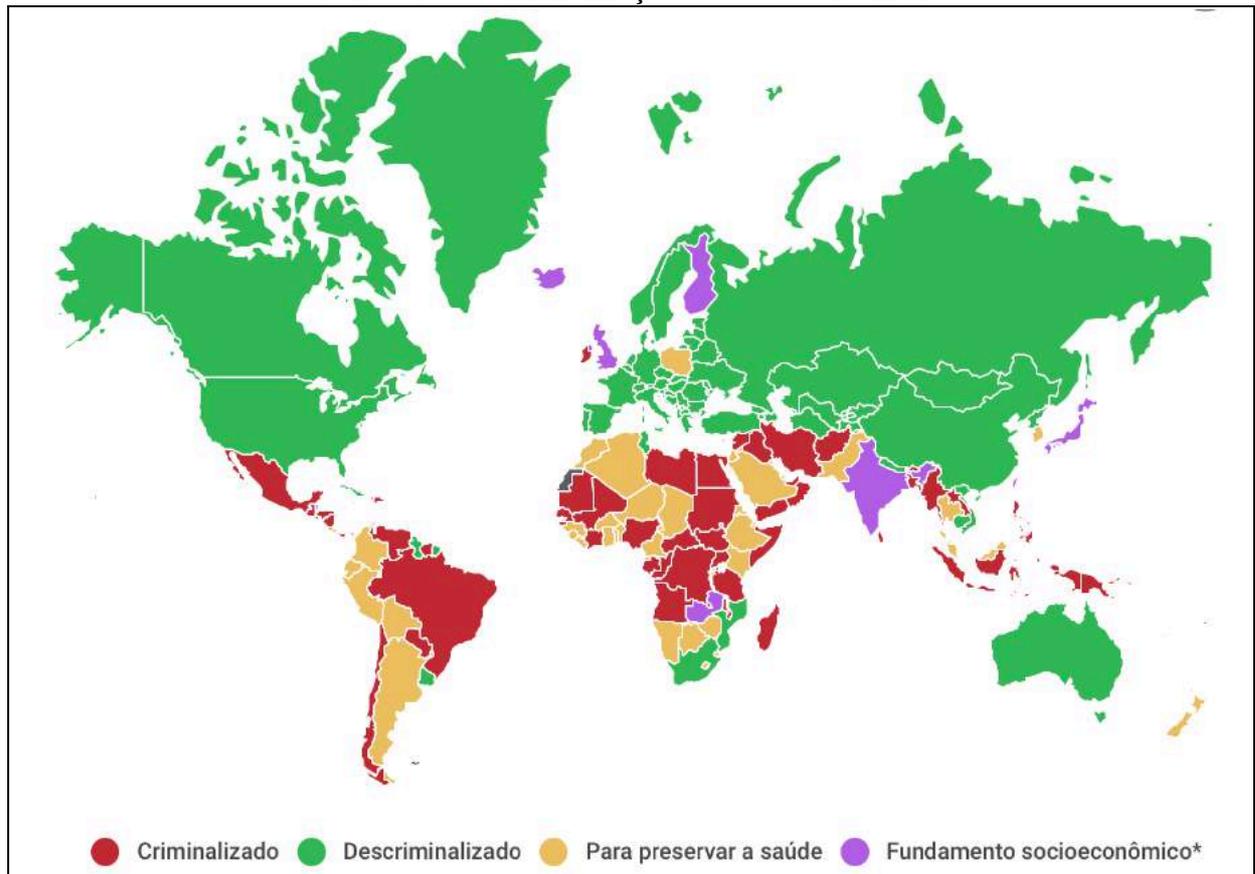
<b>Com qual dessas frases o (a) Sr(a). concorda mais:</b>	<b>% (n)</b>
<i>O aborto deve ser proibido em qualquer situação</i>	37,4 (907)
<i>O aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro</i>	<b>51,0 (1237)</b>
<i>O aborto deve ser permitido em qualquer situação</i>	11,5 (280)
<i>Total</i>	100 (2424)

Fonte: ESEB, 2002, *apud* NISHIMURA, 2004, p. 354.

Levando-se em consideração as margens de erro previstas pelos cálculos estatísticos, pode-se dizer que o resultado das pesquisas de outros institutos em relação à rejeição do brasileiro ao aborto é praticamente o mesmo. Pelo *Vox Populi*, de 2010, 82% dos entrevistados se afirmaram contrários à mudança da legislação do aborto, com uma taxa de apenas 14% defendendo a descriminalização (CAMARGO, 2009). Pelo *Pew Research*, de 2014, 79% dos brasileiros responderam que o aborto é “moralmente inaceitável” (QUADROS, 2015). Já o *Datafolha* de 2010 registrou uma taxa estatisticamente um pouco menor, mas ainda alta, com 71% dos entrevistados contrários à mudança na legislação brasileira, o maior percentual registrado desde 1993 pelo Instituto de pesquisa (NOS JORNAIS, 2010).

No mundo, o Brasil é um dos poucos países considerados democráticos que ainda criminalizam a prática do aborto, ou seja, restringem o direito da mulher de dispor do próprio corpo, como é possível ver através do mapa abaixo:

Gráfico 16 - Criminalização do aborto no mundo



Fonte: PEW RESEARCH, 2017, *apud* MEIRELLES, 2017.

Tendo em vista todos os resultados das pesquisas qualitativas e quantitativas expostas acima, é de se perguntar como, sendo a população brasileira majoritariamente de direita e conservadora, a esquerda pôde, no Brasil, angariar votos e vencer eleições? A hipótese que fica é que boa parte dos que votam na esquerda o faz, provavelmente, não em função de princípios e crenças, mas de medidas clientelistas e/ou populistas, para que se mantenha algum benefício próprio ou um programa social em específico. Aliás, é o que sugere uma pesquisa do *Datafolha* de 2013 (MENDONÇA, 2013).

Realizando um conjunto de perguntas sobre valores sociais, políticos e culturais, como, por exemplo, o entendimento sobre as causas da criminalidade, ou a influência da religião na conformação do caráter pessoal, o *Datafolha* diagnosticou que apenas 4% dos brasileiros identificam-se, no espectro ideológico, na esquerda, e 26%, na centro-esquerda. Dilma Rousseff, nas eleições de 2010, teve o mesmo padrão de votação de seus adversários mais à direita no que diz respeito à distribuição dos votos dos que se identificam com os valores da direita, da centro-direita, do centro e da centro-esquerda, apenas obtendo maior fatia entre os eleitores identificados como sendo da esquerda (MENDONÇA, 2013).

Uma outra questão que se acena é sobre qual seria a essência desse conservadorismo à brasileira visto acima, que parece se mostrar de modo único em relação aos outros conservadorismos no mundo. Pode-se afirmar, com Quadros (2015), que o conservadorismo no Brasil é singular por ser produto de várias referências, de várias culturas, disperso em diferentes estratos da sociedade.

Trata-se o conservadorismo à brasileira de um conservadorismo antropofágico, mestiço. Não é o conservadorismo aristocrático dos *gentlemens* ingleses, inclinados à tradição anglo-americana de liberdade (ESPADA, 2008). Tampouco o conservadorismo no Brasil é o conservadorismo francês de cunho filosófico dos apologetas do *Ancien Régime*, como o de De Maistre e de De Bonald. O conservadorismo brasileiro também não se equipararia ao militantismo neoconservador de Irving Kristol, intelectualizado, antiestatista, com preocupações voltadas para a política externa (QUADROS, 2015).

Ao contrário, o conservadorismo à brasileira parece se perfazer por meio de práticas e de crenças morais alheias a problemas filosóficos de fundo, tendo como epicentro a figura do homem comum. Nas palavras de Quadros, “fatias expressivas do povo brasileiro dão ânimo a um conservadorismo, mas do jeito que lhes soa mais natural, mais familiar” (QUADROS, 2015, p. 109).

Ilustram esse conservadorismo brasileiro algumas cenas de manifestações contra o governo Dilma Rousseff e a favor de Jair Bolsonaro, atual presidente da República. Nelas, é possível perceber *slogans* e palavras de ordem mais associadas a um discurso conservador do que progressista, como a reverência a Olavo de Carvalho, que se diz filósofo e que tem atuado como o principal mentor do bolsonarismo (CORTÁZAR, 2019). Além do mais, observa-se uma repulsa a pensadores de esquerda e o apreço antidemocrático às ideias militaristas de ordem e hierarquia, desprezando-se instituições em nome de uma pretensa “limpeza” pública. A intervenção do discurso religioso também é uma constante.

**Imagem 13 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: SINDSERV, 2015<sup>69</sup>.

**Imagem 14 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: DCM, 2017<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> Disponível em: < <http://sindservbarueri.com.br/portal/2017/05/02/projeto-para-tornar-crime-falsas-acusacoes-de-estupro-e-silenciamento-das-vitimas/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>70</sup> Disponível em: < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/investigacoes-mostram-que-militares-sao-tao-corruptos-quanto-os-civis/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 15 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: TARSO, 2015<sup>71</sup>.

**Imagem 16 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: CONEXÃO JORNALISMO, 2016<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> Disponível em: < <https://blogdotarso.com/2015/03/24/pesquisa-ricos-e-brancos-invadiram-as-ruas-dia-15-de-marco-contra-dilma/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>72</sup> Disponível em: < <http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/dinheiro/cardozo-acredita-reverter-golpe-no-senado-e-diz-que-lula-e-ameaca-ao-autoritarismo-51-44020> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 17 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: ALEXANDRE YURI/G1<sup>73</sup>.

**Imagem 18 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: ALEXANDRE YURI/G1<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/03/em-belem-milhares-se-reunem-em-atos-contr-o-governo-federal.html> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>74</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/03/em-belem-milhares-se-reunem-em-atos-contr-o-governo-federal.html> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 19 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: UOL, 2015<sup>75</sup>.

**Imagem 20 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: MORAES/REUTERS, 2015<sup>76</sup>.

<sup>75</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/15-de-marco---protestos-pelo-pais.htm?mode=list&foto=18> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>76</sup> Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/15-de-marco---protestos-pelo-pais.htm?mode=list&foto=27> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 21 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: PRAGMATISMO, 2015<sup>77</sup>.

**Imagem 22 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: RETRÔ, 2017<sup>78</sup>.

<sup>77</sup> Disponível em: < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/16-dicas-para-se-tornar-um-anticomunista-de-sucesso.html> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>78</sup> Disponível em: < [https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fi.ytimg.com%2Fvi%2FA2zF6XcW31M%2Fmaxresdefault.jpg&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DA2zF6XcW31M&docid=KcQsvaTKRg7mvM&tbnid=d5c\\_j20XqhWOGM%3A&vet=1&w=1280&h=720&client=safari&bih=737&biw=12](https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fi.ytimg.com%2Fvi%2FA2zF6XcW31M%2Fmaxresdefault.jpg&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.youtube.com%2Fwatch%3Fv%3DA2zF6XcW31M&docid=KcQsvaTKRg7mvM&tbnid=d5c_j20XqhWOGM%3A&vet=1&w=1280&h=720&client=safari&bih=737&biw=12) >

**Imagem 23 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: PEDLOWSKI, 2015<sup>79</sup>.

**Imagem 24 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: SANTOS/FOLHAPRESS, 2015<sup>80</sup>.

[80&ved=2ahUKewjXvLu-x5XkAhWWILkGHbe9APgQxiAoC3oECAEQLQ&iact=c&ictx=1](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1866022-manifestacao-por-intervencao-militar-bloqueia-via-em-sp.shtml) >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>79</sup> Disponível em: < <https://blogdopedlowski.com/2015/03/16/prisao-para-karl-marx/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>80</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1866022-manifestacao-por-intervencao-militar-bloqueia-via-em-sp.shtml> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 25 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: ARQUIVO PARANÁ ONLINE, 2018<sup>81</sup>.

**Imagem 26 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: QUADROS, 2015, p. 186.

<sup>81</sup> Disponível em: < <https://www.ocafezinho.com/2018/12/22/wilson-ramos-filho-a-direita-no-brasil-e-o-governo-bolsonaro/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 27 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: TARSO, 2015<sup>82</sup>.

**Imagem 28 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: PIMENTEL/TERRA, 2014<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> Disponível em: < <https://blogdotarso.com/tag/ditadura/> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>83</sup> Disponível em: < <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/jornalismo-wando/olavao-olavismo-e-seus-fieis-100934683.html> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 29 - Cena de protesto contra o governo Dilma Rousseff**



Fonte: UOL, 2015<sup>84</sup>.

**Imagem 30 - Cena de apoio a Jair Bolsonaro**



Fonte: AFP, 2018<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> Disponível em: < <http://www.netcina.com.br/2015/03/grupo-protesta-contradilma-e-pt-em.html> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

<sup>85</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2018/10/bolsonaro-uses-same-fascist-tactics-as-trump-says-yale-professor.shtml> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

**Imagem 31 - Cena de apoio a Jair Bolsonaro**



Fonte: ISQUIERDO/AP/SIPA, 2018<sup>86</sup>.

Realizado esse rápido percurso sobre a situação de comunicação do *impeachment* (cujo entendimento considera-se aqui necessário para a análise das interações polêmicas no Parlamento), caracterizando o lugar da enunciação, a instância política/adversária e a instância cidadã, passa-se, na próxima parte, para a abordagem dos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

---

<sup>86</sup> Disponível em: < <https://www.20minutes.fr/politique/diaporama-13653-photo-1101853-jair-bolsonaro-elu-president-bresil> >. Acesso em: 22 de ago. 2019.

## PARTE II ANÁLISE DOS DISCURSOS DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

O objetivo deste trabalho, além de caracterizar a Retórica da Guerra Cultural, é o de verificar em que medida, no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, essa retórica favoreceu ou não a argumentação crítica no espaço público afeito às democracias e às sociedades abertas. Para isso, lança-se mão aqui de pressupostos teórico metodológicos de estudos retóricos entendidos no âmbito do discurso, como as categorias da *doxa*, do *ethos*, do *pathos* e do *logos*, bem como a noção de gêneros do discurso.

Sobre os estudos retóricos, muito do interesse nutrido por eles começou a ser alimentado mais representativamente após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que os aparelhos de propaganda de regimes totalitários nazifascistas fizeram uso intenso de artifícios de persuasão como forma de mobilização das massas.

Entretanto, de acordo com Lima (2006), foi somente na década de 1980, na figura de Charaudeau e de Plantin, que a Retórica se torna um objeto da Análise do Discurso. Com efeito, a ideia de argumentação passa a ser atrelada à ideia de discurso.

De acordo com Amossy (2006), outra expoente dos estudos retóricos, na esteira de Plantin (1996) e Grize (1990), um discurso, dado o caráter intencional de todo ato humano e, conseqüentemente, do discurso, possui o que ela denomina de “dimensão argumentativa”. Isso significa dizer que, em toda fala humana, está intrínseca uma dimensão argumentativa, que pode não conter uma finalidade persuasiva (*visée* argumentativa) explícita, mas pretende orientar modos de ver e de sentir. Nas palavras de Amossy,

Toda fala é necessariamente argumentativa. É um resultado concreto do enunciado em situação. Todo enunciado visa a agir sobre seu destinatário, sobre o outro, e transformar seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer de forma diferente (PLANTIN, 1996 *apud* AMOSSY, 2006, p. 33, tradução nossa<sup>87</sup>).

O simples dizer “faz frio aqui” pode representar, a depender do contexto, uma argumentação no sentido de se desejar fazer agir para que fechem as janelas, por exemplo. Daí porque Amossy diferencia o que ela entende por *visée argumentative* e *dimension argumentative*. A visada argumentativa se faz perceber em discursos cuja natureza é a de persuadir, como os discursos eleitorais ou das campanhas publicitárias. Já a dimensão

---

<sup>87</sup> Toute parole est nécessairement argumentative. C’est un résultat concret de l’énoncé en situation. Tout énoncé vise à agir sur son destinataire, sur autrui, et à transformer son système de pensée. Tout énoncé oblige ou incite autrui à croire, à voir, à faire, autrement.

argumentativa é própria de todo discurso, é de sua constituição, seja naqueles com a expressa função de persuadir, seja em outros com uma função de influenciar nem tão explícita, como o discurso literário, ou mesmo uma *smal talk* como “faz frio aqui”. Nas palavras de Grize:

Argumentar na acepção corrente é fornecer argumentos, portanto razões contra ou a favor de uma tese [...]. Mas é também possível conceber a argumentação de um ponto de vista mais amplo, e de a compreender como um caminho que visa a interferir sobre a opinião, sobre a atitude, sobre o comportamento de alguém. É preciso insistir que esses meios são próprios do discurso [...]. (GRIZE, 1990 *apud* AMOSSY, 2006, p. 33, tradução nossa<sup>88</sup>).

É preciso salientar que, muito do que se pensa hoje acerca de argumentação é tributário da *Retórica* de Aristóteles (2005). Contrapondo-se ao platonismo, que talvez tenha sido o responsável pelo ranço negativo da palavra “retórica”, como algo associado à perfídia, ao ludíbrio, à enganação, Aristóteles atribui-lhe dignidade. Diferentemente de Platão, ao considerar que a Retórica só desvia o sujeito do sumo bem e do sumo belo, Aristóteles a vê como fundamental para os processos comunicativos, tratando-se de uma ciência e arte de levar ao convencimento e, por conseguinte, à ação. A Retórica, para Aristóteles, é arte nobre e própria da condição humana em sua relação em sociedade (JAEGER, 2003).

No estudo argumentativo, o auditório, aquele a quem se dirigirá a empresa da persuasão, assume papel fundamental. Daí a importância, em um contrato de comunicação do discurso Político, de se proceder a um estudo sobre os principais valores do eleitorado, ou, como prefere Charaudeau, da instância cidadã (2005), como se fez no Capítulo 3.

De acordo com Perelman (2009), o auditório não pode ser negligenciado quando o intuito do sujeito é convencer ou influenciar outrem argumentativamente. Nesse sentido, a análise argumentativa de um discurso pressupõe a imersão sobre os valores que mobilizam o destinatário da empresa persuasiva. No contrato de comunicação do discurso político, esse auditório é o eleitorado, que, por sua vez, apresenta valores que lhe são caros.

Como se viu, quando do estudo da instância cidadã, no Capítulo anterior, a sociedade brasileira, auditório dos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff, caracteriza-se predominantemente pelo conservadorismo. Assim, em cenário de guerra cultural entre direita conservadora e esquerda progressista, no Parlamento, como aconteceu durante a votação de admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, há

---

<sup>88</sup> Argumenter dans l’acception courante, c’est fournir des arguments, donc des raisons, à l’appui ou à l’encontre d’une thèse [...]. Mais il est aussi possible de concevoir l’argumentation d’un point de vue plus large et de l’entendre comme une démarche qui vise à intervenir sur l’opinion, l’attitude, voire le comportement de quelqu’un. Encore faut-il insister sur ce que les moyens sont ceux du discours [...].

que se investigar alguns aspectos dóxicos da guerra cultural mobilizados durante o rito, tendo em vista a caracterização dos eleitores. Trata-se de uma análise que pressupõe também o estudo de certos valores que se difundem na sociedade, como se verá no capítulo seguinte.

Antes disso, cabe um esclarecimento sobre o recorte realizado para a análise do *corpus*, que é composto por cerca de 500 pronunciamentos na Câmara dos Deputados, contra ou a favor do *impeachment*, acompanhados das respectivas justificativas.

Procurou-se, em um primeiro momento, categorizar os discursos de acordo, por exemplo, com a decisão (se “sim” ou “não” ao *impeachment*); com a menção ou não ao mérito do processo (o crime de responsabilidade); com a referência ou não à palavra “Deus” ou à própria religião; com a citação ou não da própria família, do curral eleitoral, da palavra “democracia”; com a expressão ou não do valor do igualitarismo; com o uso ou não da palavra “golpe”, entre outras constantes, como se pode ver pelos Anexos 1 e 2.

Em seguida, são selecionados discursos representativos de cada uma dessas constantes, para, à luz de referenciais teórico-metodológicos que serão expostos juntamente com as análises, proceder-se ao tratamento do *corpus*.

## CAPÍTULO 4 O PAPEL DA *DOXA* NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

A conceituação do termo “*doxa*” é controversa. De acordo com o Dicionário de Argumentação de Plantin (2018), a palavra tem a origem etimológica no grego antigo, significando “reputação, opinião ou o que é dito das pessoas ou coisas”. São as representações majoritárias que se difundem na sociedade (PLANTIN, 2018).

A palavra pode assumir uma valência negativa, remetendo à ideia de clichê, estereótipo, lugar comum, ideologia ou dogma (AMOSSY, 1991, *apud* PLANTIN, 2018). Essa é a visão de Rui Grácio:

[...] a inserção numa cultura leva-nos a pensar «culturalmente» e submete-nos às crenças e às descrenças estabelecidas, às confianças e às desconfianças que são a regra e, nesse sentido, tornam o discurso que se apresenta como próprio numa fala ventríloqua que se limita, ou pouco mais faz, do que articular tipos, estereótipos e clichés (GRACIO, 2010, p. 36).

No interior de uma Análise do Discurso que não se quer normativa, mas que busca compreender os modos de funcionamento do discurso na sociedade, a carga pejorativa de termos como “clichê” e “estereótipo” perde a sua razão de ser. Isso porque, partindo-se do pressuposto que é da constituição da linguagem a remissão a um regime de crenças, então não faria sentido o analista elaborar juízos de valor acerca dos aspectos dóxicos que encontra nos discursos. Nas palavras de Amossy,

[...] é preciso conceber o estereótipo como um elemento dóxico obrigatório sem o qual não somente nenhuma operação de categorização ou de generalização seria possível, mas também nenhuma construção de identidade e nenhuma relação com o outro poderia ser elaborada. Como todo elemento dóxico, o estereótipo tem um papel importante na argumentação (AMOSSY, 2018, p. 131).

É por isso que Charaudeau busca se desvincular do ranço negativo das palavras estereótipos, clichês, lugares comuns etc. para adotar um termo mais neutro denominado “imaginários sociodiscursivos”. De acordo com o linguista francês:

É a presença dessa suspeita [negativa] que torna difícil a recuperação da noção de estereótipo para tomá-lo como conceito. Em primeiro lugar, porque essa noção é dependente do julgamento de um sujeito, e porque esse julgamento, sendo negativo, oculta a possibilidade de que tudo que é dito guarda consigo uma parte de verdade [...]. É preciso conceder ao estereótipo a possibilidade de dizer ao mesmo tempo o

falso e o verdadeiro. Todo dizer sobre o outro é, ao mesmo tempo, um dizer sobre si mesmo [...] (CHARAUDEAU, 2007, p. 1, tradução nossa<sup>89</sup>).

Nessa perspectiva, o que se denomina por estereótipo pode apresentar uma visão reducionista ou distorcida da realidade, mas, ao mesmo tempo, uma visão de mundo de um enunciador que é típica de uma dada sociedade. Trata-se de uma visão que é real, no sentido de que está aí, circulando, e que proporciona reações. De acordo com Amossy,

A análise da argumentação no discurso a concebe como enraizada em uma *doxa* que atravessa inconscientemente o sujeito falante, que a ignora porque está profundamente imerso nessa argumentação. Se a argumentação implica uma intencionalidade e uma programação, estas se revelam tributárias de um conjunto dóxico que condiciona o locutor, do qual ele está, muito frequentemente, longe de ter clara consciência. [...]. O locutor, que se engaja em uma troca para pôr em evidência o seu ponto de vista, está tomado por um espaço dóxico que determina a situação de discurso em que ele argumenta, modelando a sua palavra até o centro de sua intencionalidade e de seu planejamento (AMOSSY, 2018, p. 112-113).

Em contexto de guerra cultural, alguns aspectos dóxicos mobilizados são os concernentes aos embates entre uma esquerda progressista e uma direita conservadora. Como mencionado no Capítulo 2, para Bobbio e Charaudeau, existiriam constantes universais que caracterizariam os valores de uma esquerda progressista e de uma direita conservadora, a despeito de idiosincrasias apresentadas no espaço e no tempo.

Apesar de o conceito de *doxa* não corresponder necessariamente ao de valor, uma análise daquela precisa passa por este. Por exemplo, é difícil falar em opiniões comuns como “lugar de mulher é na cozinha”, ou “mulher não é dona do próprio corpo, por isso toda forma de aborto deve ser criminalizada”, sem passar pelo valor do patriarcado ou da família tradicional.

De acordo com Bobbio, o valor mais compartilhado no polo da esquerda progressista da guerra cultural é o do igualitarismo. Assim, a *doxa* de que é preciso uma intervenção estatal para a promoção da igualdade entre os indivíduos é onipresente nesse cenário. Do outro lado da polêmica, da direita conservadora, o valor que se sobrepõe aos demais é o do mérito, seja ele econômico, de nascença, ou de pertencer a uma maioria, o que acaba por justificar algumas posições comuns que defendem a permanência de desigualdades (BOBBIO, 2011).

---

<sup>89</sup> C’est la présence de ce soupçon [néгатif] qui rend difficile la récupération de la notion de stéréotype pour en faire un concept. D’abord parce que cela signale que cette notion est dépendante du jugement d’un sujet, et que ce jugement en étant négatif occulte la possibilité que ce qui est dit renferme malgré tout une part de vérité [...]. Il faut accorder au stéréotype la possibilité de dire quelque chose de faux et vrai, à la fois. Tout jugement sur l’autre est en même temps révélateur de soi [...].

Charaudeau possui uma visão semelhante. Para o autor, existiria um sistema de crenças que ele chama de “matrizes ideológicas”. A matriz ideológica de direita é própria da crença segundo a qual a natureza se impõe sobre os homens, daí porque a desigualdade pode ser legitimada por ser consubstancial à natureza humana. O corolário desse regime de verdade é que determinadas relações de dominação seriam perfeitamente justificáveis (CHARAUDEAU, 2016).

Esse posicionamento, para Charaudeau, possibilita a defesa de outros valores como o da família, na figura do patriarcado, uma ordem legitimamente hierárquica; o valor do trabalho, pensado como atividade vertical entre superiores (empresários) e inferiores (empregados); e o valor da nação, justificando a insurgência contra qualquer suspeito de invasão (CHARAUDEAU, 2016).

Esses valores da matriz ideológica de direita tenderiam, para Charaudeau, ao conservadorismo, para que as estruturas hierárquicas na sociedade e na família se mantenham; ao segregacionismo, dividindo visões de mundo; ao autoritarismo, para que não haja ameaça ao *status quo*; e ao patriarcado, no intuito de se manter um sistema de instrução familiar que conserve o “mérito natural” dos sujeitos (CHARAUDEAU, 2016).

Em contrapartida, a matriz ideológica de esquerda toma como princípio a possibilidade de o homem ser capaz de dominar a natureza, o que o estimula desconstruir desigualdades impostas pelo meio rumo a uma sociedade mais igualitária. Nesse regime de verdade, encontram guarita os discursos que busquem a supressão de privilégios e da discriminação, a solidariedade social e o laicismo. Daí porque a defesa de uma democracia plural e inclusiva se faz uma constante.

Nos tópicos seguintes, serão analisados esses regimes de crenças da guerra cultural nos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ressaltando os aspectos dóxicos que se apresentaram de forma mais significativa. O primeiro a ser analisado é o do princípio da laicidade, segundo o qual a política deve se desvincular da ordem do sagrado, exatamente para possibilitar, no âmbito privado, a manifestação livre das mais diversas crenças religiosas.

#### **4.1 Deus no céu e meu voto na terra**

A crença de que, em um Estado Democrático de Direito, a coisa pública deve ser tratada separadamente de questões religiosas é cara a uma *doxa* de esquerda progressista, como se viu

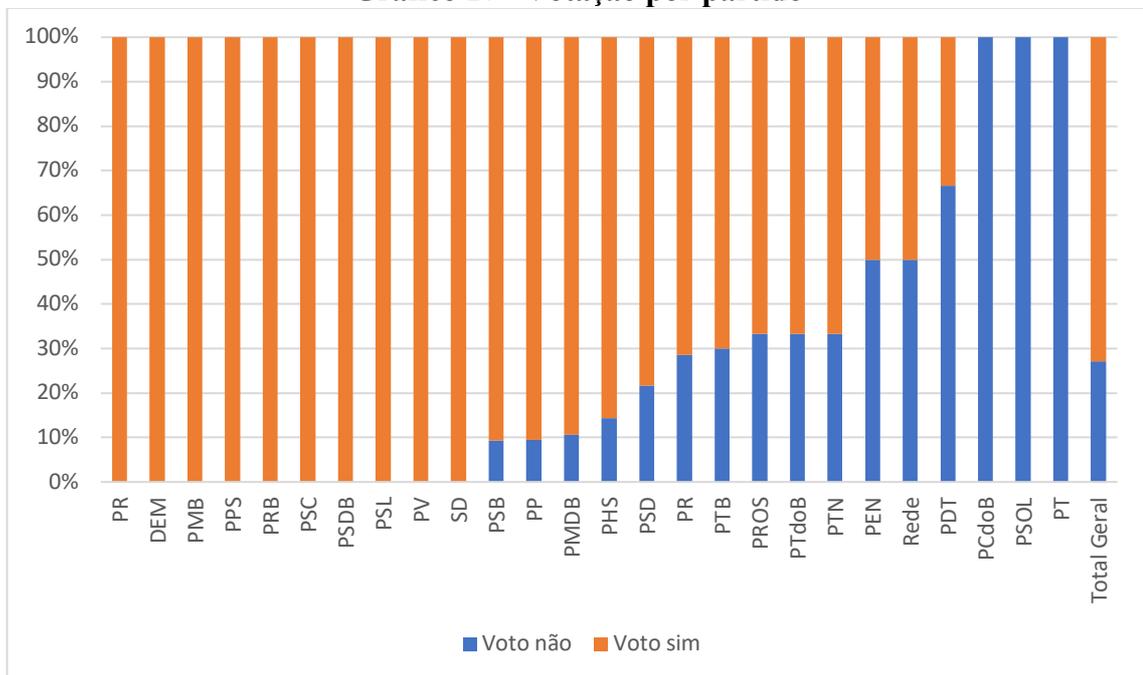
acima (CHARAUDEAU, 2016). Conceito que deita raízes na Revolução Francesa, a laicidade se tornou uma bandeira própria desse campo da batalha cultural.

Com efeito, é de se esperar que deputados que componham partidos da esquerda progressista façam menos evocação a elementos religiosos em seu voto, por o assunto dizer respeito a um tema eminentemente secular, o suposto crime de responsabilidade de Dilma Rousseff, mais especificamente, as chamadas pedaladas fiscais e a obtenção de créditos não autorizados, como explicado no Capítulo 1.

De fato, essa foi realmente a tônica: integrantes de partidos mais à direita no espectro político tenderam a citar mais Deus em suas votações do que os de partidos da esquerda. Ao citarem Deus, ou ao introduzirem qualquer outro elemento religioso, esses mesmos votantes tenderam a apresentar outros aspectos e/ou temáticas do discurso conservador.

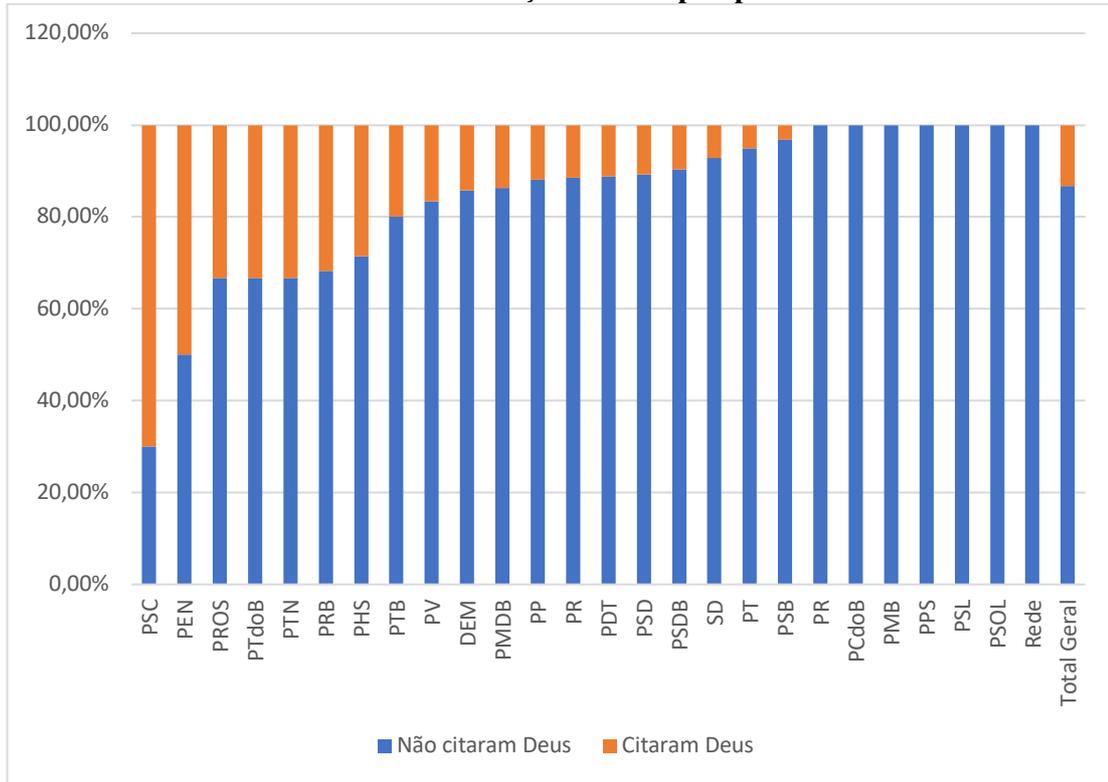
Os gráficos abaixo, provenientes de dados coletados por nós e tratados no programa *Excel*, dão a dimensão da diferença entre votos “sim” e “não” ao *impeachment*, lembrando que os partidos que votaram “não” corresponderam aos partidos mais à esquerda.

**Gráfico 17 - Votação por partido**



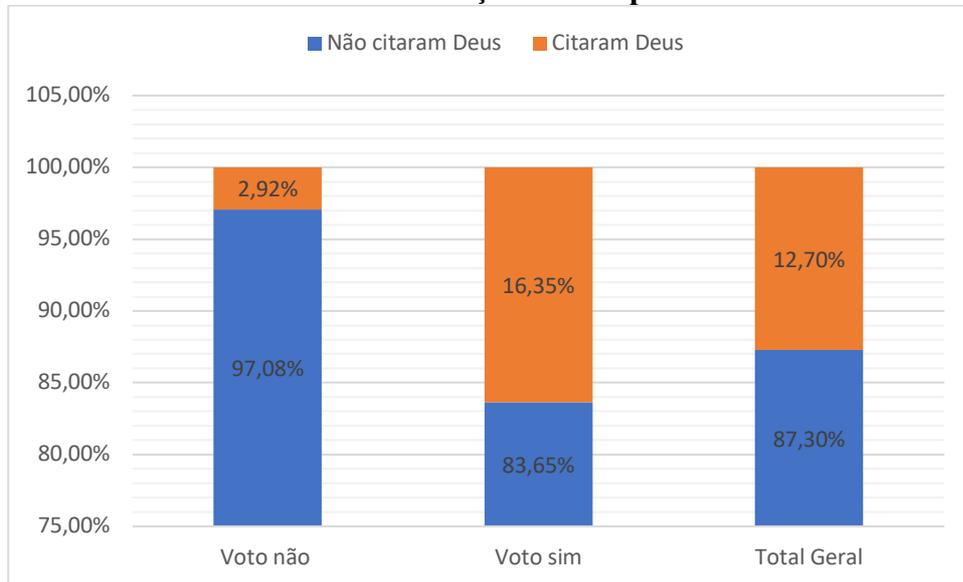
Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 18 - Menção a Deus por partido**



Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 19 - Menção a Deus por voto**



Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico 17, é possível ver que partidos à esquerda na guerra cultural como o PT (obviamente, por ser o da presidente Dilma Rousseff), o PSOL, o PDT e o PCdoB foram os que mais se opuseram ao *impeachment*.

Pelo gráfico seguinte, percebe-se que esses mesmos partidos foram os que menos citaram Deus. Uma exceção seria o PSL, um partido de extrema-direita que, à época do *impeachment*, antes da era de Bolsonaro, um de seus integrantes, não possuía expressividade, contando com poucas cadeiras no Parlamento, como disposto no Capítulo 3.

O gráfico 19, por sua vez, mostra a relação entre votar “sim” ou “não” ao *impeachment* e citar Deus ou algum outro elemento religioso. Como esperado, os progressistas de esquerda, isto é, os que tenderam a votar “não”, foram os que menos fizeram uso de uma cena religiosa em seu discurso.

Um voto, dentre os 511 deputados, que se pode dizer fora da curva foi o de Givaldo Carimbão (PHS-AL). Apesar de introduzir elementos religiosos e conservadores no seu discurso, votou “não” ao *impeachment*:

O PHS é um partido que mostra plenamente a sua democracia. Quando migrei para o PHS, ao sair do PROS, eu tinha, é claro, as minhas convicções, mas o partido, por unanimidade, assumiu posição intransigente contra o aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a ideologia de gênero. O partido e os Srs. Deputados fecham questão em torno desses temas que são caros para **nós que somos cristãos**. Mas o partido também dizia que, em determinadas situações, liberaria a bancada para tomar a posição que melhor entendesse em questões acerca das quais trazíamos compromisso com as bases, como as questões humanitárias [...]. A democracia é boa por isso. Imaginem que eu sou Líder de um partido composto por 7 Deputados, dos quais 6 votarão a favor do *impeachment*. O partido disse: “Não podemos deixar o Deputado Givaldo Carimbão em situação difícil.” Eles sabem da minha história, do meu passado e do meu compromisso. Todos me liberaram para votar, e votarei contra o *impeachment* [...]. **Que Deus possa abençoar** e iluminar a mente de cada um! (ATA, 2016, p. 82-83).

Em seu proferimento, Carimbão deixa claro quais são as agendas nitidamente conservadoras de seu partido, caras para ele e para os demais integrantes (“temas que são caros para nós”), como oposição genérica ao aborto, contra a eutanásia, contra o infanticídio, contra a “ideologia de gênero”.

Curioso notar sua oposição contra o infanticídio, como se alguém em sã consciência, sob pena de apologia ao crime, pudesse publicamente se manifestar em favor dessa causa. Analogamente, seria o mesmo que protestar contra o homicídio, contra a corrupção etc., sem especificar criticamente do que se trata. Nesse caso, sua oposição ao infanticídio se refere à oposição ao aborto, sem igualmente discriminar em quais circunstâncias, uma pauta classicamente conservadora e contrária às reivindicações feministas de autonomia do corpo da mulher.

Basta retroceder, por exemplo, à década de 1980, nos Estados Unidos, com o fortalecimento político dos neoconservadores, que pregavam um estado mínimo na economia

e um estado máximo em relação aos costumes. Esse também foi o caso, na década de 1990 daquele país, dos dizeres de Buchanan, que, para alguns teóricos, como Dejean (1989), teria sido um dos precursores do uso do termo “guerra cultural”. O político estadunidense costumava dizer que, se fosse preciso executar alguém por causa de um estupro, que fosse o criminoso e não a criança ao nascer.

Ainda sobre o pronunciamento de Carimbão, vale ressaltar um termo empregado, “ideologia de gênero”, que também possui nítida rastreabilidade em uma memória discursiva conservadora. A expressão foi cunhada pela Igreja Católica durante o papado de Bento XVI, em oposição a resoluções da Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, em 1995. No contexto, houve orientação para substituição da palavra “mulher” por “gênero” nos documentos da ONU. O argumento era de que o problema da desigualdade entre homens e mulheres era uma questão estrutural, só podendo ser encarada de um ponto de vista “integral de gênero” (MENEZES, 2019).

No *Documento de Aparecida*<sup>90</sup>, resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, de 2007, alega-se que a referida “ideologia de gênero” não consideraria as diferenças dadas pela natureza humana, provocando “modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito à vida e a identidade da família” (*apud* MENEZES, 2019, § 3).

O termo aparece igualmente no livro do argentino Jorge Scala, *La ideologia de Género*, de 2010, em que o autor defende que tal ideologia se constitui em um instrumento político da esquerda internacional para impor uma nova antropologia, uma espécie de complô para esfacular os valores tradicionais (CAMPANA, 2017).

No interior de movimentos sociais conservadores, em geral, a expressão “ideologia de gênero” tem sido usada de forma pejorativa para se contrapor aos debates propostos pelo feminismo e pelos movimentos LGBTQI.

O conceito não se relaciona aos de “estudos de gênero” e “teoria de gênero”, campos de pesquisa acadêmica sobre problemas relacionados ao gênero e à sexualidade, com origem nos Estados Unidos, na década de 1970, através dos *Gender Studies* (MENEZES, 2019).

Essa mesma interpretação conservadora do termo “ideologia de gênero” também não encontra respaldo no que a ONU propõe como “debates de gênero”, concebidos para a

---

<sup>90</sup> Disponível em: < [http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a\\_pdf/cnbb\\_2007\\_documento\\_de\\_aparecida.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf) >. Acesso em: 02 de out. 2019.

promoção de igualdades no mercado de trabalho e de nível salarial entre os diferentes gêneros. De acordo com a definição da Unesco, um organismo da ONU, identidade de gêneros seria

[...] a experiência interna e individual profunda do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal de corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) (UNESCO, p. 119<sup>91</sup>).

No Brasil, na medida em que o feminismo e a comunidade LGBTQI vêm conquistando direitos, como com a Lei Maria da Penha (n.º 11.340/2006), a Lei do feminicídio (n.º 13.104/2015) e a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 175 de 2013 (por decorrência do julgamento do STF, em 2011, que reconheceu a união estável homoafetiva), obrigando cartórios a não se oporem ao registro de casamento entre pessoas do mesmo sexo, a expressão “ideologia de gênero” vem ganhando força entre setores religiosos e de direita. Um episódio emblemático se deu quando Dilma Rousseff foi obrigada a vetar o projeto *Escola Sem Homofobia*, dadas as pressões de bancadas religiosas no Parlamento, conforme exposto no Capítulo 3.

Durante a campanha das eleições presidenciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder, o *Movimento Escola Sem Partido* (MESP) se apropriou do sentido negativo do termo “ideologia de gênero” para pressionar professores contra uma suposta doutrinação nas escolas. Como exposto no Capítulo 1, instâncias internacionais como Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU rechaçaram de pronto as propostas do MESP, pois estas dariam ensejo ao cometimento de arbitrariedades contra os profissionais da Educação e cerceariam a liberdade de expressão e o direito a uma educação plural formada por vários pontos de vista que circulam na sociedade (HAUT-COMMISSARIAT, 2017).

De acordo com a doutora em Educação Maria América Ungaretti, representante no Brasil da Rede ECPAT (sigla em inglês que significa “Fim da Prostituição Infantil e Tráfico de Crianças”), não há evidência de que a educação sexual nas escolas possa aumentar a atividade sexual dos estudantes, mas, ao contrário, pode contribuir para adiá-la. Além do mais, a especialista afirma que o debate sobre sexualidade pode prevenir abusos sexuais, muitas vezes provenientes da própria família do adolescente (NITAHARA, 2017).

<sup>91</sup> Disponível em: <

[https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_0000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F\\_%3D369308por.pdf&updateUrl=updateUrl2496&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A306%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2Cnull%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F_%3D369308por.pdf&updateUrl=updateUrl2496&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A306%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C0%2C842%2Cnull%5D) >. Acesso em 02 de out. 2019.

Um outro voto fora da curva foi o de Flávia Moraes, do PDT de Goiás. No caso, trata-se de uma integrante de um partido considerado progressista, mas que, além de ter votado em favor do *impeachment*, o que contraria a tendência geral, como mostrado no gráfico 17, ainda lançou mão de um discurso considerado conservador:

**Que Deus abençoe o nosso País** neste momento tão difícil. Com todo o respeito ao posicionamento do meu partido, mas atendendo ao apelo do povo de Goiás, do povo de Trindade, do Brasil, eu voto "sim", Sr. Presidente, pelo *impeachment* (ATA, 2016, p. 165).

Como visto no Capítulo 2, quando do estudo da instância política, o PDT é tradicionalmente considerado um partido da esquerda progressista, seja por meio de estudos teóricos de cientistas políticos (MAINWARING, 1999; RODRIGUES, 2002), seja por meio de pesquisas de opinião a integrantes do partido e à sociedade (ORO & MARIANO, 2010; ZUCCO JR, 2009).

O fato de Flávia Moraes ter citado Deus em seu voto não seria, por si só, um indicativo de uma *doxa* conservadora, mas é sintomático que o faça quando se espera uma argumentação crítica da deputada sobre a plausibilidade ou não de existência de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff para que o processo possa ter início no Senado Federal.

Um outro indicativo de inscrição em uma memória discursiva conservadora é o fato de ressaltar, em seu voto, seu próprio curral eleitoral, tratando-se de uma questão eminentemente regional. Conforme ressalta Charaudeau (2016), uma das tendências da matriz ideológica de direita é o chauvinismo (como será abordado abaixo, em outro tópico, com mais detalhes) que ele chama de valor nação. No caso específico, analogamente, pode-se dizer que o que se cultiva é o valor região, o chauvinismo regional, na mesma lógica de funcionamento discursivo dos nacionalismos, ou seja, na tendência segregacionista de hipervalorizar a identidade do próprio lugar com o qual se identifica.

Ainda contrariando a tendência geral, além do deputado de direita que adota um discurso conservador para se contrapor ao *impeachment*, e de uma deputada de esquerda que adota um discurso de direita conservadora para apoiá-lo, há o discurso do deputado de esquerda progressista que, opondo-se ao *impeachment*, adota um discurso híbrido, com algumas referências progressistas, mas introduzindo uma cena religiosa. É o caso de Patrus Ananias, do PT de Minas Gerais:

Colegas Deputadas e Deputados, **na minha sexagenária caminhada de militante político e social cristão, jamais vi e ouvi tantas afrontas ao segundo, ao quarto e ao sétimo mandamentos da lei de Deus.** Quero dizer também, colegas Deputadas e

Deputados, que reassumi nesta Casa o mandato que o povo de Minas Gerais me confiou nas urnas, para lutar contra três golpes que as forças mais conservadoras querem impor ao País. Estamos aqui para impedir um golpe, para lutar contra um golpe contra a Presidenta Dilma. Estamos aqui para lutar contra um golpe contra a democracia brasileira. Por último, quero denunciar que a população brasileira vai ser testemunha do golpe contra as políticas sociais. O golpe contra o Bolsa Família. O golpe contra o Minha Casa, Minha Vida. O golpe contra os pobres. Portanto, o nosso voto é “não”. Não, não passarão, não passarão. (ATA, 2016, p. 271-272).

Mais uma vez, o fato de mencionar Deus não é um indicativo, por si só, para enquadrar a fala de Ananias no interior de uma *doxa* da direita conservadora. Entretanto, ao usar do discurso de autoridade dos dez mandamentos da lei de Deus para condenar o processo de *impeachment*, passando ao largo do problema do crime de responsabilidade, o cerne da questão, mostra que sua argumentação se vincula a um debate de sociedades que Danblon (2004) chama de fechadas ou mágicas, como será visto com mais detalhes no próximo Capítulo. A argumentação crítica afeita a uma sociedade aberta de um Estado Democrático de Direito fica em segundo plano, ao, estrategicamente, valer-se da autoridade divina para referendar seu voto.

Esse recurso de Patrus Ananias à autoridade das leis divinas rompe com a isotopia lexical restante de sua argumentação, que clama por justiça social e democracia, lugares por excelência do outro polo da guerra cultural, do discurso de esquerda progressista (*vide infra*), talvez como estratégia para se fazer ouvir no campo cultural oposto.

Além dessas exceções, a regra foi a de que aqueles que citaram Deus, em geral, por isotopia, empreenderam um discurso de direita conservadora e votou a favor do *impeachment*. É o caso do proferimento do delegado Waldir do PR de Goiás:

Pátria amada, Pátria amada, seu filho Delegado Waldir não foge à luta. Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu País, **por Deus**, por minha família, pelas famílias e pelas pessoas de bem, o meu voto é “sim”. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT! (ATA, 2016, p. 165).

Nessa fala, além da referência a elementos não seculares para justificar seu voto pela plausibilidade de cometimento de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff, Waldir apresenta um chauvinismo não só regional, mas também nacional, ao destacar uma frase do Hino brasileiro (“verás que um filho teu não foge à luta”), além de citar sua própria família. Para Charaudeau (2016), o valor família também é sintomático de uma matriz ideológica de direita, voltada que é para a manutenção das tradições patriarcais e hierárquicas por meio da instituição familiar.

Uma outra marca que permite a identificação do pronunciamento de Waldir no campo conservador da Retórica da Guerra Cultural (RGC) é o seu voto dedicado às “pessoas de bem”. Trata-se de uma lógica, além de segregacionista (uma tendência da matriz ideológica de direita, segundo Charaudeau (2016)), maniqueísta, própria da RGC. O raciocínio maniqueísta, inerente ao pensamento dogmático, é uma lógica binária que tende a colocar um grupo da batalha cultural no campo do mal em si, do mal ontológico, absoluto, e outro grupo, o do próprio falante, na posição do bem supremo, incorruptível e denunciador das mazelas do mundo. Esse artifício é o que permite o conservador protestar genericamente contra a corrupção, contra o infanticídio (para se opor ao aborto); é o que o permite bradar o bordão segundo o qual “bandido bom é bandido morto”, aí incluído, às vezes, o adversário político, frequentemente chamado de comunista. É que, de acordo com Angenot, “toda ideologia privilegia as oposições axiológicas binárias na medida em que ela tende a formar uma luta social binária narrando uma disputa entre dois princípios, um bom e outro mal [...]” (ANGENOT, 2008, p. 310, tradução nossa<sup>92</sup>).

Sobre o segregacionismo, afeito à matriz ideológica de direita, e que engendra o maniqueísmo de concepções, Charaudeau observa que: “esses valores de base constituem o corpo da doutrina da direita, que se configura diversamente de acordo com os países, mas que, em todos os casos se caracteriza por uma tendência: [...] ao segregacionismo (CHARAUDEAU, 2016, p. 36, tradução nossa<sup>93</sup>).

Amossy (2014), por sua vez, prefere chamar esse maniqueísmo da guerra cultural de dicotomização, o que é diferente da mera polarização. Seria, para a autora, da natureza do discurso polêmico, de sua constituição apresentar-se polarizado. Entretanto, por uma questão de grau, quando o conflito transcende a divergência particular entre dois indivíduos concretos e se manifesta na oposição entre duas matrizes ideológicas, aí se observa o fenômeno da dicotomização (AMOSSY, 2014).

É nesse sentido conferido por Amossy que se pode dizer que o voto do delegado Waldir apresenta o aspecto da dicotomização, por se inserir em um *doxa* conservadora que o coloca em confronto direto com o outro polo da batalha cultural. Trata-se de uma divergência *a priori*, que precede o discurso, apesar de se manifestar nele, um conceito que se relaciona, igualmente, à ideia de “interincompreensão constitutiva” de Maingueneau (1983) e de “diálogo de surdos”, de Angenot (2008).

---

<sup>92</sup> Toute idéologie privilégie les oppositions et axiologies binaires dans la mesure où elle tend à former une *sociomachie*, dans la mesure où elle narre la lutte entre deux principes, un bon et un mauvais.

<sup>93</sup> Ces valeurs de base constituent le corps de doctrine de la droite, qui est diversement configure selon les pays, mais qui dans tous les cas se caractérise par une tendance: [...] au ségrégationisme.

Um outro proferimento que apresenta uma cena religiosa e que obedece à regra dos votos conservadores que optam pelo *impeachment* é o pronunciamento de Marco Feliciano, do PSC-SP, aderindo àquela mesma dicotomização à qual se refere Amossy (2014):

**Com a ajuda de Deus**, pela minha família, pelo povo brasileiro, **pelos evangélicos da Nação toda**, pelos meninos do MBL, pelo *Vem Pra Rua Brasil* — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, **Partido das Trevas** —, eu voto “sim” ao *impeachment*, Sr. Presidente! (ATA, 2016, p. 199).

A dicotomização fica clara na fala de Feliciano quando, “com a ajuda de Deus”, busca extirpar do universo simbólico o PT, o “Partido das Trevas”. Assim, um lado da guerra cultural é representado como os enviados, os legitimados por uma ordem cósmica, divina, suprassensível contra o mal ontológico, o inferno representado pelo PT.

Nesse jogo de imagens religiosas, Feliciano não vota em benefício do bem comum, segundo ideais republicanos, mas “pelos evangélicos de toda a Nação”. A inscrição de seu discurso em uma *doxa* de direita conservadora se confirma ao exaltar o MBL e o *Vem Pra Rua*, que, como explicado no Capítulo 1, foram uns dos grandes responsáveis por mobilizar a população em protestos contra Dilma Rousseff em favor do *impeachment*. O MBL, inclusive, como se viu *supra*, foi o grande articulador do boicote social conservador à exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, apresentada no Santander Cultural na cidade de Porto Alegre. Tratava-se de uma mostra que abordava questões de gênero e diversidade sexual (MENDONÇA, 2017).

Além do mais, os chavões “Olavo tem razão” e “Tchau, querida”, no contexto brasileiro, estão carregados da matriz ideológica de direita à qual se refere Charaudeau (2016). Olavo de Carvalho é um astrólogo de direita, opositor ferrenho das esquerdas e mentor do bolsonarismo (CORTÁZAR, 2019). A expressão “Tchau, querida”, por sua vez, é uma apropriação pejorativa da fala de Lula ao telefone com Dilma Rousseff, cuja gravação foi vazada, ilegalmente (ZAVASCKI, *apud* CANES, 2016), em rede nacional, por Sérgio Moro, então juiz da operação da Polícia Federal denominada *Lava-Jato*. Sérgio Moro hoje é ministro da Justiça de Bolsonaro e uma das personalidades mais cultuadas da direita brasileira, encarnando a figura do representante mor da purificação/higienização pública através do combate à corrupção (FORÇA TAREFA, 2016).

Essa tendência de diabolizar o adversário político (“Partido das Trevas”) e de substituir a argumentação crítica por falas coletivas pré-concebidas, justificando-as através do discurso de autoridade, notadamente de uma autoridade sagrada, é próprio daquele padrão de debate

público parlamentar das sociedades mágicas a que Danblon (2004) se refere. Nessa mesma lógica, segue o dizer, por exemplo, de Cabo Daciolo (PTdoB-RJ):

**Glória a Deus!** [...]. Vocês podem ser grandes aos olhos do homem, mas, **para Deus**, vocês são pequeninhos. **Em nome do Senhor Jesus, eu profetizo** a queda dos senhores a partir de hoje [...]. Chega de corrupção! O meu voto é “sim”. **Glória a Deus!** “**Feliz a nação cujo Deus é o Senhor**” (ATA, 2016, p. 223-224).

Em um curto proferimento, são vários os elementos textuais que remetem a uma cena religiosa. Incorporando o *ethos*<sup>94</sup> do profeta (“eu profetizo”) – isto é, a imagem que o orador produz de si no discurso como profeta –, um traço típico do discurso populista, segundo Charaudeau (2016), o deputado se autoproclama representante legítimo de uma palavra maior, referente a um outro plano existencial, portadora da verdade absoluta, definitiva e inquestionável, conferindo-lhe poderes para julgar os demais.

Uma outra característica do discurso conservador de direita apontada por Charaudeau é o autoritarismo:

A matriz ideológica de direita se caracteriza por uma visão de mundo na qual a natureza se impõe ao homem, o que significa que ele é determinado, que, portanto, a desigualdade é consubstancial à natureza humana e que, por conseguinte, as relações que os homens estabelecem entre si são relações de poder, de dominação. Esse posicionamento engendra a defesa de certos valores [...] que são configurados de forma diversa segundo os países, mas que, em todo caso, caracterizam-se por uma tendência: [...] ao autoritarismo, já que é preciso manter a ordem moral e, portanto, impor obediência (CHARAUDEAU, 2016, p. 36, tradução nossa<sup>95</sup>).

Um exemplo de discurso que citou Deus, demarcando, na guerra cultural, esse aspecto autoritário do discurso conservador de direita foi o pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro, na época pertencente ao PSC do Rio de Janeiro:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo [...], **pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra**, o pavor de Dilma Rousseff! **Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas**, por um Brasil acima de tudo, e **por Deus acima de todos**, o meu voto é "sim"! (ATA, 2016, p. 232-233).

<sup>94</sup> Vide *infra*.

<sup>95</sup> La matrice idéologique de Droite se caractérise par une vision du monde dans laquelle “la nature s’impose à l’homme”, ce qui veut dire que celui-ci lui est soumis, que donc l’inégalité est consubstantielle à la nature humaine, et que, par conséquent, les rapports que les hommes entretiennent entre eux sont de rapports de force, voire de domination. Ce positionnement engendre la défense de certaines valeurs [...], diversement configuré selon les pays, mais qui dans tous les cas se caractérise par une tendance: [...] à l’autoritarisme, puisqu’il faut maintenir l’ordre moral et donc imposer obéissance.

Em seu voto, negligenciando por completo o objeto de discussão do *impeachment*, qual seja, a possibilidade de cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidente da República, Jair Bolsonaro demonstra um saudosismo em relação a uma ordem pré-constitucional autoritária em que vigorava um regime de exceção pautado pela supressão de Direitos Individuais e perseguição a opositores políticos, o “regime de 1964”, isto é, a ditadura militar brasileira.

Além de retomar algumas constantes do discurso conservador, como a defesa da família e da “inocência das crianças”, referindo-se à Educação Sexual nas escolas, Bolsonaro, demonstrando o autoritarismo de seu discurso, reverencia o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um anticomunista convicto (TORTURADORES, 2012), ex-chefe do DOI-CODI, um dos órgãos atuantes da repressão política durante a ditadura no Brasil. Em 2008, o coronel Ustra foi o primeiro oficial condenado, em primeira instância, na 23.<sup>a</sup> Vara Cível de São Paulo, por sequestro e tortura. Trata-se meramente de uma ação declaratória de natureza cível, que não prevê punição e nem tampouco indenização, já que os militares, pela Lei da Anistia, n.º 6.683/79, não podem ser criminalizados pelos seus atos durante a ditadura militar (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Como esse voto de Bolsonaro, praticamente todos os outros em que houve menção a Deus ou a algum outro elemento religioso seguiram esse padrão de se constituir, em menor ou maior grau, por uma matriz ideológica de direita conservadora que vota “sim” ao *impeachment*, como pode ser percebido no seguinte quadro, em lista não exaustiva:

### **Quadro 3 - Pronunciamentos com menção a Deus ou religião a favor do *impeachment***

<b>Relator Jovair Arantes (PTB-GO):</b> Peço licença aos colegas Deputados para <b>agradecer a Deus</b> , a minha família — meus filhos e netos —, ao meu querido Estado de Goiás, que depositou em mim a confiança para representá-lo nesta Casa [...] (p. 25).
<b>Aguinaldo Ribeiro (PP-PB):</b> Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor, e o povo ao qual escolheu para sua herança (p. 40).
<b>Coelho Filho (PSB-PE):</b> Que Deus possa nos iluminar! Não é hora de ter medo; é hora de ter coragem. É por isso que nós dizemos “sim” ao <i>impeachment</i> [...] (p. 53).
<b>Washington Reis (PMDB-RJ):</b> [...] que a partir de amanhã, segunda-feira, Deus possa derramar muitas bênçãos sobre o nosso Brasil e sobre o povo brasileiro [...]. Voto a favor (p. 121).
<b>Ronaldo Nogueira (PTB-RS):</b> Pelos fundamentos do cristianismo [...], eu voto “sim” (p. 131).
<b>Hélio Leite (DEM-PA):</b> Com a proteção de Deus e em respeito à minha família, em respeito aos meus amigos, em respeito à minha Castanhal, ao Estado do Pará e ao Brasil, meu voto é “sim” (p. 141).

<b>Joaquim Passarinho (PSD-PA): Pedindo as bênçãos de Nossa Senhora de Nazaré</b> , pelo meu Estado do Pará, pela minha família, pela minha honra, pelas minhas duas filhas, “sim”, contra a corrupção! (p. 141).
<b>Josué Bengtson (PTB-PA): Sr. Presidente</b> , por minha família, <b>pela família quadrangular e evangélica</b> em todo o Brasil, pelo Pará, eu voto “sim”. <b>E feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor. Que Deus continue abençoando o povo brasileiro!</b> (p. 142).
<b>Júlia Marinho (PSC-PA): Sr. Presidente</b> , em respeito à minha família, pelo povo brasileiro e do meu querido Pará, e em consideração e <b>em respeito à nação evangélica</b> , o meu voto é “sim” (p. 142).
<b>Diego Garcia (PHS-PR): [...]</b> Fui eleito pelo <b>projeto de fé</b> e política da <b>renovação carismática católica</b> no meu Estado do Paraná. Pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa, pelo povo do Paraná, [...] “sim” ao <i>impeachment</i> (p. 147).
<b>Conceição Sampaio (PP-AM): Sr. Presidente</b> , gostaria, em primeiro lugar, de <b>agradecer a Deus</b> por este momento e pedir-lhe misericórdia para nossa Nação [...]. Pelo Amazonas, pelo Brasil, o meu voto é “sim” (p. 159).
<b>João Campos (PRB-GO): [...]</b> <b>que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação</b> , [...] na defesa da vida e da família, por Goiás, pelo Brasil, por minha família [...], o meu voto e “sim” (p. 166).
<b>Jefferson Campos (PSD-SP): A palavra de Deus diz:</b> “Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre”. [...] <b>Pela Nação Quadrangular no Brasil</b> , por um pai de 78 anos que me ensinou os <b>princípios da palavra de Deus</b> , pelo meu Estado, eu voto “sim” (p. 192).
<b>Ronaldo Martins (PRB-CE): Pelo povo de Deus</b> , em defesa da família, tão atacada por este Governo, em nome do povo do meu Estado do Ceará, [...] o meu voto é “sim” (p. 220).
<b>Áureo (SD-RJ): “Feliz a nação cujo Deus é Senhor!”</b> Sr. Presidente, eu acredito nisso. [...] Eu voto “sim”. Fora, Dilma! Fora PT! (p. 223).
<b>Eduardo Cunha (PMDB-RJ): Que Deus tenha misericórdia desta Nação.</b> Voto “sim” (p. 227).
<b>Ezequiel Teixeira (PTN-RJ): [...]</b> Eu quero homenagear os mais de <b>50 milhões de evangélicos do Brasil</b> , a <b>Nação Cara de Leão</b> , a minha querida família, a minha esposa Márcia Teixeira, os meus filhos, Diego e Tati Teixeira, por um tempo novo contra essa corrupção. Voto “sim” ao <i>impeachment</i> (p. 228).
<b>Antônio Jácome (PTN-RN): Sr. Presidente</b> , nunca foi tão atual a <b>palavra bíblica</b> que diz: “E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra.” [...] Em homenagem à memória do meu pai e da minha saudosa irmã Ozanide, o meu voto é “sim” (p. 250-251).
<b>Fábio Ramalho (PMDB-MG): Eu pedi a Deus</b> que me desse sabedoria para votar com dignidade. Eu pedi a Deus que me iluminasse. E, neste momento, em nome de um Estado cujo outro nome é liberdade, Minas Gerais, [...] eu voto “sim” [...] (p. 259).
<b>Stefano Aguiar (PSD-MG): Liliene</b> , meu amor, esse voto é pelo Lorenzo [...]. Quero homenagear aqui os 3 milhões de guerreiros e guerreiras da família, da <b>nação quadrangular</b> , que há 65 anos contribui e ora por um Brasil melhor [...]. Não há golpe! <i>Impeachment!</i> Meu voto é “sim” (p. 275).
<b>Eurico (PHS-PE): Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor!</b> Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim”.

Fonte: ATA, 2016.

Percebeu-se que, entre muitos discursos que introduzem elementos da ordem do sagrado para legitimar o rito de destituição de Dilma Rousseff, houve presença maciça de deputados que fizeram referência ao próprio curral eleitoral. Essa pode ser mais uma manifestação daquele segregacionismo ao qual Charaudeau (2016) se refere, um traço do discurso de Direita conservadora. É o que se procurará investigar no próximo tópico.

#### 4.2 Segregacionismo chauvinista

Segundo Charaudeau (2016), a opinião comum segundo a qual os pertencentes a um corpo nacional sejam reverenciados e considerados como superiores seria um traço da matriz ideológica de direita. A lógica dessa *doxa* nacionalista decorre da tendência ao segregacionismo, próprio do polo conservador da guerra cultural. Nas palavras do linguista francês,

[...] esse posicionamento engendra a defesa de certos valores, [como] o valor nação, fundador do corpo social, composto pelos filhos da Nação, constituindo o patrimônio identitário e justificando que possa ser repellido todo inimigo: inimigo interno, se este visa a desagregar o corpo social, ou inimigo externo, se seu objetivo é invadir (CHARAUDEAU, 2016, p. 36, tradução nossa<sup>96</sup>).

Analogamente, essa tendência segregacionista de considerar o lugar de nascimento ou morada como distinto, digno de nota, em detrimento dos demais, pode ser considerada como a mesma do chauvinismo regional. A forma Estado-Nação é relativamente recente na história da humanidade, remontando ao fim da Idade Média e início da Idade Moderna, época do Renascimento e das Grandes Navegações. Entretanto, esse espírito de segregação inerente ao nacionalismo pode ser verificado em épocas bem anteriores em diferentes discursos conservadores.

Um exemplo, como exposto no Capítulo 2, é a *República* de Platão. Seu sistema educativo e de valores era voltado para a *polis*, para a Cidade-Estado. Tudo que pudesse macular a república de Platão deveria ser extirpado do corpo social, inclusive os poetas, uma vez que seus discursos eram carregados de “vícios”, por serem representações das representações, e não manifestação direta do sumo bem (REALE, 2005c).

---

<sup>96</sup> [...] ce positionnement engendre la défense de certaines valeurs [comme] la valeur Nation, fondatrice du corps social-peuplé compose des enfants de la Nation, constituant le patrimoine identitaire, et justifiant que puisse être repoussé tout ennemi, ennemi intérieur s’il cherche à désagréger le corps social, ennemi extérieur s’il cherche à l’envahir.

Platão se contrapunha aos Sofistas, acusados de corromperem a nação ao democratizarem o ensino sobretudo da Retórica, fazendo balançar os pressupostos da aristocracia grega. Considerados progressistas, os Sofistas, contrapondo-se ao bairrismo ateniense, pregavam o cosmopolitismo, concentrando suas atenções na universalidade da condição humana. A célebre máxima de Protágoras, um de seus expoentes, segundo a qual “o homem é a medida de todas as coisas” traduz bem esse ideal cosmopolita do progressismo da sofística (REALE, 2005c).

Da mesma forma, a filosofia iluminista (que inspirou os ideais da Revolução Francesa consolidados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e que serviu de base para Declaração Universal dos Direitos Humanos, pedra angular do progressismo) era igualmente cosmopolita. Emmanuel Kant (1989), por exemplo, escreveu a *À Paz Perpétua*, obra na qual conclama a humanidade a se unir pela coexistência pacífica dos povos, tudo fundamentado em sua teoria do conhecimento exposta em *Crítica da Razão Pura* (1994). Para o filósofo, toda a humanidade possui a mesma cimentação cognitiva, uma vez que o conhecimento é filtrado por todos pelas categorias do espaço e do tempo (KANT, 1994).

Em contraposição, os movimentos conservadores observados na história da humanidade tenderam para o segregacionismo da identidade nacional (ainda que não estritamente na lógica do Estado-Nação). Os mais diversos fascismos são reconhecidamente como promotores de um nacionalismo exacerbado. O lema nazifascista “Um povo, uma Nação, um Líder” é emblemático nesse sentido (SOUCY, 2019).

No Brasil, o movimento Integralista, da década de 1930, de inspiração fascista, foi um movimento conservador, antiesquerdista e ultranacionalista (TRINDADE, 2004). Plínio Salgado, um de seus principais idealizadores, exaltava o nacionalismo como fundamento de uma verdadeira revolução brasileira. Como se pode perceber pelo *Manifesto de 07 de outubro*, a doutrina integralista rejeita de forma agressiva o cosmopolitismo:

O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever [...] O nacionalismo para nós não é apenas o culto da bandeira e do Hino Nacional: é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor de um povo. Essa é uma grande campanha que vamos empreender<sup>97</sup>.

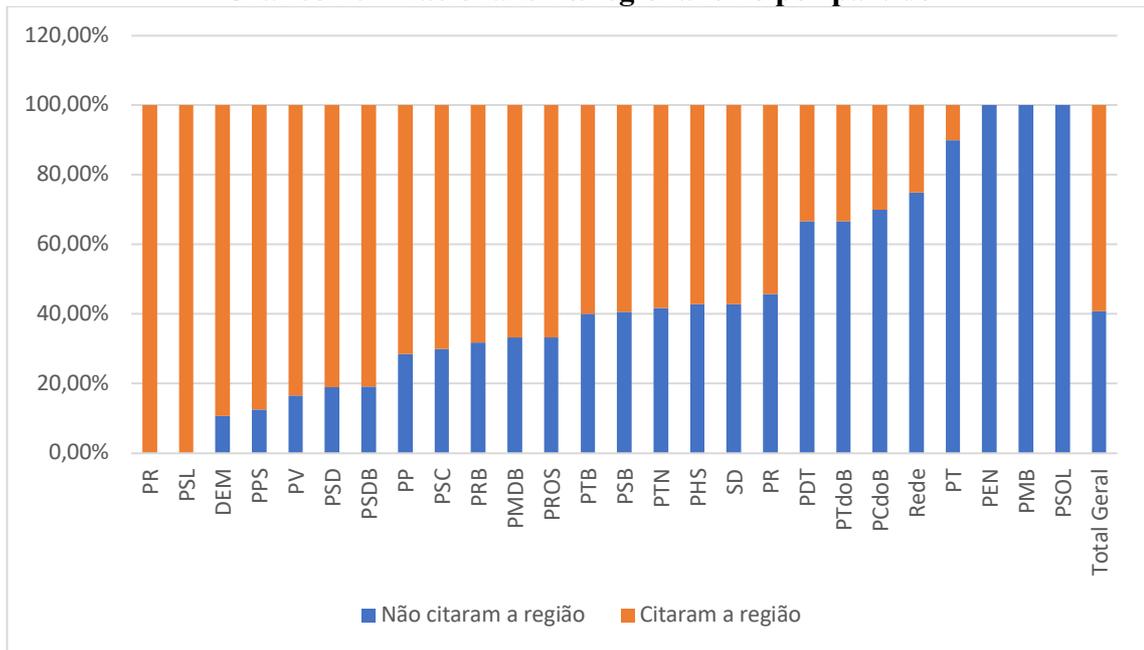
Com base em todos esses elementos, é possível afirmar, com Charaudeau (2016), que esse pensamento chauvinista, corolário do segregacionismo afeito à matriz ideológica de direita

<sup>97</sup> Disponível em: < <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2> >. Acesso em: 03 de out. 2019.

e conservadora, pode servir, em maior ou menor grau, para compreender os embates culturais que se realizaram durante o *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

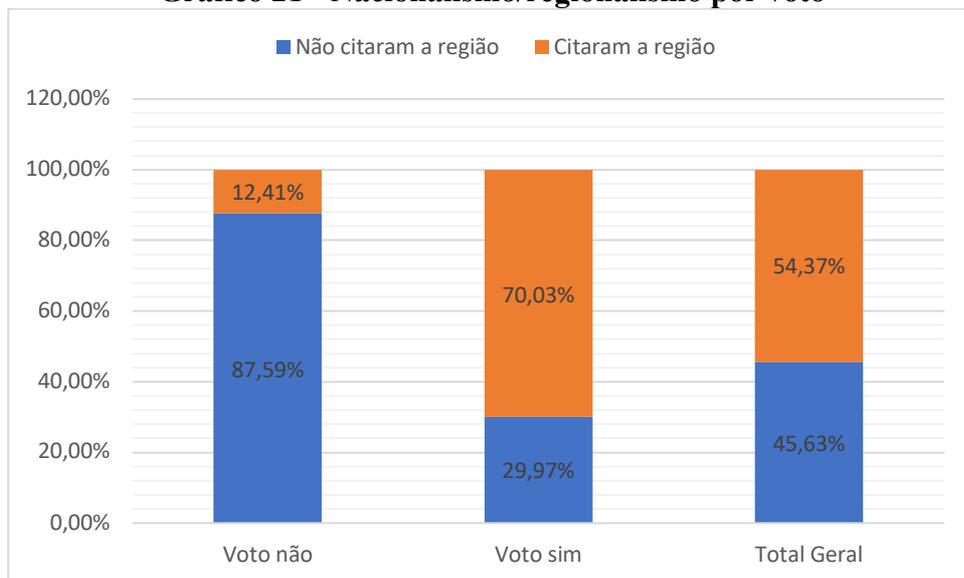
Efetivamente, essa tendência se confirmou, na medida em que os partidos que mais reverenciaram a pátria ou a própria região (sobretudo neste caso) foram os mais considerados à direita, conforme classificação realizada no Capítulo 3. É o que mostram os gráficos abaixo, através de dados por nós coletados:

**Gráfico 20 - Nacionalismo/regionalismo por partido**



Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 21 - Nacionalismo/regionalismo por voto**



Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico 20, observa-se que os partidos mais à esquerda, de acordo com classificação feita no Capítulo 3, como o PSOL, o PT, o PDT e o PCdoB, são os que menos adotam um tom nacionalista, em sentido amplo, em relação ao país ou à região. As exceções são o Partido da Mulher Brasileira (PMB) e o Partido Ecológico Nacional (PEN). Entretanto, os dois partidos são considerados inexpressivos, uma vez que o PMB só dispunha de um deputado e o PEN, de dois.

O PMB, apesar do nome, não é feminista, mas feminino, de acordo com sua presidente, Suêd Haidar (ARAÚJO, 2015). O partido, por exemplo, é contra a mudança da legislação do aborto e contra a legalização da maconha, além de defender o “fortalecimento da família”, o que já o coloca em uma posição mais à direita no espectro político. Na época do *impeachment*, o único representante do partido, paradoxalmente, era um homem, Weliton Prado, de Minas Gerais.

Já o PEN, hoje Patriota, de um partido ecológico de centro quando do *impeachment*, hoje, após mudança de estatuto, transformou-se em um partido de extrema-direita, com pautas militaristas, autoritárias e antilaicistas (QUEM É CABO DACIOLO, 2018).

Quanto ao gráfico 21, é possível perceber a discrepância entre os que votaram “sim” e os que votaram “não” ao *impeachment*, no que diz respeito a ter adotado ou não um tom de louvor à nação, entendida em sentido amplo. Os deputados favoráveis à destituição de Dilma Rousseff fizeram muito mais recurso a essa *doxa* do que os contrários, com taxas de 70,03% e 12,41%, respectivamente, lembrando que, como mostrado no gráfico 17, existe uma associação entre um partido votar não ao *impeachment* e ele ser de esquerda.

Um voto fora do padrão foi o de Davidson Magalhães, do PCdoB, da Bahia. Para justificar/legitimar/referendar seu voto, isto é, para dizer, sub-repticiamente, que não é possível que Dilma Rousseff tenha cometido crime de responsabilidade, o deputado limitou-se a trazer referências de seu curral eleitoral: “[...] **em nome da minha região sul da Bahia, em nome da minha cidade Itabuna** [...], não ao golpe. Não passará!” (ATA, 2016, p. 282).

Poder-se-ia argumentar que seja natural que os parlamentares, representantes que são do povo que os elegeu, voltem-se, no momento da votação do *impeachment*, à região que lhes conferiu votos. Entretanto, os deputados são eleitos com votos de todo o Estado da Federação. Alguns políticos chegam a citar até mesmo sua cidade, ruas ou zonas da mesma.

Além do mais, votar em nome de uma região significa partir do pressuposto de que ela é unívoca, sem fraturas, como se não houvesse dissensão política e diversidade de concepções. Como se não houvesse uma divisão cultural entre os eleitores contrários e a favor do *impeachment*.

Ressalte-se, ainda, que o objeto de discussão do *impeachment*, a suposta existência de crime de responsabilidade cometido pela presidente da República, é, por essência, federal, concerne a todos os brasileiros. Os impactos da destituição de Dilma Rousseff são estendidos a toda a população brasileira.

Os demais pronunciamentos seguiram a tendência mencionada, a de um voto com uma cena de direita conservadora, que reverencia a própria região ou a pátria, e que diz “sim” ao *impeachment*. Uma das estratégias mais usadas foi o destacamento de frases do Hino Nacional, transplantadas ou não para a realidade regional. É o caso de Abel Mesquita (DEM-RR): “Roraima, verás que o filho teu não foge à luta! (...). Por uma Roraima desacorrentada, para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses, eu voto ‘sim’” (ATA, 2016, p. 121).

Nesse proferimento, o deputado trata como verdadeiros nacionais as famílias roraimenses. Percebe-se, ainda, uma associação sugerida entre a permanência de Dilma Rousseff no poder e uma situação de acorrentamento do Estado de Roraima. É por isso que, sob a forma de protesto, Abel Mesquita conclama o direito constitucional de ir e vir.

Nota-se que o deputado passa ao largo da questão de fundo do *impeachment*. Como se verá no próximo Capítulo, a estratégia de não se observar a chamada regra da pertinência própria do suporte de comunicação (ANGENOT, 2008; GRICE, 1989), isto é, de se evadir do objeto de discussão para defender seu ponto de vista (ou atacar o adversário), é um recurso comum na Retórica da Guerra Cultural.

Também adotou o recurso de destacamento de frases de hinos para apoiar o *impeachment* o deputado Evandro Gussi (PV-SP):

Um dia, senhores, há pouco mais de 500 anos, homens inspirados também pela honra atravessaram o mar tenebroso para fundar aqui aquela que, **entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada**. Nós, hoje, sob a cúpula da Câmara dos Deputados, aberta à vontade e aos anseios do povo brasileiro, temos também a missão de iniciar uma travessia por mares tenebrosos criados desta vez pelo atual Governo. Estamos unidos ao povo brasileiro para ecoar a sua voz. Esperamos que, no futuro próximo, o povo brasileiro também esteja ao nosso lado nos remédios amargos que o atual Governo nos obrigará a tomar. Temos certeza de que essa gente, de que essa **brava gente brasileira** não se furtará aos sacrifícios, não se furtará aos seus deveres cívicos. Senhores, os homens se revelam quando têm o poder ou quando têm medo. E o atual Governo se revelou no poder e se revelou agora no medo de perder o poder. O Brasil, hoje, senhores, percebe que o **sol da liberdade** pode voltar a **brilhar no céu da pátria**, mas desta vez não em **raios fúlgidos** [...]. Por isso votaremos “sim” ao *impeachment*! “Sim” ao Brasil! (ATA, 2016, p. 86).

Evandro Gussi estabelece, nesse extrato, um paralelo entre a epopeia do descobrimento do Brasil e a epopeia do *impeachment*. Assim, como os expedicionários tiveram de enfrentar

“mares tenebrosos” para fundar “aquela que, entre outras mil, és tu, Brasil, ó Pátria amada” (uma frase do Hino Nacional), também os “heróis” do *impeachment* precisam enfrentar os mares tenebrosos representados pela situação na qual o então governo teria deixado o país.

É por isso que a “brava gente brasileira” (uma expressão destacada do Hino da Independência) não poderá se furtar aos seus deveres cívicos de apoiar o *impeachment* para que “o sol da liberdade” possa brilhar “no céu da pátria” (outras expressões do Hino Nacional).

Assim, Evandro Gussi coloca seus opositores políticos de esquerda, que, em geral, são contra o *impeachment*, na posição de não patrióticos, de inimigos da nação, contra os quais, portanto, deve-se guerrear.

Observaram-se também discursos que demonstraram nacionalismo/regionalismo, além de pelo destacamento de termos de hinos, também pela introdução de uma cena que lembra o discurso etnocêntrico. É o caso de Covatti Filho (PP-RS), que louva o seu orgulho por possuir um sangue farroupilha:

O meu **sangue farroupilha é motivo de orgulho**, orgulho porque o nosso Estado defendeu suas ideologias e por elas sempre lutou. Como diz o **Hino Rio-Grandense**, “um povo sem virtude acaba por ser escravo”. **Honrando esse Rio Grande do Sul**, eu voto “sim” ao *impeachment*. (ATA, 2016, p. 125).

Covatti filho, com se vê, não se limitou a se dirigir aos gaúchos, mas aos que de fato possuem “sangue farroupilha”. Seu *jus sanguinis* confere dignidade e orgulho não aos que pagam impostos ao Estado, mas que, pela lei do útero, sejam seus legítimos descendentes. O espírito segregacionista ao qual se refere Charaudeau (2016), para qualificar a matriz ideológica da direita conservadora, portanto, faz-se também aqui presente.

Outros discursos que revelam essa tópica segregacionista buscaram estabelecer uma hierarquia, de uma forma ou de outra, entre regiões; demarcaram a singularidade natural de um lugar ou povo, escapando, portanto, da lógica igualitarista do discurso de esquerda. Um exemplo é a fala de Alex Manente (PPS-SP):

Tenho a honra de iniciar a votação do **Estado mais forte do nosso País**. Em respeito à minha família, para honrar o futuro das minhas filhas, para ter fé no nosso País, trago aqui a representação de **uma das maiores regiões do nosso País**, que é o grande ABC paulista. **Trago também a bandeira da minha cidade**, São Bernardo do Campo. **É [...] por São Bernardo que eu voto “sim”**, pelo *impeachment* da Presidente (ATA, 2016, p. 180).

Seguem lógicas semelhantes os proferimentos de Francisco Floriano (DEM-RJ): « [...] parabéns a todo povo que está na Av. Atlântica, na **cidade mais linda do mundo**, Rio de

Janeiro. Um abraço, Av. Atlântica! [...]. Vem, Rio! *Impeachment* já! É desse jeito! Graças a Deus! (ATA, 2016, p. 229-230) ; de Mandetta (DEM-MS): « [...] por causa das famílias, por causa de Campo Grande, **a morena mais linda do Brasil**, pelo meu Mato Grosso do Sul [...], o voto é ‘sim’ » (ATA, 2016, p. 156) ; de Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO): pela minha família, pelos meus amigos, **pelo melhor Estado**, o Tocantins, e por Palmas, eu voto "sim"; e, de uma forma mais sutil, de Luiz Fernando Faria (PP-MG) : « [...] **pelos mineiros e pelos demais brasileiros**, o meu voto é sim » (ATA, 2016, p. 265).

Há quem emprestou à lógica segregacionista do nacionalismo contornos militaristas. Um exemplo foi o voto do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC): « pela cidade de Ituporanga, que me adotou, por Nova Trento, onde eu nasci, por toda Santa Catarina, pela **mudança do Estatuto do Desarmamento** [...], eu voto ‘sim’ » (ATA, 2016, p. 136).

Mais uma vez, aquele princípio da pertinência não teria sido observado, tentando-se desviar o objeto do *impeachment* para a pauta do campo cultural amigo. O conservadorismo do discurso não reside somente no chauvinismo de concepções, mas também por introduzir um tema caro a uma associação parlamentar chamada de “bancada da bala”, que reivindica maior liberação do direito de portar armas por parte de “cidadãos de bem”.

Rogério Peninha, em entrevista à revista *Época* (MOURA, 2015), defende que todo “pai de família” deve ter o direito de usar pelo menos 5.400 balas por ano. Seria facultado somente ao “homem de bem” (do sexo masculino, que fosse casado e pai de família) o direito de dispor da vida daquele que o ameace.

Rogério Peninha é o relator do PL3722, projeto de lei que prevê a revisão do estatuto do desarmamento. Sua justificativa é de que ele estaria “desamparado pela lei dos homens, mas amparado pela lei de Deus”. E, assim, ele cita o Êxodo 22:2: "Se o ladrão for achado roubando e for morto, o que feriu não será culpado do sangue" (MOURA, 2015). Assim, Peninha reitera aquela *doxa* segregacionista de direita segundo a qual “bandido bom é bandido morto”. Trata-se de um discurso conservador em uma cena de discurso religioso, já que ampara seus argumentos com base em uma frase bíblica.

Essa é uma fala que vai de encontro com a Constituição da República, uma vez que o art. 5, inciso XLVII prescreve o banimento da pena de morte no sistema jurídico brasileiro. Além do mais, o primeiro artigo da Carta Constitucional, em seu inciso III versa sobre um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, que é a da “dignidade da pessoa humana”. Isso significa dizer todos os seres humanos, sejam eles culpados ou não por crimes que, porventura, possam vir a ter cometido, são sujeitos de direitos e, portanto, estão resguardados de qualquer ingerência em sua esfera jurídica, seja pelo Estado, seja por outrem. Isso porque o sistema penal

brasileiro tem como princípio a ressocialização do delinquente, sua restituição à sociedade, e não sua aniquilação (artigos 10, 22, 28 da Lei 7.2012/84).

Segundo o art. 10, “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. O aspecto reabilitador da pena também fica patente na redação do art. 22, de acordo com o qual “a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. No mesmo sentido, está o art. 28, que versa que “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

O deputado Peninha parece então se comprometer menos com a nova ordem democrática pós 1988, do que com uma velha ordem autoritária, em que o Estado e sobretudo os coronéis (portanto, necessariamente homens), detinham o poder ilimitado de polícia sobre a população. Realizava-se um sistema penal que, longe de figurar sob os auspícios dos Direitos Humanos, constituía-se em um sistema de autotutela por meio do qual, na selva do “salve-se quem-puder”, a dignidade estava restrita à esfera dos donos do poder e de seus capangas, aquele Brasil “arcaico” ao qual Almeida (2007) e DaMatta (1986) se referem, como observado no Capítulo 3.

Para DaMatta, essa iniciativa de Peninha estaria amparada em uma *doxa* social autoritária cristalizada no poder de mando de caudilhos, dada a ineficácia das leis e da autoridade do Estado, além do aspecto do que chama de “justiça facciosa”, pensada para as classes dominantes. Tudo isso somado a uma sociedade com laços de solidariedade pouco sólidos. De fato, uma pesquisa realizada pelo *Latinobarómetro* reforça essa teoria, ao mostrar, como apontado no Capítulo 3, que o Brasil, entre os países latino-americanos, é o que apresenta menor índice de confiança interpessoal, com uma taxa de 4%, diante de uma média latino-americana de 14% (LATINOBARÓMETRO, 2018). Na mesma tendência, um estudo de Almeida mostra que apenas 15% dos brasileiros afirmam confiar nas demais pessoas que não nas do próprio círculo familiar (ALMEIDA, 2007).

Almeida compartilha do diagnóstico de DaMatta, mas faz a ressalva de que, na verdade, uma generalização sobre o Brasil arcaico não pode ser feita. A cultura do mando e caudilha, baseada em sistemas paralelos de autodefesa faria parte de uma parcela da população que o pesquisador chama de arcaica. Existiria um outro Brasil, mais moderno, progressista e urbano que tem entrado em confronto com o Brasil profundo dos resquícios coloniais (ALMEIDA, 2007).

Um outro voto que, adotando a tópica segregacionista do nacionalismo, demonstra esse aspecto de cultura autoritária, é o de Eduardo Bolsonaro (PSC-SP):

**Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932;** em respeito aos 59 milhões de votos **contra o Estatuto do Desarmamento**, em 2005; **pelos militares de 1964**, hoje e sempre; **pelas polícias** e, em nome de Deus e da família brasileira, é ‘sim’ (ATA, 2016, p. 187).

A Revolução de 1932, citada por Eduardo Bolsonaro, foi um movimento armado separatista e supremacista de São Paulo contra o governo do presidente Vargas. À maneira de Rogério Peninha, a referência aos militares de 1964 por parte de Eduardo Bolsonaro indica claramente um saudosismo em relação a um ordenamento pré-constituição de 1988, não comprometido com os ideais democráticos de justiça social e com as liberdades civis. A defesa de um estado policialesco também se faz patente em sua ode às polícias.

Além desse aspecto de chauvinismo, a Revolução de 1932 ainda guardava um caráter elitista. Segundo Boris Fausto:

O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos (...). Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte demais Estados da federação. (...) Muitas pessoas doaram joias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha “Ouro para o bem de São Paulo” (FAUSTO, 1995, p. 346).

Observou-se que, entre os votos nacionalistas/regionalistas citados acima, muitos parlamentares fizeram menção ao seu próprio seio familiar, um elemento que é da ordem do privado, e não do público, e tampouco concerne à problemática do crime de responsabilidade do *impeachment*. Esse discurso patrimonialista que tende a misturar as esferas privada e pública também foi uma constante nos pronunciamentos da Câmara dos Deputados. É o que se verá a seguir.

### 4.3 Percursos do patrimonialismo

De acordo com Charaudeau, a matriz ideológica de direita tende, em sua lógica segundo a qual as desigualdades são naturais, a defender o valor família, porque, em sua ótica, o indivíduo é determinado pelo grupo que, por sua vez, depende da filiação. Isso implica a opinião comum de que as relações hierárquicas e patriarcais devem ser conservadas:

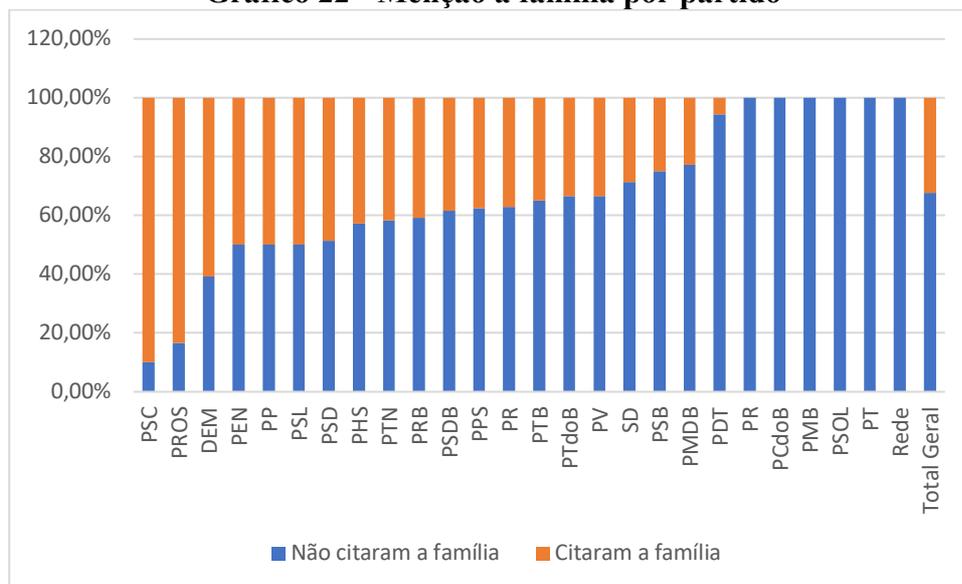
A matriz ideológica de direita se caracteriza por uma visão do mundo na qual ‘a natureza se impõe ao homem, o que significa que este é determinado, que, portanto, a desigualdade é consubstancial à natureza humana, e que, conseqüentemente, as relações que os homens estabelecem entre si são relações de poder, de dominação. Esse posicionamento engendra a defesa de certos valores [dentre os quais] o valor do

grupo familiar, já que não é o indivíduo que fabrica o grupo, mas o grupo que determina o indivíduo, porque este depende de sua filiação, suportando o peso da tradição, o que explica que o grupo familiar se organiza segundo uma ordem piramidal, em cujo ápice se encontra a figura do patriarca, potência tutelar e protetora (CHARAUDEAU, 2016, p. 36, tradução nossa<sup>98</sup>).

No caso dos discursos do *impeachment*, a alusão, na justificativa/legitimação do voto, à própria família do votante (sobretudo, mas também ao valor família em geral), foi mais expressivo entre os parlamentares de partidos considerados de direita apoiadores da destituição de Dilma Rousseff, o que reforça a tese acima de Charaudeau.

De fato, como disposto nos gráficos abaixo, partidos de esquerda e de centro-esquerda, como PT, PSOL, Rede, PCdoB e PDT foram os que menos expressaram o valor família. As exceções foram os partidos de direita PMB, citado acima, que possuía, na época, somente uma cadeira, e o Partido Republicano (PR), que se diz combinar “os fundamentos do nacionalismo de Enéas Carneiro à doutrina do liberalismo social defendido por Álvaro Valle<sup>99</sup>”.

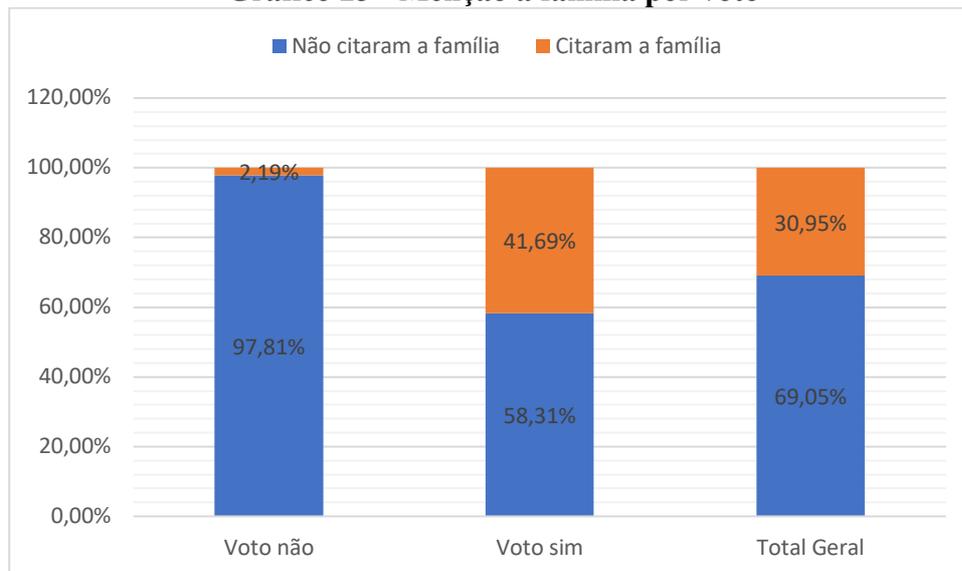
**Gráfico 22 - Menção à família por partido**



Fonte: elaboração do autor.

<sup>98</sup> La matrice idéologique de Droite se caractérise par une vision du monde dans laquelle “la nature s’impose à l’homme”, ce qui veut dire que celui-ci lui est soumis, que donc l’inégalité est consubstantielle à la nature humaine, et que, par conséquent, les rapports que les hommes entretiennent entre eux sont de rapports de force, voire de domination. Ce positionnement engendre la défense de certaines valeurs : la valeur du groupe famille puisque ce n’est pas l’individu qui fabrique le groupe mais le groupe qui détermine l’individu, cas celui-ci dépend de sa filiation supportant ainsi le poids de la tradition, ce qui explique que le groupe famille s’organise selon un ordre pyramidal au sommet duquel se trouve la figure du patriarce, puissance tutélaire et protectrice.

<sup>99</sup> Disponível em: < [http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia\\_do\\_pr.html](http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html) >. Acesso em: 05 de out. 2019.

**Gráfico 23 - Menção à família por voto**

Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico acima, percebe-se que existe uma considerável diferença entre os que votaram “sim” ou “não ao *impeachment* no que diz respeito à menção à família, lembrando que, conforme o gráfico 17, existe uma relação entre um partido ser de esquerda e votar “não” ao *impeachment*. Enquanto 41,69% dos que apoiaram o *impeachment* citaram a família, apenas 2,19% dos que se opuseram à saída de Dilma Rousseff o fizeram.

Um aspecto que chama a atenção nesses pronunciamentos que, para deixarem a mensagem de que Dilma teria cometido crime de responsabilidade, citaram a família, é a mistura de questões concernentes ao domínio do privado na ordem pública. Quando o deputado Heráclito Fortes (PSB) substituiu sua argumentação crítica em relação ao crime de responsabilidade para mandar um abraço à sua “mulher Mariana; às [suas] filhas Marianinha, Heloísa e Camila; aos [seus] netos Antônio e João; à [sua] neta que está por vir, Olímpia; à [sua] irmã Zélia; à [sua] tia Elzimir, com 96 anos” (ATA, 2016, p. 248), além de desprezar o que Grice (1989) chama de regra da pertinência, o deputado opera uma sutura entre o público e o privado. Teóricos do brasilianismo tenderiam, assim, a qualificar esse tipo de voto como, além de pertencente a uma matriz ideológica de direita, como o faz Charaudeau (2016), manifestações de uma cultura política patrimonialista.

Em *Economia e Sociedade*, Weber propõe que o patrimonialismo é o resultado da junção entre um modo de dominação tradicional, caracterizado pelo patriarcalismo, e uma dada ordem estamental (WEBER, 2000, 2004). Grosso modo, e desprezando aqui a evolução desse complexo conceito ao longo do pensamento weberiano, pode-se dizer que o estado

patrimonialista é aquele cujos representantes se locupletam ou tomam a *res* pública como dimensão do privado:

A este caso especial da estrutura da dominação patriarcal: o poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica, queremos chamar de dominação patrimonial (WEBER, 2004, p. 238).

Continua Weber, em outro volume da mesma obra:

A dominação patrimonial e especialmente a patrimonial-estamental trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos e as oportunidades econômicas privadas apropriadas (...). Para nossa terminologia, o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados da mesma maneira que as oportunidades privadas (WEBER, 2000, p. 155).

Segundo Raymundo Faoro, “a realidade histórica brasileira demonstrou (...) a persistência secular da estrutura patrimonial” (FAORO, 2001, p. 822). Desde o período da colonização portuguesa no Brasil,

(...) o golpe contra a burocracia, ao tempo que fere a corrupção, vibra a corda nacionalista, do embrionário nacionalismo do Brasil (...). Em todos os botes a denúncia quer mostrar o domínio do funcionário, sombra do rei, infiel aos fins ideais do soberano, mas coerente com o patrimonialismo que este encarna e dirige (...). O burocrata, já desenvolvido do embrião estamental do cortesão, furta e drena o suor do povo porque a seu cargo estão presos os interesses materiais da colônia e do reino. O súdito não é apenas o contribuinte, mas a vítima do empresário que arrenda os tributos, a vítima dos monopólios e das atividades da metrópole (FAORO, 2001, p. 203).

Para Faoro, o que se percebe no Brasil, portanto, é a perversão da lógica da cidadania que tem no povo a figura do soberano supremo, pressuposto de qualquer regime democrático. De “contribuinte-beneficiário”, isto é, de contribuinte que paga seus impostos e que, por isso, será beneficiário de serviços públicos como contrapartida, o brasileiro, na verdade, mostra-se, na descrição de Faoro, como uma espécie de “contribuinte-vítima”, por persistir em uma situação paradoxal em que, ao mesmo tempo em que investe no Estado pagando seus impostos para que este lhe garanta direitos básicos de subsistência e dignidade, é vítima daquele em que depositou sua confiança, espoliado que é pelos seus representantes políticos que veem no bem público uma dimensão de seu domínio privado.

Descrevendo o período logo após a independência do Brasil, Faoro conclui que, durante a época imperial:

A burguesia se enobrece com a compra de cargos, o pardo se afdalga com o uniforme das forças paramilitares. O cargo domestica turbulências dispersas, imantando, na sua dignidade, a submissão ao soberano. O velho e tenaz patrimonialismo português desabrocha numa ordem estamental, cada vez mais burocrática no seu estilo e na sua dependência. O rei, por seus delegados e governadores, domina as vontades, as rebeldes e as dissimuladas: “neste Estado há uma só vontade” – escrevia o padre Antônio Vieira, em 1655 – “e um só entendimento e um só poder, que é o de quem governa”. O poder é o poder – esta a fórmula ainda dominante no Segundo Reinado, na palavra sem adjetivos de um tribuno, o primeiro que falou em nome de uma ficção, o povo” (FAORO, 2001, p. 242).

Vê-se que os cargos públicos no Brasil imperial eram objeto de compra e venda, tamanho o *status* que a posição conferia ao seu detentor. Quando Faoro menciona as “forças paramilitares”, ele se refere aos capangas que circundam o funcionário, conferindo-lhe poderes de polícia para defender seu quinhão privado através da coisa pública. A conclusão é a de que quem possui o poder são os representantes políticos, e não o povo, essa ficção que naquele período servia para mascarar o caráter antidemocrático da civilização brasileira.

A miscigenação entre o público e o privado também é tratada por Faoro quando da descrição do coronelismo que, desde a era imperial, persiste na República Velha:

(...) o homem rico – o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. (...) o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima (...). [O coronel] recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação (...). O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios. Pisar no pé de um subdelegado ou do inspetor de quarteirão seria pisar no pé da lei, concretizado o incompreensível aparelhamento abstrato no terra-a-terra ridicularizado, se invertido o ângulo de visão” (FAORO, 2001, p. 737-757).

Em *Raízes do Brasil* (1995), Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, considera o patrimonialismo como pedra angular na compreensão da categoria do que chama de “homem cordial” brasileiro. Eis o relato do autor:

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (...). Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se

caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias (...). No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o domínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência, dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. (HOLANDA, 1995, p. 145-147).

Sérgio Buarque de Holanda ressalta a impregnação no fazer político da estrutura organizacional do modelo familiar baseado no *pater familias*, com suas hierarquias, seus ritos, suas leis baseadas na intimidade e respaldadas nos laços de sangue. Essa é uma realidade não muito distante da que hoje se observa no país, levando-se em consideração as constantes notícias sobre recebimento de propina por parte de governantes, a compra de votos para projetos que condizem a interesses particulares e não propriamente públicos, o fisiologismo, a política voltada para a permanência no poder, e não para a consecução do bem comum.

Um voto que reflete esse apreço da matriz ideológica de direita pela hierarquia, notadamente da cultura do mando do *pater familias*, é o de Toninho Wandscheer (PROS-PR):

Em memória do meu pai, Paulo Wandscheer, que, tenho certeza, estaria mandando — ele nem pediria; ele mandaria — eu votar pela minha cidade, Fazenda Rio Grande, pelo meu Estado do Paraná, pela minha família e pelo meu Brasil querido, eu voto “sim” (ATA, 2016, p. 154).

Não só o valor da hierarquia é ressaltado no voto de Wandscheer, mas também o aspecto de autoritarismo a que Charaudeau faz referência, ao apontá-lo como uma tendência da matriz ideológica de direita, como explicado acima (CHARAUDEAU, 2016). A cultura do mando patriarcal estaria tão introjetada que faz com que o parlamentar tenha orgulho da mesma, ao ponto de usá-la para legitimar seu voto em relação ao crime de responsabilidade supostamente cometido por Dilma Rousseff.

Ao citar a própria família para justificar e/ou legitimar seu voto, o parlamentar não necessariamente toma uma atitude patrimonialista, mas sua fala pode ser reflexo de uma *doxa*

que vê no espaço público a extensão de seus interesses particulares, ou então, em outros casos, de imposição de um modelo familiar tradicional a todos os integrantes da República. Trata-se de um valor que decorre daquela mesma lógica segregacionista de direita à qual se refere Charaudeau (2016), ao subtrair para a ordem do privado questões do domínio público, ou ao buscar excluir outras formas de manifestação familiar.

É o caso do voto de Ronaldo Fonseca (PROS-DF):

Venho a esta tribuna também, Sr. Presidente, representando a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, que tem lutado nesta **Casa contra uma agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira**. Mas aqui nós temos Deputados aguerridos (ATA, 2016, p. 90).

Nesse sentido também é o voto de Éder Mauro (PSD-PA):

[...] em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, **formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir** com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto “sim” (ATA, 2016, p. 140).

E também o de Ronaldo Martins (PRB-CE):

Pelo povo de Deus, **em defesa da família, tão atacada por este Governo**, em nome do povo do meu Estado do Ceará, tão enganado por este Governo, pelo meu partido, pelo PRB, que segue unido, o meu voto é “sim” (ATA, 2016, p. 220).

Nota-se que os deputados demarcam bem o seu território na batalha cultural, ao adotarem um discurso conservador em defesa de um modelo familiar tradicional. Ronaldo Fonseca chega a se opor explicitamente contra uma “suposta agenda de esquerda que quer destruir a família brasileira”.

Éder Mauro e Ronaldo Fonseca referem-se, concretamente, ao pejorativamente chamado “Kit Gay”, um conjunto de materiais destinados à promoção da igualdade e da tolerância à diversidade sexual. Recapitulando o que foi abordado no Capítulo 1, o projeto *Escola sem homofobia* (seu nome original) foi vetado por Dilma Rousseff em 2011 quando estava para sair do papel, diante das pressões de sua base aliada conservadora no Congresso. O objetivo era o de promover “valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual” (ESCOLA, 2004, *apud* MAZZOCO, 2015<sup>100</sup>).

---

<sup>100</sup> O material pode ser acessado com exclusividade no site na ONG Nova Escola: <https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia>

Concebido para ser distribuído entre professores, o material foi acusado pelos seus detratores como estimulante do “homossexualismo e da promiscuidade”. No entanto, de acordo com Ricardo Desidério, autor de uma tese de doutorado sobre o referido Kit (SILVA, 2015), em entrevista ao site *Nova Escola*, o material visa a “desconstruir conceitos equivocados a respeito de identidade de gênero e orientação sexual [...] [esclarecendo] dúvidas do senso comum e [trazendo] referenciais da Ciência para introduzir a questão de gênero” (MAZZOCO, 2015). O conceito de gênero é tratado do ponto de vista biológico e sócio-histórico, de modo a explicitar como os papéis sociais associados ao masculino e ao feminino também estão presentes na escola, inclusive na forma como as disciplinas são transmitidas. Um exemplo são as aulas de Educação Física, em que os meninos geralmente são convocados a jogar futebol e as meninas, um outro esporte qualquer. Além do mais, segundo Desidério, modelos heteronormativos também estariam implícitos no conteúdo das matérias, o que contribuiria para a homofobia manifestada no Brasil pelos índices alarmantes de homicídios contra a população LGBT, fazendo com que o país, por exemplo, seja campeão mundial em matança de travestis e transexuais (BRASIL É O PAÍS, 2017). Um dado que por si só já justificaria a introdução de Educação Sexual nas escolas.

Ressalta Desidério, não é assente que “Educação Sexual nas escolas” seja uma ameaça nem mesmo ao modelo tradicional de família, pois, da análise da cartilha que iria ser divulgada nas escolas, não se infere a defesa de nenhum modelo familiar em específico. O que há é a promoção da tolerância para a possível coexistência pacífica entre diferentes formas de ser e de viver (SILVA, 2015).

A articulação da bancada evangélica, no entanto, foi incisiva. Os religiosos promoveram uma verdadeira guerra contra o Kit, estimulando seus fiéis a se mobilizarem em protestos, dentre os quais a “Marcha para Jesus” (KRAKOVICS, 2012).

Como exposto no Capítulo 1, no intuito de pressionar o veto de Dilma ao projeto “Escola sem Homofobia”, os deputados atrelados à causa ameaçaram paralisar o governo, não votando nada antes que o material educativo fosse recolhido. Sabendo-se que o então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, estava sendo investigado pela Polícia Federal, os parlamentares ligados às bancadas religiosas aproveitaram a situação para pressionar Dilma por meio de convocação do ministro para prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados, manobra política que depois foi admitida pelo então líder da bancada evangélica, João Campos de Araújo (CHAGAS, 2012).

De acordo com Fernando Haddad, então ministro da Educação, materiais que seriam destinados a caminhoneiros e profissionais do sexo foram apresentados à época pelo então

deputado Jair Bolsonaro como sendo o material para as crianças. A cartilha das escolas, na verdade, teria sido o produto de um trabalho colaborativo com parlamentares progressistas e com ONGs, não tendo ainda sido aprovado pelo Ministério da Educação quando da polêmica (CHAGAS, 2012).

Outros votos que, também com menção à família, apoiaram o *impeachment*, deixando suas marcas referentes aos seus posicionamentos na guerra cultural foram o de Hiran Gonçalves (PP-RR) e o de Célio Silveira (PSDB-GO). O comum desses dois votos está no fato de ambos terem abordado o programa *Mais Médicos*, do governo federal, objeto de acirrados embates ideológicos, o que já os posiciona no interior da guerra cultural.

Eis o voto de Hiran Gonçalves:

Sr. Presidente, meu querido Brasil, **pela minha família**; pelos que me fizeram chegar até aqui; **pelos médicos do Brasil**, para que sejam respeitados pelo próximo governo; pelos maçons do Brasil e pelo bem do povo brasileiro, eu voto “sim”, Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 122).

Na mesma tônica, está o voto de Célio Silveira:

Sr. Presidente, pela minha querida Luziânia, pelo meu Entorno de Brasília, que tanto precisa de ação governamental, **pelos médicos brasileiros**, tão perseguidos por este desgoverno, pelo bravo e honrado povo de Goiás, **por Dianne, Mateus e Adriane**, muda Brasil! “Sim” ao *impeachment* (ATA, 2016, p. 164).

Percebe-se que, na apreciação da plausibilidade ou não do cometimento de crime de responsabilidade por parte de Dilma Rousseff, ambos os deputados se furtaram à argumentação crítica e introduziram outros temas caros ao seu espectro ideológico no Brasil. Adiante se verá que essa estratégia de mudar de tema é uma constante na Retórica da Guerra Cultural.

Entre outros elementos, além de citarem a família, os parlamentares fizeram questão de defenderem os médicos do Brasil, supostamente desrespeitados pelo então governo. Trata-se de uma referência ao *Mais Médicos*, programa do governo lançado em 8 de julho de 2013 para suprir a carência de médicos no interior do país, onde tradicionalmente os profissionais não querem fixar residência.

O programa consistia na importação de médicos de Cuba, país conhecido pela sua excelência na área da saúde. Mas não só. Era um programa que objetivava a criação de mais vagas na graduação em cursos Medicina no Brasil e em residência médica. Entretanto, o aspecto da medida que ficou no imaginário de seus detratores foi a importação de mão-de-obra cubana, isto é, de um país “maculado” pela pecha do esquerdismo.

Para os dois deputados acima, servir uma população desassistida por profissionais da saúde, especialmente do nordeste do país, através do aumento da concorrência entre os médicos, seria uma forma de maltratá-los, justificativa suficiente, na visão dos parlamentares, para que Dilma Rousseff fosse destituída do cargo. Na verdade, não é propriamente exato que o governo fomentava a concorrência entre os médicos, uma vez que os profissionais cubanos eram alocados em regiões onde os profissionais brasileiros não queriam atuar (CAPETTI, 2019).

Pergunta-se, assim, se a reação de setores conservadores da sociedade seria a mesma se a suposta concorrência imposta aos médicos brasileiros decorresse de importação de médicos de outros países, dos EUA, por exemplo, ou de algum país desenvolvido e predominantemente branco da Europa.

A hipótese que fica é que o problema maior está no país escolhido para fornecer a mão-de-obra. Vale lembrar que a palavra “Cuba” está impregnada no imaginário coletivo dos brasileiros e do latino-americano como *locus* por excelência da esquerda. Não é incomum, no Brasil, a imprecação, em tom de ofensa, de algum representante de direita dizendo o chavão “Vai pra Cuba!” para atacar alguém ou um discurso que considere esquerdista (VAI PRA CUBA, 2014).

Outro voto que, ao citar a família, mostrou seu campo de batalha na Retórica da Guerra Cultural foi o de Fausto Pinato (PP-SP):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso. Esse povo que está aí fora não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte.** Eu queria aqui, em nome da minha família, em nome da minha região noroeste do Estado de São Paulo, da minha cidade natal, votar “sim (ATA, 2016, p. 189).

Pinato coloca em um plano de oposição o vermelho, representado pelo atual governo de esquerda, e o verde-amarelo, o tradicional e saudoso lugar da “ordem e do progresso” que o brasileiro “quer novamente”. Ao dizer que o povo que está nas ruas “não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte”, países associados à esquerda, o deputado sugere que o clamor popular é pelo retorno da velha ordem conservadora, o que, por si só, legitimaria o *impeachment*, ainda que, mais uma vez, a questão do crime de responsabilidade tenha passado ao largo das considerações do parlamentar.

Sobre a oposição vermelho *versus* verde-amarelo, ela se explica porque o vermelho adquiriu sua nuance de pertencer ao movimento das reivindicações populares durante a Revolução Francesa de 1789 (PASTOUREAU, 2014). Durante o período da Assembleia

Constituinte, bandeiras vermelhas eram levantadas como uma forma de toque de recolher para que a população permanecesse em casa, indicando serem proibidas manifestações. Quando da destituição do rei Luís XVI, o prefeito de Paris içou bandeira vermelha, sem que a população acatasse a mensagem. Houve então um banho de sangue, e o vermelho, antes símbolo da opressão, passou a se associar às reivindicações populares. A partir daí, nas Revoluções na Europa de 1848, na bandeira da URSS e da China Comunista, o vermelho começou a ser associado a tudo que se opunha à velha ordem autoritária e antipopular, mesmo que na maioria dos regimes de bandeira vermelha o autoritarismo tenha sido a pedra de toque.

Quanto ao verde-amarelo, no Brasil, as cores são tradicionalmente ligadas à elite nacionalista e conservadora, desde o movimento literário verde-amarelo da década de 1930, até as manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 (ROCHA, 2016). O movimento verde-amarelismo tinha como um de seus expoentes Plínio Salgado, o mesmo que ajudou a fundar o integralismo, aquela doutrina de contornos xenófobos e de inspiração fascista vista acima.

Soraya Santos (PMDB-RJ) procede ao mesmo jogo de referências:

[...] por andar por este Brasil afora e ver milhões de **brasileiros nas ruas vestindo verde-amarelo**, de forma pacífica, ordeira, mostrando que os seus filhos não fogem à luta — **não precisam invadir casa de ninguém** [...]; **por minha família**, e neste momento eu me faço representar pelos **meus netos, Arthur, Sofia e a mais nova, a caçula, que está chegando**; eu quero dizer aos brasileiros, à minha cidade de Niterói e ao meu Estado do Rio de Janeiro que voto “sim”. *Impeachment* já! (ATA, 2016, p. 241).

A parlamentar delimita, nesse voto, seu lado na Retórica da Guerra Cultural ao tratar de forma positiva “os milhões de brasileiros nas ruas vestindo verde-amarelo, por oposição aos vermelhos, apresentados de forma negativa, na figura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, associado às esquerdas), quando fala em invasão de casas. Os verde-amarelos “não fogem à luta” (uma referência ao Hino Nacional), manifestando de forma “pacífica, ordeira”, civilizada, ao contrário dos vermelhos, bárbaros invasores de terra.

Curioso notar que a deputada ressalta que se faz representar não pelo povo (que não é monolítico, mas diverso e apresenta fraturas), mas por seus “netos, Arthur, Sofia e a mais nova, a caçula, que está chegando”. Assim, Soraya Santos deixa transparecer em sua fala, ainda que não seja sua real intenção (o que não vem ao caso aqui) uma cultura patrimonialista de confusão entre o espaço público e o privado.

Talvez o voto que tenha manifestado o mais alto grau dessa cultura patrimonialista tenha sido o de Eduardo da Fonte (PP-PE):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao lado do **meu filho Luiz Eduardo**, que aqui está, **em nome da minha família**, eu gostaria de, primeiro, pedir a Deus que abençoe o Brasil. **Eu vou passar a palavra ao meu filho, para que ele possa dizer ao Brasil o meu voto** (ATA, 2016, p. 305).

Eduardo da Fonte não se limitou a citar sua família, mas quis ainda que seu filho Luiz Eduardo votasse em seu lugar. Simbolicamente, tem-se aí uma manifestação da intrusão do privado sobre o público, uma vez que o parlamentar legou a seu descendente a prerrogativa de representante do povo, o verdadeiro titular do poder político em regimes democráticos, tal como dispõe a cláusula pétrea da Constituição do Brasil em seu art. 1, parágrafo único: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente [...]”.

Vê-se, portanto, que o deputado toma como natural o fato de seu familiar se arrogar o direito de apreciar o crime de responsabilidade de Dilma Rousseff, substituindo a argumentação crítica própria dos espaços públicos democráticos de sociedades abertas (DANBLON, 2004) pela delegação de poder hereditária.

Seguem, a título ilustrativo, outros pronunciamentos que expressam esse patrimonialismo de fundo, típico de uma lógica segregacionista, por ser anti-igualitária, própria de uma matriz ideológica de direita conservadora, de acordo com Charaudeau (2016):

#### Quadro 4 - Deputados citam a família

<b>Jovair Arantes (PTB-GO):</b> Peço licença aos colegas Deputados para agradecer a Deus, a <b>minha família — meus filhos e netos</b> —, ao meu querido Estado de Goiás, que depositou em mim a confiança para representá-lo nesta Casa (p. 25).
<b>Remídio Monai (PP-RR):</b> Com a minha consciência, <b>pela minha família</b> [...] eu voto “sim”, Sr. Presidente (p. 123).
<b>José Otávio Germano (PP-RS):</b> <b>Em homenagem à minha família</b> , aos meus amigos, aos gaúchos e às gaúchas e, especialmente, ao povo de Cachoeira do Sul, o voto é “sim” (p. 127).
<b>Sérgio Moraes (PTB-RS):</b> [...] <b>Feliz aniversário, Ana, minha neta!</b> (p. 132).
<b>Geovania de Sá (PSDB-SC):</b> Sr. Presidente, <b>pela honra da minha família</b> [...], eu digo “sim” (p. 133).
<b>Jorginho Mello (PR-SC):</b> Sr. Presidente, <b>pelos meus filhos, Bruno e Felipe</b> , pelo privilégio de ser de Santa Catarina [...] eu voto “sim” (p. 135).
<b>Cabuçu Borges (PMDB-AP):</b> [...] <b>pela minha família</b> , pelos meus amigos [...], eu voto “sim” (p. 137).
<b>Nilson Pinto (PSDB-PA):</b> <b>em respeito à minha mulher, aos meus filhos e aos meus netos</b> [...], eu voto “sim” (p. 143).
<b>Nelson Meurer (PP-PR):</b> [...] <b>pela minha família</b> , pelo meu querido Município de Francisco Beltrão [...], voto “sim” (p. 151).

<b>Ricardo Barros (PP-PR):</b> [...] pelos progressistas da <b>minha família: Maria Victoria, Cida Borghetti, Silvio Barros</b> [...], o meu voto é "sim" (p. 152).
<b>Fábio Souza (PSDB-GO):</b> [...] <b>pela minha família, por meus filhos, Estêvão e Amanda, pela minha esposa, pelos meus pais</b> [...], eu digo "sim". Viva o Brasil! (p. 165).
<b>Lucas Vergílio (SD-GO):</b> <b>Pela minha filha Manuela que vai nascer, pela minha sobrinha Helena</b> [...], por todos os corretores de seguros do Brasil, em especial por todo o povo goiano, eu voto "sim"! Viva o Brasil! (p. 167).
<b>Roberto Balestra (PP-GO):</b> <b>pela minha mãe, que está em casa, já com 93 anos; infelizmente, na ausência do meu pai; pela minha família, esposa, filhos, netos e o primeiro bisneto</b> , eu voto pelo <i>impeachment</i> (p. 168).
<b>Laerte Bessa (PR-DF):</b> [...] <b>pela minha mãezinha, Melanie, pelas minhas três filhas</b> , [...] eu voto "sim". E que o Brasil esteja comprometido com a segurança pública! Fora, PT! (p. 171).
<b>Rocha (PSDB-AC):</b> [...] <b>eu voto em favor da minha família</b> [...]. É "sim", pelo <i>impeachment</i> ! Fora, PT! Fora, roubalheira! (p. 174).
<b>Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO):</b> <b>Pela minha família</b> , pelos meus amigos, pelo melhor Estado, o Tocantins, e por Palmas, eu voto "sim" (p. 175).
<b>Capitão Augusto (PR-SP):</b> [...] <b>pelo futuro do meu filho, Breno, pela minha família</b> , pela minha cidade de Ourinhos e região, pela minha querida Polícia Militar do Estado de São Paulo [...], eu voto "sim", pelo <i>impeachment</i> (p. 184).
<b>Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP):</b> [...] <b>Pela minha família — pela Sandra, pela Érica, pelo Vítor, pelo Jorge e pelo meu neto que está chegando agora</b> [...], o voto é "sim" (p. 193).
<b>Luiz Lauro Filho (PSB-SP):</b> [...] <b>em nome da minha família — meus pais, que estão aqui em Brasília me acompanhando; minha mãe, Iara; meu pai, Luiz Lauro; minha esposa, Larissa, e o meu filho, que traz também o meu nome, Luiz Lauro Neto —</b> , Sr. Presidente, eu voto "sim" (p. 194).
<b>Marcelo Squassoni (PRB-SP):</b> [...] <b>Por você, meu pai, e pela sua história; pelo meu filho de 18</b> [...], é claro que o meu voto é "sim", Sr. Presidente! (p. 195).
<b>Renata Abreu (PTN-SP):</b> [...] <b>pela minha família, pelo meu marido, Gabriel, e pelos meus dois filhos, Felipe e Rafael —</b> eu sou Renata Abreu —, digo "sim" ao <i>impeachment</i> (p. 200).
<b>Ricardo Izar (PP-SP):</b> [...] <b>pela memória de meu pai, Ricardo Izar, por amor à minha filha</b> e às futuras gerações, e por todos aqueles que exercem a cidadania na Avenida Paulista, o meu voto é "sim" (p. 200).
<b>Roberto Alves (PRB-SP):</b> [...] <b>Pela minha família, pela minha esposa, pelos meus filhos, pelo meu neto Gabriel</b> , o meu voto é "sim" (p. 201).
<b>Victor Mendes (PSD-MA):</b> [...] <b>em homenagem às minhas únicas e verdadeiras riquezas, minhas filhas, Amanda e Isabela</b> , eu voto "sim" (p. 210).
<b>Alexandre Serfiotis (PMDB-RJ):</b> [...] por Deus, <b>em homenagem ao meu pai, Jorge Serfiotis, à minha família</b> e aos meus amigos, por uma saúde digna, pela minha cidade de Porto Real, no Estado do Rio de Janeiro, eu voto "sim" (p. 221).
<b>Ezequiel Teixeira (PTN-RJ):</b> [...] Eu quero homenagear os mais de 50 milhões de evangélicos do Brasil, a Nação Cara de Leão, <b>a minha querida família, a minha esposa Márcia Teixeira, os meus filhos, Diego e Tati Teixeira</b> , por um tempo novo contra essa corrupção. Voto "sim" ao <i>impeachment</i> (p. 228).

**Francisco Floriano (DEM-RJ):** parabéns a todo povo que está na Av. Atlântica, na cidade mais linda do mundo, Rio de Janeiro. Um abraço, Av. Atlântica! [...] **pelo meu filho Matheus Floriano, minha filha Nathália e meu neto Lucca, que é criança [...]**, voto “sim” ao *impeachment*. Vem para cá, Brasil! Vem, Rio! *Impeachment* já! É desse jeito! Graças a Deus! (p. 229-230).

**Simão Sessim (PP-RJ):** [...] **pela minha família, pelos meus filhos, Sérgio e Marcelo, pelas minhas noras, pelos meus netos;** pela minha querida Baixada Fluminense; pela minha querida cidade de Nilópolis, a velha Nilópolis; por tudo isso voto “sim”, pelo *impeachment* (p. 240-241).

**Paulo Foletto (PSB-ES):** [...] **em nome dos meus filhos Sara, Estevão, Giordano e Donato; em nome do meu sobrinho, de toda a minha família [...]**, eu voto “sim” (p. 246).

**Franklin Lima (PP-MG):** [...] **Quero agradecer à minha esposa, à minha filha, que vêm me dando muita força; à minha mãe; à minha tia Eurides, que cuidou de mim quando pequeno; à minha tia Geo,** que me ensinou a educação [...], eu voto “sim” (p. 259-260).

**Stefano Aguiar (PSD-MG):** Liliene, meu amor, **esse voto é pelo Lorenzo, nosso filho [...]**. Existe um provérbio que diz: “Minas Gerais é a terra do ouro e do diamante e o mineiro em silêncio segue o passo de um gigante”. Mas este mineiro aqui não vai ficar em silêncio. Não há golpe! *Impeachment!* Meu voto é “sim” (p. 275).

Fonte: ATA, 2016.

Como se percebe do tratamento das manifestações dóxicas e dos valores até aqui, os votos a favor do *impeachment* foram os que mais apresentaram contornos de uma matriz ideológica de direita. A menção a Deus, o nacionalismo/regionalismo e a citação da família, incorporados a outros temas polêmicos da guerra cultural no Brasil, denunciaram as tendências ao conservadorismo, ao segregacionismo e, às vezes, ao autoritarismo, características gerais do direito, para Charaudeau (2016).

Nesses votos observados até agora, pouco se viu, nos discursos, a defesa de ideais igualitários e da democracia, um traço distintivo, na Retórica da Guerra Cultural, da matriz ideológica da esquerda progressista. No tópico seguinte, será visto que esse tipo de discurso foi minoritário durante a sessão do *impeachment* na Câmara dos Deputados, concentrando-se nos que se opuseram à saída de Dilma Rousseff.

#### 4.4 A matriz ideológica dos defensores de Dilma Rousseff

A matriz ideológica da esquerda progressista é pautada pela lógica do igualitarismo (BOBBIO, 2011; CHARAUDEAU, 2016), o que implica o rompimento com a lógica segregacionista e autoritária da matriz ideológica da direita vista acima. É que, valorizando-se a igualdade social, os princípios da hierarquia, da discriminação e da autoridade divina, por exemplo, são contrapostos pelos princípios da solidariedade social, da neutralidade estatal face

às crenças religiosas em benefício do interesse geral ou bem comum. Nas palavras de Charaudeau:

A matriz ideológica de esquerda, ao contrário do sistema de pensamento da direita, caracteriza-se por uma visão do mundo na qual é o homem que se impõe à natureza, o que funda a noção de progresso rumo à igualdade entre os homens. Isso engendra uma atitude de oposição em relação aos valores de direita: à ordem hierárquica é oposta a igualdade social contra os privilégios; à discriminação é oposta uma solidariedade social, que despreza, por exemplo, as diferenças raciais; às crenças religiosas é oposta a neutralidade do Estado (a laicidade); e, ao princípio da ordem, é oposto um princípio de contestação como direito cidadão de questionar o poder político por meios diversos (sindical, associativo, revolucionário) em proveito do interesse geral (CHARAUDEAU, 2016, p. 36-37, tradução nossa<sup>101</sup>).

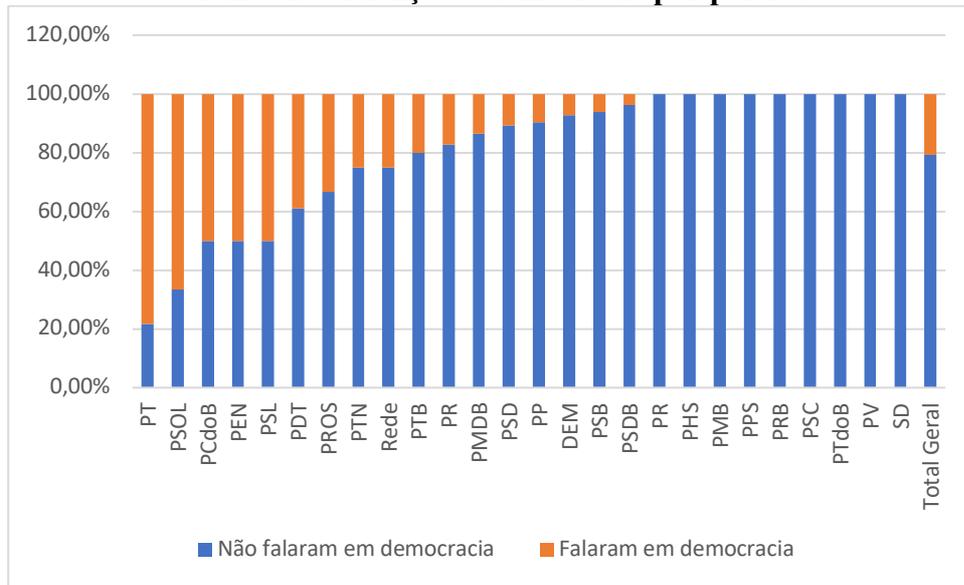
Tendo em vista o princípio da contestação, da laicidade<sup>102</sup> e da igualdade social, a tendência dos discursos da esquerda progressista é pela reivindicação de acesso à coisa pública e de participação pelos diferentes estratos da sociedade, daí porque, por extensão, o valor democracia seja mais afeito a essa matriz ideológica.

De fato, como se pode observar pelos gráficos abaixo, os partidos que mais citaram a questão da democracia são os partidos de esquerda, lembrando que foram igualmente os mesmos que mais se opuseram ao *impeachment* de Dilma Rousseff:

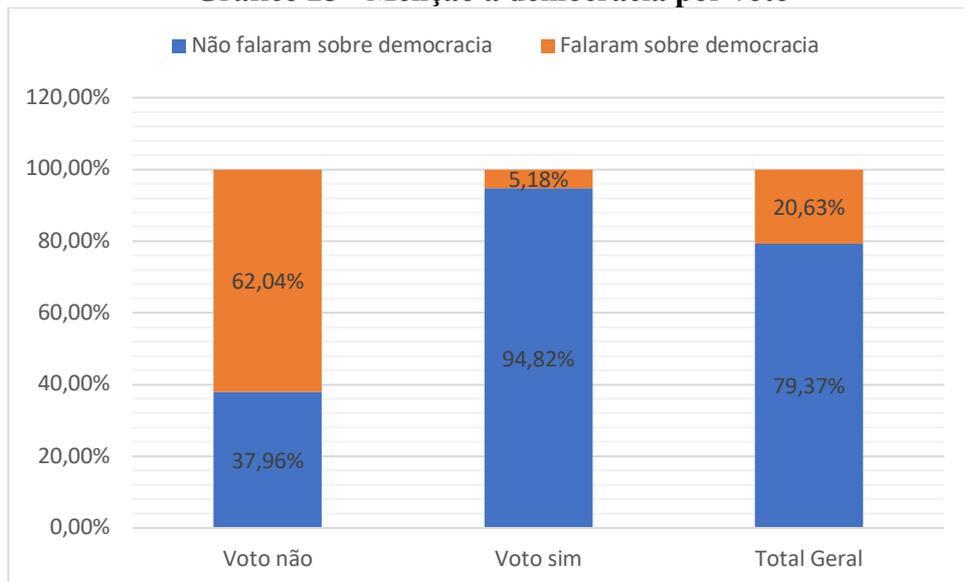
---

<sup>101</sup> La matrice idéologique de Gauche, à l'inverse du système de pensée de la droite, se caractérise par une vision du monde dans laquelle c'est « homme qui s'impose à la nature », ce qui fonde la notion de « progrès » faisant avancer l'égalité entre les hommes. Cela engendre une attitude d'opposition vis-à-vis des valeurs de droite : à l'ordre hiérarchique est opposé un ordre d'égalité sociale contre les privilèges ; à la discrimination est opposée une solidarité sociale qui fait fi, par exemple, des différences raciales ; aux croyances religieuses est opposée la neutralité de l'État (la laïcité) ; et au principe de commandement est opposé un principe de contestation comme droit citoyen à mettre en cause le pouvoir politique par des moyens divers (syndical, associatif, révolutionnaire) au profit de l'intérêt général.

<sup>102</sup> A defesa da laicidade não foi uma constante nem entre os votos da esquerda, talvez pela natureza do debate. Entretanto, a diferença nesse terreno entre os dois campos da batalha cultural se deu por não introduzir uma cena religiosa, com menção a Deus, por exemplo, o que não se passou com a direita, conforme os gráficos 18 e 19.

**Gráfico 24 - Menção à democracia por partido**

Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 25 - Menção à democracia por voto**

Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico 24, percebe-se que os partidos mais à esquerda como PT, PSOL, PCdoB e PDT são os que mais citam a democracia. Uma exceção ficou com o PSL que, na época, antes da filiação de Bolsonaro, era inexpressivo, contando com somente duas cadeiras, e não possuía uma ideologia de extrema-direita, como atualmente<sup>103</sup>. A outra exceção é o PEN, que, como explicado acima, é um partido de direita nacionalista, segundo sua autodescrição. Entretanto,

<sup>103</sup> Vide verbete sobre o histórico do PSL nos arquivos da FGV CPDOC. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/partido-social-liberal-psl> >. Acesso em: 06 de out. 2019.

assim como o PSL à época do *impeachment* o PEN só possuía duas cadeiras. Um voto, de Júnior Marreca (PEN-MA), foi contra o *impeachment*, não por defender Dilma, mas por defender novas eleições, ocasião porque falou em democracia (ATA, 2016, p. 209). O outro voto, de Erivelton Santana (PEN-BA), foi a favor da saída de Dilma, sem falar em democracia, mas “em defesa da vida, da família e da fé”, em uma nítida orientação de direita. A dubiedade desses dois pequenos partidos pode ser explicada pelo pragmatismo de se aceitarem filiados de diversos matizes ideológicos para poderem sobreviver.

Quanto à relação entre o voto e a menção à democracia, pelo gráfico 25, é possível perceber a diferença entre aqueles que votaram “sim” e os que votaram “não”. 62,04% dos que se opuseram ao *impeachment* falaram sobre democracia, ao passo que apenas 5,18% dos que apoiaram o *impeachment* o fizeram, muitas vezes para se defenderem da conspiração sobre se o rito corresponderia ou não a uma forma de golpe.

Esse é o caso do voto de Ronaldo Fonseca (PROS-DF):

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para dizer que **não admito que se diga que há um golpe no Brasil**. A Constituição Federal, no seu art. 51, legitima esta sessão e, no seu art. 79, legitima a posse do Vice-Presidente, que teve o mesmo número de votos que a principal candidata. Um Vice-Presidente, quando é apresentado na chapa, é apresentado para que, nos momentos de crise e nos momentos necessários, ocupe a cadeira de Presidente. Portanto, não há golpe! A Constituição Federal nos garante isso; a Constituição Federal respalda este ato (ATA, 2016, p. 89).

No mesmo sentido, é o voto de Antônio Bulhões (PRB-SP):

Sr. Presidente, **eu jamais aceitaria fazer parte de um golpe**. Com a consciência de que este processo seguiu rigorosamente todos os princípios constitucionais, eu voto “sim” (ATA, 2016, p. 181).

Nota-se, nos dois votos, que a defesa de princípios constitucionais (e, portanto, a defesa do regime democrático) é parte de uma estratégia de contra argumentar a acusação da esquerda de que os apoiadores do *impeachment* estariam unidos em um complô antidemocrático para destituir a presidente, pela ausência de crime de responsabilidade cometido pela mesma.

Sintomático dessa alegação é o fato de muitos discursos de esquerda, ao reivindicarem democracia e opondo-se ao *impeachment*, estabeleceram uma analogia entre as forças que querem tirar Dilma Rousseff do poder e a ditadura militar no Brasil instalada em 1964.

É o caso da fala de Maria do Rosário (PT-RS):

Pela democracia, pela soberania do voto popular, pela dignidade humana, **por todos os que lutaram contra a ditadura militar**, pelo Deputado Rubens Paiva, **cassado e**

**morto pela ditadura**, pelas novas gerações, eu voto “não” a este golpe, e sim ao Brasil (ATA, 2019, p. 129).

A estratégia parece ser a de rememorar fatos ocorridos durante a ditadura militar, notadamente o de ruptura da democracia por meio de perseguição política e expurgos. Em seguida, a deputada diz votar não a esse golpe. Mesmo que a associação entre ditadura militar e o *impeachment* de Dilma Rousseff não seja direta, a parlamentar procura justapor esses fatos para que provavelmente o auditório faça a analogia entre um tempo de autoritarismo das forças conservadoras da sociedade e o atual rito de destituição da presidente.

A mesma estratégia é adotada por Décio Lima (PT-SC):

Sr. Presidente, pelos trabalhadores do campo e da cidade; **por todos aqueles que lutaram pela democracia e tomaram nesta luta**; pelo Deputado Paulo Wright, do meu Estado, que foi **assassinado pela ditadura**; contra o golpe, voto “não” (ATA, 2016, p. 133).

Nesse mesmo sentido é o voto de Enio Verri (PT-PR):

Sr. Presidente, em respeito aos 200 milhões de habitantes deste País, **que lutaram e morreram pela democracia** — neste momento, querem transformar esta Casa num colégio eleitoral aplicando um golpe em nossa Constituição. Em respeito aos trabalhadores, eu voto “não” (ATA, 2016, p. 147).

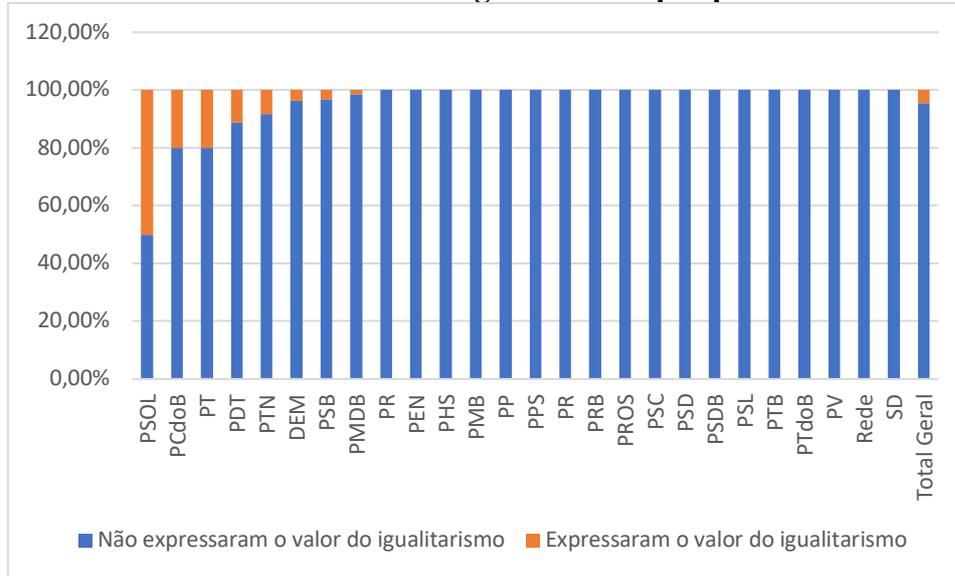
Votou também na mesma tendência Zeca Dirceu (PT-PR):

Meu voto será uma **homenagem aos jovens da década de 60, que lutaram contra a ditadura** (palmas), uma homenagem aos jovens que, há muitos meses, estão nas ruas, lutando contra esse golpe, uma homenagem aos sindicalistas, aos movimentos sociais, a todos aqueles que sabem que o que está em jogo não é apenas um Governo, não é apenas a figura da Presidenta Dilma, é a democracia. Meu voto é “não” (ATA, 2016, p. 154-155).

Luiza Erundina, igualmente, rememorou as mortes pela ditadura (PSOL-SP): “**Pelos que deram a vida pela democracia no Brasil** e pelo empoderamento das mulheres, meu voto é “não”” (ATA, 2016, p. 194). Nesse voto, a deputada ainda deixa as pistas de seu posicionamento na guerra cultural, ao defender o “empoderamento das mulheres” e, portanto, ao partilhar daquele ideal igualitarista ao qual se refere Charaudeau em sua descrição da matriz ideológica da esquerda progressista (CHARAUDEAU, 2016).

Essa tese de Charaudeau é reforçada observando-se a frequência com que ideais igualitaristas, de inclusão, de solidariedade social foram levantados durante a votação do *impeachment*:

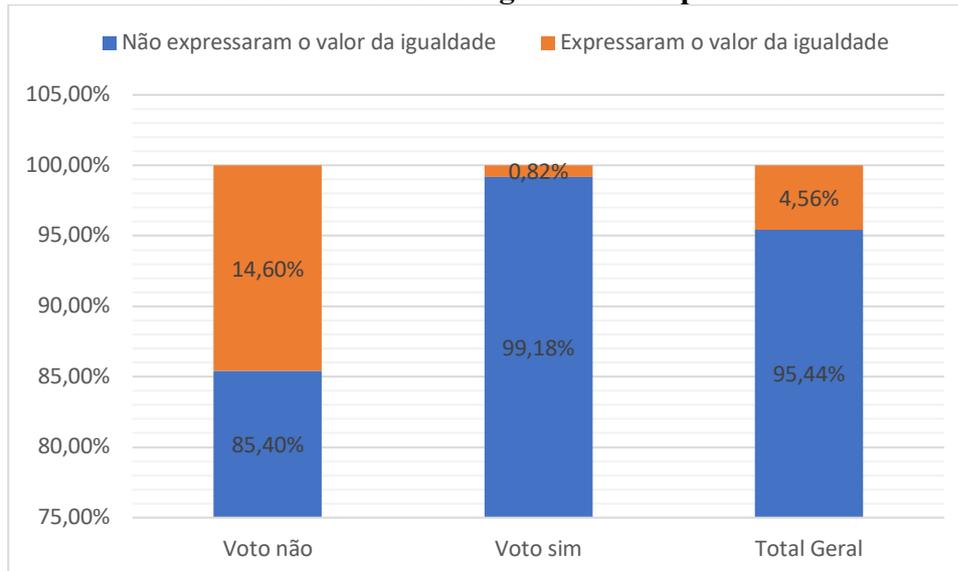
**Gráfico 26 - Valor do igualitarismo por partido**



Fonte: elaboração do autor.

Como se vê, são exatamente os partidos mais à esquerda, de acordo com a classificação feita no Capítulo 3 sobre a instância política/adversária, que mais apresentaram ideais de igualdade. Pelo gráfico abaixo, percebe-se que os que mais aderiram a essa tópica ideológica foram os candidatos que se opuseram ao *impeachment*, com uma taxa de 14,60%, contra 0,82% dos que votaram a favor da saída de Dilma Rousseff.

**Gráfico 27 - Valor do igualitarismo por voto**



Fonte: elaboração do autor.

Essa lógica igualitarista, isto é, não segregacionista, inclusiva e solidária a que se refere Charaudeau (2016) se manifestou nos discursos de esquerda de diversas formas. Uma delas foi por meio da **emoção**<sup>104</sup> **argumentada** (PLANTIN, 1997), em que o parlamentar argumenta denunciando as emoções de si e/ou alheias. É o caso do voto de Érica Kokay (PT-DF):

O Brasil não será o país do **ódio**. O Brasil não será o país do **ódio** daqueles que querem destampar a lógica da intolerância e a lógica do fascismo, que estavam recolhidas pelo **peso da democracia**, que custaram tanto a brasileiros e brasileiras. Não me venham aqui dizer que tentar rasgar a Constituição é respeitá-la. Tenta rasgar a Constituição quem quer implementar um golpe neste País (ATA, 2016, p. 92).

Nesse pronunciamento, a deputada argumenta contra as emoções de seus opositores, no caso, o ódio, para se contrapor ao *impeachment*, sem abordar criticamente a questão do crime de responsabilidade atribuído a Dilma Rousseff. Através de uma **retórica da denúncia**<sup>105</sup> (DANBLON, 2004), a parlamentar acusa seus adversários políticos de fascistas, intolerantes e golpistas, deixando a eles, os acusados de tais alcunhas, o ônus da prova de que não o são.

Jandira Feghali (PCdoB-RJ) se baseia na mesma estrutura argumentativa de Érica Kokay, utilizando-se dos artifícios da emoção argumentada e da retórica da denúncia:

Primeiro quero registrar a minha **indignação**, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira sem reunir condições morais para isso. Segundo, registro a minha **indignação** de vê-lo abraçado com um **traidor da democracia**, que tenta usurpar a cadeira da Presidente, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal [...] (ATA, 2016, p. 233).

Da mesma forma que o voto precedente, a argumentação crítica em torno do mérito da questão do *impeachment*, o crime de responsabilidade, não foi levantada. A deputada do PCdoB argumenta sua indignação de ver um presidente da Câmara “sem condições morais”, “abraçado com um traidor da democracia”.

Uma outra constante dos discursos de esquerda é a estratégia do que se pode chamar aqui de **posicionamento mostrado**, a argumentação que se baseia em delimitar, por meio de marcas textuais, o posicionamento do enunciador (e, por conseguinte, do enunciatário) na batalha da guerra cultural. Um exemplo é o pronunciamento de Ivan Valente (PSOL-SP):

Este espetáculo degradante, que deslegitima o processo de *impeachment* e degrada o Congresso Nacional, conta com o apoio de muitos Parlamentares. O espírito de

<sup>104</sup> Uma explicação mais detalhada sobre a categoria do *pathos* discursivo, isto é, das emoções da qual o sujeito lança mão ou visa suscitar por meio do discurso, será feita no próximo capítulo.

<sup>105</sup> Mais detalhes sobre esse tipo de retórica serão trabalhados no capítulo seguinte.

vingança do Deputado Cunha, a covardia do Governo e o **oportunismo e o cinismo da Oposição de direita** permitiram que se chegasse ao pedido de impedimento da Presidente, sem crime de responsabilidade. Para isso, inventaram um álibi, uma questão contábil — as pedaladas fiscais —, que ninguém do povo sabe o que são, para tentar cassá-la pelo conjunto da obra. O PSOL, um partido de oposição de esquerda independente, sem cargos ou benesses governamentais, quer denunciar que está em curso uma **ruptura com o Estado Democrático de Direito**, um golpe institucional feito através de tenebrosas transações entre o grande capital, os golpistas da FIESP e os **partidos da Oposição conservadora**, embalados pela grande mídia brasileira, que querem entronizar Michel Temer na Presidência da República e no poder. Temer não teve nenhum voto para Presidente; tem 1% das intenções de voto agora. Sessenta por cento da população o rejeitam e querem seu *impeachment*, assim como o de Dilma. Na verdade, ele também assinou as pedaladas fiscais. Por isso, Sr. Presidente, o que nós temos à frente é um retrocesso quanto às liberdades e aos direitos civis comandado pelos **reacionários** que o apoiam [...]. Se passar o *impeachment*, esta farsa, teremos um Governo ilegítimo, impopular, sem credibilidade (ATA, 2016, p. 88).

Ivan Valente, em sua fala, mostra, através de marcas textuais, seu posicionamento na Retórica da Guerra Cultural, ao se utilizar de termos como “oportunismo e o cinismo da oposição de direita”, “tenebrosas transações entre o grande capital [...] e os partidos da oposição conservadora” e “retrocesso [...] comandado pelos reacionários”. Ao retratar a direita conservadora com valência negativa, por extensão, o deputado se coloca no campo da esquerda progressista.

Outros exemplos são o voto de Chico Alencar (PSOL-RJ): “não à demagogia, à mentira e à **escalada reacionária**” (ATA, 2016, p. 225); o de Afonso Florence (PT-BA): “considerando que esse processo de *impeachment* está maculado na sua origem [...] e que a pauta traz a derrota da **agenda conservadora**, que agora é vitoriosa [...] (ATA, 2016, p. 278); e o de Jandira Feghali (PCdo B-RJ): “[...] em respeito aos **trabalhadores que usam o vermelho** da luta [...], contra o golpe!” (ATA, 2016, p. 233).

Quanto a esse último voto, o de Jandira Feghali, viu-se *supra* que, no contexto da guerra cultural brasileira, a oposição entre vermelho *versus* verde-amarelo corresponde ao embate entre esquerda progressista e direita conservadora, respectivamente.

O posicionamento do lado da matriz ideológica da esquerda por parte, como se viu, sobretudo dos votantes que se opuseram ao *impeachment*, também se deu de forma não mostrada, isto é, não abordando textualmente os dois polos de disputa, mas revelando aquele apreço aos princípios da igualdade, da solidariedade social, da inclusão contra o segregacionismo etc., próprio dessa matriz, segundo Charaudeau (2016).

Uma constante desses discursos foi a defesa de direitos, deixando como pressuposto que a nova ordem a ser estabelecida, caso se confirmasse o *impeachment*, seria menos igualitária, pois tenderia a retirar os direitos dos cidadãos, aquilo que os torna iguais.

Algumas manifestações desse tipo de discurso são os votos dos seguintes parlamentares:

- 1) Érica Kokay (PT-DF): “[...] **em defesa dos direitos** e em defesa da democracia, eu voto contra o golpe, eu voto “não” (ATA, 2016, p. 170);
- 2) Paulo Teixeira (PT-SP):

[...] contra a conspiração dirigida pelo réu por corrupção no Supremo Tribunal Federal, Eduardo Cunha, junto com Michel Temer e Aécio Neves, com o **objetivo de tirar direitos** do povo brasileiro, muitos deles conquistados nos Governos Lula e Dilma, voto "não", pelo Brasil! (ATA, 2016, p. 199).

- 3) Valmir Prascidelli (PT-SP): “[...] **por direitos iguais** a todos os brasileiros, com a minha consciência absolutamente tranquila, diferentemente de muitos aqui [...]. Pela democracia, contra o golpe, eu voto "não"! (p. 203).
- 4) João Daniel (PT-SE): “[...] esse é um golpe contra os **direitos** da classe trabalhadora (ATA, 2016, p. 315).

Uma outra constante que mostrou o posicionamento da esquerda progressista foi a defesa dos pobres, o que revela a rejeição ao segregacionismo e às desigualdades própria dessa matriz ideológica. Nesse sentido, votaram:

- 1) Ariosto Holanda (PDT-CE): “[...] pela **população mais pobre** deste país, o meu voto é ‘não’” (ATA, 2016, p. 213).
- 2) José Guimarães (PT-CE): “[...] em nome dos **mais humildes** [...], ‘não’ ao golpe, pela democracia” (ATA, 2016, p. 217).
- 3) Marcon (PT-RS): “[...] em defesa **dos pequenos, dos pobres** [...], pela democracia [...], o meu voto é ‘não’” (ATA, 2016, p. 128).
- 4) Assis do Couto (PDT-PR): “[...] pela cidadania dos **mais pobres** deste país, o meu voto é ‘não’” (ATA, 2016, p. 146).
- 5) Zeca do PT (PT-MS): “[...] absolutamente em defesa da democracia, do Estado de Direito dos **mais pobres** [...], eu voto ‘não’” (ATA, 2016, p. 157).
- 6) Benedita da Silva (PT-RJ): “[...] em nome dos **pobres e necessitados** deste país [...], quero dizer ‘não’ ao golpe” (ATA, 2016, p. 223).
- 7) João Daniel (PT-SE): “[...] esse é um golpe contra os **pobres**, esse é um golpe contra a luta do povo brasileiro, esse é um golpe contra os direitos da classe trabalhadora” (ATA, 2016, p. 315).

Percebeu-se também como manifestação da opinião comum da matriz ideológica de esquerda, segundo a qual uma sociedade precisa ser igualitária, a defesa da reforma agrária, que consiste na reestruturação da distribuição de terra para que esta realize sua função social. No Brasil, esse tema é particularmente importante, na medida em que, tradicionalmente, a estrutura

fundiária possui uma vocação para o latifúndio monocultor, concentrado em uma pequena parcela da população composta, no período colonial, pelos donatários do rei e, no Brasil da República Velha, pelos “coronéis” (FAUSTO, 1995).

É compreensível, portanto, que esse tema tenha surgido nas argumentações da esquerda progressista, ainda que não guarde relação direta com a questão do crime de responsabilidade do *impeachment*. Como se verá no Capítulo seguinte, o silenciamento do objeto de debate para a promoção de pautas de seu próprio campo ideológico parece ser uma das recorrências na Retórica da Guerra Cultural, e não foi diferente no Parlamento brasileiro. Alguns exemplos de votos em que se adotou essa estratégia argumentativa são:

- 1) Marcon (PT-RS): “[...] em defesa [...] dos trabalhadores e em defesa dos movimentos sociais, da **reforma agrária** e da reforma urbana [...], pela democracia [...], o meu voto é ‘não’” (ATA, 2016, p. 128).
- 2) Zeca do PT (PT-MS): “[...] pela **reforma agrária**, eu voto ‘não’” (ATA, 2016, p. 157).
- 3) Nilto Tatto (PT-SP): “[...] em defesa da **reforma agrária**, em defesa da agricultura familiar [...], eu sou contra esse golpe tramado pelo Presidente desta Casa e pelo Vice-Presidente Michel Temer (ATA, 2016, p. 197).
- 4) Afonso Florence (PT-BA): “[...] com a luta da **reforma agrária**, que está na rua [...], contra o golpe, ‘não’” (ATA, 2016, p. 278).
- 5) Valmir Assunção (PT-BA): “[...] em homenagem àqueles que lutaram, deram a sua vida pela **reforma agrária**; em homenagem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [...], é ‘não’” (ATA, 2016, p. 293-294).
- 6) Padre João (PT-MG): “[...] pela agricultura familiar, pela **reforma agrária**, pelo povo que está nas ruas exigindo respeito à Constituição, pelo povo latino-americano, eu voto ‘não’. E a luta continua, companheiros! (ATA, 2016, p. 270-271).

Esse último voto é curioso, na medida em que é proferido por um padre que, no entanto, não introduz elementos do discurso religioso ao primar por sua agenda ideológica. A identificação a essa matriz discursiva é consolidada ao exortar à luta os seus “companheiros”, uma palavra que entrou para o léxico do esquerdismo por ter sido usada pelos primeiros proletários ingleses e franceses durante a Primeira Revolução Industrial e a Comuna de Paris, no século XIX (BUICH, 2016).

Neste Capítulo, foi possível perceber a discrepância ideológica entre os discursos dos votantes que se opuseram ao *impeachment* e os que o defenderam; entre os discursos dos deputados de partidos considerados da esquerda progressista e da direita conservadora.

Entretanto, se, do ponto de vista dos aspectos dóxicos e dos valores mobilizados no discurso, a diferença entre os dois polos da guerra cultural foi substantiva, no que diz respeito a outras manifestações das estratégias argumentativas, percebem-se mais semelhanças do que diferenças entre ambas as matrizes ideológicas. É o que se verá no próximo Capítulo.

## CAPÍTULO 5 A ARGUMENTAÇÃO NO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF E O DEBATE DEMOCRÁTICO

Considerando que o exercício da argumentação é pedra angular do fazer democrático (DANBLON, 2004), há que se perguntar se, no caso do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, um espaço público por excelência, o debate, nos dois campos da guerra cultural, primou por esse exercício da crítica.

O uso público da crítica, em sociedades que Danblon (2004) chama de abertas, pressupõe a responsabilidade de quem enuncia, bem como o respeito mínimo a certas condições do suporte<sup>106</sup>, do estilo e do debate para que a democracia não descambe para a demagogia ou para a tirania, corroendo as instituições e os espaços de deliberação.

Não se trata, aqui, de adotar uma abordagem normativa de análise do discurso, no sentido apontar um suposto erro de um deputado em relação a uma estratégia argumentativa considerada correta ou ideal. O objetivo é o de verificar como alguns discursos imbuídos de Retórica da Guerra Cultural, em diferentes graus, contribuem ou não para a manutenção do debate democrático.

Em sociedades abertas, pressupõe-se, por exemplo, que os valores não sejam absolutos, mas construídos e, por isso, passíveis de crítica. Ao contrário, nas sociedades mágicas, fechadas e antidemocráticas, os valores são tidos como dados e, portanto, inquestionáveis e sagrados (DANBLON, 2004).

Um outro aspecto das sociedades abertas é que essa liberdade de criticar os valores não se confunde com a expressão irresponsável dos desejos e identidades pessoais, pois, em democracia, existe o pressuposto de que a tarefa de criticar esteja acompanhada da responsabilidade que o enunciador possui de assumir seus próprios argumentos, para não se confundir o espaço privado com o público. Se todo argumento se reduzir a uma opinião pessoal, a crítica se torna impossível, uma vez que seria uma violência à dignidade de quem é criticado. Como se uma escolha política fosse da mesma esfera da escolha de um sabor de sorvete (DANBLON, 2004).

Em sociedades abertas, o cidadão não se confunde com o indivíduo. Assim, não haveria violência na crítica a uma posição política no interior de uma instituição, como o Parlamento, considerada um espaço público. Separar esses dois domínios da vida em sociedade, o privado

---

<sup>106</sup> Entendendo “suporte” aqui, com Angenot (2008), como se verá, como as condições pressupostas de um contrato de comunicação específico. “Suporte”, portanto, nessa definição, não tem aquela conotação de espaço físico ou mídia por meio da qual se difundem os discursos.

e o público, seria condição para que uma crítica pública responsável, séria e construtiva possa se desenvolver. Para julgar o discurso alheio, espera-se, em democracias, uma estruturação de base, um condicionamento a um ritual de deliberação que permita a compreensão da palavra do adversário político, a fim de que esta possa ser criticada com responsabilidade. Para Danblon, aglutinar os domínios do privado e do público dificulta o estabelecimento de rituais públicos que permitam a mútua compreensão, impedindo toda possibilidade de crítica e, por conseguinte, implodindo a democracia. Isso porque é humanamente impossível criticar algo sem compreendê-lo (DANBLON, 2004).

Uma argumentação crítica também não se confunde com uma fala coletiva lançada ao acaso, um *slogan*, por exemplo, sem pertinência para o tema que se está a discutir. É o que se passa nas sociedades fechadas, em que os provérbios e os mitos fundadores, intocáveis, são transmitidos de geração em geração pelos tidos como sábios, padres ou poetas. Em sociedades abertas, essa pretensão de se considerar do lado bom da história de uma vez por todas ao se fiar a uma fala coletiva contribuiria para conduzir o espaço público ao dogmatismo e ao obscurantismo (DANBLON, 2004).

É com base nesses princípios propostos por Danblon de argumentação crítica inerente às sociedades abertas que será verificado em que medida os discursos do *impeachment*, ao empregarem a Retórica da Guerra Cultural, contribuíram ou não para desenvolver o debate democrático. Isso será feito através da análise das condições do suporte do espaço público de deliberação, isto é, o contrato de comunicação do *impeachment* no Parlamento; das condições do estilo; e das condições do debate, que permitem, para Angenot (2008), o livre fluxo da argumentação.

Passa-se, assim, primeiramente, à análise das condições do suporte da discussão do *impeachment*.

### **5.1 As condições do suporte**

As condições do suporte, para usar do vocabulário de Angenot (2008), delimitam a situação de comunicação de um dado discurso. Não se fala aqui do meio físico ou mídia através da qual se transmitem os discursos, como a palavra “suporte” comumente sugere. Em Angenot (2008), trata-se da ocasião que estabelece, por exemplo, a finalidade do discurso, a identidade dos parceiros, o tipo de saber veiculado, quais as condições de espaço e de tempo para que se transcorram os discursos, o assunto a ser abordado etc. Charaudeau (1995), ao falar de “nível situacional”, refere-se à mesma ideia:

O nível situacional [...] constitui, ao mesmo tempo, o espaço das normas do ato de linguagem. É o lugar onde são determinados: a finalidade do ato de linguagem, que consiste em responder à questão: “estamos aqui para que?” [...]; a identidade dos parceiros das trocas languageiras, respondendo à questão: “quem fala de que?”; o domínio do saber veiculado pelo objeto de discussão, respondendo à questão: “sobre o que?”; enfim [...], o dispositivo constituído das circunstâncias materiais das discussões, respondendo à questão: dentro de qual quadro físico de espaço e de tempo? (CHARAUDEAU, 1995, p. 102, tradução nossa<sup>107</sup>).

Angenot, de forma semelhante, afirma que existem regras da ordem do suporte que conformam a comunicação. Não se trata da argumentação propriamente dita, mas de condições que delimitam e definem uma situação (sobre o que se vai falar, segundo qual rito, entre quais sujeitos, em que condições de espaço e tempo etc.), as quais o linguista canadense denomina também de “esquematisações”:

A esquematização [...] delimita uma situação colocada em debate; ela fixa-lhe limites de pertinência que serão os limites da discussão, que impedirão de se “voltar ao tempo do Dilúvio” e de “sair do assunto”. Não é suficiente que um argumento seja razoável, é preciso ainda que ele “tenha a ver” com a questão constituída. Os sociólogos americanos falam de “frames”, designando assim o “enquadramento” dentro do qual se fecham os dados relevantes e as “perspectivas” sobre as quais se escolhem apresentar (ANGENOT, 2008, p. 149, tradução nossa<sup>108</sup>).

Apesar de ainda não formarem a argumentação, a manipulação dessas condições situacionais já pode constituir uma estratégia persuasiva (ANGENOT, 2008). O simples fato de selecionar o que se vai dizer, de mudar de assunto para panfletar uma fala coletiva própria de uma matriz ideológica parece ser uma constante na Retórica da Guerra Cultural, e não foi diferente nos embates do *impeachment*, como se verá.

Para compreender as estratégias persuasivas nessa fase que Angenot chama de pré-argumentativa (ANGENOT, 2008), no caso específico da votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, a noção de gênero do discurso, pensado na ótica do conceito de “cenografia”, em Dominique Maingueneau, exposto em várias de suas obras, pode ser esclarecedora.

---

<sup>107</sup> Le niveau du situationnel [...] constitue en même temps l’espace de contraintes de l’acte de langage. C’est le lieu où sont déterminées: la finalité de l’acte de langage, que consiste à répondre à la question : « on est là pour quoi dire ou faire ? » [...] ; l’identité des partenaires de l’échange langagier, en répondant à la question : « qui parle à qui ? » [...] ; le domaine de savoir véhiculé par l’objet de l’échange, en répondant à la question : « à propos de quoi ? » ; enfin [...], le dispositif constitué des circonstances matérielles de l’échange, répondant à la question : « dans quel cadre physique d’espace et de temps ? ».

<sup>108</sup> La schématisation [...] délimite une situation mise sous discussion ; elle lui fixe des limites de pertinence qui seront des limites à la discussion, qui interdiront de « remonter au Déluge » et de « sortir du sujet ». Il ne suffit pas qu’un argument soit raisonnable, il faut encore qu’il « ait à voir » avec la question ainsi constituée. Les sociologues américains parlent de « frames », désignant ainsi le « cadrage » dans lequel on enferme les données retenues et les « perspectives » sous lesquelles on choisit de les présenter.

De fato, um indicador das condições do suporte ou situação de comunicação à qual Charaudeau e Angenot se referem é a análise do gênero do discurso em questão. Viu-se, no Capítulo 3, que, apesar de a problemática sobre os estudos dos gêneros textuais remontarem pelo menos a Aristóteles, foi com Bakhtin (1992) que o conceito se consolidou no terreno da linguística (MAINGUENEAU, 2015).

Como visto, Bakhtin (1992) define gênero como tipos relativamente estáveis de enunciados, por meio dos quais a comunicação humana é viabilizada. O gênero é um evento social, um construto, portanto, que marca regularidades discursivas, estabelecendo, em menor ou maior grau, padrões para a compreensão mútua e para o fluxo das ideias (MARCHUSCI, 2002; BAZERMAN, 2012).

São inúmeros os tipos relativamente estáveis (publicidade, carta, reportagem, telegrama, artigo de opinião, entrevista, campanha eleitoral, consulta médica etc.). Uma vez que os gêneros se estabelecem nos mais diversos tipos de comunicação, transformando-se a todo tempo, nascendo e morrendo na sociedade, é tarefa impossível elaborar uma classificação estanque.

Um gênero do discurso pode se travestir em um outro. Por exemplo, uma publicidade em forma de carta, um recurso que pode ser usado para produzir certos efeitos de sentido, como, no caso, construir uma relação de proximidade com o leitor. No entanto, apesar de se mostrar no formato carta, o gênero campanha publicitária que está por trás dela não perde sua função, que é a de vender a imagem de um produto para obter lucro. Daí porque uma boa estratégia para se caracterizar um gênero é pela procura de sua função ou finalidade. A esse revestimento de um gênero na superfície de um outro, dá-se o nome de transgressão intergenérica, dialogismo intergenérico ou intertextualidade intergêneros, quando se fala sobre textos específicos (LARA, 2005; MARCUSCHI, 2002).

No caso da votação de admissibilidade de *impeachment* (VAI) na Câmara dos Deputados no Brasil, um gênero persuasivo (PINTO, 2015), o que se observou, como se verá, foi a estratégia de burlar os pressupostos das regras do suporte por meio da utilização de diversos gêneros outros que não o esperado para o rito, um recurso que parece ser típico da Retórica da Guerra Cultural. Para a elucidação desse fenômeno, no caso do *impeachment*, a definição de gênero do discurso e o conceito de cenografia, propostos por Maingueneau, podem vir a auxiliar, como se disse.

Maingueneau define gênero da seguinte forma:

[Gêneros são] [...] dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e elaborados, de modo geral, com a ajuda de metáforas tais como as de ‘contrato’, ‘ritual’, ou ‘jogo’ [...]. Os gêneros [...] são, assim, normalmente caracterizados por

parâmetros tais como os papéis dos participantes, suas finalidades, seu médium, seu enquadramento espaço-temporal, o tipo de organização textual que eles implicam etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 45).

Assim, de acordo com os critérios de Maingueneau, delimitando-se a finalidade, os papéis dos parceiros, o lugar apropriado para acontecimento, a temporalidade, o léxico e as normas do gênero “votação de admissibilidade de *impeachment*” no Brasil, é possível proceder à sua caracterização.

No Capítulo 3, explicitou-se que a **finalidade** do gênero VAI no Brasil é a de admitir o julgamento, em uma fase posterior do processo, dos supostos crimes de responsabilidade cometidos por autoridades públicas como Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procuradores Gerais da República e, no caso em questão, Presidentes da República (art. 2.º, Lei n.º 1.079/1950).

Nota-se que, apesar de ser mera decisão sobre admissibilidade do processo para julgamento futuro, essa fase do *impeachment* na Câmara pode ser considerada um julgamento no sentido amplo, um julgamento sobre a plausibilidade do *impeachment*. Analogamente, no Judiciário, o juiz faz um julgamento para admitir uma denúncia, por exemplo, do Ministério Público, para depois emitir outro julgamento ao elaborar sua sentença (que, por sua vez, pode ser revisada em outra instância).

Portanto, ainda que, na tramitação na Câmara dos Deputados, não se profira uma sentença definitiva, existe um julgamento sobre a plausibilidade de cometimento de crime de responsabilidade e, por isso, essa questão precisa ser debatida pelos parlamentares.

Como explicado com mais detalhes no Capítulo 1<sup>109</sup>, no caso de Dilma Rousseff, os crimes a ela atribuídos no processo de *impeachment* foram, precisamente:

- 1) As chamadas “**pedaladas fiscais**”: acusação de que o governo teria atrasado, entre janeiro e novembro de 2015, o pagamento para o Banco do Brasil parcelas da ordem de 3,5 bilhões de reais referentes ao Plano Safra, um programa de auxílio para agricultores familiares tomarem empréstimos a juros baixos. Segundo a acusação, o atraso no repasse aos bancos dessa diferença dos juros teria configurado verdadeira operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Não pagar, assim, significaria, de fato, tomar emprestado, pois esse atraso constituiria maquiagem das contas públicas, apresentando uma situação econômica falsa do país a investidores. O artigo 11, item 3, da Lei do

---

<sup>109</sup> No capítulo 1, fez-se uma discussão mais aprofundada das acusações, das alegações da defesa, e da repercussão no meio jurídico, com o confronto de opiniões antitéticas de especialistas.

*Impeachment* (Lei 1.079) dispõe que é vedado “contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal”.

- 2) Edição de **decretos de abertura de créditos suplementares não autorizados**: segundo a acusação, os decretos teriam impactado a meta fiscal primária de 2015, o que contrariaria o artigo 4 da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Para a sua edição, seria necessária a aprovação do Congresso, como dispõe o artigo 167, V, da Constituição Federal. Afirmou-se também que tais decretos teriam sido editados quando já se sabia que a meta fiscal não seria atingida, uma vez que o governo tinha até pedido revisão da mesma. Por Dilma Rousseff ter tido conhecimento e autorizado tais decretos, ela seria responsável por eles. A acusação acrescentou o fato de o Tribunal de Contas da União ter considerado a prática irregular. Assim, em um ano de crise econômica, o governo deveria ter promovido cortes no Orçamento, e não gastos. Tal prática teria ido de encontro ao artigo 10, item 4, da Lei do *Impeachment*, que dispõe que é crime de responsabilidade “infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária”; bem como o art. 11, da mesma lei, segundo o qual é crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos “abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais”.

Portanto, o gênero VAI implica, no mínimo, a menção a essas duas questões relacionadas ao mérito do processo. Essa é a sua **função** ou **finalidade**.

Continuando com a caracterização do gênero da votação do *impeachment*, o segundo critério de identificação proposto por Maingueneau é o dos **papéis dos parceiros**. Esses papéis consistem em cada parlamentar pronunciar seu voto em acordo ou desacordo ao prosseguimento dos trâmites no Senado Federal, tendo em vista a plausibilidade ou não de a autoridade pública, no caso, a presidente(a) da República, ter cometido crimes de responsabilidade.

O **lugar** apropriado para o acontecimento do gênero VAI é o Parlamento, mais precisamente câmara baixa, a Câmara dos Deputados. Por conseguinte, não se admite votação por correspondência, por procuração ou por teleconferência. Os deputados, para terem seus votos contabilizados, precisam estar presentes no *locus* do rito.

A **temporalidade** da VAI, nesse caso, é a do transcurso do tempo de votação dos cerca de 500 deputados. Não são permitidos, assim, votos por antecipação, ou posteriores à sessão deliberativa. Nada do que estivesse fora do lapso temporal da 91.<sup>a</sup> Sessão da Câmara dos Deputados, da 55.<sup>a</sup> Legislatura, em 17 de abril de 2016, das 14 às 23h50min, seria conforme aos preceitos estabelecidos do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Sobre o **léxico** desse mesmo gênero, espera-se encontrar palavras como “crime”, “responsabilidade”, “constituição”, “lei”, “orçamento”, “probidade” etc. Palavras consideradas estranhas a esse universo discursivo (como as que remetem a um discurso religioso, com a palavra “Deus” ou “Jesus”, por exemplo, ou palavras que lembram a conversa familiar, com remissão às figuras dos filhos de um deputado) introduziriam uma outra teatralidade ao rito do *impeachment*, como se ele assumisse as vestes de um outro gênero discursivo, mas preservando a finalidade de destituir ou não a presidente (a) da República.

Um outro aspecto desse discurso de VAI é o seu **registro**, que é oral, provindo das falas dos próprios parlamentares. Assim, os deputados não poderiam votar por escrito, e nem tampouco delegar a alguém que vote por eles, como o queria o deputado Eduardo da Fonte, ao pedir seu filho Luiz Eduardo para que pronunciasse o voto em seu lugar (ATA, 2016, p. 305).

Um último ponto a se destacar em relação ao gênero VAI na Câmara dos Deputados do Brasil é o decoro parlamentar, **norma** ética de conversação subjacente nas interações entre os parlamentares. Trata-se, entre outros aspectos, no caso dos discursos, de normas de cortesia que permitem o tratamento respeitoso entre os membros da casa legislativa.

Essa norma decorre do fato de que os parlamentares foram investidos na função de representantes eleitos pelo povo e, assim, devem tratar qualquer cidadão com a hombridade que se espera de uma autoridade pública. Ressalte-se que, segundo a Constituição Federal, “perderá o mandato o Deputado ou Senador (...) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar” (art. 55, II, CF).

No foco específico da Câmara dos Deputados, o Código de Ética estabelece que atenta contra o decoro parlamentar “praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa” e “praticar ofensas físicas ou morais”, ou seja, usar de termos que suscitem ofensa à honra do interlocutor. Dessa forma, expressões de violência verbal como “vagabundo”, “maldito” ou “enviado das trevas” estariam em um universo discursivo outro que não o esperado na votação de *impeachment*, que tem no decoro parlamentar um de seus pressupostos.

Caracterizado o gênero VAI, é possível entender o conceito de “cenografia” em Maingueneau, uma categoria que subsidiará na verificação da observância das regras do suporte ou da situação de comunicação do *impeachment*, frequentemente desprezada nos conflitos próprios da Retórica da Guerra Cultural.

Maingueneau se utilizou da palavra “cena” para caracterizar os distintos níveis genéricos em um discurso. Em *Discurso e Análise do Discurso* (2015), o autor justifica a alcunha em função de uma cena remeter tanto à ideia de um quadro, de um espaço-tempo

cênico, quanto de um processo, um encadeamento de ações, isto é, uma encenação. As cenas pensadas por Maingueneau correspondem a essa duplicidade do termo, abrangendo o **quadro cênico** (**cena englobante** e **cena genérica**), aquele que serve de suporte espaço-temporal do discurso, e a **cenografia**, o encadeamento do ato discursivo.

O **quadro cênico** compreende tanto a cena englobante, quanto a cena genérica. A **cena englobante** “corresponde ao tipo de discurso (...) que define a situação dos parceiros em um certo quadro espaço-temporal” (MAINGUENEAU, 2001, p. 96). Trata-se daquilo que remete mais propriamente àquela noção de domínio discursivo dentro do qual se perfazem as ações dos atores (MAINGUENEAU, 2015), definindo suas propriedades específicas, como no caso do discurso religioso, político ou científico. Conformer-se ao estatuto do discurso religioso, por exemplo, significa adotar um léxico específico, o uso de frases destacadas da Bíblia, o tom moralista e visionário. Já no regime científico, esperam-se dizeres em que os imperativos da serenidade (no sentido de equilibrado, não precipitado, etc.), da imparcialidade e do método sejam respeitados. A cena englobante pode também ser replicada em uma outra cena englobante. É possível pensar, por exemplo, no discurso político de Dilma Rousseff em sua defesa contra o *impeachment* sendo reproduzido em uma cena de um livro didático de história.

No que diz respeito à **cena genérica**, outro aspecto do quadro cênico, ela diz respeito àquilo que é próprio a cada gênero em particular, funcionando como “normas que suscitam expectativas” (MAINGUENEAU, 2015, p. 120). Assim, em uma cena englobante do discurso político, é possível encontrar as mais variadas manifestações de cenas genéricas, como panfletos, jornais ou alocações de um chefe de Estado (MAINGUENEAU, 2004, p. 49).

Tome-se o exemplo da cena genérica “defesa jurídica”, contida na cena englobante do discurso jurídico. Mesmo que esse gênero esteja camuflado por outras formas, é possível perceber que se está em face de uma defesa jurídica ao se averiguarem: a) sua finalidade (defesa do réu das acusações); b) os papéis dos parceiros (direito do réu de permanecer calado, contraditório, ampla defesa, direito do réu de não produzir prova contra si mesmo, papel do juiz de mediador etc.); c) o lugar apropriado para seu sucesso (o tribunal); d) a temporalidade (o tempo de duração do processo, da audiência etc.); e) o suporte (os autos do processo, os momentos de se alegarem as defesas, de se chamarem as testemunhas etc.); f) uma composição (o modo retórico-argumentativo da defesa jurídica); g) o léxico (expressões latinas como *data venia*, *erga omnes*, a referência a artigos de leis, citações jurisprudenciais, pronomes de tratamento formais como “vossa excelência” etc.).

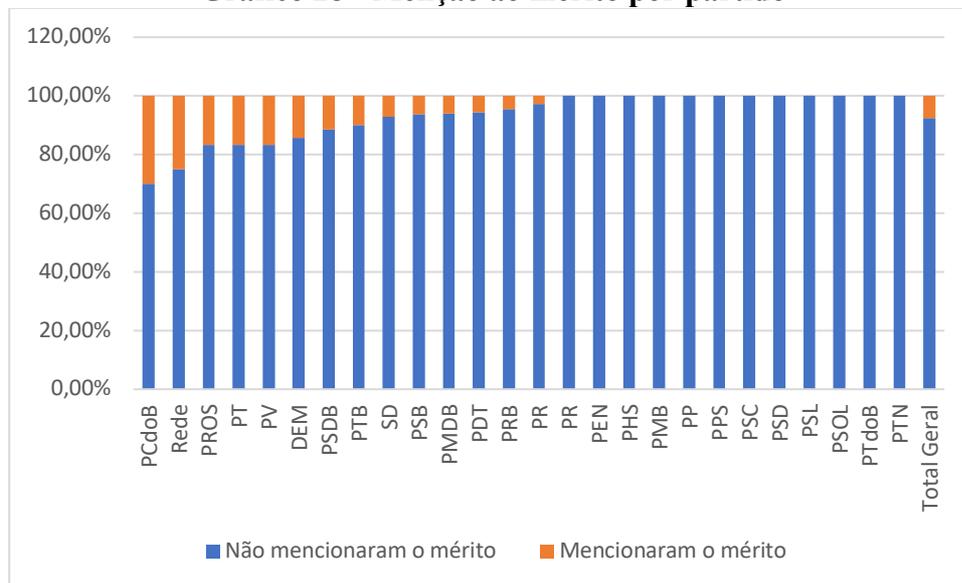
Por fim, a **cenografia** é o gênero a que o público é levado a se confrontar, independentemente de sua função intrínseca. É a via mais superficial, mais direta de acesso ao

leitor/ouvinte/espectador, a forma genérica em sua fenomenologia. Maingueneau, em *Análise de Textos de Comunicação* (2013), fornece o exemplo de um extrato do *Le Guide du Routard*, um guia turístico francês popular. A cena englobante é a do discurso do guia turístico, em que se espera alusão a lugares de interesse, a informações práticas, a conselhos gastronômicos ou culturais etc. A cena genérica, isto é, o gênero particular, é uma narrativa de viagem, no caso à Grã-Bretanha. Já a cenografia não é aquela comumente encontrada em um guia, mas sim a de um discurso falado, coloquial, harmonizado com o perfil do jovem mochileiro, alvo do guia em questão.

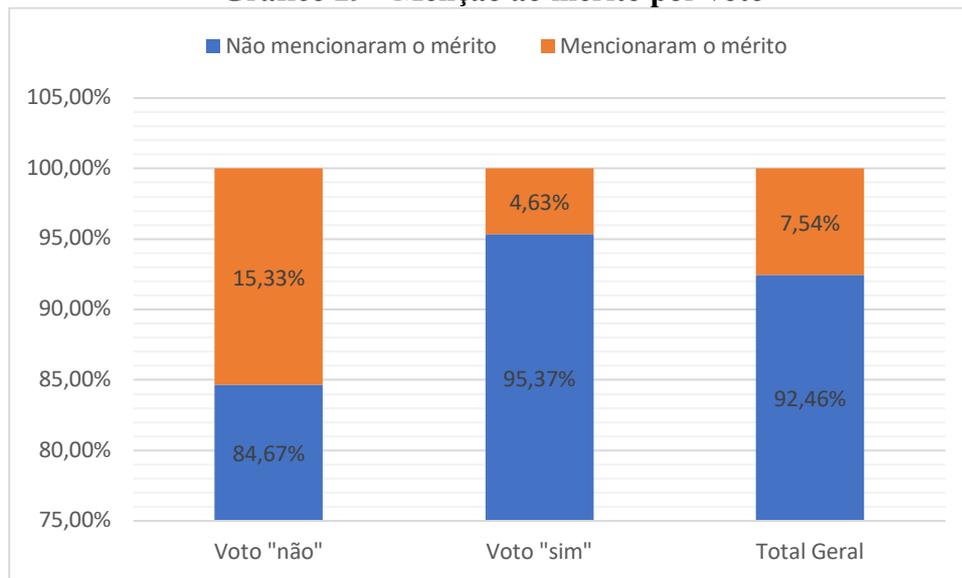
O que se observou dos discursos do *impeachment* na Câmara dos Deputados foi essa constante transgressão genérica do rito, o não respeito às regras do suporte, através da introdução das mais diversas cenas, com o intuito de encampar a própria pauta cultural.

Um dos indicadores dessa transgressão foi o silenciamento sobre a finalidade primeira do *impeachment*, que é a de verificar a plausibilidade de Dilma Rousseff ter ou não cometido crime de responsabilidade, como se pode ver através dos gráficos abaixo:

**Gráfico 28 - Menção ao mérito por partido**



Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 29 - Menção ao mérito por voto**

Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico 28, no que diz respeito à menção ao mérito ou questão do *impeachment*, a sua finalidade, isto é, admitir a possibilidade do crime de responsabilidade (como se disse, as “pedaladas fiscais” e a edição de créditos não autorizados), não se percebeu aquela mesma clivagem ideológica observada quando da análise das manifestações dóxicas e dos valores da guerra cultural. Os partidos considerados de esquerda e de direita, segundo os critérios estipulados no Capítulo 3, encontraram-se misturados entre aqueles que mais ou menos abordaram o problema do crime de responsabilidade.

No que diz respeito à menção ao mérito por voto “sim” ou “não ao *impeachment* (gráfico 29), há uma ligeira tendência de os que se opuseram à saída de Dilma Rousseff (e, portanto, como se viu no Capítulo anterior, aqueles que tendem a apresentar mais aspectos dóxicos e valores da esquerda) terem discutido mais o problema central do *impeachment*. No entanto, a taxa ainda pode ser considerada baixa, uma vez que apenas 15,33% dos que votaram “não” ao rito pelo menos tocaram no tema do crime de responsabilidade, ainda que não apresentando uma argumentação crítica. Do total dos votantes, apenas 7,54% de todos os votos válidos fizeram alusão à hipótese de crime de responsabilidade.

Uma das poucas exceções, dentre os que votaram “sim” ao *impeachment*, foi, obviamente, o voto do relator do processo, que, na sua posição, precisa explicitar os termos do rito de admissibilidade em curso:

A minha resposta já é conhecida e não foi uma escolha aleatória, sem base legal; foi uma escolha com base em fatos gravíssimos, que atentam contra a Constituição, contra a competência desta Casa Legislativa, contra as finanças públicas, contra a

responsabilidade fiscal, contra a transparência, contra a verdade e contra o País [...]. Não vejo diferença entre aqueles que se apropriam do dinheiro público, Sr. Presidente, praticando ato de corrupção, daqueles que mascaram a real situação financeira do País como projeto de poder e realizam operações contábeis ilegais, gerando consequências gravíssimas para a situação econômica do País [...]. A edição de decretos de abertura de créditos suplementares, no exercício de 2015, sem a devida autorização do Legislativo, além de ferir a separação dos Poderes, revela um comportamento unilateral, com viés autoritário e afrontoso às instituições. É conduta gravíssima, que usurpa a competência do Poder Legislativo, fere a Constituição e gera consequências drásticas para a economia do País. Volto a repetir: isso gera consequências drásticas para a economia do povo brasileiro [...]. O fato de que o TCU apenas detectou essas irregularidades pela primeira vez no ano 2014 de modo algum exime a responsabilidade da Sra. Presidente e muito menos a autorizou a continuar com tais práticas ao longo do ano 2015. Nenhum agente político precisa de aviso prévio para cumprir as leis e a Constituição. Volto a repetir, nenhum agente político precisa de aviso prévio para cumprir as leis e a Constituição Federal [...]. Quanto à contratação ilegal de operações de crédito, as chamadas pedaladas fiscais, há indícios suficientes de que os atrasos sistemáticos e volumosos ao Banco do Brasil no ano de 2015, em relação ao Plano Safra, possuem os elementos essenciais característicos de uma verdadeira operação de crédito. Tais atrasos representam a assunção de compromissos da União pelo Banco do Brasil, que estaria canalizando parte considerável de seus recursos captados no setor privado para financiar as despesas públicas correntes do Tesouro Nacional. Isso é ilegal [...]. Estatísticas levantadas pelo TCU e muito divulgadas pela imprensa revelam que nenhum Governo anterior atrasou por tanto tempo repasse aos bancos públicos em muitos bilhões de reais (ATA, 2016, p.14-22).

O voto de Jovair Arantes (PTB-GO), independentemente de sua decisão, apresentou a cenografia do *impeachment* que se esperava na Câmara dos Deputados de um Estado Democrático de Direito. Para sua decisão de destituir Dilma Rousseff, explanou suas razões criticamente; mencionou o objeto do processo, os crimes de responsabilidade; explicou por que os atos administrativos atribuídos à presidente são considerados crimes; e justificou sua decisão com base em dispositivos legais.

Um outro deputado que ensaiou uma argumentação crítica em relação àquilo que mais interessava na votação foi o voto de Aelton Freitas, do outro lado da guerra cultural:

Este é um processo de *impeachment*, Sr. Presidente, que partiu de parâmetros voláteis, que tomou emprestado do parlamentarismo um espírito normativo alheio ao ordenamento jurídico. Está claro que a desobediência aos pressupostos para o *impeachment* implicaria um paradoxo constitucional, como já dito aqui, de consequências imprevisíveis. Não houve dolo, Sr. Presidente, sobretudo quando a Presidente Dilma assinou decretos de crédito — as chamadas pedaladas fiscais —, que atrasaram repasses para bancos oficiais. Não houve dolo, Srs. Parlamentares, porque a Presidente confiou no juízo do Tribunal de Contas (ATA, 2016, p. 47).

No voto acima, o deputado abordou uma questão crucial para se qualificar um crime de responsabilidade, que é o elemento subjetivo do tipo penal. Ao questionar que Dilma não teria a intenção de fraudar as contas públicas, ou de que não sabia da gravidade da situação, dada sua confiança no “juízo do Tribunal de Contas”, o deputado introduz um elemento fundamental

na discussão sobre a plausibilidade do mérito do *impeachment*, qual seja, a existência de possibilidade de cometimento de crime de responsabilidade, sendo ou não verdade a sua afirmação. O fato é que o parlamentar empreendeu uma cenografia discursiva esperada naquele palco público.

Outros votantes, apesar de se referirem aos crimes de responsabilidades, não o abordaram criticamente, restringindo-se a denunciar aqueles que não fizeram menção aos mesmos. É o caso do voto de Genesias Noronha (SD-CE):

O que se observa aqui nos discursos é que os defensores do Governo, por falta de argumento, em vez de buscarem convencer de que os crimes aqui denunciados não foram praticados, continuam a lorota do golpe, ou insistem em atacar o Vice Michel Temer ou o Presidente desta Casa, como se os ataques a Michel Temer e ao Presidente desta Casa inocentassem a Sra. Presidente (ATA, 2016, p. 66).

Pode-se dizer que esse pronunciamento de Noronha é uma espécie de “metavoto”, um voto que discorre sobre a forma dos outros votos. Ainda que tenha mencionado a questão do crime de responsabilidade, a cenografia apresentada foi a do protesto contra os votos dos defensores de Dilma que fogem do debate sobre o mérito do processo, por continuarem com o que o deputado chama de “lorota do golpe”.

Essa foi, aliás, a constante dos votos da esquerda: a apresentação de uma cenografia de protesto contra o próprio rito em curso, qualificando-o com uma forma de golpe. Do outro lado da guerra cultural, os, em geral, opositores de Dilma lançaram mão de diversas cenografias além daquelas vistas no Capítulo anterior, de saudação a Deus, à pátria e à família.

Dentre as cenografias que indicaram, de uma forma ou de outra, um posicionamento no que diz respeito ao campo cultural para o qual trabalham, tem-se, por exemplo, o pronunciamento de Paulo Pereira da Silva (SD-SP):

Eu queria que vocês brasileiros do País inteiro, que estão na Avenida Paulista ou em casa, cantassem aquela musiquinha que começou durante o processo: ‘Dilma, vá embora que o Brasil não quer você /E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. / Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. /Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. /Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. Fora, Dilma!’ (ATA, 2016, p. 69).

Nesse pronunciamento, o deputado quebra as expectativas do contrato da sessão do *impeachment*, que pressupõe a argumentação crítica em torno da questão do crime de responsabilidade, através do registro falado. O parlamentar introduz a cenografia da canção popular, parafraseando a canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré.

Além da mudança de registro do falado para o cantado, percebe-se o desvio da função do rito do processo, que era o de averiguar a possibilidade de existência de crime de responsabilidade cometido por Dilma Rousseff. O deputado, entretanto, limita-se a adotar a retórica da denúncia<sup>110</sup>, acusando, sem oferecer provas, por meio de generalizações abusivas e de violência verbal<sup>111</sup>, todos os integrantes do PT de “vagabundos”, como se fosse o único partido envolvido em corrupção. Esse é um tipo de uso do espaço público que, segundo Danblon (2004), tende a corroer as instituições democráticas próprias das sociedades abertas, descambando-se para a demagogia, para o populismo ou para a tirania (DANBLON, 2004).

Um outro ponto a se destacar é a canção escolhida por Paulo Pereira para ridicularizar Lula, Dilma e o PT. *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, é uma composição considerada no Brasil como um hino de resistência à ditadura militar. O imaginário do regime militar, como se viu no Capítulo anterior, foi muito explorado pela esquerda durante a votação do *impeachment*, sugerindo uma associação entre a quebra das instituições democráticas da época da ditadura e do atual suposto golpe. No proferimento de Paulo Pereira, essa memória discursiva da repressão da ditadura é reapropriada, mas para servir aos argumentos do outro lado da batalha do *impeachment*, como se os brasileiros estivessem cerceados sob os grilhões da “vagabundagem” do PT.

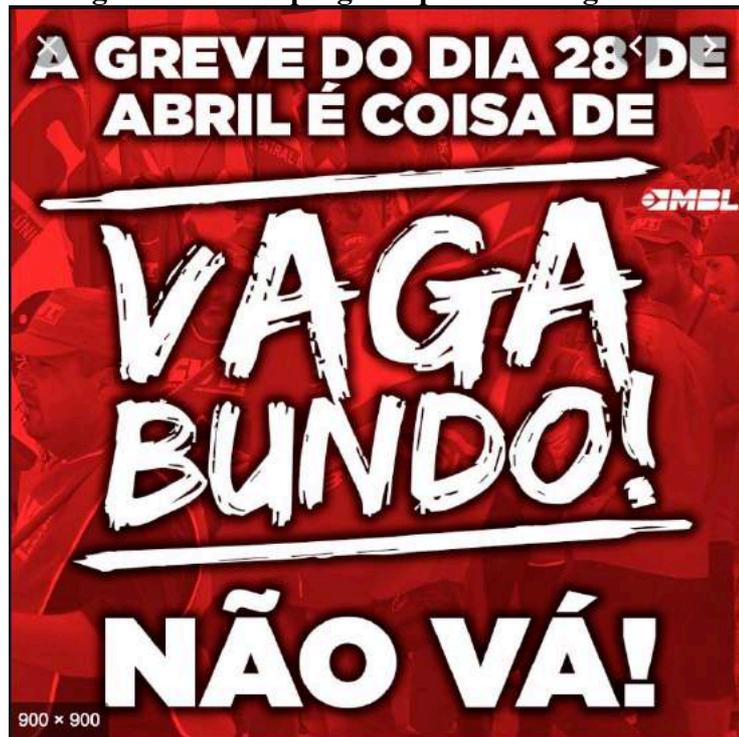
Sobre o uso dessa palavra “vagabundo”, ele parece não ser aleatório, pois tende a ser um lugar comum de uma cena própria de um discurso patronal. Não é difícil encontrar esse adjetivo em movimentos de direita, entre o empresariado ou a elite econômica para se referir a partidos de esquerda, a movimentos populares ou a grevistas. É como se, na ética da esteira de produção do sistema capitalista, trabalhadores que ousam se mobilizar, reunirem-se em assembleias, agremiações, ou promoverem greves para reivindicar direitos fossem preguiçosos e não gostassem de trabalhar. Eis alguns exemplos dessa cena do discurso patronal:

---

<sup>110</sup> Vide *infra*.

<sup>111</sup> Vide *infra*.

Imagem 32 - O emprego da palavra "vagabundo"



Fonte: *Twitter*<sup>112</sup>.

O Movimento Brasil Livre (MBL), como exposto no Capítulo 1, é um movimento social da direita conservadora, que prega o estado mínimo na economia e o estado máximo nos costumes, tendo já promovido boicotes a exposições que abordam temas da população LGBT, como a exposição *Queermuseu*, em Porto Alegre (MENDONÇA, 2017). Tratou-se o movimento de um dos principais articuladores das marchas pró-*impeachment* no Brasil (MENDONÇA, 2017).

No panfleto acima, o MBL faz referência à greve do dia 28 de abril de 2017, uma das maiores já observadas no Brasil, contra as reformas trabalhista e previdenciária encampadas por Michel Temer após conquistar o poder por decorrência do *impeachment* de Dilma Rousseff (ANTINARELI, 2017). A greve foi essencialmente apoiada por setores de esquerda da população, contrários ao *impeachment* e partidários da tese do golpe. A cor vermelha do panfleto é um indicativo sobre a qual campo cultural o MBL se refere ao qualificar os grevistas de vagabundos.

Em relação a essa mesma greve, João Dória, na época prefeito de São Paulo, eleito sob a alcunha de “João Trabalhador”, qualificou todos os manifestantes também de “vagabundos”,

<sup>112</sup> Disponível em: < <https://twitter.com/anarcomiguxos/status/857622838081191937?lang=hu> >. Acesso em: 10 de out. 2019.

exortando-os a acordarem mais cedo, em um gesto que sugere considerar os grevistas que reivindicam a manutenção de direitos de preguiçosos.

**Imagem 33 - O emprego da palavra "vagabundo"**



Fonte: Valor<sup>113</sup>.

Um outro episódio que evidenciou a circulação na sociedade desse discurso patronal de que trabalhadores que se politizam são vagabundos foi a repercussão da frase de Michel Temer quando de sua posse: “não fale em crise... trabalhe”, exprimindo o desejo de que a mensagem “otimista” fosse colocada em “10 ou 20 milhões de *outdoors* por todo Brasil” (VIEGAS, 2016). O comando foi tomado ao pé da letra por alguns empresários, que decidiram difundir frases com o mesmo sentido por meio de *outdoors*, como se vê abaixo.

**Imagem 34 - Manifestação do valor “trabalho”**



Fonte: Anderson Viegas/G1<sup>114</sup>.

<sup>113</sup> Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/04/28/joao-doria-diz-a-grevistas-acordem-mais-cedo-vagabundos.ghtml> >. Acesso em: 10 de out. 2019.

<sup>114</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/05/empresario-de-ms-coloca-mensagem-citada-por-temer-em-outdoors.html> >. Acesso em: 10 de out. 2019.

**Imagem 35 - Manifestação do valor “trabalho”**



Fonte: Anderson Viegas/G1<sup>115</sup>.

**Imagem 36 - Manifestação do valor “trabalho”**



Fonte: Anderson Viegas/G1<sup>116</sup>.

Essa cena do discurso patronal não ficou restrita ao pronunciamento de Paulo Pereira. Utilizando-se dela, Alceu Moreira (PMDB-RS) votou da seguinte forma:

<sup>115</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/05/empresario-de-ms-coloca-mensagem-citada-por-temer-em-outdoors.html> >. Acesso em: 10 de out. 2019.

<sup>116</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/05/empresario-de-ms-coloca-mensagem-citada-por-temer-em-outdoors.html> >. Acesso em: 10 de out. 2019.

Pelo fim do populismo irresponsável e corrupto, pelo fim da “vagabundização” remunerada, pela valorização do trabalho, da produção, da pesquisa, tecnologia e inovação, eu voto “sim” (ATA, 2016p. 124).

Quando Alceu Moreira se insurge contra a “vagabundização remunerada”, ele se refere a um regime de bem-estar social que concede bolsas, auxílios, incentivos ou quotas na promoção de ações afirmativas. Provavelmente, o deputado se referia, mais especificamente, ao Bolsa Família, um programa de distribuição de renda do governo. O discurso patronal se torna mais evidente pela análise do léxico do discurso, ao criar uma isotopia com as palavras “trabalho” e “produção”, em valência positiva.

Pode ser citado também, nesse sentido, o voto de Renato Molling:

Existe espaço também na política para quem é sério e fala a verdade. Vamos crescer pelo **trabalho**. O exemplo tem que vir de cima. Pelo Rio Grande, pelo Brasil, voto “sim” (ATA, 2016, p. 131).

A mesma cena do discurso patronal é observada em Valdir Colatto (PMDB-SC):

Por todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo, por Santa Catarina, pelo meu oeste catarinense, por Xanxerê, por Chapecó, por todos aqueles que **produzem e trabalham** neste Brasil, pelos nossos agricultores que nos alimentam todos os dias, porque se o agricultor não planta, ninguém almoça, nem janta, voto "sim", Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 136).

Um outro deputado que, lançando mão de uma cena do discurso patronal, apresentou, assim como Alceu Moreira, uma cenografia do protesto contra o assistencialismo foi Júlio Lopes (PP-RJ):

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui me dirigir ao Deputado José Guimarães que me perguntou se eu tinha raiva da Presidente Dilma Rousseff. Eu quero dizer que respeito muito os meus contrários, Deputado Glauber Braga, mas, quanto à Presidente Dilma, eu tenho pena por ela não ter entendido que **vale muito mais a pena insistir no empreendedorismo** do Brasil, insistir que cada cidadão e que cada cidadã construa sua própria vida do que **fazer esse assistencialismo e esse populismo que assaltou o Brasil**. Por isso, Sr. Presidente, pelo povo do meu Estado, pelo povo do Rio de Janeiro e pelo Brasil, eu voto “sim” ao *impeachment!* (ATA, 2016, p. 234-235).

Nesse pronunciamento de Júlio Lopes também se verifica a defesa do valor trabalho e da livre iniciativa dos empresários (“vale mais a pena insistir no empreendedorismo [...], insistir que cada cidadão [...] construa sua própria vida”), em detrimento de políticas afirmativas de inclusão dos menos favorecidos e das minorias (“[...] do que fazer esse assistencialismo”).

Uma outra constante entre os discursos que, desprezando as regras do suporte, desviaram-se da finalidade da votação de *impeachment* de apreciação do crime de responsabilidade foi a menção aos problemas dos médicos no Brasil. Assim como na questão da insurgência contra os “vagabundos” da República, a referência ao tema dos médicos possibilitou verificar o posicionamento dos votantes no interior da guerra cultural instalada no Brasil. Dentre os pronunciamentos nesse sentido, podem-se citar:

1) Hiran Gonçalves (PP-RR):

Sr. Presidente, meu querido Brasil, pela minha família; pelos que me fizeram chegar até aqui; **pelos médicos do Brasil**, para que sejam respeitados pelo próximo governo; pelos maçons do Brasil e pelo bem do povo brasileiro, eu voto “sim”, Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 122).

2) Jhonatan de Jesus (PRB-RR):

Sr. Presidente, nem a favor do PMDB nem a favor do PT, com a consciência do povo brasileiro eu voto “sim”. Eu digo, ao meu Estado de Roraima e aos **médicos brasileiros**, “sim”, contra a corrupção (ATA, 2016, p. 122).

3) Célio Silveira (PSDB-GO):

Sr. Presidente, pela minha querida Luziânia, pelo meu Entorno de Brasília, que tanto precisa de ação governamental, pelos **médicos brasileiros**, tão perseguidos por este desgoverno, pelo bravo e honrado povo de Goiás, por Daianne, Mateus e Adrianne, muda Brasil! “Sim” ao *impeachment* (ATA, 2016, p. 164).

Como mencionado *supra*, a empatia pelos médicos, introduzindo-se uma cenografia de **protesto contra o desrespeito aos médicos** (quando o problema do *impeachment* eram as pedaladas fiscais e os créditos não autorizados), é uma referência ao *Mais Médicos*, programa do governo lançado em 8 de julho de 2013 para suprir a carência de médicos no interior do país, onde tradicionalmente os profissionais não querem fixar residência. Lembrando que o programa consistia na importação de médicos de Cuba, país conhecido pela sua excelência na área da saúde, e na criação de mais vagas na graduação em cursos Medicina no Brasil e em residência médica.

Contudo, conforme já observado, o aspecto da medida que ficou na memória coletiva de seus detratores foi a importação de mão-de-obra cubana, ou seja, de uma país “maculado” pela pecha do esquerdismo. A questão de se saber se existia uma população desassistida, notadamente Nordeste, pela resistência de profissionais em atuarem na região ficou em segundo plano. O que mais se argumentou foi o fato de que Dilma estivesse atuando para descredibilizar

a classe médica brasileira com o aumento da concorrência no mercado, ainda que a destinação dos médicos cubanos fosse predominantemente nas áreas mais carentes de profissionais (CAPETTI, 2019).

Em contexto de guerra cultural, é de se perguntar se a reação de setores conservadores da sociedade seria a mesma se a suposta concorrência imposta aos médicos brasileiros decorresse de importação de médicos de países capitalistas e de população majoritariamente branca.

Abaixo, encontram-se outros exemplos de cenografias introduzidas na votação do *impeachment*. Desviando-se das condições do suporte, os deputados abordaram os temas os mais diversos, eximindo-se da argumentação crítica em torno do crime de responsabilidade, muitas vezes para impor a sua pauta cultural:

**1) Protesto contra as condições da saúde no Brasil:**

- O Sr. Dr. Sinval Malheiros (PTN-SP): “Pelo Estado de São Paulo, **pela situação ruim das Santas Casas, da saúde [...]**, eu voto sim” (ATA, 2016, p. 72).

**2) Protesto contra a supressão do direito de ir e vir:**

- Abel Mesquita Jr. (DEM-RR):

Roraima, verás que o filho teu não foge à luta! O povo brasileiro merece respeito! Por um Brasil com justiça, igualdade social e sem corrupção, por uma Roraima desacorrentada, **para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir** e por todas as famílias roraimenses, eu voto “sim”, Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 121).

**3) Campanha pelos fundamentos do cristianismo:**

- Ronaldo Nogueira (PTB-RS): “**Pelos fundamentos do cristianismo [...]**, eu voto “sim” (ATA, 2016, p. 131).

**4) Campanha pelos trabalhadores da indústria fumageira:**

- Sérgio Moraes (PTB-RS):

[...] **em respeito ao suor e à mão calejada dos meus fumicultores e dos trabalhadores da indústria fumageira** do meu Estado, Rio Grande do Sul, eu voto `sim`. Feliz aniversário, Ana, minha neta!” (ATA, 2016, p. 132).

**5) Protesto contra o Estatuto do Desarmamento:**

- Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC):

Pelo Brasil; pela cidade de Ituporanga, que me adotou; por Nova Trento, onde eu nasci; por toda Santa Catarina; **pela mudança do Estatuto do Desarmamento**, [...] eu voto "sim" (ATA, 2016, p. 136).

#### 6) **Saudação aos revolucionários de 1932:**

- Eduardo Bolsonaro (PSC-SP):

Pelo povo de São Paulo nas ruas, **com o espírito dos revolucionários de 1932**; em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005; pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira, é "sim". E Lula e Dilma na cadeia (ATA, 2016, p. 187).

#### 7) **Protesto contra Educação Sexual nas escolas:**

- Delegado Éder Mauro (PSD-PA):

Sr. Presidente, em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e **aprenda sexo nas escolas**, com 6 anos de idade, em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto "sim" (ATA, 2016, p. 140).

#### 8) **Protesto contra a pelegagem da CUT:**

- Fernando Francischini (SD-PR):

Sr. Presidente, como Delegado da Polícia Federal, meu voto vai pelo fim da facção criminosa "lulopetista", **fim da "pelegagem" da CUT**, fim da CUT e seus marginais. Viva a *Lava-Jato*, a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! "Sim", Presidente! (ATA, 2016, p. 148).

#### 9) **Campanha para os corretores de seguros:**

- Lucas Vergilio (SD-GO):

Pela minha filha Manuela que vai nascer, pela minha sobrinha Helena, pelo futuro de todas as crianças e jovens do nosso País, **por todos os corretores de seguros do Brasil** [...], eu voto "sim"! Viva o Brasil! (ATA, 2016, p. 167).

#### 10) **Campanha para a paz em Jerusalém:**

- Ronaldo Fonseca (PROS-DF):

Sr. Presidente, sem medo de ter esperança e com a convicção de que a Constituição Federal ampara esta sessão; pelo povo brasileiro; pelo Distrito Federal; pela nação evangélica e cristã e **pela paz de Jerusalém**, eu voto "sim" (ATA, 2016, p. 171-172).

#### 11) **Campanha em favor do setor sucroalcooleiro:**

- Sinval Malheiros (PTN-SP):

Meu querido Presidente, [...] o **setor sucroalcooleiro** da nossa região, que é um setor que sempre gerou emprego, hoje está em grande dificuldade [...]. Votamos “sim” (ATA, 2016, p. 186).

## 12) Campanha em favor dos que estão com o nome no SPC:

- Gilberto Nascimento (PSC-SP):

Sr. Presidente, eu, primeiro, agradeço a Deus pelo fato de estar neste momento nesta Casa. Em nome da minha família e pensando no futuro dos meus netos, Guilherme, Elisa e Gabriel; [...] **pensando nos mais de 60 milhões de pessoas que estão com seu nome no SPC**; pensando ainda no povo evangélico e nos meus eleitores de São Paulo; na esperança de que os brasileiros voltem a sonhar, voltem a sorrir, o meu voto é “sim” ao *impeachment* (ATA, 2016, p. 190).

## 13) Protesto contra o abandono das rodovias, dos portos e aeroportos:

- Evair De Melo (PV-ES):

Sras. e Srs. Deputados, os capixabas nunca legitimaram este Governo. Este Governo, para aumentar a maldade, **abandonou os capixabas, nossas rodovias, portos e aeroportos**. Então, por tudo isso, Srs. Deputados, e pela minha família, em especial, pelo meu filho Arthur e pela minha filha Sarah, [...] o meu voto é “sim”! (ATA, 2016, p. 243).

## 14) Campanha em ajuda aos usuários de drogas:

- Eros Biondini (PROS-MG):

Sr. Presidente, pelos valores que herdei dos meus pais, e que procuro repassar aos meus filhos; pela gratidão que tenho à Renovação Carismática Católica, à Canção Nova e aos demais movimentos que me ajudaram a me livrar das drogas; **pelos milhões de brasileiros que vivem hoje nas drogas e não têm ajuda**; para honrar os belorizontinos, os mineiros, os brasileiros nesta Terra de Santa Cruz, o meu voto é “sim” (ATA, 2015, p. 259).

Além desse nítido desvio cênico em relação às condições de suporte do rito do *impeachment* de Dilma Rousseff, observaram-se outros fatores que contribuíram para obstaculizar o trânsito da argumentação crítica, típica das sociedades abertas, em torno do problema do suposto crime de responsabilidade cometido pela presidente da República. Trata-se, ainda segundo Angenot (2008), de uma fase que não corresponde à argumentação propriamente dita, mas que a conforma, constituindo a maneira, o estilo com que se aborda o outro para chamá-lo à interação.

Essas regras de estilo, de uma certa forma, poderiam ser abordadas nesse tópico sobre as regras do suporte, uma vez que o decoro, como se viu, é uma das condições de contrato de comunicação do *impeachment*. Entretanto, uma vez que as questões do estilo podem ser mais gerais, podendo-se aplicar a situações outras além da do rito do *impeachment*, será feito um estudo em tópico separado, a seguir. Da mesma forma, Angenot (2008) também faz uma distinção entre regras de suporte e regras de estilo.

## 5.2 O estilo da argumentação

Uma das grandes causas para que o debate democrático possa não se perfazer através de uma argumentação crítica própria das sociedades abertas se dá, segundo Angenot (2008), a uma fase que o autor chama de pré-argumentativa, concernente à maneira de abordar o interlocutor. Apesar de não se tratar de mecanismos afeitos a raciocínios propriamente ditos, o estilo com que o enunciador se dirige ao auditório constitui já uma estratégia persuasiva, ensejando ou não a abertura a uma argumentação adulta no espaço público. Nas palavras de Angenot:

Convém, parece-me, descrever [...] uma forma fraca do desentendimento no qual o desacordo entre os indivíduos, a decodificação errônea da mensagem não diz respeito aos raciocínios propriamente ditos, mas a maneirismos da expressão [...]. Em outras palavras, tudo pode ruir desde o nível do estilo comunicacional, porque trata-se de abordar o outro, de o colocar em estado de recepção [...] antes de argumentar [...] (ANGENOT, 2008, p. 131, tradução nossa<sup>117</sup>).

Essas estratégias são, portanto, consideradas pré-argumentativas se a palavra “argumentação” for entendida em um sentido estrito, referindo-se aos raciocínios argumentativos. Entretanto, em uma perspectiva pan-argumentativista, tal como a esboçada por Amossy (2006), por exemplo, que, por meio do conceito de “dimensão argumentativa”, defende que é da constituição da linguagem a intencionalidade de exercer algum tipo de influência sobre o outro, pode-se dizer tratar-se também de uma estratégia argumentativa o estilo com o qual se aborda o interlocutor. É nesse sentido que se fala, assim, em estilo da argumentação, entendendo esta em sentido amplo, englobando outros aspectos além dos estritamente lógicos.

---

<sup>117</sup> Il convient, il me semble, de décrire d’abord une forme faible du malentendu où le désaccord entre les individus, le mauvais déchiffrement du message ne tiennent pas aux raisonnements proprement dits, mais à des manières de l’expression [...]. Autrement dit, tout peut casser dès le stade du style communicationnel, car il s’agit d’aborder l’autre, de le mettre en état de réception [...] avant d’argumenter.

Como corolário do problema do estilo, há a questão da violência verbal, uma tendência dos embates culturais mais acalorados de indispor o espírito alheio a trocas baseadas na cooperação entre os parceiros. Recapitulando, para Maingueneau, “a violência verbal é [...] uma noção intuitiva difícil de traduzir em termos linguísticos”, apesar de inferidas das materialidades linguísticas (MAINGUENEAU, 2008, p. 113). Segundo Amossy, a violência verbal não é um traço essencial das relações polêmicas, mas tende a predominar no que ela chama de dicotomização, a polêmica não restrita a um caso particular, mas que demarca polos ideológicos opostos, o caso da guerra cultural (AMOSSY, 2014<sup>118</sup>).

Na análise desse aspecto de iniciar uma argumentação através da maneira de se endereçar ao interlocutor, as categorias das faces elaboradas por Brown e Levinson (1987), com base em Goffman (1974), podem ser úteis (ANDRADE & FÁVERO, 2015). Segundo o modelo de Brown e Levinson, todo indivíduo possuiria duas faces: a) uma **face negativa**, relacionada ao seu território íntimo (o corpo, a privacidade etc.); b) e uma **face positiva**, a fachada social, a imagem como se quer ser visto pelos demais. No processo de comunicação, haveria, no mínimo, quatro faces envolvidas, correspondentes às faces positivas e negativas do falante e do ouvinte.

Explicando essa teoria das faces, Maingueneau (2001) exemplifica que, ao se dar uma ordem, valoriza-se a face positiva do locutor, ao passo que se desvaloriza a do interlocutor. Já dirigir uma palavra a um desconhecido ameaçaria a face negativa do destinatário (dada a intrusão em seu território particular), e também a face positiva do locutor, por este poder ser encarado pelos demais como excessivamente invasivo.

Dentre as falas ameaçadoras para a face positiva do locutor, podem-se citar: admitir um erro, desculpar-se etc., isto é, qualquer ato humilhante para o mesmo. Quanto às falas ameaçadoras para a face negativa do locutor, por exemplo, pode-se mencionar a promessa de algo que demandará a exposição de sua privacidade. Sobre as falas ameaçadoras para a face positiva do destinatário, estas podem ser a crítica e o insulto. Por último, as ameaças à face negativa do destinatário são as perguntas indiscretas, os conselhos não solicitados, as ordens etc. (MAINGUENEAU, 2001).

Pode-se dizer que, do ponto de vista da maneira como muitos deputados se dirigiram aos seus demais, a constante dos embates culturais do *impeachment* foi a invasão da face positiva do destinatário, por meio de insultos, bem como o comprometimento da face também

---

<sup>118</sup> Para uma distinção mais detalhada entre dicotomização e polarização em Amossy, vide capítulo 1.

positiva do votante, que, ao fazer uso da violência verbal, mostrou-se intransigente, agressivo, e indisposto à argumentação crítica que se espera nos espaços públicos das sociedades abertas.

É que, como defende Danblon, argumentar em democracia pressupõe uma estruturação de base que permita a escuta do outro, a compreensão de seus propósitos para que se proceda ou não a uma crítica argumentada, inclusive dos valores os mais caros da sociedade, já que não são dados, mas construídos (DANBLON, 2004). Ao contrário, restringir o debate à imprecisão violenta, à retórica da denúncia, deixando ao destinatário o ônus da prova, porque presumindo-o culpado, é um cenário adverso àquela estruturação de base a que se refere a autora.

Assim, os insultos proferidos na Câmara dos Deputados podem ser divididos nos dois grupos da guerra cultural do *impeachment*: a) o grupo da direita conservadora, que tendeu a lançar mão do insulto através de generalizações abusivas sobre os integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT); b) o grupo da esquerda progressista, que tendeu a atacar a honra e a moral dos defensores do *impeachment*.

No grupo dos favoráveis ao *impeachment* que, como se viu, em geral são os que não só pertencem aos partidos mais à direita no espectro ideológico, mas também que apresentam um discurso típico da direita conservadora, um dos casos mais destoantes, do ponto de vista da violência verbal, foi o voto de Ronaldo Fonseca (PROS-DF). O deputado, ao contrário da tendência de se insultar os integrantes dos PT, insultou os defensores de Dilma de uma maneira geral, sem mencionar o partido. O caso também foi destoante da regra porque o parlamentar usou da estratégia de polidez da preservação da própria face positiva, para não se mostrar agressivo, desconforme com as normas de decoro e antidemocrático, ao fazer uso da metáfora para não expressar seu insulto de forma direta e/ou com linguagem chula:

Eu venho a esta tribuna também homenagear a bancada de Deputados Federais do Distrito Federal, com exceção de uma Deputada, a Deputada Erika Kokay, que é a favor do golpe; que é contra a Constituição brasileira! [...]. Sabe o que está parecendo esse negócio de golpe? “Golpe! Golpe! Golpe! Golpe! Golpe...” Está parecendo sabe o quê? Uma **diarreia verbal** que ninguém suporta mais. Ninguém suporta mais isso! (ATA, 2016, p. 91).

Com o termo “diarreia verbal”, o deputado, ao qualificar a fala de seu opositor político, ao invés de dizer que tudo que parte desse campo cultural é uma “merda” ou um “lixo”, preferiu fazer uso de um vocabulário da área da saúde, mais formal. Assim, o parlamentar tenta agredir de forma geral todos os opositoristas do *impeachment*, mas sem deixar a sua face positiva muito exposta à crítica de alguém irascível e inconsequente.

Os demais casos de defensores do *impeachment* que fizeram uso da violência verbal, ao contrário, deixaram a própria face positiva desprotegida e violaram com mais veemência a face positiva alheia. Não houve preocupação de não se parecer tirânico, demagogo e indisposto à escuta das razões alheias.

Em geral, a estratégia foi de, por meio de uma generalização abusiva, atacar todos os integrantes do PT, ainda que não haja provas de que todos são corruptos, e ainda que o PT não tivesse sido o único partido envolvido em corrupção, por exemplo, na saudada pela direita *Operação Lava-Jato*. Os adjetivos variaram entre “quadrilha”, “bandidos”, “velhas raposas”, “facção criminosa lulopetista”, “vagabundos do PT” etc. Eis alguns exemplos:

1) Paulo Pereira da Silva (SD-SP):

Eu queria que vocês brasileiros do País inteiro, que estão na Avenida Paulista ou em casa, cantassem aquela musiquinha que começou durante o processo: “Dilma, vá embora que o Brasil não quer você /E leve o Lula junto e os vagabundos do PT. /Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os **vagabundos do PT**. /Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os **vagabundos do PT**. /Dilma, vá embora que o Brasil não quer você. /E leve o Lula junto e os **vagabundos do PT**. Fora, Dilma!” (ATA, 2016, p. 69).

2) João Rodrigues (PSD-SC):

Sr. Presidente, por minha família, pela minha guerreira Chapecó, pelo meu Estado de Santa Catarina e para quebrar a espinha dorsal dessa **quadrilha**, eu voto ‘sim’, Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 134).

3) Fernando Francischini (SD-PR):

Sr. Presidente, como Delegado da Polícia Federal, meu voto vai pelo fim da **facção criminosa “lulopetista”**, fim da “pelegagem” da CUT, fim da CUT e seus marginais. Viva a *Lava-Jato*, a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! “Sim”, Presidente! (ATA, 2016, p. 148).

4) Marcelo Belinati (PP-PR):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, defendo eleições gerais para a renovação da política do Brasil. De preferência, que nossa população mande de volta para casa todas — sem exceção — essas **velhas raposas** que estão aí. Voto “sim” ao *impeachment* (ATA, 2016, p. 151).

5) Major Olímpio (SD-SP):

Fui dentro do **covil dos bandidos**, na faixa da posse do Lula, para safá-lo das mãos do Juiz Moro, dizer o que estava entalado na garganta de milhões e milhões de

brasileiros! E agora eu vou repetir: Dilma, você é uma vergonha, vergonha, vergonha!  
“Sim” (ATA, 2016, p. 194).

6) Mara Gabrilli (PSDB-SP):

Por São Paulo, pelo fim dessa **quadrilha** que assaltou o País, pelo meu pai, que tanto sofreu na mão do PT, por mais dignidade às pessoas com deficiência, pelo meu povo brasileiro, eu voto “sim” (ATA, 2016, p. 195).

7) Rodrigo de Castro (PSDB-MG):

Por um futuro melhor para a nossa gente, precisamos reconstruir o País, arrasado pela **quadrilha do PT**. Precisamos dar novamente esperança às famílias brasileiras. Pelos exemplos e ensinamentos de meu pai, por meus filhos, por minha família, em memória de Juscelino e Tancredo, em honra à bandeira de Minas Gerais, “sim” ao impedimento da Presidente da República! (ATA, 2016, p. 264).

Vale ressaltar o voto de Marco Feliciano, que, ao atacar os petistas, o faz por meio de uma figurativização do discurso religioso, demonstrando uma visão maniqueísta de mundo, própria da Retórica da Guerra Cultural:

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo “tchau” para essa querida e para o PT, **Partido das Trevas** —, eu voto “sim” ao *impeachment*, Sr. Presidente! (ATA, 2016, p. 199).

Ao tratar o PT, seu opositor político, como o “Partido das Trevas”, Feliciano “essencializa” o debate, no sentido de considerar que existe um mal essencial, ontológico, metafísico, representado pelo PT, em oposição aos cidadãos de bem, os que conduzem o *impeachment*. Essa é uma estratégia recorrente nos embates culturais, como já explicado. De acordo com Angenot, “toda ideologia privilegia as oposições axiológicas binárias na medida em que ela tende a formar uma luta social binária narrando uma disputa entre dois princípios, um bom e outro mal [...]” (ANGENOT, 2008, p. 310, tradução nossa<sup>119</sup>).

Do outro lado da guerra cultural, a violência apresentada pelos defensores de Dilma se deu também sem estratégias de polidez, sem preservação da face positiva do falante, exposto à crítica de ser um acusador que não fornece provas e de ser indisposto ao debate, sobretudo no

---

<sup>119</sup> Toute idéologie privilégie les oppositions et axiologies binaires dans la mesure où elle tend à former une *sociomachie*, dans la mesure où elle narre la lutte entre deux principes, un bon et un mauvais.

que diz respeito ao crime de responsabilidade. Um dos adjetivos mais empregados é o de “golpista”, mas foi possível também encontrar insultos como de “corrupto”, “bandido”, “gângster”, “ladrão”, “canalha”, “traidor”, “conspirador” etc., termos que dificilmente adquiririam uma valência positiva em qualquer contexto. A seguir, alguns exemplos:

1) Daniel Almeida (PCdoB-BA):

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos diante de uma situação surreal: uma Presidenta, sobre a qual não pesa qualquer denúncia, qualquer ato ilícito, e agora tem o seu mandato ameaçado por uma conspirata de **corruptos**, liderada por V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, que não dignifica a cadeira que ocupa nesta hora, cadeira que foi ocupada por Ulysses Guimarães, por Paes de Andrade, por Aldo Rebelo. Essa conspirata, Sr. Presidente, está clara nos debates que são feitos nesta tarde (ATA, 2016, p. 73).

2) Sílvio Costa (PTdoB-PE):

Brasil, quem quer assumir o poder, quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da **Corja** do Cunha”. Eu vou repetir: quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da **Corja** do Cunha”. Esse **canalha** saiu da mesa agora. Deputado Beto Mansur, esse **canalha** saiu daí. **Bandido, ladrão!** Por que não ficou aí? Esse **canalha** já devia estar preso. Que país é este? Que país é este, em que um **bandido**, um homem que devia estar na cadeia, quer tirar o mandato de uma mulher honrada, de uma mulher digna? Que país é este? (ATA, 2016, p. 96).

3) Ivan Valente (PSOL-SP):

A todo o povo brasileiro, quero dizer que não aceito o **corrupto** Eduardo Cunha presidindo qualquer processo de *impeachment*. Ele deveria ser o primeiro impedido. A eleição de Temer, se vingar o *impeachment*, é uma fraude que deve ser evitada, porque Temer é uma armação para sacrificar os trabalhadores e para abafar a *Lava-Jato*. Pela democracia e contra o golpe, o PSOL é “não” (ATA, 2016, p. 191-192).

4) Glauber Braga (PSOL-RJ):

Eduardo Cunha, você é um **gângster**. O que dá sustentação à sua cadeira cheira enxofre. Eu voto por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história. Eu voto por Marighella, eu voto por Plínio de Arruda Sampaio, eu voto por Evandro Lins e Silva, eu voto por Arraes, eu voto por Luís Carlos Prestes. Eu voto por Olga Benário. Eu voto por Brizola e Darcy Ribeiro. Eu voto por Zumbi dos Palmares. Eu voto “não!” (ATA, 2016, p. 230-231).

5) Wadih Damous (PT-RJ):

Sr. Presidente, em homenagem aos milhares de advogados e juristas deste País que apontaram que esse relatório é uma farsa, é um instrumento de golpe; em homenagem ao povo trabalhador que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe; e dando razão a V.Exa. quando pediu a Deus que tenha misericórdia deste País, e tem que ter mesmo,

porque V.Exa. é o **chefe da corrupção** neste País, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada — não se iluda, Sr. Presidente, com esse seu sorrisinho, V.Exa. é a bola da vez no Supremo Tribunal Federal —; meu voto é “não” (ATA, 2016, p. 242).

6) Givaldo Vieira (PT-ES):

A coragem daqueles que resistiram ao Golpe de 1964, com dor, sangue e a própria vida, foi o que devolveu à minha geração a tão sonhada liberdade. Em homenagem a esses lutadores da democracia, eu me recuso a entregar o meu País nas mãos dos **golpistas**, nas mãos dos **traidores**, nas mãos dos **corruptos** que armaram esta farsa e aqui a comandam! (ATA, 2016, p. 244).

7) Caetano (PT-BA):

Sr. Presidente, povo brasileiro, neste instante, quero dizer ao Brasil que não sou covarde. Quero dizer ao Brasil que voto pelos filhos do povo, pelos filhos do povo da invasão, das ocupações, dos sem-terra, dos sem-teto, pelos trabalhadores de Camaçari, da Bahia, do sertão, do Nordeste, do Brasil. Senhoras e senhores, olhem esta Mesa que está aí: Mesa de **traidores**, de **conspiradores**. Eu voto contra; eu voto “não”; eu voto pelo Brasil; eu voto pelo povo brasileiro; eu voto “não”, contra V.Exa., Sr. Presidente; eu voto “não” contra Michel Temer; eu voto a favor do Brasil. “Não”! “Não”! “Não”, contra vocês (ATA, 2016, p. 281).

É de se notar que, apesar de pesarem suspeitas de corrupção sobre muitos deputados, não havia trânsito em julgado por meio de sentença penal condenatória. Do contrário, não poderiam estar a exercer seus mandatos. Assim, de quem denuncia, esperam-se provas que corroborem as acusações. Do contrário, descamba-se para uma retórica da denúncia perigosa para as instituições democráticas (DANBLON, 2004), estabelecendo-se o princípio segundo o qual todos são culpados, até que se prove o contrário.

Com efeito, à argumentação crítica que se espera no espaço público de uma sociedade aberta, no caso, sobre o crime de responsabilidade, preferiu-se a retórica da denúncia; o argumento *ad personam*, desqualificando o processo de *impeachment* em função daqueles que o conduziam; bem como o argumento da retorsão, afirmando-se que os defensores da saída de Dilma são igualmente acusados de corrupção e, assim, não poderiam julgar a presidente por sua suposta improbidade administrativa.

Vale ressaltar o voto deputado Weliton Prado (PMB-MG), que, assim como Ronaldo Fonseca, fez uso de uma metáfora biologizante, mas para se opor ao *impeachment*. Outra diferença é que Weliton Prado não lançou mão de estratégias de polidez, porque, com o seu jogo de imagens, ao invés de se mostrar mais polido, propiciou uma representação ainda mais violenta de seu adversário, associando-o a um vírus contagioso:

O Michel Temer é como se fosse um **vampirão**, um **vampiro** de filme de terror. Ele aproveitou este momento de fragilidade do Governo, aproveitou que a imunidade do Governo caiu e agiu como um **vírus**. Quando a imunidade cai, o **vírus** entra, espalha-se e contagia o corpo. Esta Casa já foi **contaminada**. E o Michel Temer não caiu, não foi abduzido de Marte, não; ele foi colocado lá pelo Partido dos Trabalhadores. Quem colocou o Michel Temer lá foi o Partido dos Trabalhadores. Mas tenho certeza absoluta de que ele não é a alternativa para o nosso País (ATA, 2016, p. 105).

Uma outra constante entre os pronunciamentos contrários à admissibilidade do *impeachment* foi a alcunha de “fascista”, um insulto que, por si só, desprezando outros elementos do discurso, já denuncia um posicionamento na guerra cultural. É que o fascismo, um sistema de pensamento e um regime político autoritário e de extrema-direita, pode ser uma atribuição a um adversário da direita conservadora que se quer depreciar. Seguem algumas falas nesse sentido:

1) Zé Geraldo (PT-PA):

Povo brasileiro, povo do Pará, haja coração para aguentar tanta hipocrisia. Pela democracia, pelo desenvolvimento do Brasil, contra os **fascistas**, os **golpistas**, os **oportunistas** e os **picaretas** desta Câmara, eu sou contra este golpe moderno que querem fazer e atingir a nossa Presidenta Dilma. Covardia daqueles que votam a favor desse *impeachment*. Bando de **covardes!** (ATA, 2016, p. 144-145).

2) Érica Kokay (PT-DF):

Mas este País tem uma democracia suficientemente forte para dizer: os **traidores**, os **fascistas**, os **usurpadores** de direito e de poder não são maiores do que o povo (ATA, 2016, p. 92).

Um outro insulto que também serve para delimitar um campo da Retórica da Guerra Cultural no Brasil é o de “torturador”. Neste caso, trata-se de uma violência mais grave, porque atribui-se um crime específico, o de tortura, a alguém sem oferecer provas, o que configura crime de calúnia, segundo o Código Penal Brasileiro (art. 138).

Como observado no Capítulo anterior e nos tópicos acima, a estratégia de associar as forças em prol do *impeachment* à ditadura militar no Brasil foi uma constante. Buscou-se associar as forças conservadoras que impuseram um regime de exceção no país em 1964 às forças que então queriam retirar Dilma Rousseff do poder. O insulto de “torturador”, assim, cumpre essa mesma função argumentativa de estabelecer uma analogia entre o regime de 1964 e o *impeachment* da presidente. Esse foi o caso dos pronunciamentos de Jandira Feghali e de Jean Wyllys:

1) Jandira Feghali (PCdoB-RJ):

Primeiro quero registrar a minha indignação, Deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nessa cadeira **sem reunir condições morais** para isso. Segundo, registro a minha indignação de vê-lo abraçado com um **traidor da democracia**, que tenta usurpar a cadeira da Presidente, que é o Sr. Michel Temer, que não tem voto para tal. Terceiro, quero expressar aqui que ficou muito claro para a sociedade brasileira qual é a aliança pelo *impeachment* que reúne **corruptos, torturadores**, como Jair Bolsonaro, e **traidores da Pátria**. Em respeito aos trabalhadores que usam o vermelho da luta e a bandeira do Brasil, trabalhadores do campo e da cidade que estão nas ruas com muito sacrifício, com convicção vou dizer: a luta apenas começou! Em respeito à democracia, à Constituição, não há crime. A Presidente Dilma é honesta. Não há crime! Portanto, é golpe! E eu voto “não”. Contra o golpe! (ATA, 2016, p. 233).

## 2) Jean Wyllys (PSOL-RJ):

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um **ladrão**, urdida por um **traidor, conspirador**, apoiada por **torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos**. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto “não” ao golpe. E durmam com essa, **canalhas!** (ATA, 2016, p. 234).

Além desse aspecto do estilo com que se inicia uma argumentação, existiriam algumas regras inerentes ao próprio debate, sem as quais a comunicação, principalmente em sociedades abertas, não se concretizaria. É o que se verá no próximo tópico.

### 5.3 As regras do debate

De acordo com Angenot (2008), existiriam regras que concernem ao próprio debate. Trata-se de condições que se exercem sobre os interlocutores sem as quais o diálogo não seria possível. Essas limitações são de ordem procedimental. Desprezá-las conduz à impossibilidade da discussão. É que, mesmo que haja uma divergência essencial entre os interlocutores, é preciso, para que o debate ocorra, que eles estejam de acordo sobre o modo como tudo vai se desenvolver, o que frequentemente não acontece nos embates culturais. A diferença dessas regras do debate em relação às regras do suporte é que estas dizem respeito a um contrato de comunicação específico e as primeiras, às condições de possibilidade da comunicação em geral. Nas palavras de Angenot,

[...] [As regras do debate] fixam as condições que pesam sobre os interlocutores para fazerem valer suas teses e para articularem suas provas. Trata-se de condições que fixam formalmente os códigos de procedimento judiciário. As regras do debate fixam, portanto, as condições procedurais necessárias dos interlocutores para que eles aceitem debater, condições que são concebidas como indispensáveis, isto é, fora das quais só pode haver frustração recíproca e fracasso da discussão. Elas determinam quais as condições um debate pode ter início e quais serão as obrigações recíprocas

dos interlocutores [...]. Essas “regras do jogo” são sentidas como indispensáveis, sua transgressão indis põe os debatedores [...]. As regras do debate são logicamente primeiras: antes de poder debater sobre o mundo, é preciso que os indivíduos de pontos de vista opostos se coloquem previamente de acordo com a maneira com a qual vai se desenvolver o debate que eles empreendem, maneira que comportará as regras que permitirão um e outro poder se declarar vencedor em um ponto específico (ANGENOT, 2008, p. 132-134, tradução nossa<sup>120</sup>).

Uma dessas regras do debate é a atribuição do ônus da prova a quem profere uma acusação. A inversão do ônus da prova constituiria, assim, um entrave para que um diálogo possa se perfazer, notadamente uma argumentação crítica em uma sociedade aberta sobre um crime de responsabilidade.

Como adiantado no tópico anterior, a retórica da denúncia é típica dessa infração das regras do jogo. De certa forma, a maior parte dos exemplos fornecidos de pronunciamentos que contêm violência verbal pode servir também como exemplo do denunciismo próprio da Retórica da Guerra Cultural, deixando para o acusado do campo oposto ter de se virar para provar que é inocente, o que impossibilita o livre curso da argumentação crítica sobre o crime de responsabilidade.

Segundo Danblon, a retórica da denúncia ocorre quando o locutor se desresponsabiliza por sua acusação, o que o torna passivo e infantilizado. Trata-se de uma retórica tradicionalmente utilizada por demagogos que buscam explorar a cólera e o medo dos mais frágeis e menos instruídos (DANBLON, 2004).

Continua Danblon, a demagogia institucionalizada pelo denunciismo irresponsável desvia o sentido da argumentação crítica das sociedades abertas. Isso porque quem julga precisa apresentar elementos novos para justificar sua condenação. Quem argumenta é quem possui o ônus da prova, o que significa que, nas regras do debate, quem critica é quem deve se esforçar para convencer, para persuadir o auditório, o contrário do que se passa com a retórica da denúncia (DANBLON, 2004).

Nas palavras de Danblon,

---

<sup>120</sup> [...] [Les règles du débat] fixent les contraintes qui pèsent sur les débatteurs pour faire valoir leurs thèses et articuler leurs preuves. Ce sont ces sortes de contraintes [...] qui fixent justement et formellement les codes de la procédure judiciaire. Les règles du débat fixent donc les conditions procédurales requises des interlocuteurs pour qu'ils acceptent de débattre, conditions qui sont conçues comme indispensables c'est-à-dire en dehors desquelles il ne peut y avoir que frustration réciproque et échec de la discussion. Elles fixent à quelles conditions un débat peut débiter et ce que seront les obligations réciproques des disputants [...]. Ces « règles du jeu » sont senties comme indispensables, leurs transgressions indispose [...]. Les règles du débat sont logiquement premières : avant de pouvoir débattre sur les choses du monde, il faut que les individus de points de vue opposés se mettent préalablement d'accord sur la façon dont va se dérouler le débat qu'ils entament, façon qui comportera les règles qui permettront à l'un ou à l'autre de pouvoir se déclarer vainqueur aux points.

A retórica da denúncia é a alternativa cínica e desabusada à retórica politicamente correta. Essas duas faces modernas da retórica são fundadas na mesma concepção de democracia. Coloca-se acento na proteção do cidadão mais que sobre sua responsabilidade e capacidade de ação. Diante do medo legítimo da manipulação, essas duas retóricas modernas oferecem uma resposta em termos de proteção de um cidadão passivo e infantilizado. Tais hábitos retóricos, aliás, sempre existiram. A retórica da denúncia foi tradicionalmente utilizada por oradores demagogos que deformam o julgamento crítico, transformando-o em suspeita generalizada, explorando a cólera e o medo dos mais frágeis e menos instruídos [...]. Como essa demagogia institucionalizada deturpa o senso crítico? [...]. Ora, quem julga precisa oferecer elementos novos, bem como justificar seus propósitos. Já que é quem argumenta, é dele o ônus da prova. Isso significa que, no jogo do debate, é de quem critica o esforço de convencer, de ganhar o assentimento de um auditório, o qual adere, *a priori*, às normas da sociedade. Ao contrário, a retórica da denúncia opera uma inversão do ônus da prova (DANBLON, 2004, p. 67-70, tradução nossa<sup>121</sup>).

Um exemplo de retórica da denúncia foi o voto de Rubens Bueno (PPS-PR):

**A corrupção está associada à marca do PT e hoje faz parte indissociável do seu DNA.** É hora de retirar essa **organização criminosa** do poder e trabalhar para que todos os seus integrantes sejam punidos (ATA, 2016, p. 80).

O deputado em questão acusa o Partido dos Trabalhadores (PT) de corrupção, dizendo ser essa característica parte de seu DNA, sem, no entanto, oferecer provas para tal. Como se viu *supra*, o PT não era, na época, na operação da Polícia Federal *Lava-Jato*, por exemplo, o único partido implicado. Por meio de uma generalização abusiva, acusando todos os petistas de corruptos (já que de sua essência), o deputado incorre em um denunciismo que engessa o fluxo comunicacional e, por conseguinte, a argumentação crítica própria dos espaços públicos das sociedades abertas.

Com essa estratégia argumentativa, o deputado, para se proteger, delega a responsabilidade de fundamentar suas asserções ao acusado, daí porque Danblon qualifica esse tipo de retórica de “cínica e desabusada”, por conferir acento mais na infantilização de quem denuncia do que em sua responsabilidade pelo que profere (DANBLON, 2004).

---

<sup>121</sup> La rhétorique de la dénonciation est l’alternative cynique et désabusée à la rhétorique politiquement correcte. Ces deux visages modernes de la rhétorique sont fondés sur la même conception de la démocratie. On met l’accent sur la protection du citoyen plutôt que sur sa responsabilité et sa capacité d’action. Face à la peur légitime de la manipulation, ces deux rhétoriques modernes offrent une réponse en termes de protection d’un citoyen passif et infantilisé. De telles habitudes rhétoriques ont d’ailleurs toujours existé. La rhétorique de la dénonciation a été traditionnellement utilisée par des orateurs démagogues qui déforment le jugement critique en un soupçon généralisé, en exploitant la colère et la peur des plus fragiles et des moins instruits [...]. Comment cette démagogie institutionnalisée détourne-t-elle le sens de la critique ? [...] Or qui juge se doit d’apporter des éléments nouveaux et de justifier sa démarche. Puisque c’est lui qui argumente, c’est lui qui a la charge de la preuve. Cela signifie que, dans le jeu du débat, c’est celui qui critique qui doit faire l’effort de convaincre, de gagner l’assentiment d’un auditoire, lequel adhère a priori aux normes de la société. Il est frappant de constater que la rhétorique de la dénonciation opère un renversement de la charge de la preuve [...].

No voto de Ariel Machado (Rede-PR), a desresponsabilização pelo que se argumenta se dá em um grau ainda mais elevado:

Acredito que a única forma de termos legitimidade a partir desta crise é uma nova eleição presidencial, que é isso que eu defendo. Neste momento, não posso aceitar nem Dilma, nem Temer, muito menos o Sr. Eduardo Cunha, **que é acusado de ser ladrão**. Por isso, o meu voto é “não” (ATA, 2016, p. 146).

Ao se utilizar da voz passiva (“Eduardo Cunha, que é acusado de ser ladrão”), indeterminando o sujeito acusador, o efeito de atribuir a Eduardo Cunha a qualidade de ser ladrão é o mesmo. No entanto, além de não fornecer provas (na época, Eduardo Cunha ainda não tinha sido condenado pela Justiça), desresponsabilizando-se de o fazer, desresponsabiliza-se também pela acusação ao então presidente da Câmara de ser ladrão.

Seguem outros proferimentos em que se observa essa Retórica da Denúnciação:

1) Alberto Fraga (DEM-DF):

Sr. Presidente, se 342 votos eu tivesse, 342 votos eu daria para salvar o País dessa **corrupção, dessa ladroagem que se chama PT**. O meu voto é “sim” (ATA, 2016, p. 169).

2) Vanderlei Macris (PSDB-SP):

Sr. Presidente, meus caros colegas, meu voto é contra **o Governo, que institucionalizou a corrupção neste País**. Quero fazer homenagem aqui aos brasileiros de bem, àqueles milhões que foram às ruas para reivindicar mudanças, e mudança é o *impeachment*. Pela Constituição, pelo Brasil, pelo meu Estado de São Paulo, voto “sim”, Sr. Presidente (ATA, 2016, p. 203).

3) Glauber Braga (PSOL-RJ):

**Eduardo Cunha, você é um gângster**. O que dá sustentação à sua cadeira cheira enxofre. Eu voto por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história [...]. Eu voto “não”! (ATA, 2016, p. 230-231).

4) Reginaldo Lopes (PT-MG):

**O Presidente Eduardo Cunha transforma esta Legislatura num tribunal de exceção**. Querem caçar uma Presidente honesta, querem caçar uma Presidente que não cometeu nenhum crime. Querem, em nome da corrupção seletiva, enriquecer alguns, como o Presidente Eduardo Cunha, que é o beneficiário da corrupção, e a Presidenta Dilma é a vítima desse processo. “Não” ao golpe! Vamos à luta! Vamos contra os golpistas! Vamos à luta! (ATA, 2016, p. 273).

5) José Carlos Aleluia (DEM-BA):

Durante 13 anos, o meu partido, o Democratas, fez oposição ao **projeto criminoso implantado por Luiz Inácio Lula da Silva** [...]. Eu estou votando “sim” pelos **crimes que Dilma cometeu** e não é só por ter passado cheque sem fundo em nome do povo brasileiro. **Ela roubou na refinaria, roubou na PETROBRAS e roubou em Belo Monte. Ela não é honrada.** Eu voto “sim” pelos princípios em respeito à vida, à liberdade e à justiça. Eu voto pelo povo baiano, voto pela minha mulher Maria Luísa, pelos meus filhos e pelos meus netos. Viva o Brasil! Viva a Bahia! Fora, Lula! Fora, Dilma! (ATA, 2016, p. 286-287).

Outro tipo de retórica em que se percebe a inversão do ônus da prova é a retórica da conspiração. Nesse caso, também se observa uma retórica da denúncia, mas mais específica. Trata-se da denúncia, normalmente acompanhada de um *pathos* de ressentimento, de um suposto complô, representado pelo conluio de determinados setores da sociedade para exercerem um projeto de poder (ANGENOT, 2008). Vale uma pequena digressão sobre essa prova retórica do *pathos*.

Esse elemento passional dos estudos retóricos, talvez muito em função da tradição platônica, foi deixado em segundo plano, com a primazia da dialética socrática em detrimento da sofística. Aristóteles, contudo, reabilita a dignidade da Retórica em sua faceta emotiva. Em sua *Retórica*, o filósofo dedica um livro inteiro ao tratamento das paixões que, para ele, ao invés de se oporem à verdade, são meios de se sensibilizar alguém para o justo saber (LIMA, 2006).

Ressalta Lima (2006), durante a Idade Média, a Retórica, tendo em vista a influência do platonismo na patrística e na escolástica, restringiu-se mais a seus aspectos lógicos, mesmo diante do fato de que o discurso religioso, sobretudo católico, com sua iconoclastia barroca ostentatória, buscasse atrair os fiéis também pelo encantamento.

Depois de Descartes (1996a), a valorização do *logos* nos estudos retóricos atinge o seu paroxismo, já que o filósofo francês procede a uma separação radical entre uma *res extensa* e outra *res cogitans*, entre a “coisa corpórea” e a “coisa pensante”, esta a essência do ser, manifestada no “penso, logo existo”.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo que os elementos passionais tivessem sido constantemente explorados pelas propagandas dos regimes totalitários, a Retórica ainda guardava um ranço platônico e cartesiano, extirpando as emoções de seu centro de interesse (LIMA, 2006).

Só atualmente alguns estudos vêm considerando a importância das emoções da tradição aristotélica, como os de Amossy (2006), Charaudeau (2008), Lima (2006) e Plantin (1996). Amossy se justifica dizendo que:

[...] se o conhecimento das paixões humanas é apresentado na Retórica [de Aristóteles] como indispensável, é porque ela permite agir pela palavra: ela contribui fortemente para a convicção (AMOSSY, 2006, p. 179, tradução nossa<sup>122</sup>).

Voltando para o *pathos* de ressentimento da retórica da conspiração, também conhecida como da “causalidade diabólica”, parte-se de uma série de eventos considerados desagradáveis e, com a pretensão de se descobrir a causa de todo o mal, fornece-se um diagnóstico da realidade alimentando-se pelo ódio e pelo ressentimento de se ver em uma situação de inferioridade diante dos supostos dominadores. À sensação de se ver humilhado, ultrajado, rebaixado, oprimido, lesado, segue-se o prazer intelectual de ter descoberto a causa primeira, o mecanismo desencadeador de toda a usurpação social, mesmo que essa atribuição de causa não seja seguida da responsabilidade de se fornecer prova para tal (ANGENOT, 2008). Eis um caso de pronunciamento na Câmara pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP):

Este espetáculo degradante, que deslegitima o processo de *impeachment* e degrada o Congresso Nacional, conta com o apoio de muitos Parlamentares. O espírito de vingança do Deputado Cunha, a covardia do Governo e o oportunismo e o cinismo da Oposição de direita permitiram que se chegasse ao pedido de impedimento da Presidente, sem crime de responsabilidade. Para isso, **inventaram um álibi**, uma questão contábil — as pedaladas fiscais —, que ninguém do povo sabe o que são, para tentar cassá-la pelo conjunto da obra. O PSOL, um partido de oposição de esquerda **independente, sem cargos ou benesses governamentais**, quer denunciar que **está em curso uma ruptura com o Estado Democrático de Direito, um golpe institucional feito através de tenebrosas transações entre o grande capital, os golpistas da FIESP e os partidos da Oposição conservadora, embalados pela grande mídia brasileira**, que querem entronizar Michel Temer na Presidência da República e no poder. Temer não teve nenhum voto para Presidente; tem 1% das intenções de voto agora. Sessenta por cento da população o rejeitam e querem seu *impeachment*, assim como o de Dilma. Na verdade, ele também assinou as pedaladas fiscais. Por isso, Sr. Presidente, o que nós temos à frente é um retrocesso quanto às liberdades e aos direitos civis comandado pelos reacionários que o apoiam [...]. Se passar o *impeachment*, esta farsa, teremos um Governo ilegítimo, impopular, sem credibilidade (ATA, 2016, p. 88).

Nesse voto, estão contidos alguns clássicos da retórica conspiracionista, que consiste em denunciar uma situação de dominância da população pelo complô (“inventaram um álibi”) entre forças da sociedade, notadamente com o auxílio da “grande mídia”, um termo, diga-se de passagem, bastante vago. Estabelece-se aqui uma relação de causa e efeito entre o conluio de forças conservadores (“grande capital”, “golpistas da FIESP”, “partidos da Oposição conservadora” e “grande mídia”) e uma situação humilhante de subordinação dos brasileiros ao

<sup>122</sup> Si la connaissance des passions humaines est présentée dans la ‘Rhétorique’ [d’Aristote] comme indispensable, c’est qu’elle permet d’agir par la parole : elle contribue puissamment à emporter la conviction.

se promover o “retrocesso quanto às liberdades e aos direitos civis”. Poder-se-ia dizer que essa retórica da conspiração é uma espécie de retórica da denúncia, uma vez que também se acusa alguém ou um grupo sem a responsabilidade de fornecer provas.

Do outro lado da guerra cultural, essa tópica ressentimentalista é a mesma, como no caso do voto de Rogério Marinho (PSDB-RN):

Pela coerência com os meus eleitores e respeito à minha família, aos meus pais, que me deixaram um legado, e aos meus filhos, a quem eu quero transmitir o legado de respeito ao meu País, **contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças**, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio, **com todo o coração** voto “sim”. Fora, Dilma! (ATA, 2016, p. 252-253).

Segundo a lógica de Rogério Marinho, existiria um complô entre forças de esquerda internacionais, representadas por meio de imagens de valência negativa (“ditaduras bolivarianas sanguinárias”), o Partido dos Trabalhadores e os profissionais da Educação (“utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças”). Essa, aliás, é a retórica do *Movimento Escola Sem Partido* (MESP), já mencionado acima, cujas teses são encampadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), grande articulador das manifestações contra Dilma Rousseff; por Olavo de Carvalho, o astrólogo de direita guru do bolsonarismo; e pelo atual ministro da Educação, Abraham Weintraub (CORTÁZAR, 2019).

Desse discurso do ressentimento conspiratório, decorre um *ethos* de *expert* (DANBLON, 2010), isto é, uma imagem de si produzida pelo enunciador no discurso como detentor de faculdades extraordinárias, capaz de decifrar os códigos encobertos de dominação. As análises do *ethos* são aquelas que “residem no caráter moral do orador, dando a impressão de que ele merece credibilidade” (AMOSSY, 2006, p. 82). De acordo com Maingueneau, “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança” (MAINGUENEAU, 2006, p. 53). Para Donot & Emediato (2015), a noção de *ethos* transcende a noção de prova capaz de suscitar a confiança do auditório, uma vez que mostra igualmente um conjunto de valores mobilizados na sociedade. Nas palavras dos autores:

Para Análise do Discurso, é portanto interessante ampliar o estudo do *ethos* para além da concepção clássica de “prova” capaz de suscitar a confiança do auditório, para problematizar essa noção no domínio das representações dos valores que circulam no

espaço social, no que diz respeito a aspectos éticos e referentes à apresentação de si no discurso (DONOT & EMEDIATO, 2015, § 12, tradução nossa<sup>123</sup>).

Ressaltam Danblon e Nicolas, apesar de o conspirador se mostrar sábio com seu *ethos* de *expert*, ele não se identifica com a expertise *mainstream*, representada pelos acadêmicos, por ser um *outsider* do sistema:

No nível do *ethos*, ela [a retórica da conspiração] alça o denunciador ao nível de *expert* supremo (técnico de virtuosidade, cientista genial) e o coloca, ao mesmo tempo, “à margem” da ciência, do poder, da sociedade etc., posição marginal que possibilita garantir a pureza de suas intenções, a autenticidade de suas falas. Esses paradoxos nos parecem intimamente ligados às relações que cada um estabelece com a modernidade, com as instituições e com a retórica evocada para lhe conferir sentido (DANBLON & NICOLAS, 2010, p. 21, tradução nossa<sup>124</sup>).

Esse *ethos* de “pureza” de não se pertencer a uma elite ou a um conchavo castrador pode ser observado no voto de Ivan Valente, quando afirma ser partidário do PSOL, “um partido de oposição de esquerda independente, sem cargos ou benesses governamentais”. Também Rogério Marinho deixa essa imagem de pureza ao se desvincular da expertise tradicional (os “acadêmicos doutrinadores”) e ao votar “com todo o coração”.

Outras ocorrências, em maior ou menor grau, dessa retórica da conspiração, uma espécie da retórica da denúncia, que inverte o ônus da prova e, portanto, impossibilita a argumentação crítica própria dos espaços públicos das sociedades abertas, por desrespeitar aquilo que Angenot (2008) chama de “regras do debate”, são:

1) Daniel Almeida (PCdoB-BA):

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos diante de uma situação surreal : uma Presidenta, sobre a qual não pesa qualquer denúncia, qualquer ato ilícito, e agora tem o seu **mandato ameaçado por uma conspirata de corruptos**, liderada por V.Exa., Deputado Eduardo Cunha, que não dignifica a cadeira que ocupa nesta hora, cadeira que foi ocupada por Ulysses Guimarães, por Paes de Andrade, por Aldo Rebelo. Essa **conspirata**, Sr. Presidente, está clara nos debates que são feitos nesta tarde (ATA, 2016, p. 73).

<sup>123</sup> Pour l’analyse du discours, il est donc intéressant d’élargir l’étude de l’ethos au-delà de la conception classique de « preuve » capable de susciter la confiance de l’auditoire pour la problématiser dans le domaine des représentations de valeurs circulant dans l’espace social à propos des aspects éthiques et de la présentation de soi dans le discours.

<sup>124</sup> [...] au niveau de l’*ethos*, elle [la rhétorique de la conspiration] élève le dénonciateur en expert suprême (technicien virtuose, scientifique de génie) et le place en même temps « à la marge » de la science, du pouvoir, de la société etc., position marginale qui vient du même coup garantir la pureté de ses intentions et l’authenticité de son propos. Ces paradoxes nous semblent intimement liés aux rapports que chacun entretient à la modernité, aux institutions et à la rhétorique convoquée pour leur donner du sens.

## 2) Sílvio Costa (PTdoB-PE):

Brasil, quem quer assumir o poder, **quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da Corja do Cunha”**. Eu vou repetir: quem está tentando assumir o poder é o “PCC — Partido da Corja do Cunha”. Esse canalha saiu da mesa agora. Deputado Beto Mansur, esse canalha saiu daí. Bandido, ladrão! Por que não ficou aí? Esse canalha já devia estar preso. Que país é este? Que país é este, em que um bandido, um homem que devia estar na cadeia, quer tirar o mandato de uma mulher honrada, de uma mulher digna? Que país é este? (ATA, 2016, p. 96).

## 3) Zé Geraldo (PT-PA):

Povo brasileiro, povo do Pará, haja coração para aguentar tanta hipocrisia. Pela democracia, pelo desenvolvimento do Brasil, contra os fascistas, os golpistas, os oportunistas e os picaretas desta Câmara, **eu sou contra este golpe moderno que querem fazer e atingir a nossa Presidenta Dilma**. Covardia daqueles que votam a favor desse *impeachment*. Bando de covardes! (ATA, 2016, p. 144-145).

## 4) Wadih Damous (PT-RJ):

Sr. Presidente, em homenagem aos milhares de advogados e juristas deste País que apontaram que **esse relatório é uma farsa, é um instrumento de golpe**; em homenagem ao povo trabalhador que hoje está nas ruas resistindo contra o golpe; e dando razão a V.Exa. quando pediu a Deus que tenha misericórdia deste País, e tem que ter mesmo, porque V.Exa. é o chefe da corrupção neste País, presidindo um tribunal que vai julgar uma mulher honrada — não se iluda, Sr. Presidente, com esse seu sorrisinho, V.Exa. é a bola da vez no Supremo Tribunal Federal —; meu voto é “não” (ATA, 2016, p. 242).

## 5) Givaldo Vieira (PT-ES):

A coragem daqueles que resistiram ao Golpe de 1964, com dor, sangue e a própria vida, foi o que devolveu à minha geração a tão sonhada liberdade. Em homenagem a esses lutadores da democracia, **eu me recuso a entregar o meu País nas mãos dos golpistas, nas mãos dos traidores, nas mãos dos corruptos que armaram esta farsa e aqui a comandam!** (ATA, 2016, p. 244).

## 6) Jorge Solla (PT-BA):

Pelos trabalhadores, pela população brasileira que está nas ruas se manifestando contra o golpe, pelos companheiros da Bahia que estão mobilizados para não aceitar mais um golpe de estado neste País... (Palmas e apupos.) Ninguém acredita, nem vocês acreditam que é solução para o Brasil tirar a Dilma e deixar o Temer e Eduardo Cunha. Mas vocês não querem solução para o Brasil. Vocês querem solução para as situações particulares de cada um vocês. **É por isto que vocês corruptos se alinham com a Oposição e rasgaram a Constituição**: para fazer um golpe de Estado neste País. Meu voto é “não” ao golpe (ATA, 2016, p. 286).

## 7) Takayama (PSC-PR):

Contra a ladroeira, **contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda**, o meu voto é "sim". Pelo *impeachment*, pelo Sérgio Moro, pelos evangélicos, pelo meu Brasil, pela minha família, voto "sim" (ATA, 2016, p. 154).

#### 8) Paulo Teixeira (PT-SP):

Ao povo brasileiro, "não" ao golpe daqueles que querem tirar uma pessoa que teve 54 milhões de votos nas urnas. Esses que querem tirá-la, não têm votos. Contra o ataque à Constituição e à democracia que está sendo feito aqui nesta tarde em Brasília; e **contra a conspiração dirigida pelo réu por corrupção no Supremo Tribunal Federal, Eduardo Cunha, junto com Michel Temer e Aécio Neves, com o objetivo de tirar direitos do povo brasileiro**, muitos deles conquistados nos Governos Lula e Dilma, voto "não", pelo Brasil! (ATA, 2016, p. 199).

Outra regra que decorre dos **pressupostos do debate**, para Angenot (2008), é a **disposição a argumentar**, da qual decorre uma outra, que é a **disposição a mudar de ideia**. Efetivamente, ao se aceitar entrar em uma discussão, aceita-se, necessariamente, que há um ponto de vista contrário, e que a certeza de um ou de outro não é universalmente aceita. Empreender uma argumentação implica envidar esforços para persuadir alguém que, em princípio, dispõe de visões contrárias em relação ao tópico a ser debatido. Nas palavras de Angenot,

Quem está disposto a debater deve colocar as cartas na mesa, deve fornecer seus argumentos quando se pede e os submeter à apreciação. Discutir, comunicar-se com os outros, não significa afirmar algo unanimemente, confessar publicamente suas convicções, suas certezas e se desresponsabilizar do resto. É preciso também “dar as razões”, ao menos é o que se espera [...]. Não expressar suas razões, recusar-se a isso é a forma de violência comunicacional por excelência (ANGENOT, 2008, p. 139, tradução nossa<sup>125</sup>).

Corolário da disposição a argumentar é a disposição a mudar de ideia. É que, se a comunicação é pautada pela persuasão, e não pela imposição, é natural que, diante de uma argumentação mais forte que a sua, um interlocutor esteja disposto a abdicar de suas convicções e a aceitar mudar de ideia. Continua Angenot,

Uma regra correlata [...] é aquela segundo a qual todo debatedor deve, antes de entrar em uma discussão e para que esta tenha chance de ser “útil”, estar disposto a admitir que é o seu interlocutor que tem razão; é preciso correr o risco de ser conduzido a

---

<sup>125</sup> Qui est disposé à débattre doit mettre « carte sur table », il doit donner ses arguments quand on les lui demande et les soumettre à appréciation. Discuter, communiquer avec les autres, ce ne saurait être affirmer tout uniment, confesser publiquement ses convictions, ses certitudes et s'en tenir là. Il faut justement « donner ses raisons », du moins, on s'y attend [...]. Ne pas donner de raisons, refuser d'en donner est la forme par excellence de la violence communicationnelle.

mudar radicalmente de ideia e de o fazer com boa vontade (ANGENOT, 2008, p. 141, tradução nossa<sup>126</sup>).

Nos discursos do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, muito se viu, ao contrário, da indisposição a argumentar e a mudar de ideia. Um exemplo é o voto de Ezequiel Teixeira (PTN-RJ), que se restringiu a dizer “contra a república da Jararaca” (ATA, 2016, p. 72) para justificar a saída de Dilma Rousseff da presidência.

A metáfora da “jararaca” refere-se à Lula, que, ao ter sido coercitivamente pela Polícia Federal para prestar esclarecimento, em um espetáculo midiático que causou sensação nacional, o ex-presidente havia dito: “se quiseram matar a jararaca, não fizeram direito, pois não bateram na cabeça, bateram no rabo, porque a jararaca está viva” (MACEDO, 2016).

Na justificativa de seu voto, ao recusar-se a fornecer as suas razões, limitando-se a afirmar categórico e dogmaticamente que prefere a saída de Dilma porque está contra tudo que está aí (a “república da Jararaca”), Ezequiel Teixeira furta-se ao debate crítico, recusando-se argumentar e, conseqüentemente, a mudar de ideia, apenas visando aniquilar o partido opositor.

A mesma análise pode ser feita para a fala de Rubens Bueno (PPS-PR), que prefere a eliminação de seu adversário político, defendendo a punição de “todos os seus integrantes”:

A corrupção está associada à marca do PT e hoje faz parte indissociável do seu DNA. É hora de retirar essa organização criminosa do poder e trabalhar para que **todos os seus integrantes sejam punidos** (ATA, 2016, p. 80).

Quanto à indisposição a mudar de ideia, ela pode ser observada, por exemplo, pelo uso de falas coletivas, de *slogans*, como “minha bandeira nunca será vermelha”, como nos dois casos abaixo:

1) André Moura (PSC-SE):

Falam que o Brasil está dividido em duas forças antagônicas. De um lado milhões e milhões de brasileiros que clamam por justiça e esperam que este Parlamento diga “sim” ao *impeachment* e que possamos viver um novo tempo no Brasil. De outro lado, uma minoria ruidosa e raivosa que quer se perpetuar no poder, abraçado em um projeto político falido que acabou, e que nós vamos agora dar um basta definitivo. Chegou a hora, a hora da grande decisão. Vamos ficar ao lado de milhões e milhões de brasileiros que lotam as ruas deste país [...]. Depende de cada um de nós, da nossa consciência, de quem ama este País, esta Nação e esta Pátria, de quem veste o verde-

---

<sup>126</sup> Une règle corrélatrice [...] est que tout débatteur doit, avant de s’engager dans une discussion et pour que celle-ci ait une chance d’être « utile », être prêt à admettre que c’est son interlocuteur qui a raison ; il faut prendre le risque d’être amené à changer radicalement d’avis et de le faire de bonne grâce.

amarelo, porque a **nossa cor não é o vermelho e não será nunca!** A nossa cor é verde-amarelo! (ATA, 2016, p. 78).

## 2) Fernando Francischini (SD-PR):

Sr. Presidente, como Delegado da Polícia Federal, meu voto vai pelo fim da facção criminosa “lulopetista”, fim da “pelegagem” da CUT, fim da CUT e seus marginais. Viva a *Lava-Jato*, a República de Curitiba! **E a minha bandeira nunca será vermelha!** “Sim”, Presidente! (ATA, 2016, p. 148).

Viu-se *supra* o significado da cor vermelho no interior da guerra cultural no Brasil e em algumas partes do mundo, normalmente associada ao campo de esquerda progressista (nos EUA, é o contrário, diga-se de passagem). Quando um deputado diz que “nossa cor não é o vermelho e não será nunca”, ele demarca sua posição intransigente na guerra cultural, demonstrando uma indisposição a mudar de ideia, a considerar os argumentos do campo oposto, a entender as razões alheias. A justificativa de seu voto, ao contrário, baseia-se essencialmente no pertencimento a um grupo, solapando pela base toda possibilidade de argumentação. Se o deputado é a favor do *impeachment* por “nunca ser vermelho”, não há trabalho crítico que o faça dissuadir de seus propósitos.

Para Danblon, essa atitude de abolir a posição individual, substituindo-a por uma fala coletiva e acreditando estar do bom lado da história de uma vez por todas é ingênuo, típica das sociedades mágicas ou fechadas pautadas pelo dogmatismo de concepções:

Ao invés de se considerarem os princípios em sua legitimidade ou em sua pertinência em relação ao debate, ao invés de os examinar com vistas a criticá-los, reivindicam-se os mesmos na forma de *slogans*, amalgamando suas vozes a de uma coletividade que confere sua autoridade anonimamente [...]. Ao contrário, em uma sociedade aberta, os valores possuem racionalidade porque são criticáveis. E a crítica é forçosamente individual [...]. Um tal exercício tem o mérito de enfatizar que nenhuma afirmação é em si evidente, que toda posição, mesmo a mais aceita, deve ser argumentada. O hábito do banimento conduz muitos de nós a crer que estão do bom lado da história de uma vez por todas. Em uma sociedade aberta, trata-se de uma ilusão perigosa, cuja inocência conduz diretamente ao dogmatismo (DANBLON, 2004, p. 39-41, tradução nossa<sup>127</sup>).

<sup>127</sup> Au lieu de considérer les principes dans leur légitimité ou dans leur pertinence par rapport au débat, au lieu de les examiner en vue de les critiquer, on les clame comme des slogans, on joint sa voix à la voix d'une collectivité qui puise son autorité de son caractère anonyme [...]. À l'inverse, dans une société ouverte, les valeurs tirent leur rationalité du fait même qu'elles sont critiquables. Or la critique est forcément individuelle [...]. Un tel exercice aurait le mérite de souligner qu'aucune affirmation n'est en soi évidente, que toute position, même parmi les plus partagées, doit s'argumenter. L'habitude de bannissement conduit bon nombre d'entre nous à croire qu'ils sont du bon côté une fois pour toutes. Dans une société ouverte, il s'agit d'une illusion dangereuse dont la naïveté conduit directement au dogmatisme.

Esse aspecto de tomar uma fala coletiva para, julgando-se do bom lado da história de uma vez por todas, para justificar determinada tomada de posição, prescindindo da argumentação crítica própria das sociedades abertas, parece ser um outro traço da Retórica da Guerra Cultural.

## CONCLUSÃO

Uma das conclusões a que se chega, quanto à votação do *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, é que os proferimentos foram atravessados por uma polêmica pública de fundo que concerne aos embates culturais presentes na sociedade brasileira. Dilma Rousseff, quando popular e quando o país não sofria os impactos de uma crise econômica, fazia parte de uma coligação bastante heterogênea, incluindo setores conservadores da sociedade, pertencentes às bancadas da bala, ruralista e religiosas, por exemplo.

No entanto, tendo sua popularidade caído, os impactos da crise econômica se fazendo observar, e as manifestações conservadoras da população aumentando, através do acesso direto ao espaço público pelas redes sociais e das grandes marchas pró-*impeachment*, muitos deputados desembarcaram do governo, dando fim ao chamado “consenso de esquerda” explicado no Capítulo 3. Assim, os deputados favoráveis à saída da presidente foram, em sua maioria, aqueles que apresentaram marcas de um discurso da matriz ideológica da direita conservadora, ao passo que os que se opuseram ao *impeachment* se mostraram pertencentes ao outro polo da guerra cultural, da esquerda progressista.

Conclui-se, também, por conseguinte, que o **auditório** no contrato de comunicação do discurso político do *impeachment* exerceu papel central na orientação argumentativa dos parlamentares, já que o aumento do conservadorismo observado em seus discursos coincidiu com o recrudescimento das manifestações conservadoras na instância cidadã, notadamente após as grandes manifestações de 2013.

Não que esse período tenha sido o início de um aumento da cultura conservadora do Brasil. Como abordado no Capítulo 3, através de análises baseadas em teóricos clássicos do brasilianismo, confrontados com pesquisas de opinião pública, não é de hoje que o brasileiro se apresenta como tradicionalista, desapegado das instituições democráticas e confiante nas Forças Armadas e na Igreja, comumente associadas aos valores da ordem e da família tradicional.

O que se passou foi que a voz do Brasil profundo, principalmente depois das manifestações de 2013, fez-se reverberar com mais intensidade, dando margem ao surgimento de diversos movimentos sociais de direita que se articularam através das redes sociais, cada vez mais utilizadas pelos brasileiros, conferindo-lhes acesso direto aos representantes políticos, por meio, por exemplo, de comentários instantâneos. De acordo com pesquisa realizada pela *GlobalWebIndex*, no mundo, o Brasil é o segundo país que mais usa redes sociais, perdendo apenas para Filipinas (DINO, 2019).

Esse acesso direto ao espaço público por parte da população, assim, pode ter surtido efeito na orientação argumentativa dos representantes políticos de direita. Se, após a ditadura militar, eles se encontravam recalçados, reticentes em se mostrar como conservadores, pelo ranço negativo que as palavras “direita” e “conservador” carregavam devido à experiência do regime militar que perseguiu, censurou e torturou; com a maior circulação no espaço público dos discursos de direita, os conservadores se viram menos complexados em expressarem suas opiniões em público. Quando do estudo da instância política e adversária feito Capítulo 3, foi possível perceber como os parlamentares perderam aos poucos o pudor de se dizerem de direita.

Efetivamente, entre os que votaram a favor do *impeachment*, percebeu-se o recurso predominantemente a elementos dóxicos e a valores da direita conservadora, como a introdução de uma cena religiosa nos pronunciamentos, a menção aos valores da família tradicional e um segregacionismo típico de uma matriz ideológica de direita, segundo Charaudeau (2016), de cunho chauvinista (sobretudo regional). Do outro lado da polêmica, os defensores de Dilma apresentaram um discurso baseado em lugares da esquerda progressista, com a defesa da democracia e de ideais igualitários, em prol dos mais pobres, dos mais frágeis e das minorias.

Do ponto de vista dos partidos, foram exatamente aqueles classificados por meio de análises teóricas e de pesquisas de opinião como de direita que encamparam a tese do *impeachment*. Por outro lado, partidos mais tradicionalmente ligados à esquerda votaram de forma quase unânime contra a saída de Dilma Rousseff.

Através do *corpus* de apoio representado pela votação de admissibilidade do *impeachment* na Câmara do Deputados, esperou-se contribuir para o entendimento dessas circunstâncias que conduziram à queda de Dilma Rousseff, mas também para pensar o que se denominou aqui de **Retórica da Guerra Cultural (RGC)**.

Analisando as interações de parlamentares que empreenderam discursos típicos de matrizes ideológicas próprias dos embates culturais, observou-se, em primeiro lugar, a “**interincompreensão constitutiva**” (MAINGUENEAU, 2008) ou o “**diálogo de surdos**” (ANGENOT, 2008), tendo em vista que os votantes apresentaram, em diferentes graus, dificuldades em escutar as razões do polo oposto e, assim, obstaculizaram o fluxo comunicacional.

Decorrente desse primeiro aspecto, uma outra característica da RGC seria a de ser pautada pela **dicotomização**, tal como esse conceito é pensado por Amossy (2014). Não se trata da mera polarização inerente a toda argumentação crítica, mas de uma diferenciação entre duas **polêmicas públicas**, que transcendem um assunto específico ao representarem visões diferentes de mundo que precedem a enunciação.

Em contexto de dicotomização, parece ser frequente, na RGC, a **lógica maniqueísta** (ANGENOT, 2008), que tende a representar o campo amigo como pertencente a uma verdade absoluta, ao bem supremo, em contraposição ao adversário, o vilão por excelência, responsável por toda decadência moral do mundo.

Corolário de todos esses fatores, a linguagem da RGC apresenta-se como **unifocal** (MAINGUENEAU, 2008), no sentido de que existe uma **visada de aniquilação da voz do adversário**. Não que um discurso próprio dos embates culturais não seja dialógico, pensando naquela categoria do dialogismo constitutivo proposta por Bakhtin (1992). É que, em função da radicalidade dos propósitos da guerra cultural, o número de marcas textuais que remetem às razões do discurso adversário, como elementos que exprimem **concessão e transigência**, tende a diminuir.

Caracterizar-se-ia, ainda, a RGC, pela recorrente **infração às regras do estilo** (ANGENOT, 2008), com o uso de termos que denotam **violência verbal** por parte do enunciador que, incapaz de escutar as razões alheias e de, por meio delas, conduzir uma argumentação crítica, parte para o insulto, ferindo as faces positiva e negativa (BROWN & LEVINSON, 1997) do adversário.

Um outro traço da RGC seria o **desprezo pelas regras do suporte** ou do contrato de comunicação estabelecido entre os parceiros, normalmente ferindo a **regra da pertinência** (ANGENOT, 2008; GRICE, 1979), ao se **desviar do assunto** para a imposição da pauta cultural do locutor.

A RGC também se apresenta como aquela em que se percebe a infração àquilo que Angenot (2008) denomina de “**regras do debate**”, ao se **inverter o ônus da prova**, por meio **da retórica conspiratória e da denúncia** (DANBLON, 2004). Nesse caso, o falante se desresponsabiliza por suas acusações, deixando de fundamentá-las e obstaculizando, assim, a argumentação crítica do espaço público das sociedades abertas. Essa ausência de fundamentação faz com que a RGC se apresente sob as vestes de um **discurso dogmático infantilizado**, já que a ênfase está na proteção de quem acusa, e não em sua responsabilidade de fornecer provas (DANBLON, 2004).

No caso da retórica da conspiração, esta pressupõe um **pathos de ressentimento** (acompanhado do ódio, da inveja e/ou da indignação) de se estar no polo passivo de uma suposta relação de dominância proporcionada por um complô de forças secretas, das quais o falante se regozija de pretender descobrir os mecanismos, sem oferecer provas para tal (ANGENOT, 2008).

É por isso que se pode dizer, também, que, na RGC, prevalece um *ethos de expert* (DANBLON, 2004), porque, apesar de se declarar um *outsider* do sistema e, portanto, distante do meio acadêmico *mainstream*, o orador deixa transparecer sua capacidade de desvelar pretensas relações espúrias de dominação que estão a deixá-lo em sua posição atual de inferioridade (ANGENOT, 2008).

A esse *ethos de expert*, junta-se um *ethos de credibilidade* (CHARAUDEAU, 2005), exatamente pelo fato de o conspirador se mostrar distante das forças que ele condena (“capital”, “grande mídia”, “professores doutrinadores” etc.), revelando-se, assim, “purificado” e livre de suspeitas.

Pode-se mencionar, finalmente, que a RGC apresenta-se como aquela em que os sujeitos se mostram como **indispostos a argumentar e a mudarem de ideia**, o que, para Angenot (2008), seria mais um caso de infração das regras do debate, podendo-se acrescentar, com Danblon (2004), infração sobretudo das regras do debate democrático das sociedades abertas. É que não faz sentido entrar em um debate crítico, buscar fundamentos, se tudo será em vão, se os interlocutores já se indispõem, *a priori*, a saírem de si, a se descentrarem e a entenderem as razões do Outro, permanecendo em seu campo cultural.

Em resumo, a RGC poderia ser caracterizada como no seguinte quadro, o que pode ser testado futuramente por outros pesquisadores por meio de outros *corpora* e contextos de análise. Trata-se de uma **tendência** de características que podem aparecer em menor ou maior grau, a depender do caso específico:

### Quadro 5 - Retórica da Guerra Cultural

#### Retórica da Guerra Cultural

- Interincompreensão
- Dicotomização
- Unifocalidade
- Desproteção das faces
- Maniqueísmo
- Desvio do assunto
- Crítica substituída por uma fala coletiva
- Inversão do ônus da prova
- Dogmatismo
- Infantilização
- Denuncismo
- Conspiracionismo
- Vitimização
- *Pathos* de ressentimento, ódio, inveja e/ou indignação
- *Ethos* de *expert* e de credibilidade
- Indisposição a argumentar e a mudar de ideia

Fonte: elaboração do autor.

Seria ingênuo defender a inexistência de fraturas ideológicas sociais, de divergências de visões de mundo, de valores e de regimes de verdades. Em um Estado Democrático de Direito, é desejável que essas diferenças coexistam. O problema talvez esteja na forma de gerir o conflito, sem uma estruturação de base do espaço público que permita que os mais diversos atores sociais compreendam a palavra alheia e possam, assim, proceder à argumentação crítica (inclusive dos valores os mais sacralizados) que se espera em uma sociedade aberta.

As consequências mais graves do *impeachment* de Dilma Rousseff talvez não se deem em função do resultado das votações no Parlamento, mas na cultura política antidemocrática brasileira que nele se deixou transparecer, alimentando-a pelo populismo ao invés de contestá-la pelo uso crítico da argumentação.

Assim, espera-se que esta pesquisa, além de contribuir para entender a situação do *impeachment*, o contexto de fala dos deputados, a importância do auditório para a argumentação, bem como os mecanismos próprios da RGC; espera-se também que possa inspirar, indiretamente, educadores a pensar em modelos educativos que priorizem a gestão da coisa pública por meio da argumentação crítica, que pressupõe o respeito, a tolerância, a escuta e o pluralismo de ideias, tendo em vista a preservação das instituições democráticas. Temas para outros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- A GUERRA JURÍDICA do impeachment: do que Dilma é acusada ? **El País**. 30 de ago. 2016. Disponível em : < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248\\_958761.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html) >. Acesso em: 25 de out. 2019.
- A PERDA de direito políticos. **Exame**. 22 de jun. 2017. Disponível em : < <https://exame.abril.com.br/brasil/a-perda-de-direitos-politicos/> >. Acesso em 25 de out. 2019.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n.1, 1998, p. 5-32.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALHANATI, Yuri. O que restou das jornadas de junho? **Gazeta do Povo**. 23 de nov. 2013. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-que-restou-das-jornadas-de-junho-3taxtogmq212tube76k7o7wb2/> >
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. São Paulo: Record, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- AMORIM, Felipe. Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da oposição contra Dilma. **UOL**. 02 de dez. 2015. Disponível em : < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/eduardo-cunha-impeachment.htm> >. Acesso em: 25 de out. 2019.
- AMORIM, Felipe. Veja 8 razões a favor e contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff. **UOL**. 21 de out. 2015b. Disponível em : < <https://noticias.uol.com.br/politica/listas/veja-argumentos-a-favor-e-contra-o-impeachment-de-dilma.htm> >. Acesso em: 25 de out. 2019.
- AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Armand Colin: Paris, 2006.
- AMOSSY, Ruth. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Armand Colin, 2005.
- ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; FÁVERO, Leonor L. Cortesia verbal e ensino de língua: reflexões sobre competência comunicativa, jogo interpessoal e normatividade. **Filologia e Linguística portuguesa**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan./jun. 2015, p. 101-129. Disponível em : < <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/109108> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. *In*: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3a ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ANGENOT, Marc. **Dialogues de sourds**: traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et une nuits, 2008.

ANTINARELI, Fernando. Sobre os vagabundos grevistas: o texto que viralizou nas redes sociais. **Pragmatismo Político**. 28 de abr. 2017. Disponível em : < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/sobre-os-vagabundos-grevistas-o-texto-que-viralizou-nas-redes-sociais.html> >. Acesso em: 11 de out. 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, Thiago de. **Pró-união gay, contra o machismo e o aborto**: Partido da Mulher Brasileira é o 35.º do Brasil após decisão do TSE. Huffpost. 30 de ago. 2015. Disponível em: < [https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/30/pro-uniao-gay-contra-o-machismo-e-o-aborto-partido-da-mulher-b\\_a\\_21689618/](https://www.huffpostbrasil.com/2015/09/30/pro-uniao-gay-contra-o-machismo-e-o-aborto-partido-da-mulher-b_a_21689618/) >. Acesso em: 03 de out. 2019.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e accountability. **Revista Lua Nova**, n. 55-56, 2002.

ARISTÓTELES. Retórica. *In*: **Obras Completas de Aristóteles**. Coord. MESQUITA, Antônio Pedro. Vol. III, Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. **Processo legislativo e orçamento público**: a função de controle do parlamento. 2009. 299f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Direito. São Paulo, 2008.

ATA da 91ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de abril de 2016. Sessão: 091.2.55.0. Departamento de taquigrafia, revisão e redação. **Câmara dos Deputados**. Brasil.

AUERBACH, Morton. **The Conservative Illusion**. New York: Columbia University Press, 1959.

ÁUDIOS COMPLICAM Dilma e Lula. **Época**. 16 de mar. 2016. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/audios-complicam-dilma-e-lula-acompanhe.html> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BAAKLINI, Abdo I. **O Congresso e o sistema político do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume/Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BARONE, F. **Immagini filosofiche della scienza**. Roma: Laterza, 1983.

BARROSO compara Supremo a árbitro e diz que corte não tem lado no “Fla-Flu”. **Consultor Jurídico**. 28 de mar. 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-mar-28/barroso-compara-stf-arbitro-corte-nao-lado-fla-flu> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BATISTA, Henrique Gomes. Na OEA, EUA e Argentina rejeitam tese de que impeachment é golpe. **O Globo**. 18 de mai. 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/na-oea-eua-argentina-rejeitam-tese-de-que-impeachment-golpe-19333990> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BAYLEY, Stephen. Robert Mapplethorpe: bad boy with a camera. **The Spectator**. 02 de abr. 2016. Disponível em: < <https://www.spectator.co.uk/2016/04/robert-mapplethorpe-bad-boy-with-a-camera/> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BAZERMAN, Charles. Atos de Fala, Gêneros Textuais e Sistemas de Atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. *In*: DIONÍSIO, Angela Paiva. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEDINELLI, Talita. Dilma não “pedalou”, mas autorizou decretos sem aval do Congresso, diz perícia. **El País**. 28 de jun. 2016. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634\\_118457.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html) >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BERLUSCONI fa causa a Repubblica. **La Stampa**. 28 de ago. 2009. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20090831093607/http://www.lastampa.it/redazione/cmsSezioni/politica/200908articoli/46749girata.asp> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BLOCH, Avital. El neoconservadorismo en Estados Unidos: una historia concisa. *In*: NÚÑEZ, Silvia; VEEA, Mônica (coords.). **El conservadorismo en Estados Unidos y Canadá: tendencias y perspectivas hacia el fin del milenio**. Ciudad del Mexico: UNAM, 1997, p. 49-74.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLSONARO DIZ que oposição terá culpa se benefícios de mais pobres forem cortados. **Folha de S. Paulo**. 09 de jun. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/bolsonaro-diz-que-oposicao-tera-culpa-se-beneficios-de-mais-pobres-forem-cortados.shtml> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BRASIL É O PAÍS que mais mata travestis e transexuais. **Estado de Minas**, 2017. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara.852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>. Acesso em 06 de set. 2017.

BRASIL’S RISING TURBULENCE. **The New York Times**. 17 de ago. 2015. Disponível em: < [https://www.nytimes.com/2015/08/18/opinion/brazils-rising-turbulence.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2015/08/18/opinion/brazils-rising-turbulence.html?_r=0) >. Acesso em: 06 de nov. 2016.

BRASILE, ok a impeachment Rousseff. La presidente è “indignata”. **Rep.**. 03 de dez. 2015. Disponível em: <

[https://www.repubblica.it/esteri/2015/12/03/news/brasile\\_ok\\_a\\_impeachment\\_rousseff\\_la\\_pridente\\_e\\_indignata\\_-128675077/?refresh\\_ce](https://www.repubblica.it/esteri/2015/12/03/news/brasile_ok_a_impeachment_rousseff_la_pridente_e_indignata_-128675077/?refresh_ce) >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BRESCIANI, Eduardo. Para Cunha, corrupção na Petrobrás é “ilação”. **O Globo**. 04 de dez. 2015. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/para-cunha-corrupcao-na-petrobras-ilacao-18216491> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BRETON. **Political extremism and rationality**. Cambridge: UP, 2002.

BRITO, Gisele. PM vandaliza São Paulo, prende mais de 150, bate em jornalistas e sonega informações. **Rede Brasil Atual**. 13 de jun. 2013. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/pm-de-sao-paulo-realiza-prisoas-em-massa-e-se-recusa-a-dar-informacoes-2575/> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BUARQUE, Daniel. Em editoriais, imprensa estrangeira se coloca contra impeachment no Brasil. **Brasilianismo**. 18 de ago. 2015. Disponível em: < <https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2015/08/18/em-editoriais-imprensa-estrangeira-se-coloca-contra-impeachment-no-brasil/> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. A contract with the unborn. **Reading List**. 21 de jan. 1995b. Disponível em: < <http://www.theamericancause.org/contract.htm> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. 1996 Announcement Speech. **Articles, Letters, and Speeches**. 20 de mar. 1995. Disponível em : < <https://web.archive.org/web/20061211120515/http://www.buchanan.org/pa-95-0320-announce.html> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. Can America Transcend Race? **The American Cause**. 24 de set. 2003. Disponível em: < <http://www.theamericancause.org/patcanamericatranscendrace.htm> >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. Is Catholicism now ‘unacceptable’ ? **The American Cause**. 20 de jun. 2006. Disponível em : < [http://www.theamericancause.org/print/062006\\_print.htm](http://www.theamericancause.org/print/062006_print.htm) >. Acesso em : 15 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. The agressors in the culture wars. **The American Cause**. 8 de mar. 2004. Disponível em : < <http://www.theamericancause.org/patculturewars.htm> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

BUCHANAN, Patrick J. The death of the West. 14 de jan. 2002. **Common Wealth Club**. Disponível em : < <https://web.archive.org/web/20090116001625/http://www.commonwealthclub.org/archive/02/02-01buchanan-speech.html> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

BUICH, Nora. Origem da palavra companheiro. **Esquerda Diário**. 19 de set. 2016. Disponível em : < <https://www.esquerdadiario.com.br/Origem-da-palavra-companheiro> >. Acesso em: 08 de out. 2019.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

CAMARGO, Renata. 82% da população é contra aborto. **Congresso em Foco**. 05 de dez. 2009. Disponível em : < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/vox-populi-82-da-populacao-e-contra-aborto/> >. Acesso em: 21 de ago. 2019.

CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. « Ideologia de gênero »: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 32, n. 3, set./dez. 2017.

CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História: História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999.

CAMPOS, Leonildo. **Evangélicos nas eleições de 2002**: os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2003, p. 83-100.

CANCELLA, Emanuel. Sérgio Moro, um juiz a serviço da TV Globo e do PSDB. **Carta Maior**. 18 de jun. 2015. Disponível em : < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sergio-Moro-um-juiz-a-servico-da-TV-Globo-e-do-PSDB/4/33770> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CANES, Michelle; RICHARD, Ivan. Teori critica Ministério Público e ‘espetacularização’ em denúncia contra Lula. **Agência Brasil**. 04 de out. 2016. Disponível em : < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/teori-critica-ministerio-publico-e-espetacularizacao-em-denuncia-contr> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CAPETTI, Pedro; COUTO, Marien. Mais Médicos: após saída de cubanos, 42% das cidades têm vagas abertas. **O Globo**. 25 de maio 2019. Disponível em : < <https://oglobo.globo.com/brasil/mais-medicos-apos-saida-de-cubanos-42-das-cidades-tem-vagas-abertas-23694511> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CARDIA, Nancy (coord.). **Pesquisa nacional por amostragem domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de Direitos Humanos e violência**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 37, 1993, p. 21-35.

CARNEIRO, Mariana. Líderes de países do Mercosul prestam apoio a Dilma por impeachment. **Folha de S. Paulo**. 21 de dez. 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721653-presidente-do-uruguai-se-diz-solidario-a-dilma-por-impeachment.shtml> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CARVALHO, Rafaela. Estudantes enfrentam desafios para desenvolver pesquisas. **Tribuna de Minas**. 15 de abr. 2018. Disponível em: < <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/15-04-2018/estudantes-enfrentam-desafios-para-desenvolver-pesquisas.html> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CASTRO, Araújo. **A Constituição de 1937**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1938.

CASTRO, José Roberto. Quanto a população brasileira já perdeu com a crise econômica. **Nexo**. 17 de set. 2017. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/17/Quanto-a-população-brasileira-já-perdeu-com-a-crise-econômica> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CBJP divulga nota sobre a decisão de acolhida de pedido de impeachment contra a presidente Dilma. **CNBB**. 03 de dez. 2015. Disponível em: < <https://www.cnbb.org.br/cbjp-divulga-nota-sobre-sobre-a-decisao-de-acolhida-de-pedido-de-impeachment-contra-a-presidente-dilma/> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CECIL, Hugh. **Conservatism**. London: Thornton Butterworth, 1912.

CEPAL manifesta su preocupación ante amenazas a la democracia brasileña. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. 22 de mar. 2016. Disponível em: < <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-manifiesta-su-preocupacion-amenazas-la-democracia-brasilena> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: Discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CHADE, Jamil. Ex-ministro do STF defende legalidade do impeachment. **Estadão**. 26 de mar. 2016. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ex-ministro-do-stf-defende-legalidade-do-impeachment,10000023261> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CHAER, Márcio; MATSUURA, Lilian. Perfil: Ives Gandra da Silva Martins, advogado. **Consultor Jurídico**. 04 de ago. 2007. Disponível em: < [https://www.conjur.com.br/2007-ago-04/ives\\_gandra\\_silva\\_martins\\_advogado?pagina=3](https://www.conjur.com.br/2007-ago-04/ives_gandra_silva_martins_advogado?pagina=3) >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CHAGAS, Angela. Deputado. Opção sexual é assunto da vida privada, não da escola. **Terra**. 23 de mai. 2012. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/educacao/deputado-opcao-sexual-e-assunto-da-vida-privada-nao-da-escola,2d6a42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche? *In*: CORCUERA, F. et alii (org.). **Les discours politiques**. Regards croisés. Paris: L'Harmattan, 2016, p.32-43.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours politique: les masques du pouvoir**. Paris: Librairie Vuibert, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. *In*: BOYER, H. (dir.). **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Paris: L'Harmattan, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. **Langages**. Ano 29, n. 117, 1995, p. 96-111.

CHASIN, J. “Posfácio: Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”. *In*: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. Editora Ensaio, 1995.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. Juiz condena Ustra por sequestro e tortura. **Folha de S. Paulo**. 10 de out. 2008. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm> >. Acesso em: 03 de out. 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CONQUISTAS NO CONGRESSO e no STF não diminuem protestos. **Exame**. 26 de jun. 2013. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/conquistas-no-congresso-e-no-stf-nao-diminuem-protestos/> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CORTÁZAR, Naiara Galarraga. Olavo de Carvalho, o onipresente oráculo do bolsonarismo. **El País**. 13 de abr. 2019. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232\\_670246.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html) >. Acesso em: 21 de ago. 2019.

COSTA, Daiane; CORRÊA, Marcello; GONÇALVES, Kátia. Economia encolhe 3,5% em 2016, e país tem pior recessão da História. **O Globo**. 07 de mar. 2017. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/economia-encolhe-36-em-2016-pais-tem-pior-recessao-da-historia-21022917> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

COSTA, Flávio; AMORIM, Felipe; PRAZERES, Leandro. Teori ataca atitude de Moro sobre grampos de Lula e Dilma; veja argumentos. **Uol**. 22 de mar. 2016a. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/22/em-decisao-teori-ataca-decisao-de-moro-sobre-grampos-de-lula-e-dilma.htm> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

COSTA, Kariane. Presidente do STF diz que ‘golpe’ é expressão do mundo político. **Radioagência Nacional**. 29 de mar. 2016b. Disponível em: < <http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2016-03/presidente-do-stf-diz-que-golpe-e-expressao-do-mundo-politico> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CRETTAZ, José. Héctor Magnosto: “Quisieron convertir nuestra marc en sinónimo de vergüenza”. **Josécretta.com**. 16 de jun. 2017. Disponível em: < <http://josecretta.com/medios/hector-magnosto-nos-demonizaron-quisieron-convertir-nuestra-marca-y-nuestro-logo-en-sinonimo-de-verguenza/> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

CUÉ, Carlos E. Rajoy sobre Cataluña: “Tendré que explicar mejor mis razones”. **El País**. 16 de nov. 2014. Disponível em: < [https://elpais.com/politica/2014/11/16/actualidad/1416125397\\_614042.html](https://elpais.com/politica/2014/11/16/actualidad/1416125397_614042.html) >. Acesso em: 06 de nov. 2019.

CUNHA, Eduardo. Para Eduardo Cunha, "a maioria da sociedade brasileira é conservadora". **Frente Parlamentar Evangélica**. 05 mar. 2015. Disponível em: < <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/component/k2/item/335-para-edua-rdo-cunha-a-maioria-da-sociedade-brasileira-e-conservadora> >. Acesso em: 06 de jun. 2019.

D'AGOSTINHO, Rosanne. Pedido de impeachment de Dilma: os argumentos ponto a ponto. **G1**. 03 de dez. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/pedido-de-impeachment-de-dilma-os-argumentos-ponto-ponto.html> >. Acesso em: 15 de nov. 2019.

D'ÁVILA, Luiz Felipe. **Os virtuosos**: os estadistas que fundaram a República brasileira. São Paulo: A Girafa Editora Ltda., 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Constituição e evolução do Estado brasileiro**. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. V. >XXII, 1977, p. 325-334.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANBLON, Emmanuelle. **Argumenter en démocratie**. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.

DANBLON, Emmanuelle. Les ‘théories du complot’ ou la mauvaise conscience de la pensée moderne. In: DANBLON, Emmanuelle; NICOLAS, Loïc. **Les rhétoriques de la conspiration**. Paris: CNRS Éditions, 2010.

DANBLON, Emmanuelle; NICOLAS, Loïc. Modernité et “théories du complot”: un défi épistémologique. In: DANBLON, Emmanuelle; NICOLAS, Loïc. **Les rhétoriques de la conspiration**. Paris: CNRS Éditions, 2010.

DANTAS, Tiago; MOTTA, Danilo. Levy Fidelix ofende gays em debate e causa revolta nas redes sociais. **O Globo**. 29 de set. 2014. Disponível em : < <https://oglobo.globo.com/brasil/levy-fidelix-ofende-gays-em-debate-causa-revolta-nas-redes-sociais-14076995> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

DEJEAN, Joan. **Ancient against moderns**. Culture Wars and the Making of a Fin de Siècle. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP. **Radiografia do Novo Congresso** - Legislatura 2015-2019. Brasília: Estudos Políticos do Diap, 2014. Disponível em: < <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014> >. Acesso em: 12 de ago. 2019.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

DINO. Brasil é o segundo país que mais usa redes sociais. **Terra**. 18 de out. 2019. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/dino/brasil-e-o-segundo-pais-que-mais-usa-redes-sociais,9e03350563269be3354902c0b37bebc3cllv7m05.html> >. Acesso em: 21 de out. 2019.

DONOT, Morgan; EMEDIATO, Wander. La construction de la figure des leaders: ethos, identité et charisme en perspective compare. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**, n. 7, 2015. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rfsic/1588?lang=en> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer & A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

EM CRESCIMENTO, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. **Agência Brasil**. 18 de out. 2018. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso> >. Acesso: 15 de nov. 2019.

EM DEPOIMENTO a ativista, Celso de Mello defende impeachment como instrumento legítimo. **O Globo**. 26 de mar. 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/em-depoimento-ativista-celso-de-mello-defende-impeachment-como-instrumento-legitimo-18961002> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

EM NOTA, CONIC defende respeito às regras da democracia. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**. 03 de dez. 2015. Disponível em: < <https://www.conic.org.br/portal/noticias/1695-em-nota-conic-defende-respeito-as-regras-da-democracia> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

EMÍLIO SURITA é criticado por frase machista contra jornalista. **R7 Planalto**. 13 de jun. 2016. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/emilio-surita-e-criticado-por-frase-machista-contrajornalista-13062019> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

ENVIRONMENTALISM is yet another new religion. **On the Issues**. 18 de out. 2011. Disponível em: < [https://www.ontheissues.org/Celeb/Pat\\_Buchanan\\_Environment.htm](https://www.ontheissues.org/Celeb/Pat_Buchanan_Environment.htm) >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

ESPADA, João Carlos. **A tradição anglo-americana da liberdade**. Um olhar europeu. Cascais: Princípiã, 2008.

FACEBOOK EXCLUI páginas de 'rede de desinformação'; MBL fala em 'censura'. **G1**. 25 de jul. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: a formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

FINANCIAL TIMES backs conservatives. **Reuters**. 03 de mai. 2010. Disponível em: < <https://uk.reuters.com/article/uk-britain-election-ft/financial-times-backs-conservatives-idUKTRE64304Z20100504> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo. **Uma nação com alma de igreja**: religiosidade e políticas públicas nos EUA. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FORÇA TAREFA Lava-Jato recebe prêmio da Ajufe. **MPF**. 02 de jun. 2016. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-lava-jato-recebe-premio-da-ajufe> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2014.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Câmara dos Deputados**: síntese histórica. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FRIZELL, Sam. GOP shows white supremacist's tweet during Trump's speech. **Time**. 22 de jul. 2016. Disponível em: < <https://time.com/4418591/republican-convention-white-supremacist-tweet/> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru: Edusc, 2001.

GALHARDO, Ricardo; TRUFFI, Renan. Secretário de cultura defende mudanças nos mecanismos de controle da Lei Rouanet. **Terra**. 02 de jan. 2019. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/secretario-de-cultura-defende-mudancas-nos-mecanismos-de-controle-da-lei-rouanet,07173c44872fd97c6a03a8737f3d3d8dx5j521ba.html> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

GARCIA, Carolina. Bolsonaro é o mais indicado à Presidência, diz integrante do Revoltados Online. **Último Segundo**. 13 de mar. 2015. Disponível em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-13/bolsonaro-e-o-mais-indicado-a-presidencia-diz-integrante-do-revoltados-online.html> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

GARCIA, Giselle. Entenda a crise econômica. **Agência Brasil**. 15 de mai. 2016. Disponível em: < <http://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica> >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

GARIN, E. **L'Umanesimo italiano**. Florença: Sansoni, 1981.

GATINOIS, Claire. La présidente du Brésil visée par une procédure de destitution. **Le Monde**. 03 de dez. 2015. Disponível em: < [https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2015/12/03/au-bresil-dilma-rousseff-menacee-par-une-procedure-de-destitution\\_4822632\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2015/12/03/au-bresil-dilma-rousseff-menacee-par-une-procedure-de-destitution_4822632_3222.html) >. Acesso em: 16 de nov. 2019.

GLOBALISM, a far-right conspiracy buoyed by Trump. **The New York Times**. 03 de mar. 2016. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2016/11/15/us/politics/globalism-right-trump.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

GOFFMAN, E. **Les rites d'interaction**. Paris: Éditions de Minuit, 1974.

GOMES, Olímpio. Número de ex-policiais eleitos deputados aumenta 25%. **Terra**. 07 out. 2014. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/numero-de-ex-policiaiseleitos-deputados-aumenta-25,227a8ce1ec9e8410VgnCLD200000b-2bf46-d0RCRD.html> >. Acesso em: 14 jun. 2019.

GONÇALVES, Rafael. **Bancada evangélica?** Uma análise do Discurso Parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal. 2011. 218f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

GOVERNO LIBERA 1,13 bi em emendas parlamentares em semana de reforma. **Isto é**. 09 de set. 2019. Disponível em: < <https://istoe.com.br/bolsonaro-libera-r-113-bi-em-emendas-parlamentares-em-semana-de-reforma/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

GRACIO, Rui. **Para uma teoria geral da argumentação:** questões teóricas e aplicações didáticas. 2010. 446f. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GREENWALD, Gleen; MARTINS, Rafael Moro; SANTI, Alexandre de. 'Não é muito tempo sem operação?'. **The Intercept Brasil**. 09 de jun. 2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

GRICE, Paul. Logique et conversation. **Communications**, n. 30, 1979.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GROSS, Michael. Kulturkampf and Unification: German Liberalism and the War Against the Jesuits. Cambridge, **Central European History**, v. 30, n. 4, 1997, pp 545-566.

HAILER, Marcelo. 20 centavos: livro resgata e discute as Jornadas de Junho. **Brasil de Fato**. 30 de janeiro de 2014. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/27279/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

HAS BRAZIL blown it? **The Economist**. 28 de set. 2013. Disponível em: < <https://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

HAUT-COMMISSARIAT aux droits de l'homme. **United Nations**. 13 de abr. 2017. Disponível em: < <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazileducation.pdf> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Rhetoric of Reaction: perversity, futility, jeopardy**. Cambridge (Massachusetts), and London (England): The Belknap Press of Harvard University Press, 1991.

HOBBS. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **The Age of Revolution: 1789-1848**. New York: Vintage Books, 1962.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLINGWORTH, H. L. **The psychology of the audience**. New York: American Book Cy, 1935.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HUNTER, James D. **Culture Wars: the struggle to define America**. New York: Basic Books, 1991.

HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, v. 51, n. 2, 1957, p. 454-473.

IMPEACHMENT DE DILMA não irá salvar o Brasil, diz imprensa estrangeira. **BBC News**. 31 de ago. 2016b. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37231508> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

IMPEACHMENT DE DILMA não resolve crise, diz Marco Aurélio. **O Tempo**. 30 de mar. 2016. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/politica/impeachment-de-dilma-nao-resolve-crise-diz-marco-aurelio-1.1270513> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

IS THE ECONOMIST left- or right-wing? **The Economist**. 03 de set. 2013. Disponível em: < <https://www.economist.com/the-economist-explains/2013/09/02/is-the-economist-left-or-right-wing> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

JAEGER, Werner. O Fedro de Platão: filosofia e retórica. *In*: JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**: São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JOAQUIM BARBOSA chama impeachment de ‘tabajara’ e ‘patético’. **G1**. 31 de ago. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/joaquim-barbosa-chama-impeachment-de-tabajara-e-patetico.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KAWAGUTI, Luis. Protestos se espalham pelo Brasil com cenas de insatisfação e revolta. **BBC News**. 18 de jun. 2013. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130617\\_manifestacao\\_sp\\_lk.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130617_manifestacao_sp_lk.shtml) >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

KEKES, John. **A case for conservatism**. New York: Cornell University Press, 1998.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les Interactions verbales**. Paris: Armand Colin, 1990.

KIT GAY quer doutrinar em vez de educar, diz Serra. **Carta Capital**. 14 de out. 2012. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-diz-serra/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

KRACOVICS, Fernanda. Outra vez, aborto e união gay na pauta eleitoral. **O Globo**. 21 de jul. 2012. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2012/outra-vez-aborto-uniao-gay-na-pauta-eleitoral-5549617> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

KRISTOL, Irving. **Neoconservatism**. The autobiography of an idea. New York: The Free

KUHN, Raymond. **The Media in France**. London: Routledge, 1994.

LARA, Gláucia Muniz Proença. Lendo textos verbais e não-verbais. **Cadernos de Semiótica Aplicada**. 2005, vol. 2, n. 7. São Paulo: Unesp.

LASTRA, Arturo Pellet. **El poder parlamentario: su origen, apogeo y conflictos**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1995.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Santiago: CAF, 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÊNIN, Vladimir I. **Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIDERANÇAS católicas e evangélicas condenam pedido de impeachment. **Folha de S. Paulo**. 07 de dez. 2015. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1715879-liderancas-catolicas-e-evangelicas-condenam-pedido-de-impeachment.shtml> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. **Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri**. 2006. 260f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Belo Horizonte, 2006.

LIPSET, Seymour. **Politics of unreason: rightwing extremism in Americas 1790-1970**. New York: Harper & Row, 1970.

LIVRO EXIBIDO por Bolsonaro no Jornal Nacional não foi comprado pelo MEC. **UOL**. 30 de ago. 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2018/08/30/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-comprado-pelo-mec.htm> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MACEDO, Fausto. ‘A jararaca tá viva’, diz ex-presidente. **Estadão**. 4 de mar. 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/o8nmF8> >. Acesso em: 05 de dez. 2017.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUÇO, Gabriela da Silva. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 45, 2013, p. 149-165.

MADEIRO, Carlos. Janot diz que lei de AL que proíbe opinião de professor é inconstitucional. **UOL**. 20 de out. 2016. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/20/janot-diz-que-lei-de-al-que-proibe-opiniao-de-professor-e-inconstitucional.htm> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MAGNET, Myron. O que é conservadorismo solidário? *In*: ESPADA, João Carlos; PLATTNER, Marc; WOLSON, Adam. **Direita e Esquerda? Divisões ideológicas no século XXI**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2007, p. 103-112.

MAGNOLI, Demétrio. Flores no jardim. **Folha de S. Paulo**. 08 de fev. 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2014/02/1409351-flores-no-jardim.shtml> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MAIA, Gustavo; GÓES, Bruno. ‘Se está sendo criticado, é sinal de que é a pessoa adequada’ para embaixada nos EUA, diz Bolsonaro sobre filho. **O Globo**. 15 de jul. 2019. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/se-esta-sendo-criticado-sinal-de-que-a-pessoa-adequada-para-embaixada-nos-eua-diz-bolsonaro-sobre-filho-23808746> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

MANIFESTAÇÕES AGRADAM a 84% dos brasileiros, diz pesquisa Ibope. **R7**. 06 de ago. 2013. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/brasil/manifestacoes-agradam-a-84-dos-brasileiros-diz-pesquisa-ibope-06082013> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU. Analysing self-constituting discourses. **Discourse studies**, vol. 1, n. 2, p. 175-199, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas de Enunciação**. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade de Gêneros de Discurso. *In*: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (orgs.). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE/UMG, p. 43-58, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar, 2008.

MAINGUENEAU, D. **L'Analyse du Discours**: introduction aux Lectures de L'archive. Hachette Université Linguistique. Université d'Amiens, Paris, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. « Les trois dimensions du polémique ». *In*: GAUDIN-BORDES. **Les registres**: enjeux stylistiques et pragmatique. Louvain-la-Neuve : Academia Bruylant, 2008, p. 109-120.

MAINGUENEAU, D. **Sémantique de la polémique**: discours religieux et ruptures idéologiques au XVII siècle. Lausanne: l'Âge d'Homme, 1983.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems in the third wave of democratization**: The Case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MARANHÃO, Fabiana; MARCHESAN, Ricardo. Parecer favorável ao impeachment de Dilma é aprovado em comissão da Câmara. **UOL**. 11 de abr. 2016. Disponível em : < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/11/comissao-vota-pela-abertura-de-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff.htm> >. Acesso em : 17 de nov. 2019.

MARCHESAN, Ricardo; AMORIM, Felipe. Por 15 votos a 5, comissão do Senado aprova relatório a favor do impeachment. **UOL**. 06 de mai. 2016. Disponível em : < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/06/votacao-do-impeachment-na-comissao-do-senado.htm> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Angela Paiva (org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARIE, Fhoutine. 13 de junho, o dia que não terminou. **Carta Capital**. 16 de set. 2013. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MARTÍN, María. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**. 12 de dez. 2014. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638\\_389650.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html) >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: LP&M, 2001.

MATOSO, Filipe. Reitores de 41 instituições entregam a ministro carta contra impeachment. **G1**. 10 dez. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/reitores-de-41-instituicoes-entregam-ministro-carta-contr-impeachment.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998, pp. 685-705.

MATTOS, Marcela. Da maioria penal ao meio ambiente: a lista de exigências de Marina para Aécio. **Veja**. 09 de out. 2014. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/politica/damaioridade-penal-ao-meio-ambiente-a-lista-de-exigencias-de-marina-para-aecio/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição Brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo : Freitas Bastos, 1954.

MÁXIMO, Welton. Crise econômica em 2014 concentra-se em empresas do setor financeiro. **Agência Brasil**. 28 de dez. 2014. Disponível em : < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/crise-economica-em-2014-concentra-se-em-empresas-do-setor-financeiro> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MAZZOCO, Bruno. Uma análise do caderno Escola sem Homofobia. **Nova Escola**, 01 de fev. 2015. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia>. Acesso em 06 de set. 2017.

MEIRELLES, Alexa. Entenda como o aborto é tratado ao redor do mundo. **Exame**. 29 de jul. 2017. Disponível em : < <https://exame.abril.com.br/mundo/entenda-como-o-aborto-e-tratado-ao-redor-do-mundo/> >. Acesso em: 21 de ago. 2019.

MENDES, Priscilla. Levy Fidelix anuncia apoio a Aécio Neves no segundo turno. **G1**. 15 de out. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/levy-fidelix-anuncia-apoio-aecio-neves-no-segundo-turno.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MENDONÇA, Heloísa. Queermuseu: o dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. **El País**. 13 de set. 2017. Disponível em : <

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425\\_555164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html) >. Acesso em : 17 de nov. 2019.

MENDONÇA, Renata; PUFF, Jefferson. Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment. **BBC News**. 2 de dez. 2015. Disponível em : < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201\\_impeachment\\_2visoes\\_juristas\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp) >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MENDONÇA, Ricardo. Ideologia interfere pouco na decisão de voto, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**. 14 de out. 2013. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1356184-ideologia-interfere-pouco-na-decisao-de-voto-diz-datafolha.shtml> >. Acesso em: 21 de ago. 2019.

MENEZES, Luiz Fernando. Desenhamos fatos sobre a ‘ideologia de gênero’. **Aos Fatos**. 06 de set. 2019. Disponível em : < <https://aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. Da ‘doutrinação marxista’ à ‘ideologia de gênero’: Escola Sem Partido e a lei da mordça no parlamento brasileiro. **Direito e Praxis**, v. 7, n. 3, 2016, p. 590-621.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA afirma que impeachment não é golpe. **O Globo**. 23 de mar. de 2016. Disponível em : < <https://blogs.oglobo.globo.com/faz-diferenca/post/ministra-carmen-lucia-defende-lava-jato.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MINISTRO DIAS TOFFOLI defende a legalidade do processo de impeachment. **Correio Braziliense**. 23 de mar. 2016. Disponível em : < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/23/interna\\_politica,523905/ministro-dias-toffoli-defende-a-legalidade-do-processo-de-impeachment.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/03/23/interna_politica,523905/ministro-dias-toffoli-defende-a-legalidade-do-processo-de-impeachment.shtml) >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MONTEIRO, Caroline. Ato do Escola sem Partido reúne apenas 35 pessoas em São Paulo. **Nova Escola**. 16 de ago. 2017. Disponível em : < <https://novaescola.org.br/conteudo/5352/ato-do-escola-sem-partido-reune-apenas-35-pessoas-em-sao-paulo> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MONTEIRO FILHO, Maurício. E o ‘Gigante’ segue em frente.... **RollingStone**. 16 de jul. 2013. Disponível em : < <https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-82/e-o-gigante-segue-em-frente/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MOURA, Marcelo. Rogério Peninha Mendonça: ‘não é todo dia que ele vai atirar no marginal’, **Época**, Rio de Janeiro, 24 de abr. 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/04/rogerio-peninha-mendonca-nao-e-todo-dia-que-ele-vai-atirar-no-marginal.html>. Acesso em: 5 de fev. 2017.

MOVIMENTO SOCIAIS entregam carta contra impeachment. **Terra**. 10 de dez. 2015. Disponível em : < <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/impeachment/reitores-e-movimentos-sociais-entregam-a-berzoini-carta-contra-o->

[impeachment,8ccb2e1ddd065dd743d5e93a89e67fc6tro3bj1c.html](#) >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MULHERES MOBILIZADAS para um 1.º de maio contra o golpe. **Marcha Mundial das Mulheres**. 27 de abr. 2016. Disponível em : < <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-mobilizadas-para-um-1o-de-maio-contra-o-golpe/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

MURO é retirado da Esplanada um dia após votação do impeachment. **G1**. 13 de mai. 2016. Disponível em : < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/05/muro-e-retirado-da-esplanada-um-dia-apos-votacao-do-impeachment.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

NETTO, Menelick de Carvalho. **A sanção no procedimento legislativo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

NEW YORK TIMES CEO Mark Thompson discusses media in the Trump era on CNBC's 'Power Lunch' today. **CNBC**. Disponível em : < <https://www.cnbc.com/2017/02/02/cnbc-exclusive-cnbc-transcript-new-york-times-ceo-mark-thompson-discusses-media-in-the-trump-era-on-cnbc-power-lunch-today.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

NICHE no longer. **The Economist**. 26 de fev. 2015. Disponível em : < <https://www.economist.com/the-americas/2015/02/26/niche-no-longer> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

NISHIMURA, Katia Mika. Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. **Opinião Pública**, vol. X, n. 2. Campinas, outubro, 2004, p. 339-367.

NITAHARA, Akemi. Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista. **Agência Brasil**. 2017. Disponível em : < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-sobre-sexualidade-e-genero-previne-violencia-sexual-diz> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

NOS JORNAIS: aumenta a rejeição ao aborto no Brasil. **Congresso em Foco**. 11 de out. 2010. Disponível em : < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/nos-jornais-aumenta-a-rejeicao-ao-aborto-no-brasil/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

O'DONNELL, Guilherme. **Modernización y autoritarismo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

O PROCESSO de impeachment é aberto, e Dilma é afastada por até 180 dias. **G1**. 12 de abr. 2016. Disponível em : < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/processo-de-impeachment-e-aberto-e-dilma-e-afastada-por-ate-180-dias.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

OLIVEIRA, Eliane. Araújo promove seminário sobre 'globalismo' em fundação ligada ao Itamaraty. **O Globo**. 23 de mai. 2019. Disponível em : < <https://oglobo.globo.com/mundo/araujo-promove-seminario-sobre-globalismo-em-fundacao-ligada-ao-itamaraty-23689188> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

OLIVEIRA, Eliane. Recessão gera mudanças de hábitos de consumo na população. **O Globo**. 25 de ago. 2016. Disponível em : < <https://oglobo.globo.com/economia/recessao-gera-mudancas-de-habitos-de-consumo-na-populacao-19991966#ixzz4Iw1rNM00> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

ONU responde manifestantes que pediram ‘basta de Paulo Freire’. **Pragmatismo Político**. 17 de mar. 2015. Disponível em : < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/onu-responde-manifestantes-que-pediram-basta-de-paulo-freire.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

ONU se diz ‘preocupada’ com tensão no Brasil e pede respeito ao Judiciário. **Veja**. 12 de abr. 2016. Disponível em : < <https://veja.abril.com.br/brasil/onu-se-diz-preocupada-com-tensao-no-brasil-e-pede-respeito-ao-judiciario/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

ORO, Ari. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003, p. 54-69.

ORO, Ari; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**. Porto Alegre, ano 10, n. 16, 2010, p. 9-34.

OUÇA A ÍNTEGRA das conversas de Lula reveladas na Lava Jato. **Folha de S. Paulo**. 16 de mar. 2016. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750807-ouca-a-integra-das-conversas-de-lula-reveladas-na-lava-jato.shtml> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PASTOUREAU, Michel; SIMONNET, Dominique. **Le petit livre des couleurs**. Paris: Seuil, 2014.

PAT BUCHANAN’S response to Norman Podhoretz’s OP-ED. **Internet Brigade**. 5 de nov. 1999. Disponível em : < <https://web.archive.org/web/20081008152726/http://www.buchanan.org/pma-99-1105-wallstjl.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PAZZINATO, Alceu L.; SENISE, Maria Helena V. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por um análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **Les vérités de la palice**. Paris: F. Maspero, 1975.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l’argumentation**: la nouvelle rhétorique. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2009.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PF APRESENTA relatório final da Operação Lava Jato. **Agência PF**. 16 de abr. 2014. Disponível em : < <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2014/04/pf-apresenta-relatorio-final-da-operacao-lava-jato> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. **XII Encontro Anual de Anpocs**, Águas de São Pedro, out. 1988. Disponível em: < [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_03.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_03.htm) >. Acesso em: 14 jun. 2019.

PINTO, Rosalice B. W. S. Argumentação e persuasão em gêneros textuais. **EID&A**, n. 9, jul./dez., 2015, p. 102-112. Disponível em: < <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/839> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

PLANTIN, Christian. **Dictionary of argumentation**: an introduction to argumentation studies. Milton Keynes: Lightning source, 2018.

PLANTIN, Christian. **L'Argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

PLANTIN, Christian. L'argumentation dans l'émotion. **Pratiques: Linguistique, Littérature, Didactique**, n. 96, 1997, p. 81-100.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Democracia na América Latina**. Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs. São Paulo: LM&X, 2004.

POLIAKOV, Léon. **La causalité diabolique**: essai sur l'origine des persécutions. Paris: Calmann-Lévy, 1980.

POLÍTICA DA SALVAÇÃO: novas estratégias e mudança de perfil marcam o avanço dos evangélicos. **Gaúchazh**. 09 de ago. 2014. Disponível em : < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/08/Politica-da-salvacao-novas-estrategias-e-mudanca-de-perfil-marcam-o-avanco-dos-evangelicos-4571017.html> >. Acesso em : 17 de nov. 2019.

PRAZERES, Leandro; AMORIM, Felipe ; MARCHESAN, Ricardo. Senado aprova impeachment de Dilma, e Temer é efetivado presidente. **UOL**. 31 de ago. 2016. Disponível em : < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PROTESTO EM SÃO PAULO é o maior desde manifestação contra Collor. **Folha de S. Paulo**. 17 de jun. 2013. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296834-protesto-em-sao-paulo-e-o-maior-desde-manifestacao-contr-collor.shtml> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PROTESTO na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo. **Folha de S. Paulo**. 13 de mar. 2016. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

PROTESTOS testam força do movimento anti-Dilma. **DW**. 14 de mar. 2015. Disponível em : < <https://www.dw.com/pt-br/protestos-testam-força-do-movimento-anti-dilma/a-18315439> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **O conservadorismo à brasileira**: sociedade e elites políticas na contemporaneidade. 2015. 273f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2015.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador desde a redemocratização. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 5 de nov. 2014. Disponível em : < <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-desde-a-redemocratizacao/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

QUEM É CABO DACIOLO? Saiba mais sobre o candidato que roubou a cena no debate. **Último Segundo**. 10 de ago. 2018. Disponível em : < <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-08-10/cabo-daciolo-debate.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

RAMALHO, Renan. Relator na OAB recomenda apoio a impeachment de Dilma. **G1**. 18 de mar. 2016. Disponível em : < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/03/relator-na-oab-recomenda-apoio-impeachment-de-dilma.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: de Spinoza a Kant, v. 4. São Paulo: Paulus, 2005a.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: de Freud à atualidade, v. 7. São Paulo: Paulus, 2005b.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: a filosofia pagã antiga, v. 1. São Paulo: Paulus, 2005c.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: a patrística e a escolástica, v. 2. São Paulo: Paulus, 2005d.

REALE, Giovanni et ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: do Romantismo ao Empiriocriticismo, v. 5. São Paulo: Paulus, 2005e.

RESULTADO DAS MANIFESTAÇÕES. **G1**. 28 de jun. 2013. Disponível em : < <http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 48, v. 17, 2002, p. 31-47.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

ROLLSING, Carlos. OAB decide apoiar processo de impeachment de Dilma. **Gaúchazh**. 18 de mar. 2016. Disponível em : < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/oab-decide-apoiar-processo-de-impeachment-de-dilma-5115652.html> >. Acesso em: 17 de nov. 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- RUFFIA, Biscaretti Di. **Diritto Costituzionale**. 15 ed. Napoli: Casa Editric, 1989.
- RUGGIERO, G. L'eta del Romanticismo. *In*: RUGGIERO, G. **Storia della filosofia**. Bari: Laterza, 1957.
- RUSSO, Rodrigo. Impeachment não é golpe, diz ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto. **Folha de S. Paulo**. 24 de mar. 2016. Disponível em : < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1753516-impeachment-nao-e-golpe-diz-ex-ministro-do-stf-carlos-ayres-britto.shtml> >. Acesso em: 18 de nov. 2018.
- SAKAMOTO, Leonardo. E, em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. Literalmente. **Blog do Sakamoto**. 21 de jun. 2013. Disponível em : < <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2013/06/21/e-em-sao-paulo-o-facebook-e-o-twitter-foram-as-ruas-literalmente> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- SAKAMOTO, Leonardo. O Congresso não ficou pior. Apenas está mais parecido com o Brasil. **Blog do Sakamoto**, 08 out. 2014. Disponível em: < <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/10/08/o-congresso-nao-ficou-pior-apenas-esta-mais-parecido-com-o-brasil/> >. Acesso em: 20 mai. 2019.
- SALDANHA, Paulo. Na mira de Bolsonaro, obra de Paulo Freire é pilar de escolas de elite. **Folha de S. Paulo**. 06 de jan. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/na-mira-de-bolsonaro-obra-de-paulo-freire-e-pilar-de-escolas-de-elite.shtml> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- SALOMON, Marta. Bancada evangélica na Câmara cresce quase 50%. **Estadão**. 08 de out. 2010. Disponível em: < <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-na-camara-cresce-quase-50-imp-,622221> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- SANTOS, Carlos Maximiliano Pereira dos. **Comentários à Constituição Brasileira de 1891**. Brasília: Senado Federal, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. **Huis Clos**. Paris: Gallimard, 1944.
- SAYURI, Juliana. O que é ‘guerra cultural’. E por que a expressão está e malta. **Nexo**. 10 de mar. 2019. Disponível em : < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/10/O-que-é-‘guerra-cultural’.-E-por-que-a-expressão-está-em-alta> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.
- SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SILVA, Ricardo Desidério. **Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia**. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

SOARES, Wellington. Conheça o ‘Kit gay’ vetado pelo governo federal em 2011. **Nova Escola**. 01 de fev. 2015. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> >. Acesso em: 18 de fev. 2019.

SOUICY, Robert. Fascism. **Britannica**. Disponível em: < <https://www.britannica.com/topic/fascism> >. Acesso em: 18 de fev. 2019.

SUZUKI JR., Matinas. História da discriminação brasileira contra os japoneses sai do limbo. **Folha de S. Paulo**. 20 de abr. 2008. Disponível em: < [http://www.usp.br/proin/download/imprensa/imprensa\\_integras\\_20\\_04\\_2009.pdf](http://www.usp.br/proin/download/imprensa/imprensa_integras_20_04_2009.pdf) >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

STELZER, Irwin. Neoconservatives and their critics. An introduction. *In*: STELZER, Irwin (org.). **The neocon reader**. New York: Atlantic Books, 2004, p. 3-27.

THE PRESS IN FRANCE. **BBC News**. 11 de nov. 2006. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4295349.stm> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

THOREAU, Henri. **Desobediência civil**. Brasil: eBooksBrasil, 2001.

TIME TO GO. **The Economist**. 26 de mar. 2016. Disponível em: < <https://www.economist.com/leaders/2016/03/26/time-to-go> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

TOCQUEVILLE, A. **De la démocratie en Amérique**. Paris: Gallimard, 1961.

TOLEDO, Luiz Fernando. Passeata dos Cem Mil, Caras Pintadas e Movimento Passe Livre debatem ‘Jornadas de Junho’. **Estadão**. 13 de dez. 2013. Disponível em: < <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,passeata-dos-cem-mil-caras-pintadas-e-movimento-passe-livre-debatem-jornadas-de-junho,1107798> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

TORTURADORES acuados ameaçam jovens do ‘escracho’. **Conversa Afiada**. 06 de abr. 2012. Disponível em: < <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2012/04/06/torturadores-acuados-ameacam-jovens-do-escracho/> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. Lisboa: Europa-América, 1970.

TRINDADE, Hélió. **O nazi-fascismo na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

TSE DIZ que ‘Kit gay’ não existiu e proíbe Bolsonaro de disseminar notícia falsa. **Congresso em Foco**. 16 de out. 2018. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

“VAI PRA CUBA!” é um grito que escorre como bÍlis dos lábios dos neorreacionários. **DCM**. 28 de nov. 2014. Disponível em: < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/vai-para-cuba-e-um-grito-que-escorre-como-bilis-dos-labios-do-neo-reacionarios/> >. Acesso em: 21 de jul. 2018.

VANDERFORD, Marsh L. Vilification and Social Movements: a case-study of pro-life and pro-choice rhetoric. **Quarterly Journal of Speech**, 75, 1989, p. 166-182.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VIEGAS, Anderson. Empresário de MS coloca mensagem citada por Temer em outdoors. **G1**. 17 de mai. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/05/empresario-de-ms-coloca-mensagem-citada-por-temer-em-outdoors.html> >. Acesso em: 18 de nov. 2019.

VINCENT, Andrew. **As ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 2003.

WELLS, H. G. **História Universal**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1966.

WILLIAMS, Rhys. **Culture Wars in American Politics**. Critical reviews of a popular myth. New York: Walter de Gruyter, 1997.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia**: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZUCCO JR., Cesar. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidentialist settings. **Journal of Politics**, Arizona, v. 71, n. 3, 2009, p. 1076-1092.

## APÊNDICES – BANCO DE DADOS SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

### APÊNDICE 1

<b>Legenda</b>
<b>Deputado:</b> nome do deputado
<b>Voto:</b> “sim” (pelo impeachment) = 1; “não” (contra o impeachment) = 0
<b>Deus:</b> citou Deus ou religião = 1; não citou Deus ou religião = 0
<b>Regionalismo:</b> citou a própria região ou a nação = 1; não citou a própria região ou a nação = 0
<b>Família:</b> citou a própria família = 1; não citou a própria família = 0
<b>Golpe:</b> mencionou a palavra golpe = 1; não mencionou a palavra golpe = 0

<b>Deputado</b>	<b>Voto</b>	<b>Deus</b>	<b>Regionalismo</b>	<b>Família</b>	<b>Golpe</b>
Abel Mesquita Jr.	1	0	1	0	0
Adail Carneiro	1	0	0	0	0
Adalberto Cavalcanti	0	0	1	0	0
Adelmo Carneiro Leão	0	0	0	0	1
Adelson Barreto	1	0	1	0	0
Adilton Sachetti	1	0	1	1	0
Adré Abdon	1	0	1	0	0
Aelton Freitas	0	0	0	0	0
Afonso Florence	0	0	0	0	1
Afonso Hamm	1	0	1	0	0
Afonso Motta	0	0	0	0	0
Aguinaldo Ribeiro	1	0	0	0	0
Alan Rick	1	0	0	0	0
Alberto Filho	1	0	1	0	0
Alberto Fraga	1	0	0	0	0
Alceu Moreira	1	0	0	0	0
Alessandro Molon	0	0	0	0	1
Alex Canziani	1	0	0	0	0
Alex Manente	1	0	1	1	0
Alexandre Baldy	1	1	1	1	0
Alexandre Leite	1	0	1	0	0
Alexandre Serfiotis	1	1	1	1	0
Alexandre Valle	1	0	1	1	0
Alfredo Kaefer	1	0	1	0	0
Alfredo Nascimento	1	0	1	0	0
Alice Portugal	0	0	1	0	1
Aliel Machado	0	0	0	0	0

Altineu Côrtes	1	0	1	0	0
Aluísio Mendes	0	0	0	0	0
Ana Perugini	0	0	0	0	0
Anderson Ferreira	1	0	1	1	0
André de Paula	1	0	1	0	0
André Fufuca	1	0	1	0	0
André Moura	1	0	1	1	0
Andres Sanchez	0	0	0	0	0
Angelim	0	0	0	0	0
Antonio Brito	0	0	0	0	0
Antonio Bulhões	1	1	0	0	0
Antonio Imbassahy	1	1	1	0	0
Antônio Jácome	1	1	1	1	0
Ariosto Holanda	0	0	0	0	0
Arlindo Chinaglia	0	0	0	0	0
Arnaldo Faria de Sá	1	0	0	0	0
Arnaldo Jardim	1	0	0	0	0
Arnaldo Jordy	1	0	1	1	0
Arnon Bezerra	0	0	1	1	0
Arolde de Oliveira	1	0	1	1	0
Arthur Lira	1	0	1	1	0
Arthur Oliveira Maia	1	0	1	0	0
Arthur Virgílio Bisneto	1	0	1	0	0
Assis Carvalho	0	0	1	0	0
Assis do Couto	0	0	0	0	0
Átila Lins	1	0	1	1	0
Átila Lira	1	0	1	0	0
Augusto Carvalho	1	0	0	0	0
Augusto Coutinho	1	0	1	1	0
Aureo	1	1	1	1	0
Bacelar	0	0	0	0	0
Baleia Rossi	1	1	1	0	0
Bebeto	0	0	0	0	0
Benedita da Silva	0	0	0	0	1
Benito Gama	1	0	1	0	0
Benjamin Maranhão	1	0	0	0	0
Betinho Gomes	1	0	0	0	0
Beto Faro	0	0	0	0	0
Beto Mansur	1	0	0	0	0
Beto Rosado	1	0	1	1	0
Bilac Pinto	1	0	1	0	0
Bohn Gass	0	0	0	0	1
Bonifácio de Andrada	1	0	1	0	0
Bruna Furlan	1	0	1	1	0
Brunny	0	0	0	0	0

Bruno Araújo (342º voto sim)	1	0	1	0	0
Bruno Covas	1	0	1	0	0
Cabo Daciolo	1	1	0	0	0
Cabo Sabino	1	0	0	0	0
Cabuçu Borges	1	0	1	1	0
Caetano	0	0	0	0	1
Caio Narcio	1	0	1	1	0
Capitão Augusto	1	0	1	1	0
Capitão Fábio Abreu	0	0	0	0	0
Carlos Andrade	1	0	0	0	0
Carlos Bezerra	1	0	0	0	0
Carlos Gomes	1	0	1	1	0
Carlos Henrique Gaguim	1	0	1	1	0
Carlos Manato	1	0	1	0	0
Carlos Marun	1	0	1	1	0
Carlos Melles	1	0	1	0	0
Carlos Sampaio	1	0	0	0	0
Carlos Zarattini	0	0	1	0	1
Carmen Zanotto	1	0	1	0	0
Célio Silveira	1	0	1	1	0
Celso Maldaner	1	0	0	0	0
Celso Pansera	0	0	0	0	0
Celso Russomanno	1	1	1	0	0
César Halum	1	0	1	1	0
César Messias	0	0	0	0	0
César Souza	1	0	1	0	0
Chico Alencar	0	0	0	0	0
Chico D'Angelo	0	0	0	0	1
Chico Lopes	0	0	0	0	0
Christiane de Souza Yared	1	0	0	0	0
Cícero Almeida	1	1	1	1	0
Claudio Cajado	1	0	1	0	0
Cleber Verde	1	1	0	0	0
Conceição Sampaio	1	1	1	0	0
Covatti Filho	1	0	1	0	0
Cristiane Brasil	1	0	0	1	0
Dagoberto	0	0	0	0	0
Damião Feliciano	0	1	1	0	0
Dâmina Pereira	1	0	1	1	0
Daniel Almeida	0	0	0	0	1
Daniel Coelho	1	0	0	0	0
Daniel Vilela	1	0	1	0	0
Danilo Cabral	1	0	1	0	0
Danilo Forte	1	0	1	0	0
Danrlei de Deus Hinterholz	1	0	1	0	0

Darcísio Perondi	1	0	0	0	0
Davidson Magalhães	0	0	1	0	1
Décio Lima	0	0	0	0	1
Delegado Éder Mauro	1	0	1	1	0
Delegado Edson Moreira	1	0	1	1	0
Delegado Waldir	1	1	1	1	0
Deley	1	0	0	0	0
Diego Andrade	1	0	1	1	0
Diego Garcia	1	1	1	1	0
Dilceu Sperafico	1	0	1	1	0
Dimas Fabiano	1	0	1	1	0
Domingos Neto	0	0	0	0	0
Domingos Sávio	1	0	1	1	0
Dr. João	1	1	1	1	0
Dr. Jorge Silva	1	0	1	0	0
Duarte Nogueira	1	0	1	1	0
Dulce Miranda	1	0	1	0	0
Edinho Araújo	1	1	1	0	0
Édio Lopes	0	0	0	0	0
Edmilson Rodrigues	0	0	0	0	1
Eduado da Fonte	1	1	0	1	0
Eduardo Barbosa	1	0	0	0	0
Eduardo Bolsonaro	1	1	1	1	0
Eduardo Cunha	1	1	0	0	0
Eduardo Cury	1	1	1	0	0
Efraim Filho	1	0	1	1	0
Elcione Barbalho	0	0	0	0	1
Eli Corrêa Filho	1	0	1	1	0
Elizeu Dionizio	1	0	1	0	0
Eliziane Gama	1	0	1	0	0
Elmar Nascimento	1	0	1	1	0
Enio Verri	0	0	0	0	1
Erika Kokay	0	0	0	0	1
Erivelton Santana	1	1	0	1	0
Eros Biondini	1	1	1	1	0
Esperidião Amin	1	0	1	0	0
Evair de Melo	1	0	1	1	0
Evandro Gussi	1	0	1	1	0
Evandro Roman	1	0	1	0	0
Expedito Netto	1	0	1	0	0
Ezequiel Teixeira	1	1	0	1	0
Fábio Faria	1	0	0	0	0
Fabio Garcia	1	0	1	0	0
Fábio Mitidieri	0	0	1	1	0
Fábio Ramalho	1	1	1	1	0

Fábio Reis	1	0	0	0	0
Fábio Sousa	1	0	1	1	0
Fauto Pinato	1	0	1	1	0
Felipe Bornier	1	0	1	1	0
Felipe Maia	1	0	1	1	0
Félix Mendonça Júnior	0	0	0	0	0
Fernando Coelho Filho	1	1	1	0	0
Fernando Francischini	1	0	0	0	0
Fernando Jordão	1	0	1	1	0
Fernando Torres	0	0	0	0	0
Flávia Morais	1	1	1	0	0
Flaviano Melo	1	0	1	0	0
Flavinho	1	0	0	0	0
Foriano Pesaro	1	1	1	0	0
Francisco Chapadinha	1	0	1	0	0
Francisco Floriano	1	1	1	1	0
Franklin Lima	1	1	1	1	0
Gabriel Guimarães	0	0	0	0	0
Genecias Noronha	1	0	1	0	0
George Hilton	0	0	0	0	0
Geovania de Sá	1	0	1	1	0
Geraldo Resende	1	0	1	1	0
Giacobo	1	0	0	0	0
Gilberto Nascimento	1	1	1	1	0
Giovani Cherini	1	0	1	0	0
Giuseppe Vecchi	1	0	1	0	0
Givaldo Carimbão	0	0	0	0	0
Givaldo Vieira	0	0	0	0	1
Glauber Braga	0	0	0	0	0
Gonzaga Patriota	1	0	0	0	0
Goulart	1	0	1	1	0
Guilherme Mussi	1	0	1	1	0
Heitor Schuch	1	0	1	0	0
Helder Salomão	0	0	0	0	1
Hélio Leite	1	1	1	1	0
Henrique Fontana	0	0	0	0	1
Heráclito Fortes	1	0	0	1	0
Herculano Passos	1	0	1	1	0
Hermes Parcianello	1	0	1	1	0
Heuler Cruvinel	1	0	1	0	0
Hildo Rocha	1	0	1	0	0
Hiran Gonçalves	1	0	0	1	0
Hissa Abrahão	1	0	1	0	0
Hugo Leal	1	0	0	0	0
Hugo Motta	1	0	0	0	0

Índio da Costa	1	0	1	0	0
Iracema Portella	1	0	0	0	0
Irajá Abreu	0	0	1	0	0
Irmão Lazaro	1	0	0	0	0
Ivan Valente	0	0	0	0	1
Izalci	1	0	1	1	0
Jaime Martins	1	0	1	1	0
Jair Bolsonaro	1	1	1	1	0
Jandira Feghali	0	0	0	0	1
Janete Capiberibe	0	0	0	0	0
Jarbas Vasconcelos	1	0	0	0	0
Jean Wyllys	0	0	0	0	1
Jefferson Campos	1	1	0	1	0
Jerônimo Goergen	1	0	1	1	0
Jéssica Sales	1	1	1	1	0
JHC	1	0	1	0	0
Jhonatan de Jesus	1	0	0	0	0
Jô Moraes	0	0	1	0	1
João Arruda	1	0	1	0	0
João Campos	1	1	1	1	0
João Carlos Bacelar	0	0	0	0	0
João Castelo	1	1	1	0	0
João Daniel	0	0	1	0	1
João Derly	1	0	1	0	0
João Fernando Coutinho	1	0	0	0	0
João Gualberto	1	0	1	0	0
João Marcelo Souza	0	0	0	0	0
Joao Paulo Kleinübing	1	0	1	0	0
João Paulo Papa	1	0	1	0	0
João Rodrigues	1	0	1	1	0
Joaquim Passarinho	1	1	1	1	0
Jony Marcos	1	0	1	0	0
Jorge Boeira	1	0	1	1	0
Jorge Côte Real	1	0	1	1	0
Jorge Solla	0	0	0	0	1
Jorge Tadeu Mudalen	1	0	1	1	0
Jorginho Mello	1	0	1	1	0
José Airton Cirilo	0	0	0	0	1
José Carlos Aleluia	1	0	1	1	0
José Carlos Araújo	0	0	0	0	0
José Fogça	1	0	0	0	0
José Guimarães	0	0	0	0	1
José Mentor	0	0	0	0	0
José Nunes	0	0	1	0	0
José Otávio Germano	1	0	1	1	0

José Priante	1	0	1	0	0
José Reinaldo	1	0	0	0	0
José Rocha	0	0	0	0	0
José Stédile	1	0	0	0	0
Jozi Araújo	0	0	1	0	0
Josi Nunes	1	0	0	0	0
Josué Bengtson	1	1	1	1	0
Jovair Arantes	1	1	1	0	0
Júlia Marinho	1	1	1	1	0
Júlio César	1	0	1	0	0
Júlio Delgado	1	0	0	0	0
Júlio Lopes	1	0	0	0	0
Júnior Marreca	0	0	0	0	0
Juscelino Filho	1	0	1	1	0
Jutahy Junior	1	0	1	0	0
Kaio Maniçoba	1	0	1	0	0
Keiko Ota	1	0	0	1	0
Laercio Oliveira	1	0	1	0	0
Laerte Bessa	1	0	0	1	0
Laudívio Carvalho	1	0	0	0	0
Lázaro Botelho	1	0	1	0	0
Leandre	1	0	1	0	0
Lelo Coimbra	1	0	1	0	0
Leo de Brito	0	0	0	0	1
Leonardo Monteiro	0	0	1	0	1
Leonardo Picciani	0	0	0	0	0
Leonardo Quintão	1	1	1	1	0
Leônidas Cristino	0	0	0	0	0
Leopoldo Meyer	1	0	1	0	0
Lincoln Portela	1	0	0	0	0
Lindomar Garçon	1	0	1	0	0
Lucas Vergilio	1	0	1	1	0
Luciana Santos	0	0	0	0	1
Luciano Ducci	1	0	1	0	0
Lucio Mosquini	1	0	1	1	0
Lúcio Vale	0	0	0	0	0
Lúcio Vieira Lima	1	0	0	0	0
Luís Carlos Heinze	1	0	1	0	0
Luis Tibé	1	0	1	0	0
Luiz Carlos Busato	1	0	1	1	0
Luiz Carlos Haully	1	0	1	0	0
Luiz Carlos Ramos	1	0	0	0	0
Luiz Cláudio	1	0	1	0	0
Luiz Couto	0	0	0	0	1
Luiz Fernando Faria	1	0	1	1	0

Luiz Lauro Filho	1	0	0	1	0
Luiz Nishimori	1	0	1	0	0
Luiz Sérgio	0	0	0	0	1
Luiza Erundina	0	0	0	0	0
Luizianne Lins	0	0	0	0	0
Macedo	0	0	0	1	0
Magda Mofatto	1	0	1	0	0
Major Olímpio	1	0	0	0	0
Mandetta	1	0	1	1	0
Manoel Júnior	1	0	1	0	0
Mara Gabrilli	1	0	1	1	0
Marcelo Álvaro Antônio	1	1	1	1	0
Marcelo Aro	1	0	1	0	0
Marcelo Belinati	1	0	0	0	0
Marcelo Castro	0	0	0	0	0
Marcelo Matos	1	0	1	1	0
Marcelo Squassoni	1	0	1	1	0
Márcio Alvino	1	0	1	1	0
Márcio Marinho	1	1	1	0	0
Marco Antônio Cabral	1	0	1	0	0
Marco Feliciano	1	1	0	1	0
Marco Maia	0	0	0	0	1
Marco Tebaldi	1	0	1	1	0
Marcon	0	0	0	0	1
Marcos Abrão	1	0	1	1	0
Marcos Montes	1	0	1	1	0
Marcos Reategui	1	0	1	0	0
Marcos Rogério	1	0	1	0	0
Marcos Rotta	1	0	1	0	0
Marcos Soares	1	0	1	1	0
Marcus Pestana	1	0	1	0	0
Marcus Vicente	1	0	1	1	0
Margarida Salomão	0	0	0	0	1
Maria do Rosário	0	0	0	0	1
Maria Helena	1	0	1	1	0
Mariana Carvalho	1	0	1	0	0
Marina Raupp	1	0	1	1	0
Marinaldo Rosendo	1	0	1	0	0
Mário Heringer	1	0	0	0	0
Marx Beltrão	1	0	1	1	0
Maurício Quintella Lessa	1	0	0	0	0
Mauro Lopes	1	0	1	1	0
Mauro Mariani	1	0	1	0	0
Mauro Pereira	1	0	1	0	0
Max Filho	1	0	0	0	0

Mendonça Filho	1	0	0	0	0
Miguel Corrêa	0	0	0	0	0
Miguel Haddad	1	0	1	0	0
Miguel Lombardi	1	0	1	1	0
Milton Monti	1	0	0	0	0
Miro Teixeira	1	0	0	0	0
Misael Varella	1	0	1	1	0
Missionário José Olímpio	1	1	1	1	0
Moema Gramacho	0	0	0	0	1
Moroni Torgan	1	0	1	0	1
Moses Rodrigues	1	0	1	0	0
Nelson Marchezan Junior	1	0	0	0	0
Nelson Marquezelli	1	0	1	0	0
Nelson Meurer	1	0	1	1	0
Nelson Padovani	1	0	1	0	0
Newton Cardoso	1	0	1	0	0
Nilson Leitão	1	1	1	1	0
Nilson Pinto	1	0	1	1	0
Nilto Tatto	0	0	0	0	1
Nilton Capixaba	1	1	1	1	0
Odelmo Leão	1	1	1	1	0
Odorico Monteiro	0	0	0	1	1
Onyx Lorenzoni	1	0	1	0	0
Orlando Silva	0	0	0	0	0
Osmar Serraglio	1	0	1	0	0
Osmar Terra	1	0	1	1	0
Otávio Leite	1	0	1	0	0
Padre João	0	0	0	0	0
Paes Landim	0	0	0	0	0
Pastor Eurico	1	1	0	1	0
Patrus Ananias	0	1	0	0	1
Pauderney Avelino	1	0	1	0	0
Paulão	0	0	0	0	1
Paulo Abi-Ackel	1	0	0	0	0
Paulo Azi	1	0	1	1	0
Paulo Feijó	1	0	1	1	0
Paulo Foletto	1	0	1	1	0
Paulo Freire	1	1	1	0	0
Paulo Magalhães	0	0	0	0	0
Paulo Maluf	1	0	0	0	0
Paulo Martins	1	0	1	0	0
Paulo Pereira da Silva	1	0	0	0	0
Paulo Pimenta	0	0	0	0	1
Paulo Teixeira	0	0	0	0	1
Pedro Chaves	1	0	0	0	0

Pedro Cunha Lima	1	0	0	0	0
Pedro Fernandes	0	0	0	0	0
Pedro Paulo	1	0	1	0	0
Pedro Uczai	0	0	0	0	1
Pedro Vilela	1	0	1	1	0
Pepe Vargas	0	0	0	0	1
Professor Victório Galli	1	1	1	1	0
Professora Dorinha Seabra	1	0	1	1	0
Professora Marcivania	0	0	0	0	1
Rafael Motta	1	0	1	0	0
Raimundo Gomes de Matos	1	0	1	0	0
Raquel Muniz	1	0	1	1	0
Reginaldo Lopes	0	0	0	0	1
Rejane Dias	0	1	1	0	0
Remídio Monai	1	0	1	1	0
Renata Abreu	1	1	1	1	0
Renato Molling	1	0	1	0	0
Renzo Braz	1	0	1	1	0
Ricardo Barros	1	0	1	1	0
Ricardo Izar	1	0	1	0	0
Ricardo Teobaldo	0	0	1	0	0
Ricardo Tripoli	1	0	1	1	0
Roberto Alves	1	0	1	1	0
Roberto Balestra	1	0	0	1	0
Roberto Britto	0	0	1	0	0
Roberto de Lucena	1	1	1	0	0
Roberto Góes	0	0	0	0	0
Roberto Sales	1	0	1	1	0
Rocha	1	0	1	1	0
Rodrigo de Castro	1	0	1	1	0
Rodrigo Garcia	1	0	1	1	0
Rodrigo Maia	1	0	1	1	0
Rodrigo Martins	1	0	1	1	0
Rodrigo Pacheco	1	0	1	0	0
Rogério Marinho	1	0	0	1	0
Rogério Peninha Mendonça	1	0	1	0	0
Rogério Rosso	1	1	1	1	0
Rômulo Gouveia	1	0	1	0	0
Ronaldo Benedet	1	0	1	0	0
Ronaldo Carletto	0	0	0	0	0
Ronaldo Fonseca	1	1	1	1	0
Ronaldo Lessa	0	0	1	0	0
Ronaldo Martins	1	1	1	1	0
Ronaldo Nogueira	1	1	0	0	0
Rôney Nemer	1	0	1	0	0

Rosângela Gomes	1	0	1	0	0
Rubens Bueno	1	0	1	0	0
Rubens Otoni	0	0	0	0	1
Rubens Pereira Júnior	0	0	0	0	0
Ságuas Moraes	0	0	0	0	1
Samuel Moreira	1	0	0	0	0
Sandro Alex	1	0	1	1	0
Saraiva Felipe	1	0	0	0	0
Sarney Filho	1	0	0	0	0
Sérgio Brito	0	0	0	0	0
Sérgio Moraes	1	0	1	1	0
Sérgio Reis	1	0	0	0	0
Sérgio Souza	1	0	1	0	0
Sérgio Vidigal	1	0	1	1	0
Sérgio Zveiter	1	0	0	0	0
Shéridan	1	0	1	0	0
Sibá Machado	0	0	0	0	1
Silas Câmara	1	1	1	1	0
Sílvio Costa	0	0	0	1	0
Sílvio Torres	1	0	1	1	0
Simão Sessim	1	0	1	1	0
Simone Morgado	0	0	1	0	0
Sinval Malheiros	1	0	0	0	0
Soraya Santos	1	0	1	1	0
Sóstenes Cavalcante	1	1	0	0	0
Stefano Aguiar	1	1	1	1	0
Subtenente Gonzaga	1	0	0	0	0
Tadeu Alencar	1	0	1	0	0
Takayama	1	1	0	1	0
Tampinha	1	0	1	1	0
Tenente Lúcio	1	0	1	0	0
Tereza Cristina	1	0	1	1	0
Thiago Peixoto	1	0	1	1	0
Tia Eron	1	0	1	0	0
Tiririca	1	0	0	0	0
Toninho Pinheiro	1	1	1	0	0
Toninho Wandscheer	1	0	1	1	0
Uldurico Júnior	1	0	1	0	0
Valadares Filho	1	0	1	0	0
Valdir Colatto	1	0	1	0	0
Valmir Assunção	0	0	0	0	0
Valmir Prascidelli	0	0	0	0	1
Valtenir Pereira	0	0	0	0	0
Vander Loubet	0	0	0	0	1
Vanderlei Macris	1	0	1	0	0

Veneziano Vital do Rêgo	1	0	0	0	0
Vicente Arruda	0	0	0	0	0
Vicente Cândido	0	0	0	0	0
Vicentinho	0	0	0	0	0
Vicentinho Júnior	0	0	0	0	0
Victor Mendes	1	0	1	1	0
Vinicius Carvalho	1	0	1	1	0
Vítor Lippi	1	0	1	1	0
Vitor Valim	1	0	1	0	0
Wadih Damous	0	1	0	0	1
Waldenor Pereira	0	0	0	0	1
Waldir Maranhão	0	0	0	0	1
Walter Alves	1	0	1	0	0
Washington Reis	1	1	0	0	0
Weliton Prado	1	0	0	0	0
Wellington Roberto	0	0	1	0	0
Weverton Rocha	0	0	0	0	1
Wilson Filho	1	0	1	0	0
Wladimir Costa	1	0	1	1	0
Wolney Queiroz	0	0	0	0	1
Zé Carlos	0	0	0	0	0
Zé Geraldo	0	0	1	0	1
Zé Silva	1	0	1	0	0
Zeca Cavalcanti	0	0	1	0	0
Zeca Dirceu	0	0	0	0	1
Zeca do PT	0	0	0	0	1
Zenaide Maia	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração do autor.

## APÊNDICE 2

<b>Legenda</b>
<b>Deputado:</b> nome do deputado
<b>Democracia:</b> abordou o tema da democracia = 1; não abordou o tema da democracia = 0
<b>Igualitarismo:</b> fez a defesa do igualitarismo = 1; não fez a defesa do igualitarismo = 0
<b>Laicidade:</b> fez a defesa da laicidade = 1; não fez a defesa da laicidade = 0
<b>Mérito:</b> mencionou o mérito jurídico = 1; não mencionou o mérito jurídico = 0
<b>Partido:</b> sigla do partido
<b>Oposição:</b> partido “fechou questão” a favor do impeachment = 1; partido não “fechou questão” a favor ou “fechou questão” contra o impeachment = 0

Deputado	Democracia	Igualitarismo	Laicidade	Mérito	Partido	Oposição
Abel Mesquita Jr.	0	1	0	0	DEM	1
Adail Carneiro	0	0	0	0	PP	1
Adalberto Cavalcanti	0	0	0	0	PTB	1
Adelmo Carneiro Leão	1	0	0	0	PT	0
Adelson Barreto	0	0	0	0	PR	1
Adilton Sachetti	0	0	0	0	PSB	1
Adré Abdon	0	0	0	0	PP	1
Aelton Freitas	0	0	0	1	PR	1
Afonso Florence	1	1	0	1	PT	0
Afonso Hamm	0	0	0	0	PP	1
Afonso Motta	1	0	0	0	PDT	0
Aguinaldo Ribeiro	0	0	0	0	PP	1
Alan Rick	0	0	0	0	PRB	1
Alberto Filho	1	0	0	0	PMDB	1
Alberto Fraga	0	0	0	0	DEM	1
Alceu Moreira	0	0	0	0	PMDB	1
Alessandro Molon	1	0	0	1	Rede	0
Alex Canziani	0	0	0	0	PTB	1
Alex Manente	0	0	0	0	PPS	1
Alexandre Baldy	0	0	0	0	PTN	1
Alexandre Leite	0	0	0	0	DEM	1
Alexandre Serfiotis	0	0	0	0	PMDB	1
Alexandre Valle	0	0	0	0	PR	1
Alfredo Kaefer	1	0	0	0	PSL	1
Alfredo Nascimento	0	0	0	0	PR	1
Alice Portugal	0	0	0	1	PCdoB	0
Aliel Machado	0	0	0	0	Rede	0
Altineu Côrtes	0	0	0	0	PMDB	1

Aluísio Mendes	0	0	0	0	PTN	1
Ana Perugini	1	0	0	0	PT	0
Anderson Ferreira	0	0	0	0	PR	1
André de Paula	0	0	0	0	PSD	1
André Fufuca	0	0	0	0	PP	1
André Moura	0	0	0	0	PSC	1
Andres Sanchez	0	0	0	0	PT	0
Angelim	1	0	0	0	PT	0
Antonio Brito	0	0	0	0	PSD	1
Antonio Bulhões	0	0	0	0	PRB	1
Antonio Imbassahy	1	0	0	0	PSDB	1
Antônio Jácome	0	0	0	0	PTN	1
Ariosto Holanda	1	1	0	0	PDT	0
Arlindo Chinaglia	1	0	0	0	PT	0
Arnaldo Faria de Sá	0	0	0	0	PTB	1
Arnaldo Jardim	0	0	0	0	PPS	1
Arnaldo Jordy	0	0	0	0	PPS	1
Arnon Bezerra	0	0	0	0	PTB	1
Arolde de Oliveira	0	0	0	0	PSC	1
Arthur Lira	0	0	0	0	PP	1
Arthur Oliveira Maia	0	0	0	0	PPS	1
Arthur Virgílio Bisneto	0	0	0	0	PSDB	1
Assis Carvalho	0	0	0	0	PT	0
Assis do Couto	1	1	0	0	PDT	0
Átila Lins	0	0	0	0	PSD	1
Átila Lira	0	0	0	0	PSB	1
Augusto Carvalho	0	0	0	0	SD	1
Augusto Coutinho	0	0	0	0	SD	1
Aureo	0	0	0	0	SD	1
Bacelar	1	0	0	0	PTN	1
Balcia Rossi	0	0	0	0	PMDB	1
Bebeto	1	0	0	0	PSB	1
Benedita da Silva	0	1	0	0	PT	0
Benito Gama	0	0	0	0	PTB	1
Benjamin Maranhão	0	0	0	1	SD	1
Betinho Gomes	0	0	0	1	PSDB	1
Beto Faro	1	1	0	0	PT	0
Beto Mansur	0	0	0	0	PRB	1
Beto Rosado	0	0	0	0	PP	1
Bilac Pinto	0	0	0	0	PR	1
Bohn Gass	0	0	0	0	PT	0
Bonifácio de Andrada	0	0	0	0	PSDB	1
Bruna Furlan	0	0	0	0	PSDB	1
Brunny	0	0	0	0	PR	1
Bruno Araújo	1	0	0	0	PSDB	1

Bruno Covas	0	0	0	0	PSDB	1
Cabo Daciolo	0	0	0	0	PTdoB	1
Cabo Sabino	0	0	0	0	PR	1
Cabuçu Borges	0	0	0	0	PMDB	1
Caetano	0	0	0	0	PT	0
Caio Narcio	0	0	0	0	PSDB	1
Capitão Augusto	0	0	0	0	PR	1
Capitão Fábio Abreu	0	0	0	0	PTB	1
Carlos Andrade	0	0	0	0	PHS	1
Carlos Bezerra	1	0	0	0	PMDB	1
Carlos Gomes	0	0	0	0	PRB	1
Carlos Henrique Gaguim	0	0	0	0	PTN	1
Carlos Manato	0	0	0	0	SD	1
Carlos Marun	0	0	0	0	PMDB	1
Carlos Melles	0	0	0	0	DEM	1
Carlos Sampaio	0	0	0	0	PSDB	1
Carlos Zarattini	1	0	0	0	PT	0
Carmen Zanotto	0	0	0	0	PPS	1
Célio Silveira	0	0	0	0	PSDB	1
Celso Maldaner	0	0	0	0	PMDB	1
Celso Pansera	0	1	0	1	PMDB	1
Celso Russomanno	0	0	0	0	PRB	1
César Halum	0	0	0	0	PRB	1
César Messias	0	0	0	0	PSB	1
César Souza	0	0	0	0	PSD	1
Chico Alencar	0	1	0	0	PSOL	0
Chico D'Angelo	1	0	0	1	PT	0
Chico Lopes	0	0	0	0	PCdoB	0
Christiane de Souza Yared	0	0	0	0	PR	1
Cícero Almeida	0	0	0	0	PMDB	1
Claudio Cajado	0	0	0	0	DEM	1
Cleber Verde	0	0	0	0	PRB	1
Conceição Sampaio	0	0	0	0	PP	1
Covatti Filho	0	0	0	0	PP	1
Cristiane Brasil	1	0	0	0	PTB	1
Dagoberto	1	0	0	0	PDT	0
Damião Feliciano	1	0	0	0	PDT	0
Dâmina Pereira	0	0	0	0	PSL	1
Daniel Almeida	1	1	0	1	PCdoB	0
Daniel Coelho	0	0	0	1	PSDB	1
Daniel Vilela	0	0	0	0	PMDB	1
Danilo Cabral	0	0	0	0	PSB	1
Danilo Forte	0	0	0	0	PSB	1
Danrlei de Deus Hinterholz	0	0	0	0	PSD	1

Darcísio Perondi	0	0	0	0	PMDB	1
Davidson Magalhães	0	0	0	0	PCdoB	0
Décio Lima	1	0	0	0	PT	0
Delegado Éder Mauro	0	0	0	0	PSD	1
Delegado Edson Moreira	0	0	0	0	PR	1
Delegado Waldir	0	0	0	0	PR	1
Deley	0	0	0	0	PTB	1
Diego Andrade	0	0	0	0	PSD	1
Diego Garcia	0	0	0	0	PHS	1
Dilceu Sperafico	0	0	0	0	PP	1
Dimas Fabiano	0	0	0	0	PP	1
Domingos Neto	1	0	0	0	PSD	1
Domingos Sávio	0	0	0	0	PSDB	1
Dr. João	0	0	0	0	PR	1
Dr. Jorge Silva	0	0	0	0	PHS	1
Duarte Nogueira	0	0	0	0	PSDB	1
Dulce Miranda	0	0	0	0	PMDB	1
Edinho Araújo	0	0	0	0	PMDB	1
Édio Lopes	0	0	0	0	PR	1
Edmilson Rodrigues	1	0	0	0	PSOL	0
Eduado da Fonte	0	0	0	0	PP	1
Eduardo Barbosa	0	0	0	1	PSDB	1
Eduardo Bolsonaro	0	0	0	0	PSC	1
Eduardo Cunha	0	0	0	0	PMDB	1
Eduardo Cury	0	0	0	0	PSDB	1
Efraim Filho	0	0	0	1	DEM	1
Elcione Barbalho	1	0	0	0	PMDB	1
Eli Corrêa Filho	0	0	0	0	DEM	1
Elizeu Dionizio	0	0	0	1	PSDB	1
Eliziane Gama	0	0	0	0	PPS	1
Elmar Nascimento	0	0	0	0	DEM	1
Enio Verri	1	0	0	0	PT	0
Erika Kokay	1	0	0	0	PT	0
Erivelton Santana	0	0	0	0	PEN	1
Eros Biondini	0	0	0	0	PROS	1
Esperidião Amin	0	0	0	0	PP	1
Evair de Melo	0	0	0	0	PV	1
Evandro Gussi	0	0	0	0	PV	1
Evandro Roman	0	0	0	0	PSD	1
Expedito Netto	0	0	0	0	PSD	1
Ezequiel Teixeira	0	0	0	0	PTN	1
Fábio Faria	0	0	0	0	PSD	1
Fabio Garcia	0	0	0	0	PSB	1
Fábio Mitidieri	0	0	0	0	PSD	1
Fábio Ramalho	0	0	0	0	PMDB	1

Fábio Reis	0	0	0	0	PMDB	1
Fábio Sousa	0	0	0	0	PSDB	1
Fauto Pinato	0	0	0	0	PP	1
Felipe Bornier	0	0	0	0	PROS	1
Felipe Maia	0	0	0	0	DEM	1
Félix Mendonça Júnior	0	0	0	0	PDT	0
Fernando Coelho Filho	0	0	0	0	PSB	1
Fernando Francischini	0	0	0	0	SD	1
Fernando Jordão	0	0	0	0	PMDB	1
Fernando Torres	0	0	0	0	PSD	1
Flávia Morais	0	0	0	0	PDT	0
Flaviano Melo	1	0	0	0	PMDB	1
Flavinho	0	0	0	1	PSB	1
Foriano Pesaro	0	0	0	0	PSDB	1
Francisco Chapadinha	0	0	0	0	PTN	1
Francisco Floriano	0	0	0	0	DEM	1
Franklin Lima	0	0	0	0	PP	1
Gabriel Guimarães	0	0	0	1	PT	0
Genecias Noronha	0	0	0	1	SD	1
George Hilton	1	0	0	0	PROS	1
Geovania de Sá	0	0	0	0	PSDB	1
Geraldo Resende	0	0	0	0	PSDB	1
Giacobo	0	0	0	0	PR	1
Gilberto Nascimento	0	0	0	0	PSC	1
Giovani Cherini	0	0	0	0	PDT	0
Giuseppe Vecchi	0	0	0	0	PSDB	1
Givaldo Carimbão	0	0	0	0	PHS	1
Givaldo Vieira	0	0	0	0	PT	0
Glauber Braga	0	0	0	0	PSOL	0
Gonzaga Patriota	0	0	0	0	PSB	1
Goulart	0	0	0	0	PSD	1
Guilherme Mussi	0	0	0	0	PP	1
Heitor Schuch	0	0	0	0	PSB	1
Helder Salomão	1	0	0	0	PT	0
Hélio Leite	0	0	0	0	DEM	1
Henrique Fontana	1	0	0	0	PT	0
Heráclito Fortes	0	0	0	0	PSB	1
Herculano Passos	0	0	0	0	PSD	1
Hermes Parcianello	0	0	0	0	PMDB	1
Heuler Cruvinel	0	0	0	0	PSD	1
Hildo Rocha	0	0	0	0	PMDB	1
Hiran Gonçalves	0	0	0	0	PP	1
Hissa Abrahão	0	0	0	0	PDT	0
Hugo Leal	0	0	0	0	PSB	1
Hugo Motta	0	0	0	0	PMDB	1

Índio da Costa	0	0	0	0	PSD	1
Iracema Portella	0	0	0	0	PP	1
Irajá Abreu	1	0	0	0	PSD	1
Irmão Lazaro	0	0	0	0	PSC	1
Ivan Valente	1	1	0	1	PSOL	0
Izalci	0	0	0	0	PSDB	1
Jaime Martins	0	0	0	0	PSD	1
Jair Bolsonaro	0	0	0	0	PSC	1
Jandira Feghali	1	1	0	1	PCdoB	0
Janete Capiberibe	1	0	0	0	PSB	1
Jarbas Vasconcelos	0	0	0	1	PMDB	1
Jean Wyllys	1	1	0	0	PSOL	0
Jefferson Campos	0	0	0	0	PSD	1
Jerônimo Goergen	0	0	0	0	PP	1
Jéssica Sales	0	0	0	0	PMDB	1
JHC	0	0	0	0	PSB	1
Jhonatan de Jesus	0	0	0	0	PRB	1
Jô Moraes	0	0	0	0	PCdoB	0
João Arruda	0	0	0	0	PMDB	1
João Campos	0	0	0	0	PRB	1
João Carlos Bacelar	0	0	0	0	PR	1
João Castelo	0	0	0	0	PSDB	1
João Daniel	1	0	0	0	PT	0
João Derly	0	0	0	0	Rede	0
João Fernando Coutinho	0	0	0	0	PSB	1
João Gualberto	0	0	0	1	PSDB	1
João Marcelo Souza	1	0	0	0	PMDB	1
Joao Paulo Kleinübing	0	0	0	0	PSD	1
João Paulo Papa	0	0	0	0	PSDB	1
João Rodrigues	0	0	0	0	PSD	1
Joaquim Passarinho	0	0	0	0	PSD	1
Jony Marcos	0	0	0	0	PRB	1
Jorge Boeira	0	0	0	0	PP	1
Jorge Côrte Real	0	0	0	0	PTB	1
Jorge Solla	1	0	0	0	PT	0
Jorge Tadeu Mudalen	0	0	0	0	DEM	1
Jorginho Mello	1	0	0	0	PR	1
José Airton Cirilo	1	0	0	1	PT	0
José Carlos Aleluia	0	0	0	1	DEM	1
José Carlos Araújo	0	0	0	0	PR	1
José Fogça	0	0	0	0	PMDB	1
José Guimarães	1	1	0	0	PT	0
José Mentor	1	0	0	0	PT	0
José Nunes	1	0	0	0	PSD	1
José Otávio Germano	0	0	0	0	PP	1

José Priante	0	0	0	0	PMDB	1
José Reinaldo	0	0	0	0	PSB	1
José Rocha	1	0	0	0	PR	1
José Stédile	0	1	0	0	PSB	1
Jozi Araújo	1	0	0	0	PTN	1
Josi Nunes	0	0	0	0	PMDB	1
Josué Bengtson	0	0	0	0	PTB	1
Jovair Arantes	1	0	0	1	PTB	1
Júlia Marinho	0	0	0	0	PSC	1
Júlio César	0	0	0	0	PSD	1
Júlio Delgado	0	0	0	0	PSB	1
Júlio Lopes	0	0	0	0	PP	1
Júnior Marreca	1	0	0	0	PEN	1
Juscelino Filho	0	0	0	0	DEM	1
Jutahy Junior	0	0	0	1	PSDB	1
Kaio Maniçoba	0	0	0	0	PMDB	1
Keiko Ota	0	0	0	0	PSB	1
Laercio Oliveira	0	0	0	0	SD	1
Laerte Bessa	0	0	0	0	PR	1
Laudívio Carvalho	0	0	0	0	SD	1
Lázaro Botelho	0	0	0	0	PP	1
Leandre	0	0	0	0	PV	1
Lelo Coimbra	0	0	0	0	PMDB	1
Leo de Brito	1	0	0	0	PT	0
Leonardo Monteiro	0	0	0	0	PT	0
Leonardo Picciani	1	0	0	0	PMDB	1
Leonardo Quintão	0	0	0	0	PMDB	1
Leônidas Cristino	0	0	0	0	PDT	0
Leopoldo Meyer	0	0	0	0	PSB	1
Lincoln Portela	0	0	0	1	PRB	1
Lindomar Garçon	0	0	0	0	PRB	1
Lucas Vergilio	0	0	0	0	SD	1
Luciana Santos	1	0	0	0	PCdoB	0
Luciano Ducci	0	0	0	0	PSB	1
Lucio Mosquini	0	0	0	0	PMDB	1
Lúcio Vale	0	0	0	0	PR	1
Lúcio Vieira Lima	0	0	0	0	PMDB	1
Luís Carlos Heinze	0	0	0	0	PP	1
Luis Tibé	0	0	0	0	PTdoB	0
Luiz Carlos Busato	1	0	0	0	PTB	1
Luiz Carlos Haully	0	0	0	0	PSDB	1
Luiz Carlos Ramos	0	1	0	0	PTN	1
Luiz Cláudio	0	0	0	0	PR	1
Luiz Couto	1	0	0	0	PT	0
Luiz Fernando Faria	0	0	0	0	PP	1

Luiz Lauro Filho	0	0	0	0	PSB	1
Luiz Nishimori	0	0	0	0	PR	1
Luiz Sérgio	1	0	0	0	PT	0
Luiza Erundina	1	0	0	0	PSOL	0
Luizianne Lins	0	1	0	0	PT	0
Macedo	1	0	0	0	PP	1
Magda Mofatto	0	0	0	0	PR	1
Major Olímpio	0	0	0	0	SD	1
Mandetta	0	0	0	0	DEM	1
Manoel Júnior	0	0	0	0	PMDB	1
Mara Gabrilli	0	0	0	0	PSDB	1
Marcelo Álvaro Antônio	0	0	0	0	PR	1
Marcelo Aro	0	0	0	0	PHS	1
Marcelo Belinati	0	0	0	0	PP	1
Marcelo Castro	0	0	0	1	PMDB	1
Marcelo Matos	0	0	0	0	PHS	1
Marcelo Squassoni	0	0	0	0	PRB	1
Márcio Alvino	0	0	0	0	PR	1
Márcio Marinho	0	0	0	0	PRB	1
Marco Antônio Cabral	1	0	0	0	PMDB	1
Marco Feliciano	0	0	0	0	PSC	1
Marco Maia	1	0	0	0	PT	0
Marco Tebaldi	0	0	0	0	PSDB	1
Marcon	1	1	0	0	PT	0
Marcos Abrão	0	0	0	0	PPS	1
Marcos Montes	0	0	0	0	PSD	1
Marcos Reategui	0	0	0	0	PSD	1
Marcos Rogério	0	0	0	1	DEM	1
Marcos Rotta	1	0	0	0	PMDB	1
Marcos Soares	0	0	0	0	DEM	1
Marcus Pestana	0	0	0	0	PSDB	1
Marcus Vicente	0	0	0	0	PP	1
Margarida Salomão	1	0	0	1	PT	0
Maria do Rosário	1	0	0	0	PT	0
Maria Helena	0	0	0	0	PSB	1
Mariana Carvalho	0	0	0	0	PSDB	1
Marina Raupp	0	0	0	0	PMDB	1
Marinaldo Rosendo	0	0	0	0	PSB	1
Mário Heringer	0	0	0	0	PDT	0
Marx Beltrão	0	0	0	0	PMDB	1
Maurício Quintella Lessa	1	0	0	1	PR	1
Mauro Lopes	0	0	0	0	PMDB	1
Mauro Mariani	0	0	0	0	PMDB	1
Mauro Pereira	0	0	0	0	PMDB	1
Max Filho	0	0	0	0	PSDB	1

Mendonça Filho	1	0	0	1	DEM	1
Miguel Corrêa	1	0	0	0	PT	0
Miguel Haddad	0	0	0	0	PSDB	1
Miguel Lombardi	0	0	0	0	PR	1
Milton Monti	0	0	0	0	PR	1
Miro Teixeira	0	0	0	0	Rede	0
Misael Varella	0	0	0	0	DEM	1
Missionário José Olímpio	0	0	0	0	DEM	1
Moema Gramacho	1	0	0	1	PT	0
Moroni Torgan	0	0	0	0	DEM	1
Moses Rodrigues	0	0	0	0	PMDB	1
Nelson Marchezan Junior	0	0	0	0	PSDB	1
Nelson Marquezelli	0	0	0	1	PTB	1
Nelson Meurer	0	0	0	0	PP	1
Nelson Padovani	0	0	0	0	PSDB	1
Newton Cardoso	0	0	0	0	PMDB	1
Nilson Leitão	0	0	0	0	PSDB	1
Nilson Pinto	0	0	0	0	PSDB	1
Nilto Tatto	1	0	0	0	PT	0
Nilton Capixaba	0	0	0	0	PTB	1
Odelmo Leão	0	0	0	0	PP	1
Odorico Monteiro	0	0	0	1	PROS	1
Onyx Lorenzoni	0	0	0	0	DEM	1
Orlando Silva	1	0	0	0	PCdoB	0
Osmar Serraglio	0	0	0	0	PMDB	1
Osmar Terra	0	0	0	0	PMDB	1
Otávio Leite	0	0	0	0	PSDB	1
Padre João	1	0	0	1	PT	0
Paes Landim	0	0	0	1	PTB	1
Pastor Eurico	0	0	0	0	PHS	1
Patrus Ananias	1	0	0	0	PT	0
Pauderney Avelino	0	0	0	1	DEM	1
Paulão	0	1	0	0	PT	0
Paulo Abi-Ackel	0	0	0	0	PSDB	1
Paulo Azi	0	0	0	0	DEM	1
Paulo Feijó	0	0	0	0	PR	1
Paulo Foletto	0	0	0	0	PSB	1
Paulo Freire	0	0	0	0	PR	1
Paulo Magalhães	0	0	0	0	PSD	1
Paulo Maluf	0	0	0	0	PP	1
Paulo Martins	0	0	0	0	PSDB	1
Paulo Pereira da Silva	0	0	0	0	SD	1
Paulo Pimenta	1	0	0	0	PT	0
Paulo Teixeira	1	0	0	0	PT	0
Pedro Chaves	0	0	0	0	PMDB	1

Pedro Cunha Lima	0	0	0	0	PSDB	1
Pedro Fernandes	0	0	0	0	PTB	1
Pedro Paulo	0	0	0	0	PMDB	1
Pedro Uczai	1	0	0	0	PT	0
Pedro Vilela	0	0	0	0	PSDB	1
Pepe Vargas	1	0	0	0	PT	0
Professor Victório Galli	0	0	0	0	PSC	1
Professora Dorinha Seabra	1	0	0	0	DEM	1
Professora Marcivania	1	0	0	0	PCdoB	0
Rafael Motta	0	0	0	0	PSB	1
Raimundo Gomes de Matos	0	0	0	0	PSDB	1
Raquel Muniz	0	0	0	0	PSD	1
Reginaldo Lopes	1	0	0	1	PT	0
Rejane Dias	0	0	0	0	PT	0
Remídio Monai	0	0	0	0	PR	1
Renata Abreu	1	0	0	0	PTN	1
Renato Molling	0	0	0	0	PP	1
Renzo Braz	0	0	0	0	PP	1
Ricardo Barros	0	0	0	0	PP	1
Ricardo Izar	0	0	0	0	PP	1
Ricardo Teobaldo	0	0	0	0	PTN	1
Ricardo Tripoli	0	0	0	0	PSDB	1
Roberto Alves	0	0	0	0	PRB	1
Roberto Balestra	0	0	0	0	PP	1
Roberto Britto	1	0	0	0	PP	1
Roberto de Lucena	0	0	0	0	PV	1
Roberto Góes	0	0	0	0	PDT	0
Roberto Sales	0	0	0	0	PRB	1
Rocha	0	0	0	0	PSDB	1
Rodrigo de Castro	0	0	0	0	PSDB	1
Rodrigo Garcia	0	0	0	0	DEM	1
Rodrigo Maia	0	0	0	0	DEM	1
Rodrigo Martins	0	0	0	0	PSB	1
Rodrigo Pacheco	0	0	0	0	PMDB	1
Rogério Marinho	0	0	0	0	PSDB	1
Rogério Peninha Mendonça	0	0	0	0	PMDB	1
Rogério Rosso	1	0	0	0	PSD	1
Rômulo Gouveia	0	0	0	0	PSD	1
Ronaldo Benedet	0	0	0	0	PMDB	1
Ronaldo Carletto	1	0	0	0	PP	1
Ronaldo Fonseca	1	0	0	0	PROS	1
Ronaldo Lessa	0	0	0	0	PDT	0
Ronaldo Martins	0	0	0	0	PRB	1

Ronaldo Nogueira	0	0	0	0	PTB	1
Rôney Nemer	0	0	0	0	PP	1
Rosângela Gomes	0	0	0	0	PRB	1
Rubens Bueno	0	0	0	0	PPS	1
Rubens Otoni	1	1	0	0	PT	0
Rubens Pereira Júnior	0	0	0	1	PCdoB	0
Ságuas Moraes	1	0	0	0	PT	0
Samuel Moreira	0	0	0	0	PSDB	1
Sandro Alex	0	0	0	0	PSD	1
Saraiva Felipe	0	0	0	0	PMDB	1
Sarney Filho	0	0	0	0	PV	1
Sérgio Brito	0	0	0	0	PSD	1
Sérgio Moraes	0	0	0	0	PTB	1
Sérgio Reis	0	0	0	0	PRB	1
Sérgio Souza	0	0	0	0	PMDB	1
Sérgio Vidigal	1	0	0	0	PDT	0
Sérgio Zveiter	0	0	0	1	PMDB	1
Shéridan	0	0	0	0	PSDB	1
Sibá Machado	1	1	0	0	PT	0
Silas Câmara	0	0	0	0	PRB	1
Sílvio Costa	0	0	0	0	PTdoB	0
Sílvio Torres	0	0	0	0	PSDB	1
Simão Sessim	0	0	0	0	PP	1
Simone Morgado	1	0	0	1	PMDB	1
Sinval Malheiros	0	0	0	0	PTN	1
Soraya Santos	0	0	0	0	PMDB	1
Sóstenes Cavalcante	0	0	0	0	DEM	1
Stefano Aguiar	0	0	0	0	PSD	1
Subtenente Gonzaga	0	0	0	0	PDT	0
Tadeu Alencar	0	0	0	1	PSB	1
Takayama	0	0	0	0	PSC	1
Tampinha	0	0	0	0	PSD	1
Tenente Lúcio	0	0	0	0	PSB	1
Tereza Cristina	0	0	0	0	PSB	1
Thiago Peixoto	0	0	0	0	PSD	1
Tia Eron	0	0	0	1	PRB	1
Tiririca	0	0	0	0	PR	1
Toninho Pinheiro	0	0	0	0	PP	1
Toninho Wandscheer	0	0	0	0	PROS	1
Uldurico Júnior	0	0	0	1	PV	1
Valadares Filho	0	0	0	0	PSB	1
Valdir Colatto	0	0	0	0	PMDB	1
Valmir Assunção	1	0	0	0	PT	0
Valmir Prascidelli	1	0	0	0	PT	0
Valtenir Pereira	0	0	0	0	PMDB	1

Vander Loubet	1	0	0	1	PT	0
Vanderlei Macris	0	0	0	0	PSDB	1
Veneziano Vital do Rêgo	0	0	0	0	PMDB	1
Vicente Arruda	0	0	0	0	PDT	0
Vicente Cândido	0	0	0	0	PT	1
Vicentinho	0	1	0	0	PT	0
Vicentinho Júnior	1	0	0	0	PR	1
Victor Mendes	0	0	0	0	PSD	1
Vinicius Carvalho	0	0	0	0	PRB	1
Vítor Lippi	0	0	0	0	PSDB	1
Vitor Valim	0	0	0	0	PMDB	1
Wadih Damous	1	0	0	0	PT	0
Waldenor Pereira	1	0	0	0	PT	0
Waldir Maranhão	1	0	0	0	PP	1
Walter Alves	0	0	0	0	PMDB	1
Washington Reis	0	0	0	0	PMDB	1
Weliton Prado	0	0	0	0	PMB	1
Wellington Roberto	1	0	0	0	PR	1
Weverton Rocha	0	0	0	0	PDT	0
Wilson Filho	0	0	0	1	PTB	1
Wladimir Costa	0	0	0	0	SD	1
Wolney Queiroz	1	0	0	0	PDT	0
Zé Carlos	1	0	0	1	PT	0
Zé Geraldo	1	0	0	0	PT	0
Zé Silva	0	0	0	0	SD	1
Zeca Cavalcanti	1	0	0	0	PTB	1
Zeca Dirceu	1	1	0	0	PT	0
Zeca do PT	1	1	0	0	PT	0
Zenaide Maia	1	0	0	0	PR	1

Fonte: elaboração do autor.